

RONEY SALINA DE SOUZA

**UMA VIDA ENTRE DOIS MUNDOS: IMIGRANTES SÍRIOS E
LIBANESES EM DOURADOS (1910-1980)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

2007

RONEY SALINA DE SOUZA

**UMA VIDA ENTRE DOIS MUNDOS: IMIGRANTES SÍRIOS E
LIBANESES EM DOURADOS (1910-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite.

Dourados – Dezembro de 2007

325.2569109817 Souza, Roney Salina.

S719i

Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em Dourados (1910-1980) / Roney Salina de Souza. Dourados, MS : UFGD, 2007.

207 p.

Orientador : Prof. Dr. Eudes Fernando Leite.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Imigrantes sírios e libaneses – Dourados, MS. 2. Identidades árabe-brasileiras.. I.Título.

RONEY SALINA DE SOUZA

**UMA VIDA ENTRE DOIS MUNDOS:
IMIGRANTES SÍRIOS E LIBANESES EM
DOURADOS (1910-1980).**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador:

Prof. Dr. Eudes Fernando Leite _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

Dourados, ___ de Dezembro de 2007

DADOS CURRICULARES

RONEY SALINA DE SOUZA

NASCIMENTO 09/12/82 – Dourados MS

Filiação: Juarez Cardoso de Souza
Maria Aparecida Salina de Souza

2001/2004

Curso de Graduação em História
Campus Universitário de Dourados – Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul – UFMS

2006/2007

Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, na Universidade Federal
da Grande Dourados – UFGD – Dourados – MS.

RESUMO

Este trabalho aborda a imigração de sírios e libaneses para a cidade de Dourados, no sul de Mato Grosso, no período de 1910 até a década de 1980. Os principais fatores de expulsão destas populações foram os interesses imperialistas europeus e os nacionalismos marcados pela perseguição e violência. A América, no final do século XIX e início do XX, por sua vez atraía os imigrantes pela possibilidade de oferecer terras e contratar mão-de-obra. Há dois momentos principais na vinda destes imigrantes, inicialmente na década de 1910 com o início da formação do espaço urbano e posteriormente nos anos 1950 na implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Eles ingressaram na atividade de mascate que lhes possibilitou o acúmulo de capital e a montagem do comércio varejista. Estes agentes estabeleceram uma série de relações com os brasileiros marcadas pela negociação de identidades: idioma, organização de instituições e clubes, culinária, cotidiano, casamentos. A modificação de suas identidades qualifica a presença dos árabes em Dourados como sendo híbrida, pois é existência de duas maneiras de ser, a pré-migratória e a pós-migratória, separadas por uma fronteira que esteve em constante movimento. As fontes para a elaboração desta obra partiram da análise historiográfica nacional e internacional, busca por documentos e fotografias não apenas em arquivos públicos nas cidades de Dourados-MS, Campo Grande-MS e Cuiabá-MT, mas também no Museu Histórico de Dourados, sem mencionar que entre as famílias sírio-libanesas foi possível realizar entrevistas e avaliar informações de muito valor para esta tarefa.

Palavras chave: Imigração – sírios – libaneses – Dourados.

ABSTRACT

This work approaches the immigration of Syrian and Lebanon people to the city of Dourados on the South of Mato Grosso, from the 1910th to the 1980th. The main factors of expulsion of this population were the imperial interests of European people and the nationalism full of violence and oppression. The continent of America, at the end of the 19th century and the beginning of 20th, attracted the immigrant because of the possibility of offering land and employ workers. There are two most important moments on the coming of these immigrants, first on the 1910th with the commencement of urban space formation and after on the 1950th with the implantation of the National Agricultural Colony of Dourados. They went in the activity of peddler what gave them the possibility of gain money and start retail dealer commerce. These agents established a serial of relationship with Brazilian people marked by the Identity negotiation: language, organization of institutes, clubs, cookery, day-to-day, weddings. The change of their identity qualifies the presence of Arabian people in Dourados as been hybrid due to it is the existence of two ways of be, the pre-migratory and the pos-one, separated by a border which was in constant change. The source of the elaboration of this work started from the historiographic analyses national and international, search for documents and photos, not only in public archive in the cities of Dourados/MS, Campo Grande/MS and Cuiabá/MT but also at the Historical Museum of Dourados, not to mention that among the Syrian-Lebanon families it was possible to realize interview and evaluate very good information for this work.

Key words: Immigration – Syrian People – Lebanon People – Dourados.

À todos os imigrantes árabes que com sua perspicácia e
coragem visualizaram uma nova terra e atravessaram o
Atlântico em busca de um sonho.

Ao *mineiro de Minas Gerais*, Iraci Saturnino Pereira (*in
memorian*), meu verdadeiro pai, por ter me ensinado
tudo, sem nunca ter dito nada.

AGRADECIMENTOS

Realizar os agradecimentos deste trabalho é algo que fiz com o máximo de cuidado, pois muitos indivíduos estavam envolvidos, desde a elaboração do projeto inicial até a sua execução. Considero importantes algumas pessoas e fatores que me auxiliaram com discussões, conflitos, pareceres, retomadas, mudanças de caminho e reflexões.

Portanto, meu sentimento de gratidão mais sincera vai para:

O *Sagrado* de todos os tempos, cujo nome varia entre as sociedades e culturas, por sempre responder minhas preces.

Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados pela confiança que depositaram neste trabalho.

Professor Eudes Fernando Leite, por ter sido meu guia e mestre em me ensinar o caminho do esforço e da disciplina sempre com muita paciência.

Professora Maria do Carmo Brazil, pela gentileza em me ceder fontes e indicar caminhos.

Professor Jéry Roberto Marin pelo conhecimento que contribui e mudou o rumo desta pesquisa.

Toda comunidade sírio-libanesa de Dourados, sem a qual este trabalho não seria possível, especialmente a Ismail Mohammad El Chamaa, por sua simplicidade, humildade e predisposição constantes.

Zaki Ahmad Gebara, por ter me ensinado o Islã, através de suas lições na mesquita e ceder sua entrevista, mesmo enfermo e acamado.

Kátia Rasselen Abdel Malek pela sua simpatia e contribuição com a riqueza de detalhes de sua entrevista.

Ao grande Sidarta Gautama, o Buda, por ensinar que a fonte de todas as respostas está na mente e mostrar ao mundo o caminho do Nirvana dentro de cada um.

A banda *Pink Floyd* por suas músicas que muitas vezes ouvia quando precisava de inspiração.

A todos os meus companheiros de Mestrado especialmente a Paula, Marcinha, Cristina e Leisa.

A toda equipe do período noturno da Escola Estadual Antônia da Silveira Capilé, professores, direção e demais funcionários, em especial a Professora Adriani Denisia Martini de Barros, por sua determinação.

Aos meus alunos, pelo questionamento e a constante sede de infinito.

Minha mãe, Iraci de Souza Pereira, por ter me escolhido.

Eraldo Silva Almeida, por ter se mostrado meu amigo quando mais precisei.

Márcio Benedito Barros, pela experiência de um pai e vitalidade de uma criança.

Kleber Salina de Souza, meu irmão, que apesar de termos nos conhecido um pouco tarde, sempre esteve presente.

Laryssa Silva Lemes de Oliveira, minha parceira de trabalho pela sua presteza em me auxiliar.

Minha colega de história Euzanete Medeiros da Costa, sempre defensora com inigualável carinho da preservação de documentos e outras fontes na direção do Museu Histórico de Dourados.

Meu amigo Ademilson, por defender a minha vida quando estive sozinho.

*Na noite passada sonhei com uma grande águia que
vinha a meu encontro, então eu subi em suas costas e
ela me levou para mundos distantes.*

Muhammad ibn ‘Abd Allah ibn Battuta, século XIV.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	14
Introdução	15
Parte 1	
Antes, lá no Oriente	20
Sinais de uma vida difícil	20
A decisão	24
<i>A América é uma nuvem que se esgarça nos céus do Líbano</i>	27
O roteiro	28
Oriente Médio, um pouco de história	31
Traços econômicos	36
A modernidade	38
A questão da Palestina	42
A Grande Migração	46
O interessante da América	46
O Brasil no século XIX	47
A terra e ...	48
... a Lei de Terras	50
O imigrante	52
O Racialismo	54
<i>Embranquecimento</i>	55
Ataques e defesas	58
A entrada de sírios e libaneses: alguns números	61
Restrições	62
O caminho das cidades	63
Para o Sul de Mato Grosso	65
Parte 2	
O antigo Sul de Mato Grosso – SMT	68
O povoamento local	68
Dourados	71
Uma origem rural	71
A vida entre o campo e a cidade	72
Coronelismo e política	74
<i>A Marcha para Oeste</i>	75
A Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND	78
Imigrações e migrações	80
A cidade, a urbanização e o campo	81
Sedentarização	84

O Comércio	86
Vias de comunicação	86
Abastecimento e transporte	89
As estradas	93
O mascate	96
O varejo	101
Uma cultura comercial	115
<i>De casas a lojas</i>	115
Fiado	117
A rua do comércio	118
Uma estratégia inteligente	118
Aceitação	119
Problemas e conflitos	121
A nova diáspora	123
Parte 3	
Da vida na fronteira	129
Um objeto híbrido	129
Negociação de identidades	136
O idioma <i>árabes</i>	136
O cotidiano	144
O futebol	148
Arroz, feijão e <i>tabule</i>	150
Pessoas e instituições	153
Religião	156
Os casamentos	165
Incertezas	175
As moveidas identidades nacionais	175
Uma outra viagem	186
Considerações finais	189
Referências bibliográficas	194
Bibliografia geral	199
Entrevistas	201
Arquivos	202

LISTA DE FIGURAS

Fotografias

Foto nº. 1: Hayel Bon Faker em viagem a Síria	26
Foto nº. 2: Carreta de boi e Aniz Nacif Rasslen	89
Foto nº. 3: Frota de caminhões de Atanagildo e Itálvio Penzo	90
Foto nº. 4: Casa comercial <i>A Favorita</i> de Elias e Akel Milan	104
Foto nº. 5: <i>Casa Cerrito</i> , comércio de de José Leitão	115
Foto nº. 6: Lápide de Youssef Abdul Rahman El Kadri	127
Foto nº. 7: Restaurante Monte Líbano	129
Foto nº. 8: Restaurante Monte Líbano	129
Foto nº. 9: Time <i>21 de Abril Futebol Clube</i>	148
Foto nº. 10: Filhos de Hayel Bon Faker	148
Foto nº. 11: Mesquita de Dourados	159
Foto nº. 12: Mesquita de Dourados	164
Foto nº. 13: Mustafa Ibrahim El Chamaa com esposa Souad Gebara El Chama	169
Foto nº. 14: Ismail Mohamad El Chamaa e sua primeira esposa Fátimé Ismail Chamaa	170
Foto nº. 15: José Martins e Elisa Bittencourt da Silveira	172
Foto nº. 16: Hayel Bon Faker e Carmelita Faker Soares	172

Mapas

Mapa nº. 1: Líbano	21
Mapa nº. 2: Síria	21
Mapa nº. 3: Dourados no sul de Mato Grosso no início do século XX	87
Mapa nº. 4: Dourados e sua ligação com o oeste paulista	88

Tabelas

Tabela nº. 1: Casas comerciais de sírios, libaneses e árabes em Dourados	101
Tabela nº. 2: Casamentos de imigrantes sírio-libaneses com brasileiras	165
Tabela nº. 3: Cstos. de brasileiros de ascendência sírio-libanesa com brasileiras	166
Tabela nº. 4: Cstos. de imigrantes sírio-libaneses com imigrantes sírio-libanesas	167
Tabela nº. 5: Cstos. de imigrantes sírio-libaneses com brasileiras de ascendência sírio-libanesa	167
Tabela nº. 6: Cstos. de brasileiro com brasileira, ambos com ascendência sírio-libanesa	168

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da imigração de sírios e libaneses para a cidade de Dourados, especificamente no período de 1910 a 1980. É preciso fazer a distinção de dois conceitos; por um lado a *emigração* é a ação de sair de seu próprio país em direção a outro. A *imigração* é o fenômeno de entrada de estrangeiros em um determinado país, no caso do Brasil que os recebeu, em finais do século XIX e início do XX.

Os atores principais estudados neste trabalho são os sírios e libaneses, pessoas que deixaram seus lares, famílias, conhecidos e atravessaram o Atlântico em busca de uma oportunidade que lhes melhorasse sua situação. Na sua maioria, acabaram de fato, criando essa chance construindo nestes trópicos uma nova vida, outros, porém, optaram em retornar à sua terra natal.

A união deste grupo se dá pela sua história de diáspora, ou seja, a excursão que fizeram através do oceano Atlântico e a busca de oportunidades. Seus outros vestígios são heterogêneos, já que enquanto pessoas e imigrantes, apresentaram várias identidades.

Sua entrada se deu principalmente pelo Porto de Santos, em São Paulo, e posteriormente vieram em direção à parte meridional de Mato Grosso e se estabeleceram na região de Dourados. Entender a presença árabe nesta cidade não implicou necessariamente na escolha de uma estrutura teórica absoluta, sob a qual, os imigrantes puderam se encaixar, pois entender este grupo custou – e continua custando – um grande esforço.

Enquanto uma grande parcela era comerciante, havia uns poucos que preferiram outras atividades, enquanto alguns eram muçulmanos, outros eram drusos. Nas entrevistas, alguns imigrantes caracterizavam a si mesmos e a outros imigrantes como trabalhadores e honestos, por outro lado, esse discurso caía quando outro entrevistado desfazia a fala anterior como sendo irreal.

A *negociação* é um símbolo indicando suas práticas econômicas e culturais. Eles dialogaram com a sociedade douradense para serem aceitos e fazer parte do lugar, todavia, sua situação era de *entre-lugar*: pessoas que viviam relações mudando os seus valores e padrões de acordo com a necessidade, ora eram mais sírios, libaneses, árabes, ora mais brasileiros. Eles deslocaram as cercas das fronteiras em que viviam sempre com o pé nos dois lados, foram pessoas divididas entre duas terras.

Foram pessoas híbridas, isso indica a soma de dois mundos diferentes gerando outro mundo, não definido, mas cujo sentido de existência se deu pela união de extremos. Dois elementos que geraram um terceiro, além da estrutura binária: *nós e eles*.

Importa nesta introdução explicar alguns dados desta pesquisa. Primeiramente a escolha desta temática: Oriente Médio, advém ainda, da infância, do contato com imagens, livros e filmes sobre a região. Na adolescência, nos anos 1990, já possuía uma relação com a comunidade muçulmana de Dourados, o que facilitou o estabelecimento de uma rede de contatos que influenciaram na escolha deste objeto ainda na graduação em 2002.

A questão do recorte temporal, 1910 a 1980, deve-se as fontes que indicam a presença de árabes em Dourados no ano de 1910, cujo primeiro personagem é José Martins, conhecido como *Matim Turco*. A década de 1980 é devido ao fato de que neste período, muitos imigrantes já saírem de Dourados.

Executar esta pesquisa foi um caminho cheio de desafios e surpresas. Inicialmente a questão financeira, arqueei grande parte com recursos próprios advindos de minha atividade como professor. Adquiri livros, o que é extremamente importante, fiz viagens, participei de eventos, medidas estas que foram muito bem planejadas.

Os indícios nos quais me baseei são vários e vão desde receitas culinárias, fotografias, recortes, notas fiscais, cartões de visitas, livros, jornais, dissertações e teses. Evidentemente todas estas fontes são importantes: os textos ajudaram a ampliar a visão do objeto com diferentes abordagens dos autores. A bibliografia do Oriente Médio é restrita no Brasil, posto que o tema é pouco estudado, restando, assim, poucos trabalhos.

As fontes orais por sua vez exigiram um fino trato. Ainda nas aulas foram realizadas várias discussões quanto ao seu uso, o que levou a busca pela melhor forma de explorar as indicações, do que as entrevistas estavam querendo *dizer*. A Escolha do local, gravação, escuta, transcrição e classificação foram fundamentais.

Cada entrevistado tinha seu tempo. Foi preciso também muita paciência para retornar o contato: em muitos casos foi preciso agendar uma segunda, terceira e mais visitas. Na transcrição e citação procurei manter a maneira de falar dos imigrantes, o que caracteriza-os como seres híbridos, pois sua própria comunicação dá indícios de articulação entre os idiomas árabe e português.

Quando da entrada no Programa de Mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados, em 2006, as fontes estavam quase que 70% catalogadas, lidas e separadas por assunto. Isso foi possível devido a minha pesquisa de Iniciação Científica cuja monografia

intitula-se *A presença dos imigrantes sírio-libaneses no povoamento e nas relações comerciais da região de Dourados (1920-1960)*¹.

Portanto, já havia feito um levantamento e reunido material para análise no Arquivo de Mato Grosso, em Cuiabá, Junta Comercial de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Museu Histórico de Dourados, Centro de Documentação Regional de Dourados, entrevistas e a montagem de um pequeno arquivo pessoal facilitaram a consulta e análise de obras, textos, documentos e fotografias. A outra parcela de fontes que faltavam foram buscadas em finais de 2006 e início de 2007.

Essa pré-análise adiantou o tempo da pesquisa, restando apenas a organização minuciosa de uma agenda para dar conta dos compromissos, do trabalho como professor no período noturno do Ensino Médio à vida de pesquisador e a participação, publicação e apresentação de trabalhos neste Estado, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Duas especialidades da história compõem esta análise, que incorporou traços da história cultural e econômica. Os dois lados são importantes, a questão cultural revela quem somos a partir do que pensamos e sentimos de nós mesmos, como nos vemos e transformamos esta visão já que ela é sempre circular, não-permanente.

Os traços culturais dos árabes em Dourados serviram para entender como foi o processo de aceitação pois cada atitude era uma peça movida no jogo da variabilidade de interesses em ser aceito, respeitado e reconhecido, mesmo como diferente, de modo que essa diferença gerasse prestígio.

A economia por seu lado diz respeito à questão da necessidade, já que o indivíduo pobre não saía de sua terra se não precisasse buscar novos meios de sobreviver e garantir uma rentabilidade a curto ou longo prazo. A presença dos imigrantes que se fizeram comerciantes ajudou no povoamento e abastecimento da cidade de Dourados e região, já que as pessoas não podiam se deslocar a longas distâncias para buscar as mercadorias das quais necessitavam, isso era papel do comerciante. O comércio indica a urbanização, pois as casas comerciais demonstravam o aumento demográfico local e a maior circulação de moeda e consumo, principalmente na década de 1950.

As duas faces andaram lado a lado, quando mascates tinham de trabalhar durante todo o dia e a noite quando hospedados numa casa, pensão ou hotel. Por vezes, encontravam outros

¹ Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq, iniciada em 2002 e terminada em 2003, sob orientação do Prof^o. Dr^o. Paulo Roberto Cimo Queiroz.

patrícios com os quais podiam conversar em árabe, cantarolar alguma canção ou mudar as estratégias de venda.

No texto há a indicação destes imigrantes como *árabes*, *sírios* ou *libaneses*. O termo *sírio* ou *libanês* é usado quando se tem a indicação de fonte que especifique a origem da pessoa. Quando não foi possível esta indicação, utilizei o termo *árabe*. Em certos casos, uso *árabe* num sentido mais geral, uma vez que estes imigrantes vieram de regiões, Síria e Líbano, que passaram pelo processo de *arabização* no século VIII.

Esta dissertação está organizada em três partes. Chamo de partes pois entendo esta palavra como elementos, logo, três elementos constituintes interdependentes uns dos outros, sem os quais não se entende o todo. Ao longo da leitura pode se perceber que as fontes falam umas com as outras no sentido de que as citações se ajustam ou negam os documentos, jornais e falas.

A primeira parte trata da vida no Oriente Médio, dos contatos entre parentes e suas principais ocupações e ainda em finais do século XIX e no decorrer do século XX. Analiso os principais fatores de expulsão tanto políticos (Império Otomano, imperialismo europeu, lutas nacionalistas) quanto econômicos (modelo pós-colonialista, novas tecnologias de transporte e comunicação) bem como os de atração para a América, ligados principalmente a questão da terra.

Os imigrantes tinham uma visão da América como se fosse uma nuvem distante, ou uma imagem nublada, indistinta: se sabe que existe, mas não se define onde é, quantas pessoas há, quais as dificuldades e possibilidades. Poderá ser observado o projeto que faziam sozinhos ou em família, a perspectiva quanto à mascateação e a disposição de vir de encontro ao novo. Destaca-se também a chegada no Brasil e a entrada destes árabes no interior do sul de Mato Grosso e quais os motivos da escolha desta região fronteiriça.

A segunda parte diz respeito mais especificamente à construção de uma vida em Dourados. Para tal empreitada foi preciso elaborar uma história da construção da região em torno do meio urbano, portanto da cidade e sua relação com a terra e o campo, as andanças dos imigrantes quando mascates que possibilitou o acúmulo de capital o qual foi injetado na economia douradense através da construção de casas comerciais e lojas. Aqui o comércio não era apenas o meio de vida dos árabes, mas era o ponto de recepção da população, em geral, que vinham aos seus estabelecimentos para conversar, tomar chimarrão ou fumar.

Ao mesmo tempo em que o comércio possibilitou a entrada destes imigrantes na região, outra série de eventos vai causar uma nova diáspora e colocará Dourados apenas como um lugar temporário. Estes fatores vão desde a passagem desta vida para outra, o falecimento,

que tive de provar com algumas idas ao cemitério, como a migração para outros países e a queda populacional frente ao desestímulo do projeto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

A última parte diz respeito à questão mais cultural do trabalho, das negociações das identidades dos dois mundos, um árabe, um brasileiro. Estes mundos distintos e heterogêneos em si mesmos. Pode-se pensar na existência de uma *colônia árabe* em Dourados unida por laços históricos da experiência da migração, religião, idioma ou comércio, todavia esta união é algo imaginário, pois o que se configurava na prática eram diferentes interesses.

Ao mesmo tempo em que busquei nas fontes o sentido deste objeto, elas não falam por si só, pois cabe ao historiador fazer o trabalho de pensar as intenções dos discursos sempre móveis, tal qual, todas as práticas dos imigrantes ao longo de sua existência em Dourados. As mudanças continuam até nos dias atuais, eles continuam entrando e saindo de Dourados. Agora, convido o leitor a fazer a *sua* migração por este trabalho. Boa viagem.

Parte 1

Antes, lá no Oriente

Sinais de uma vida difícil

A situação de muitas comunidades rurais no final do século XIX e início do XX na região da Grande Síria, atuais Líbano e Síria, era de pobreza, poucas oportunidades de ascensão social, principalmente para as novas gerações rurais. Politicamente a condição de domínio do Império Otomano e posteriormente francês e inglês fez ainda com que muitos fossem perseguidos por seu nacionalismo que defendia um Estado Nacional livre.

Para se ter uma idéia, a maior parte dos emigrantes que vieram para o Brasil, e consequentemente para Dourados, tratava-se de pequenos agricultores vivendo do que a parca terra dividida em famílias produzia: “era uma gente muito pobre, alguns trabalhavam na venda de um condimento chamado *snalbar*, aqui chamado pinólis usado para dar gosto aos alimentos, como glúten” (Entrevista Sultan Rasslan).

A terra, dividida em pequenas *propriedades* familiares, não oferecia chances de melhorias, ou seja, havia muitos braços e bocas e pouca rentabilidade. Para dividir as posses não havia

cerca, cada um tem documento, se tem uma lote aqui, uma lote ali, um hectare, meio hectare, nós ali da família *Chamaa* meu tio, irmão de meu pai, Said, finado meu pai Mohamad, meu tio pai de Mustafá Ibrahim, e outro tio chama Mahdin, então todos eles trabalha separado, é família herança das vós (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

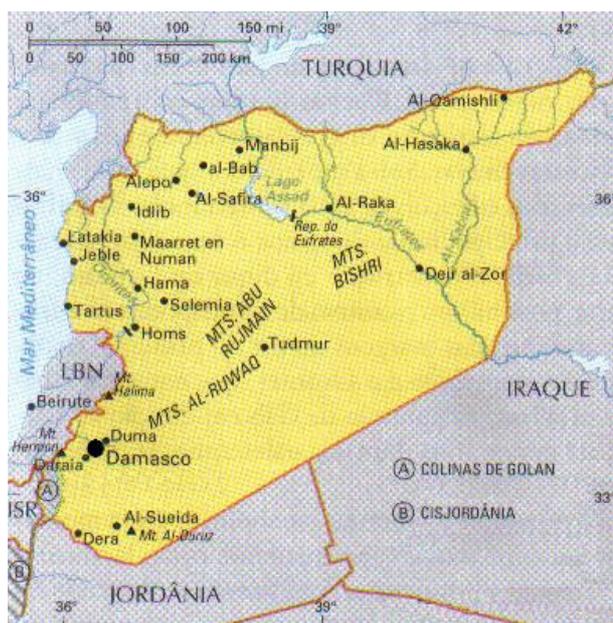
No caso do Líbano, a economia no campo era baseada em animais e cereais, criação de carneiros, cabritos, plantação de trigo, lentilha, grão-de-bico, uvas, damasco, cevada, milho. Dos animais tirava-se leite, produzia-se queijo; posteriormente esses produtos eram vendidos nas cidades. As estações do ano eram muito bem definidas, influenciando diretamente na dinâmica da produção: em novembro, plantava-se trigo, em dezembro com a chegada do inverno começava a cair neve até fevereiro. Três meses de neve. Em março começavam as chuvas derretendo o gelo e então nascia o trigo.

Segundo Ismail Mohamad El Chamaa, imigrante libanês radicado em Dourados, o fato de o trigo nascer da terra depois da neve para muitos brasileiros era uma história difícil de acreditar: “um gaúcho Valdemiro, comecei a contar sobre gelo e plantação, ele falava ‘*Mas, o turco filha da puta! Tá mentindo, aqui qualquer coisinha queima tudo, lá três meses embaixo do gelo não queima?*’”. Isso se passou na década de 1950, posteriormente o amigo gaúcho

confirmou a verdade da agricultura libanesa consultando Anis Nacif Rasslen, outro imigrante libanês que morou em Dourados (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Entre as várias famílias de imigrantes árabes em Dourados os Rasslen eram de Ras-el-Matn, os Chamaa e os Gebara originários de Majdal Balhis, este último povoado, por exemplo, vivia da agricultura e está a cerca de 30 quilometros de Beirute na região do Vale do Beqaa (RANSTOR, 1998).

A comunidade de Majdal Balhis segundo, Kátia Rasselen Abdel Malek, imigrante de Beirute “é assim oh! Um ovinho, fica na montanha, é uma vila pequena, é agrícola, o pessoal trabalha pra plantar e colher, não tem emprego, por isso o pessoal sai de lá pra ter condição melhor” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek). Casos mais particulares se destacam como Hayel Bon Faker cujas raízes estão na região de Damasco, na Síria.



Mapa nº. 1: Líbano (NOVA E. BARSA, 2001, p. 16). Mapa nº. 2: Síria (NOVA E. BARSA, 2001, p. 299).

Estes mapas, nº. 1 e nº. 2, destacam o Líbano e a Síria atuais. São as regiões originárias dos imigrantes sírios e libaneses do final do século XIX e início do XX, embora ainda não existissem enquanto Estados nacionais. Em destaque as respectivas capitais Beirute, da qual saíam a maioria dos navios em direção à América, e Damasco, de onde muitos sírios embarcavam via ferrovia até Beirute.

A terra era um elemento fundamental para a sobrevivência das populações da Grande Síria. Cada vez mais reduzidas, as terras tinham de ser divididas entre os membros, em sua maioria, jovens e homens que começaram a perceber mudanças. Truzzi confirma ainda que:

A melhoria dos transportes marítimos e terrestres minando a produção local de artesãos independentes; o crescimento urbano também ensejou uma produção agrícola comercial de maior escala, que deslocou as plantações de subsistência. A indústria têxtil, em boa parte de caráter doméstico, não resistiu à competição de produtos importados (TRUZZI, 2000, p. 316).

Estas transformações estavam na ordem do dia. Somadas ainda ao aumento populacional, mesmo que Hourani indique que pensar em números populacionais na passagem do século XIX para o XX naquela região é “palpite”:

a população da Síria no mais lato senso pode ter crescido em algo em torno de 40% entre 1860 e 1914, passando de 2,5 milhões para 3,5 milhões; por outro lado, houve um largo fluxo de emigração do Líbano para as Américas do Norte e Sul, e em 1914 diz-se que partiram cerca de 300 mil libaneses (HOURANI, 2006, p. 387).

A questão demográfica é muito pertinente, pois muitos autores percebem que as pessoas estavam cada vez mais numerosas. Lesser comenta que dos fatores da emigração ela é uma engrenagem interna da região sírio-libanesa, pois houve primeiro, uma “migração interna, proveniente dos vales montanhosos do norte em direção ao Shuf meridional, economicamente mais viável” o que posteriormente “criou novas pressões populacionais” (LESSER, 2001, p. 96).

Este fenômeno no Líbano tem um agravante. Os movimentos migratórios do campo em direção aos centros mais povoados causaram o inchaço de cidades. Este êxodo aumentou a partir dos anos 1950²: “Os rurais, em número crescente, abandonaram as suas aldeias ou as suas pequenas cidades para instalarem-se em Beirute, Trípoli ou Saida” fazendo nascer um “sub-proletariado urbano” (SALÉM, 1969, p. 42).

A maioria dos imigrantes sírios e libaneses que vieram para Dourados, como dito, é originária de famílias agricultoras na Síria e no Líbano. A maioria não são todos, pois há imigrantes árabes em Dourados de cidades como Beirute, Damasco bem como de outras regiões como Jordânia e Palestina.

A situação econômica é um agravante de situação séria, pois quem é pobre e tem família sentem os efeitos da pobreza. A condição econômica somada aos acontecimentos

² Ainda é preciso considerar que emigrantes locais fazem do Líbano sua nova terra, sendo o país para o Oriente Médio uma referência de moradia para sírios, jordanianos, kuaitianos, egípcios, já que o Líbano destacou-se por “uma economia liberal e relativamente próspera” a partir de meados do século XX. Os palestinos também fizeram da parte meridional libanesa seu refúgio devido à guerra com Israel em fins dos anos 1940 (SALÉM, 1969, p. 40).

políticos locais pressionava as populações, porém estes pobres e fugitivos tinham uma alternativa: emigrar. Em finais do século XIX, a luta nacionalista baseava-se na violência e perseguição, o que mobilizava as pessoas a irem embora em busca de uma vida politicamente mais tranqüila e economicamente mais estável.

Hajjar aponta várias “causas principais da imigração [...] a intolerância do cidadão árabe em servir ao exército otomano; a pobreza da terra [...] as guerras sucessivas e conseqüente fome, desespero e provação”, ainda as “diferenças religiosas e sectárias” entre diferentes grupos nacionalistas cristãos, muçulmanos, drusos (HAJJAR, 1985, p. 33). Embora Hajjar aponte estas variadas razões, sua escrita deixa transparecer que a questão política foi mais importante: da tentativa de independência em relação aos turcos e libertação nacionalista frente os europeus.

Oliveira, estudioso dos sírios e libaneses na política de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, também aponta os fatores políticos como determinantes: das “ações coordenadas do estado turco”, o qual tinha sob seu domínio os árabes, gregos, albaneses, búlgaros, romenos e eslavos, até as “interferências de potências européias”, além de fatores “religiosos, étnicos e econômicos”, que somados geraram toda uma conjuntura favorável à emigração. (Linhares apud OLIVEIRA, 2001, p. 20, 22).

Há, porém, outros fatores mais específicos que contribuíram na emigração. Em Dourados, a família Rasselen, é unida aos Abdel Malek, ambas são libanesas. Os Abdel Malek vieram a Dourados nos anos 1950, primeiramente por motivos de família e herança, depois, por causa da guerra civil no Líbano iniciada em 1975 opondo cristãos e muçulmanos, aqueles contrários e estes partidários dos palestinos.

Destaca-se também o fato de os Abdel Malek, de Dourados, não estarem no Líbano ligados à agricultura, mas a capital libanesa de Beirute: “a primeira vinda de meu pai foi em 1957, na época que ele veio era o auge, ele e minha mãe era considerado o casal vinte, eram muito bonito o estilo diferente, não parecia árabe parecia europeu” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Esta breve fala acerca de *não parecer tão árabe e mais europeu* de certa forma representa num contexto maior a proximidade do Líbano com o Ocidente, defendida por exemplo, pela elite cristã maronita, cuja diplomacia era estreitada com os franceses desde os anos 1930, quando da formação do Estado (SALÉM, 1969, p. 67). Esta dupla aparência revela também a condição do imigrante em outras terras, ou seja, da adição e negociação de várias identidades em si mesmo, daquele que traz sua cultura original mesclada aos novos aprendizados em outras terras.

O patriarca Bachir Chakib Abdel Malek explica que “quando estourou a guerra no Líbano em 1976 época trabalhava na embaixada de Portugal em Beirute, na seção comercial [...] por doze anos [...] em 1979 voltei pro Líbano pra ver meus pais” (Entrevista Bachir Chakib Abdel Malek).

O libanês Afif Afif Hani Abu Harb afirma que a imigração de árabes para o Brasil não parou e continua acontecendo clandestinamente: “as vezes vem um do lado do Paraguai, passa por aqui, até a Polícia Federal não mandar embora, as vezes fica lá dentro, no Paraguai”, portanto, mesmo que a imigração tenha diminuído, ela ainda possui sua dinâmica, pois não está totalmente estacionada (Entrevista Afif Hani Abu Harb).

A decisão

Emigrar! Emigrar era uma saída, da perseguição, da pobreza, ir à busca do novo, olhar para o horizonte e sonhar com uma vida e um futuro melhor para si e a família. Pois antes de vir e fazer a vida no comércio ou qualquer que fosse a ocupação, o objetivo era ajudar a família e voltar.

Os parentes ficavam a espera de respostas. Os imigrantes primeiramente *sonharam* com uma vida melhor, depois organizaram uma estratégia e então embarcavam no navio. A visão que tinham das possibilidades na América era muito promissora. O libanês Zaki Ahmad Gebara afirma que quando emigrou (1950), a imagem que tinha da situação na América é que “acharia dinheiro na rua” (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

A decisão da viagem muitas vezes envolvia toda a família, ou era tomada pessoalmente às escondidas. Neste ou naquele caso, o envio de dinheiro da América significava um verdadeiro recomeço, pois com as remessas as famílias aumentavam suas terras e melhoravam sua tecnologia, melhorando o cultivo, bem como o “status” familiar, despertando em vizinhos e demais presentes a vontade de também tentar a sorte além-mar (TRUZZI, 2000, p. 317).

A terra, vale lembrar, era o espaço da vida e vivia melhor quem tinha seu controle. Em 1858, surge a Lei da Terra no Império Otomano; as melhores áreas eram do Estado e quem tivesse predisposição de cultivá-las deveria requerer um título e usar do direito de vendê-la ou repassar em herança. O objetivo era principalmente estimular a grande produção para o mercado externo.

No Líbano, por exemplo, o resultado parece ter dado certo, pois “aumentaram os pequenos tratos de terra produtora de seda, em parte por causa das remessas feitas por

emigrantes para suas famílias”, que iam cada vez mais acumulando pecúlio e prestígio (HOURANI, 2006, p. 379).

Havia casos que a família enviava mesmo crianças, desde que houvesse parentes no país de recebimento, como aconteceu com Afif, que morava com os pais num povoado próximo a Beirute quando um primo (Neif Arid), o qual, “morava aqui no Brasil [...] me requisitou de trazer do Líbano para junto com ele, tinha contato com ele por cartas, ele veio em 46 [1946], eu em 52 [1952], então teria aí uns 8 anos” de idade (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

A idéia de viajar também tinha um prazo, “queria ficar cinco anos no máximo” afirma Zaki. Fazer dinheiro e voltar o mais brevemente possível, não era uma atitude utópica, era uma atitude séria que requeria do candidato correr riscos de não ter sucesso econômico e/ou não voltar (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

Ismail Mohamad El Chamaa resolveu viajar quando ficou sabendo por carta que seu primo Mustafa El Chamaa estava se saindo bem como mascate: “ele chegou primeiro em 1951, eu vem em 1952, eu tinha escrito pra ele pra cá então ele explicou o trabalho ‘carrega mala bate palma num casa’” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Embora se comunicassem por carta, Ismail não sabia ler e escrever, mas uma terceira pessoa recebia e lia as cartas escondidas dos pais de Ismail. Ele conta que, acerca do trabalho de mascate, era preciso que a pessoa estivesse disposta às andanças que deveria fazer tal qual Mustafa: “não tinha preferência de nada, qualquer serviço que aparecesse toca”, mas a tendência era para o comércio já praticado pelas gerações de imigrantes anteriores (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Tomada a decisão da viagem, muitos que vieram no início do século embarcavam com documentação do Império Otomano e eram chamados *turcos*, mesmo sendo sírios ou libaneses. Nos anos nascentes do século XX com o nacionalismo em ascensão é que a mudança na grafia se efetivou.

Na década de 1950 Ismail foi a uma agência local que embarcava imigrantes para o Brasil e articulou toda a documentação necessária através do dinheiro da parte que lhe coube da safra anual familiar.

O preço da viagem “completo foi mais ou menos 600 libras do passagem, de tudo o documento foi 400 libra com exames médicos, taxa de passaporte”. Depois de tudo armado é que ele falou: “pra finado meu pai [...], falei pra finada minha mãe olha vou viajar pra Brasil, tenho contato com primo Mustafá vou lá, vou trabalhar e ajudar vocês” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Importante observar que entre as remessas enviadas ao Oriente Médio muitas já vinham com destino de uso marcado para custear as passagens de irmãos, primos, amigos. E quase sempre a intenção era “buscar uma condição melhor e ajudar a sustentar a família lá, porque a intenção de vir pra cá era pra ajudar a família” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

A parte final do plano era voltar. Muitos cumpriram outros não. Seja pelo insucesso, seja pelas relações estabelecidas que enraizaram os árabes no Brasil pelo fato de mudarem suas nuances identitárias, como o casamento com brasileiras, ou mesmo por terem se saído tão bem no comércio que retirar o capital do Brasil e aplica-lo no Líbano ou Síria seria desvantajoso.

Portanto, a atitude de voltar para a o Oriente Médio, para muitos imigrantes era desvantajoso e o máximo que faziam eram viagens de visita a família, caso de Hayel Bon Faker, sírio, que “voltou em viagem para Síria depois de 40 anos no Brasil, foi junto com o primo Anis [Nacif Rasslan], foi ver o túmulo da mãe Adib Faker” e rever os parentes como o irmão na Foto nº. 1 (Entrevista Anis Faker).



Foto nº. 1 Hayel Bon Faker em visita ao irmão Hani Nasser Faker, na Síria, em 1957.

A América é uma nuvem que se esgarça nos céus do Líbano

A estratégia de vir e adquirir capital, em geral, deu certo. Muitos outros moradores locais observaram que trabalhar longe, era difícil, mas compensador. Viajar e trabalhar fora, passaram a ser assuntos cotidianos: “tinha a família Haddad [...], casa deles perto de nossa casa, tem um filho dele veio pra Brasil, trabalhou, foi pra Canadá, o irmão dele levou ele pra lá, e tem outro irmão mais velho morou em São Paulo” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Observe que de uma única família as pessoas iam tomando destinos no continente americano. No começo da imigração, a *América* estava limitada por uma parca representação que os sírios e libaneses tinham dela. Nos primeiros anos dos deslocamentos, emigrar parece ter sido mais importante do que o destino em si, mas aos poucos os árabes foram “descobrimo a América”.

Num poema, Nabut fala da dor das mães libanesas de separarem-se dos filhos e questionam a nova terra dita América:

*A América é uma nuvem que se esgarça nos céus do Líbano
De que matéria será feita essa América?
O sonho desesperado de navegar e ir fazer a América – oásis
Que coisa será essa América?!
Quando retornam meus filhos da América?
América, América, onde estará essa América?
(NABUT, 2001, p. 54-55; grifos no original).*

Em sua maioria os primeiros sírio-libaneses direcionavam-se para o norte, nos Estados Unidos, mas muitos começaram a desembarcar no Brasil por não conseguir fazê-lo naquele país, pois temiam não conseguir cumprir as exigências legais norte-americanas como higiene e documentos.

Obviamente com o tempo as lacunas de desconhecimento geográfico foram sanadas e o Brasil passou a ser um objeto real de viagem, mesmo porque os que chegaram primeiro iam trazendo outros, bem como mantendo comunicações que esclareciam as localizações, embora isso não fosse uma matéria pública (Knowton apud TRUZZI, 2001, p. 2).

Para aqueles cuja instrução era menor, analfabetos ou semi-alfabetizados, o Novo Mundo era ainda um mistério. Afif, que imigrou com oito anos partilhava o desconhecimento em relação ao continente: “sabia que *tava vindo pra América, não vou pro Brasil, não vou Dourados, não vou Mareópolis*” (Entrevista Afif Hani Abu Harbi). Ismail da mesma maneira: “não, não sabe nada” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Kátia conta uma história que ilustra o pensamento que muitos árabes tinham sobre a América:

um senhor que veio do Líbano receber uma herança em Glória de Dourados, ele achou que era um *patrimônio* [propriedades de valor], coitado quando chegou aqui era uma casa de madeira velha, não conseguiu nem pagar a passagem de volta. Porque eles tem uma noção de Brasil assim que todo mundo se dá bem, hoje já é diferente porque a sociedade já ta mais informada tem internet, mas antigamente era nossa! O *Eldorado* (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Todavia, quando chegavam ao Brasil, a vida de mascate era difícil: mandar dinheiro, acumular capital, abrir loja, isso exigia muito esforço. Mesmo passados anos de viagens entre Oriente Médio e América, esta ainda era uma terra desconhecida.

Zaki veio jovem nos anos 1950, pensava que ia “achar dinheiro na rua” devido aos comentários de sucesso que ouvia de parentes e outros imigrantes retornados ao Líbano, mas “se eu tivesse dinheiro tinha voltado no outro dia” (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

O roteiro

Toda viagem possui um roteiro, uma linha, embarques, desembarques. Segundo alguns autores o oeste do Líbano, por exemplo, é composto por várias vilas pequenas, que à noite vistas do céu tende a parecer várias imagens entre as quais “um chão de estrelas” (NABUT, 2001, p. 56).

Jorge Antônio Nabut tece o caminho mais comum dos imigrantes. Partindo das vilas vão para as cidades:

[...] se dirigem, oprimidos, fugidios, esperançosos, os moradores dessas vilas em direção a Trípoli e mais tarde, Beirute, quando os navios são maiores. Em Trípoli e em Beirute, o porto os conduz ao abismo vertical da longa viagem para Marselha, cidade portuária do Sul da França [...] até que outro navio apite a partida, para o vazio sem medidas do Atlântico, meses de monotonia, nesse navio italiano, vagas, ansiedade, enjôo de comer macarronada todos os dias, rebelião em alto-mar para mudança de cardápio, perspectiva, náusea, infindável viagem rumo ao Desconhecido. [...] A inundada visão da cidade de Santos, com o Sol vermelho no final da tarde (NABUT, 2001, p. 56).

Nos portos, pessoas entravam e saíam de navios em direção às Américas, no caso brasileiro, principalmente à São Paulo, no porto de Santos. A viagem era feita por etapas com paradas em portos do Mediterrâneo e na Península Ibérica: “sai em 9 de janeiro de 1952, cheguei dia 2 de fevereiro em Santos, num navio que veio de Beirute até a Itália chama *Bache*”, posteriormente fez baldeação para outro navio (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Safady, um imigrante libanês médico em São Paulo, escreve acerca de sua partida:

Depois de prolongados preparativos deslocamo-nos para [...] O porto de Beirute [...] deixando meu pai só, no paredão do pôrto. Seu último adeus foi uma palavra e uma lágrima. A palavra era a bênção de Deus e a lágrima, todo o afeto e carinho de um pai para seus filhos que demandam à liberdade numa *terra estranha* (SAFADY, 1966, p. 115; grifos meus).

Posteriormente o autor refere-se aos acontecimentos, que fizeram muitos emigrarem: “Continua todo o sofrimento de uma família que presenciou aos horrores cruéis dos anos de guerra, tolerando a penúria e os vexames provocados pelos turcos”, e deixava “para traz” os sofrimentos de “cinco anos de guerra mundial [Primeira Guerra, 1914-1918] com a perda da metade do nosso povo pela fome e doença. Deixava minha terra dominada à última hora pelos franceses” (SAFADY, 1966, p. 115).

Uma última olhada e Safady percebeu que ficara às suas costas “o pôr do sol que deixamos em Beirute e o nosso navio afastando-se da terra, [...] deixando para trás [...] os picos brancos do Monte Sanin com seus verdes e seculares cedros” (SAFADY, 1966, p. 116).

Durante o caminho havia paradas. Ismail afirma que saídos de Beirute, num porto italiano tomou outro navio, o *Lainic*, com o qual viajou para a França: “desembarquei em Nápoles, de Nápoles foram até Mersilha [Marselha] no França, de lá pegamos trem até Paris, [...] pegamos outra trem para o Porto *Harvar* ali no Atlântico”, mais tarde houve uma nova parada em Portugal e depois um novo, agora em direção ao Brasil (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Ismail guarda algumas impressões de viagem quando passou pela Europa, que muito embora estivesse na década de 1950 havia ainda sinais da Segunda Guerra (1939-1945), principalmente na França: “tava destruído da guerra, [...] as armazéns lá, tava tudo destruído, do lado próximo da estrada de ferro três metros de fundura as ruínas, uma barbaridade” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Estas paragens são confirmadas pelo seu passapote. No de Afif consta, os locais por onde passou: “Pais pour lesqueus ce passeport est valaele³: Italie, France, Espagne, Brazil”, viajou a partir da “Legação do Brasil em Beirute [...] em caráter permanente [...] Beirute em 12 de maio de 1952” (Passeport-Republique Syrienne, 1952, p. 12).

Seguindo viagem para o Brasil “começou a bater sino que o navio vai sair, subimos lá em cima, quem quer olhar a cidade tudo bonito, tudo claro, até chegarmos e falaro: tamos Brasil! [...] [no] Rio di Jinero” o comando do navio porém alertou “vai ser almoço aqui e daqui nós vamos pra Santos” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

³ A expressão diz refere-se a *países cujo passaporte tem valor*.

Afif desembarcou em Santos na década de 1950:

desembarquei no Porto de Santos, ele [o primo] tava me esperando, fui com ele para a cidade de Mareópolis, próximo de Adamantina. Vim de navio que saía de Beirute, *fez escala na Espanha, Portugal, França*, recolhendo os imigrantes, tipo uma circular, esperava um dia uma, noite, pernoiteava lá, noutro dia. [...] gastamos 28 dias de navio [...] [quando chegou] muita gente cada um procurando parente [...] (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

Perceba-se que uma viagem em si já é uma movimentação, mas uma coisa é um deslocamento de pessoas de um ponto a outro e estas viagens em navios no final do século XIX e início do XX eram viagens de pontos em pontos, onde o que se deslocava não eram apenas as pessoas em si, mas todo um conjunto de esperanças, desejos, determinações, culturas, sentimentos e identidades enquanto jovens, idosos, árabes, sírios, libaneses, jordanianos ou quaisquer que sejam as identidades.

Durante a viagem poderiam os passageiros articular amizades e inimizades, conflitos e negociações. Muitos entrevistados falam da divisão de classes nos navios outros de comemorações: “a viagem era linda, houve uma festa quando a pessoa atravessa o oceano” quando cumpriu-se a metade do caminho em direção à América pelo Atlântico (Entrevista Bachir Chakib Abdel Malek).

Bachir também se recorda que a primeira imagem que não lhe sai da lembrança é “o Corcovado”, no Rio de Janeiro. Teve a impressão de já ter visto “porque tem certas coisas que a gente vê, mas não sabe aonde tá, depois [que] aparece, pra mim foi isso também, é grego isso, *déjà vu* dizem os franceses” (Entrevista Bachir Chakib Abdel Malek).

Chegados, os imigrantes passavam por certas inspeções nos portos e verificação de documentos: “subiu o Federal, pediro carteira, nós ficamos fila e cada um documento na mão, [o passaporte] premanentes” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa). De fato no passaporte do libanês Ismail consta que “Ismail Mohamad El Chamaa” veio com a profissão de “agricultor” e seu visto era de “caráter PERMANENTE” (Passeport-Republique Libanaise, 1952, p. 12; grifos no original).

Para as autoridades brasileiras o *preto no branco* dizia que a profissão do pretenso imigrante servia para mão de obra no campo, muito embora Ismail em sua mente não tivesse interesse de plantar sequer uma única muda de café.

Oriente Médio, um pouco de história

Embora tenha tocado brevemente na *questão política e econômica* sobre a Síria e o Líbano é preciso historicizar, com ênfase, estas localidades e destacar sua importância para o mundo.

De acordo com o palestino Mohamad o Oriente Médio é um todo que deve ser diferenciado, ele é dividido em cinco regiões: 1) Grande Síria; 2) Iraque, antiga Babilônia; 3) Península Arábica; 4) Vale do Nilo; 5) Magreb, África setentrional (Entrevista Mohammed Abdel Jabar Ismael Abdallah Taha). Esta divisão é confirmada por Nunes, para a qual o Oriente Médio de maneira geral “se estende do Golfo Arábico ao leste, passando da África Setentrional às praias do Oceano Atlântico a oeste” (NUNES, 2002, p. 193).

Cada uma destas localidades possui, além de diferenças geográficas específicas, evidentes nuances históricas. Destaco a região da Grande Síria, também dito Crescente Fértil por ser uma área em forma de lua crescente. De acordo com Hourani “É uma terra de antiga e distinta *civilização*, sobreposta na metade ocidental pelas da Grécia e Roma, e na oriental pelas do Irã” (HOURANI, 2006, p. 130). Foi desta localização, que engloba os atuais Estados do Líbano, Síria e a região da Palestina que saíram os sírios e libaneses em direção à Dourados, uma outra *civilização* que estes sírio-libaneses vieram a ter contato.

O nome *Síria* “é de origem duvidosa”; Heródoto aponta como abreviação de *Assíria*, aparece primeiramente em textos pré-helenísticos, século V a.C. Posteriormente, no já estabelecido império Árabe, século VIII, o termo em árabe era dito *Suriya* referindo-se à *região* ao norte delimitada pela cordilheira Tauro, ao sul pelo deserto do Sinai, no leste deserto arábico e a oeste pelo mar Mediterrâneo (LEWIS, 1996, p. 35).

O Oriente Médio, além da mencionada divisão geográfica e histórica, possui cinco milhões de milhas quadradas, com uma população de 150 milhões de pessoas. Esta população está mais distribuída ao longo da costa mediterrânea e nos vales dos rios: Nilo (Sudão e Egito) e Tigre e o Eufrates (Iraque).

Encontram-se pessoas em outros locais onde a habitação seja possível, ao menos temporariamente, como no caso nômade. As chuvas não são uniformes na região: em média 70 cm³ por ano no litoral e apenas 15 cm³ no interior. Há o deserto Arábico do Oriente Próximo e o Saara norte africano, áridos, com muito calor e temperaturas de 45° C à sombra. O verão é melhor nas montanhas do Líbano. Água, petróleo e terras férteis estão distribuídos irregularmente em algumas áreas.

A história do Oriente Próximo engloba aproximadamente cinco mil anos entre habitantes da Península Arábica e grupos humanos ao norte, num palco de diversas migrações, misturas e conflitos, estes grupos todos com descendência semítica. Por volta de 3.000 a.C., os babilônios, os assírios e, depois caldeus se fixaram onde hoje é o Iraque.

Em 2.500 a.C. os amoritas, canaanitas e fenícios na Síria e no Líbano, no ano 1.500 a.C. hebreus e arameus se estabeleceram na Palestina e Síria. Tribos árabes migraram da Península no primeiro milênio a.C. e fundaram sociedades em diferentes partes do Oriente Próximo.

Estes grupos vão misturar-se, lutar entre si ou unir Estados por hegemonia onde houvesse maiores recursos, geralmente água ou rotas de comércio. Impérios como Egito, Hitita, Assíria, Babilônia, Pérsia, Macedônia, Roma vão estabelecer poder local, embora não duradouro, pois geralmente tinham problemas com unidade administrativa e de comunicação.

A Península Arábica (de onde virão os árabes, povo que vai estabelecer toda uma transformação na região além de suas fronteiras) em si pode ser dividida em sul e norte. No sul destacou-se desde cedo a agricultura com os Mineus, no segundo milênio a.C., depois os Sabeus, 900 a.C., sedentários e politeístas. No século VI, d.C., o judaísmo e o cristianismo influenciavam a região. A região entrou em crise no final do século 400 d.C. Bizâncio em 525 d.C. conquistou o local. Depois, em 575 d.C., os persas ocuparam e mantiveram como província até a conquista islâmica.

Ao norte a organização social deu-se em comunidades agrícolas dispersas. A água e a vegetação eram escassas. Prevaleceu a cultura nômade em famílias divididas em clãs e tribos, os beduínos. O termo *árabe* aparece aqui pela primeira vez referindo-se aos beduínos (LEWIS, 1982, p. 16).

Para estes beduínos o parentesco sanguíneo era mais importante. Líderes eram escolhidos de acordo com realizações, não bastavam heranças, era necessária aceitação entre os membros da tribo. As tribos entravam em conflito entre si, mas em momentos de ameaças estrangeiras uniam-se (NUNES, 2002, p. 123).

Entre as cidades setentrionais destacava-se *Makka*⁴, centro comercial de caravanas entre a Síria e o Yemen, de ordem politeísta, tal quais os nômades, que entre os deuses adorados já havia um superior em hierarquia “denominado ‘Alá’” (Lewis apud NUNES, 2002, p.

⁴ Correspondente a conhecida *Meca*, todavia em respeito à cultura islâmica faremos algumas referências de acordo com os fonemas árabes, posto que muitas publicações de grupos muçulmanos no Brasil já realizam esta prática (HAYEK, 1992, p. 10).

197). Neste período havia comunidades árabes convertidas ao judaísmo e cristianismo, sob influência advinda do comércio em caravanas.

Próximo a esta cidade havia um mercado denominado Okaz, uma referência festiva para beduínos da Arábia, entre as celebrações, a mais comum era a declamação de poesia e a retórica. Estas atividades poéticas em língua árabe ajudaram a “unir os nômades árabes [...] Apesar de todas as contradições tribais, os árabes devem sua consciência de se constituir como um povo, através da poesia que, até certo ponto, desenvolveu-se e expandiu-se sob os auspícios da religião” (NUNES, 2002, p. 198).

No início do século VII, criou-se uma nova ordem política, um grupo formado por árabes, sobretudo de Makka, sob a bandeira de uma nova religião monoteísta, crente em deus, *Alláh*, tendo seu fundador *Mohammad* como profeta e um livro de guia ético religioso, o Alcorão tomaram o poder organizando um governo islâmico.

Convertida a Arábia, Mohammad morre em 632. O Estado estava formado, porém sem sucessor, o que vai gerar uma série de disputas internas entre discípulos e parentes. Assumiu, contudo, Abu Bakr sob o título de *Khalifa*, que significa *delegado*. Posteriormente sucede ao trono Umar, que de fato inicia um projeto de expansão e conquistas militares (LEWIS, 1982, p. 59).

A expansão árabe não é apenas militar ou religiosa, mas demográfica e vai disputar e conquistar espaços na Ásia Central com os persas, na região do Irã e os bizantinos em Constantinopla. As conquistas vão ocorrer em meio a uma série de disputas internas para o controle do Estado (LEWIS, 1982, p. 64).

Em meados do século VII, a sucessão passou novamente por discordâncias com relação a sucessão do califado entre Ali, primo e genro de Mohammad, o qual tentara anteriormente tomar o trono. No outro extremo de interesse estava Muawiya, que vencedor, centraliza o governo em Damasco, na região da Síria, inicia-se o califado Omíada e leva adiante outras conquistas na África rumo ao Atlântico.

O fim do período Omíada deve-se principalmente a rixas internas de grupos com interesses diferentes. Em meados do século VIII o grupo *Abbas*, que usavam bandeiras negras como símbolo, também chamados de Abássidas assume o poder e transfere a capital do Império para Bagdá, hoje Iraque. Estes Abássidas não exatamente árabes, mas persas que se converteram ao Islã, passaram pelo processo de *islamização*, conversão ao Islã, agora a ascensão ao poder não se ligava a linhagens de nascimento, mas às articulações político-religiosas.

Em início do século VIII ao primeiro quartel do IX, os muçulmanos conquistaram a Sicília, sul da Itália, iniciando um processo de *arabização*, trazendo à Europa a agricultura da cana de açúcar, laranjas, amoras. Neste período iniciaram-se tentativas de conquistar a Península Ibérica, principalmente onde hoje é a Espanha e Portugal. A permanência da região sob controle muçulmano foi até finais do século XV, quando exércitos de Castela e Aragão expulsam os invasores.

Aos poucos, com a convivência entre os árabes muçulmanos e os europeus cristãos, ia nascendo uma cultura híbrida “hispano-árabe”:

Os Árabes enriqueceram a vida da Península de muitas maneiras: na agricultura introduziram [...] novas culturas, incluindo citrinos, algodão, cana-de-açúcar e arroz. [...]. Desenvolveram inúmeras indústrias – têxteis, faiança, papel, seda e refinação de açúcar, e exploraram importantes minas de ouro, prata e outros metais [...] [bem como fabricação de] lã (LEWIS, 1982, p. 144).

Mudanças na arquitetura, poesia lírica, filosofia, ciências médicas, astronomia, navegação e música se efetivaram. A cidade de Toledo destacou-se pela tradução de obras gregas para a cultura latina, os tradutores eram ajudados por nativos bilíngües, geralmente judeus, que trabalharam com as obras de Aristóteles, Euclides, Ptolomeu, Galeno e Hipócrates. Muito do *helenismo* chegou à Europa via muçulmanos.

A recíproca também é verdadeira, os europeus também contribuíram com ações técnicas aos islâmicos, como relógios, lunetas e telescópios, no século XV. Alimentos vegetais como ervilhas, milho, batata, tomate e do tabaco, principalmente após a chegada na América.

Todavia, há outra contribuição de grau relevante para os islâmicos: as armas. Nas Cruzadas, por exemplo, prisioneiros de guerra francos transmitiram conhecimentos aos novos senhores muçulmanos. Salâh ad-Dîn, dito *Saladino*, negociava com mercadores europeus em portos marítimos (LEWIS, 1996, p. 247).

No século X sobe ao poder no mundo islâmico o grupo fatimida, todavia o poder do califado (central islâmico) tornou-se mais local, dividido: ao norte da África, na Palestina, Síria e Arábia. Aos poucos o mundo muçulmano estava entrando em colapso, fragmentando-se.

Em 1096, os cruzados europeus chegaram ao Oriente Médio, com interesse em territórios dos muçulmanos. Os fatimidas expulsam os cruzados de Jerusalém em fins do século XII. No leste da Ásia levanta-se o Império Mongol, que invade a Pérsia, em meados do século XIII, e derruba o califa em Bagdá.

Internamente, o aumento da máquina estatal, gastos excessivos e a tarefa de arrecadação de impostos a cargo dos governadores locais para manter o exército e

funcionários, dar, aos poucos, autonomia local. O comércio com o norte asiático (Rússia) e a Europa estava diminuindo por causa das navegações europeias pelos oceanos Atlântico e Índico. Soma-se a isto a escassez de metais preciosos.

No século XV ao norte do Crescente Fértil surge o Império Otomano, na região Seldjúcida da Anatólia, Ásia Menor, que aos poucos passa a controlar até as fronteiras do Marrocos, Iraque, Pérsia. Em 1639, quase todo o mundo islâmico ficou sob o seu domínio. Alguns grupos locais ficaram semi-independentes como os cristãos, muçulmanos e drusos no Líbano que continuaram a existir mesmo sob governo otomano.

Os árabes passaram de colonizadores a colonizados. Os turcos, porém eram islamizados, mas as principais funções do novo Império Otomano, que persistiu cerca de 400 anos, era concentrada nas mãos turcas. O Estado Otomano, porém não desenvolveu economicamente suas possessões, não criou mecanismos para suprir a necessidade histórica de madeira, água e minerais. A ausência de produção de energia contribuiu para o atraso nos transportes, indústria ou outras tecnologias.

Até inovações tecnológicas antigas, como o moinho de água, o moinho de vento e arreios aperfeiçoados para melhorar o uso da tração animal pouco ou nenhum impacto produziram no Oriente Médio, que permaneceu muito atrás da Europa nesse aspecto. Tudo isso, somado à maior riqueza em madeira, minerais, energia e transporte fluvial, e posteriormente a ascensão de um grau de industrialização e bélico superior colocou o Oriente numa posição superior ao Leste.

Todavia essa posição hierárquica economicamente não isolou de todo o Oriente Médio da Europa, pelo contrário, ela será ponto de partida para as anexações, mudanças e investimentos que aconteceram na passagem para o século XX. Estas mudanças vieram beneficiar as parcelas mais abastadas das sociedades arabizadas deste Oriente, aos mais pobres e perseguidos restava o nacionalismo, a luta pela sobrevivência ou a emigração.

A Europa mergulhou no Oriente Médio com uma série de invasões e influências. Como resultado, o Egito produziu alguns dos maiores reformistas da cultura árabe do século XIX, e uma grande porção da elite era orientada pelo modelo intelectual francês. Essa *europização* não foi suficiente para Muhammad Ali posteriormente entrar em conflito com a França, que continuou suas expansões, em 1830 invadiram a Argélia, a Tunísia em 1881 e o Marrocos em 1912 (NUNES, 2002, p. 205).

A Rússia também volta os olhos ao Império Otomano. Em 1853, França e Inglaterra apoiaram os turcos contra os russos, iniciando a *Guerra da Crimeia*. Tanto franceses quanto ingleses tinham interesses na região, o fato é que “foi a primeira guerra na qual o império

turco lutou ao lado de aliados ocidentais” estes contatos iam ocasionando mudanças (LEWIS, 1996, p. 254).

Posterior à França, a Inglaterra se direciona ao Egito em 1882. Preservaram-se as organizações locais, mas sob controle externo. A Alemanha, rival da Inglaterra, em 1880 mostra interesse pelo Oriente Médio, os turcos fizeram concessões a investidores alemães, permissão para investigações científicas e arqueológicas, enquanto seus exércitos eram treinados pelos alemães além de projetarem a construção da Estrada de Ferro Bagdá, intencionando ligar Berlim a Bagdá (LEWIS, 1996, p. 255).

Temendo o fortalecimento da Alemanha no local, britânicos e russos dividiram sua influência no Irã (1907), onde a Rússia tentou novas ofensivas (1911). Os italianos anexam a Líbia em 1912. Lewis diz que o “Oriente Médio islâmico fora capturado como uma pinça”, a Rússia ao norte e os outros europeus no Magreb cruzando o Mediterrâneo e penetrando no Oriente Médio (LEWIS, 1996, p. 255).

Traços econômicos

Alguns dados econômicos são importantes para uma análise mais apurada da região em destaque. Lewis aponta que já no período do Império Otomano, o Oriente Médio inclinou-se mais para o consumo que à produção de mercadorias, ao contrário dos europeus e suas políticas mercantilistas e protecionistas.

Têxteis eram trazidos pelos ingleses da Índia, aos portos otomanos, bem como manufaturas ocidentais, mais baratas que as locais. O café e o açúcar, por sua vez, foram introduzidos e exportados para a Europa em meados do século XII. Já no começo do século XVIII, os holandeses estavam plantando café em Java e os franceses o faziam no Caribe ao ponto deste café ocidental tornar-se mais barato que o oriental e ser vendido na Turquia em 1739.

O açúcar, inicialmente produzido na Índia, Irã, Egito, Síria, norte africano, foi posteriormente transplantado para a Sicília e Espanha na conquista Árabe. Em 1671, franceses começam o plantio da cana no Caribe e refinamento em Marselha, revendendo aos turcos, que aumentavam as compras já que o café (também francês) era amargo.

Portanto no final “do século XVIII quando um turco ou um árabe bebiam uma xícara da bebida, tanto o café quanto o açúcar haviam sido colhidos em colônias européias e importados por europeus” (LEWIS, 1996, p. 260). Mas mudanças de fato se deram no século XIX, ocorrendo um estreitamento entre a Europa e no Oriente Médio na conjuntura de um processo

que envolve economia, política, militarismo e mentalidades chamado Imperialismo, no qual os europeus após fortalecerem sua economia com a Revolução Industrial vão tentar anexar mercados principalmente na Ásia e África.

O discurso europeu era de levar a *civilização*, mas a idéia da modernidade ocidental mais marcante foi a de *nação* fazendo nascer um movimento/sentimento nacionalista dos árabes frente a dois inimigos, os turcos e os europeus.

Às portas do século XX, sob patrocínio de investidores estrangeiros, os quais recebiam privilégios em determinadas concessões, ampliou áreas agrícolas e as exportações de matérias-primas do Oriente Médio: algodão, seda, tabaco, tâmara.

Surgiram novos donos da terra, que na realidade eram moradores “proprietários ausentes”, moradores urbanos locais, pois tinham a posse do latifúndio (Lei da Terra de 1858), controlavam o financiamento e seu acesso à máquina administrativa, era mais rápido além de dirigirem a produção ao mercado externo, ou seja, era uma elite ligada aos estrangeiros (HOURANI, 2006, p. 379). Portanto as populações mais pobres do campo saíam perdendo na posse e nos meios de adquirir novas terras para si e seus descendentes.

Os investidores externos também implantaram tecnologia no Oriente Médio, o que os otomanos não conseguiram fazer. Ao Estado, a Europa cedia empréstimos. Chegaram então o telégrafo, estradas de ferro no Egito, Iraque, Turquia e Síria. Melhorou também o “abastecimento de água, gás, transporte municipal [bondes], eletricidade e serviço telefônico nas principais cidades”, (LEWIS, 1996, p. 265).

Já foi citado que os transportes foram fundamentais para as viagens dos emigrantes, como a ferrovia e os navios a vapor que tornavam o trajeto mais rápido. No Egito, por exemplo, se no início do século XIX, os transportes locais eram feitos por animais de carga, no final deste período, companhias britânicas iniciaram trabalhos com estradas facilitando o trânsito de mercadorias e pessoas. De 1856 a 1914, já havia 3.000 milhas de estrada de ferro na região. Em outros locais

Na Ásia árabe, afastada da via principal, o desenvolvimento das comunicações foi mais lento e posterior. Ficou-se devendo sobretudo a companhias francesas, que construíram algumas estradas na Síria Central, e entre 1892 e 1911, cerca de quinhentas milhas de vias férreas na Síria e na Palestina, ligando algumas das principais cidades. Os Turcos deram o seu contributo com o caminho-de-ferro de Hijaz, na rota dos peregrinos de Damasco para Medina, enquanto que a famosa via férrea de Bagdade, de construção alemã, via Alepo e Mossul se encontrava quase concluída em 1914. Paralelamente foram sendo desenvolvidos portos, pontes, canais, o telégrafo e outros serviços, ao mesmo tempo que, a partir da década de 60, algumas firmas européias começaram a instalar água, gás, transportes municipais e outros serviços nalguns dos principais portos e cidades do interior (LEWIS, 1982, p. 192).

Estas mudanças afetaram a vida cotidiana das pessoas. Para os emigrantes da passagem dos séculos XIX para o XX estas melhorias eram quase que um convite, e a passagem pelas novas vias terrestres ou férreas uma possível obrigação:

A estrada de ferro Beirute-Damasco, construída em 1892, corre paralela à estrada de rodagem através da região central do Líbano, num caminho natural que continua a ser passagem, desde tempos idos, dos povos e civilizações. Nos tempos modernos aquêlo caminho veio a ser a porta das Américas por onde todos os imigrantes caminharam, demandando a Beirute, o porto de desembarque, para as terras da imigração (SAFADY, 1966, p. 98).

Aos poucos as pessoas iam enchendo as ruas: “cada apito de trem, que chegava ao meio-dia de Damasco ou de Beirute; a cada carruagem (que passava em frente de nossa moradia)” estava “superlotada de passageiros vindos da estação” (SAFADY, 1966, p. 98-99).

Algumas coisas permaneciam, mas era inegável o crescimento urbano, os aeroplanos, automóveis e os caminhões, estes dois últimos

vieram cobrir todo o Médio Oriente com uma rede de novas comunicações internas, tornando possível o rápido intercâmbio de homens, de mercadorias e de idéias a uma escala até então nunca sonhada. A substituição do cavalo, do burro e do camelo pelo automóvel, pelo autocarro e pelo camião [...] [modificaram] mais que qualquer outro fator a face do mundo árabe (LEWIS, 1982, p. 193).

Soma-se a isto o começo da exploração no Iraque de um produto que com o caminhar do século XX, vai realmente dar um fôlego aos países do Oriente Médio, com a economia da exploração o uso do petróleo. Todavia, a retirada e refinamento inicial serão feitos por empresas estrangeiras britânicas, francesas, holandesas, americanas, pagando por estas concessões a governos locais, primeiramente no Irã, depois Iraque e Arábia (LEWIS, 1996, p. 311).

A modernidade

A França sob a liderança de Napoleão Bonaparte em finais do século XVIII, organizou uma ocupação no Egito e isso influenciou os árabes quanto à modernização. Muhammad Ali, líder egípcio, abriu escolas com professores e livros de educação ocidentais e organizou a agricultura algodoeira cujo principal mercado era a Inglaterra. Enviou missões de Estado à Europa para estreitar os laços intelectuais com o Ocidente.

O estreitamento de laços, a nova educação, bem como formação militar a maneira européia tornou viável novas idéias, pois aumentaram os estudos de línguas estrangeiras e obras traduzidas por tipografias. A partir de 1820 aumentaram periódicos e jornais diários.

Paralelamente às ofensivas militares, diversos grupos de missões religiosas estavam entrando, destacando-se os jesuítas franceses e a Missão Protestante Americana, com atividades pedagógicas e impressão de livros em suas escolas na Síria. A maioria era cristã, porém atraía alunos de diversos credos. Formados iam para universidades no Ocidente. Esta era uma forma de “ampliar a influência cultural [...] econômica e política, da potência patrocinadora” (LEWIS, 1996, p. 263).

Aos poucos surge uma classe média de comerciantes e intelectuais de minorias, esta nova classe falava e escrevia em árabe, muitos eram cristãos educados em escolas protestantes e organizaram revistas e jornais com objetivo de sensibilizar a população da realidade de dominação imperialista.

A modernidade trouxe o conceito de *nação*, que embora pareça simples mas “idéia de que um grupo de pessoas forma uma nação, e de que uma nação deve ser independente”, no início era um pensamento secular, e ser independente era se parecer com a Europa: democracia, república, indústrias, emancipação das mulheres.

Para sensibilizar as pessoas mais simples traços locais deveriam ser acrescentados na busca por uma identidade árabe. Era inevitável “um elemento islâmico”, as pessoas que primeiro simpatizavam com o nacionalismo serão os turcos (contra a Europa) e alguns muçulmanos sírios de Damasco e escritores sírios e libaneses (contra a Europa e os turcos) (HOURANI, 2006, p. 407, 450).

No Líbano, o nacionalismo terá um centro em Beirute com a fundação de um grupo literário de patrocínio norte-americano, embora secular, mas com muçulmanos e cristãos. Em meados do século XIX eram realizados encontros no colégio Sírio Protestante, que depois se torna Universidade Americana de Beirute.

Neste período, destacou-se “uma florescente burguesia cristã [que] surgira em Beirute [...]. A energia e habilidade dessa gente possibilitou-lhes dar uma enorme contribuição ao renascimento árabe”, renascimento do ponto de vista político, intelectual e econômico sob valorização da cultura historicamente árabe o que fortalecia ainda mais o nacionalismo (LEWIS, 1996, p. 307).

Na Síria, em Damasco, vale destacar que muitos muçulmanos e cristãos pensavam um Estado sírio que congregasse elementos cristãos e muçulmanos, todavia no Líbano o grupo cristão maronita pensava Estado cristão em separado. (SALÉM, 1969, p. 67).

O nacionalismo fez frente às tentativas de anexação imperialistas e ainda caía bem na luta pela independência em relação ao Império Otomano: “neste período que o nacionalismo árabe nasceu [...]. A antiga antipatia pelos Turcos e insistente desconfiança contra o Ocidente

estranho e usurpador, veio acrescentar-se a noção europeia de nacionalidade e o renascer”, como apontado anteriormente “da língua e da cultura arábicas” (LEWIS, 1982, p. 194). O termo *árabe* é reassumido tornando-se sinônimo de orgulho e identidade.

Patriotismo e nacionalismo serão duas tendências relevantes. O patriotismo era uma defesa de cunho mais local, tendia “a reforçar [...] a ordem política vigente”, enquanto que o nacionalismo queria mudar as coisas. Ser nacionalista significava “o fim” de certas “aberrações”: individualismo e dependência externa (LEWIS, 1996, p. 292).

Os turcos (que aos olhos europeus eram uma barreira) também orquestraram seu nacionalismo, pois a eles não eram convenientes as entradas francesas, inglesas e russas. No ano de 1908 realizam uma revolução constitucionalista otomana, cai o sultão Abdulhamid, e proclama-se uma Constituição pelos chamados Jovens Turcos.

Anunciaram eleições, era um sinal de possível mudança, porém em 1913 instalaram uma ditadura militar e, na conjuntura da Primeira Guerra Mundial, entram na guerra “ao lado das Potências Centrais [Alemanha, Áustria e Itália] e, quando deram por si, estavam até o pescoço em uma guerra de vida ou morte, na qual tanto amigos quanto inimigos tradicionais se uniram contra eles” (LEWIS, 1996, p. 299).

Em meio a Grande Guerra as forças nacionalistas árabes, mesmo sob pressão dos turcos que as tentam expulsar, mantêm seu ideal de independência, como estratégia aliam-se a França e Inglaterra. Os sauditas, por exemplo, se comunicavam com os ingleses até que em 1916 revoltam-se contra os otomanos tomando as regiões da Palestina e Jordânia, auto-declarando um governo árabe, em 1918.

França e Inglaterra, porém, não tinham interesse na independência árabe e secretamente fizeram o acordo de *Sykes-Picot* no qual dividiram áreas de influência, protetorados, no Oriente Médio. À França coube a Síria e o Líbano, à Inglaterra a Palestina e o Iraque. Os franceses ocuparam Beirute já em 1918.

Nabut recorda a entrada dos franceses sob mandato no Líbano, quando a América virou objetivo de rota de fuga, era comum entre os imigrantes no Brasil o refresco da memória com poesias, fotografias e canções como a *Baladia*: “*Baladia, baladia! França ahred Baladia!*”; a tradução indica *Baladia* como “*Minha Terra: Minha Terra, minha Terra! A França tomou a minha Terra*” (NABUT, 2001, p. 120; grifos no original).

O pós-guerra apresentou uma nova realidade. O Império Otomano caiu. Na Liga das Nações discursava-se sobre os protetorados que *seriam* preparações para a independência dos árabes, eles foram formalizados na Conferência de San Remo, Itália, 1920. Estes mandatos não foram bem recebidos, mas impostos com violência.

A questão agora era levantar-se contra a Europa.

Em 1919, na Anatólia um grupo turco liderados por Mustafá Kemal, que adotou posteriormente o sobrenome *Ataturk*, expulsou as forças ocidentais, aboliu o sultanato e proclamou a república, iniciou um processo de modernização e secularização. Esta foi “a primeira revolução nacionalista”, que de fato foi “bem-sucedida na Ásia ou África” (LEWIS, 1996, p. 305).

Entre os militantes da Síria e Palestina havia a idéia nacionalista de constituir um único Estado árabe de monarquia constitucional. O Líbano com um número considerável de cristãos queria uma república independente, embora os muçulmanos, protestantes e sírio-ortodoxos apoiassem o Estado árabe unido.

A resistência árabe contra o Império Turco, que havia ruído com o pós-guerra, mudou seu foco para os britânicos e franceses entre 1920 e 1950. A luta contra os protetorados foi demorada, difícil e muitos morreram, mas a vitória aos poucos foi se tornando real. Em 1932 os britânicos perderam o mandato no Iraque, depois Egito (1936), Síria e Líbano (1941), Palestina (1948), Transjordânia (1946), Líbia (1951), Marrocos, Sudão e Tunísia, (1956), Kuwait (1961) e Argélia (1962); entre 1963 e 1978, os Estados árabes restantes.

Interessa fazer alguns comentários acerca do Oriente Médio no período posterior a Segunda Guerra (1939-1945), ou seja, na Guerra Fria, este local volta a ser um palco polêmico. Na disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos na década de 1960 articulava-se a “uma forma de nacionalismo árabe socialista, tendo ‘Abdel al-Nasser [egípcio] como seu líder e símbolo” (HOURANI, 2006, p. 532).

Esse movimento chamado nasserismo, o qual em Dourados também houve seus defensores, como o sírio Hayel Bon Faker⁵: “era defensor de Nasser” e sempre que podia ouvia no rádio “às sete horas o *repóter Esso* que comentava ‘*Síria Urgente!*’, a respeito da guerra” do Egito em aliança com Jordânia e Síria contra interesses anglo-francos no Canal de Suez. E mais fortemente contra a fixação dos judeus financiados inclusive por norte-americanos na região palestina (Entrevista Anis Faker).

Este nasserismo pode ainda ser classificado como uma vertente do *pan-arabismo*: o desejo de unir todos os povos árabes iniciado no pós-guerra de 1945 com a fundação da Liga Árabe, que pretendia neutralidade em relação aos comunistas e liberais partilhava de um anti-imperialismo e anti-sionismo.

⁵ Ainda hoje seu filho, Anis partilha do posicionamento político nasserista do pai: “fico triste em relação às guerras e desorganização da Síria, Líbano e Egito que poderiam se unir e parar de brigar” (Entrevista Anis Faker).

A questão da Palestina

A fundação do *sionismo* ainda no século XIX, de certa forma um nacionalismo judeu pretendia a criação de um lar, uma terra, um Estado, objetivava integrar os judeus estavam espalhados pelo mundo. Em 1917 na Inglaterra, é feita a *Declaração Balfour* que acolhia a idéia da criação na Palestina de um lar judeu como positiva.

Com a Primeira Guerra os ingleses assumiram o compromisso com os árabes de ceder a independência em troca de apoio contra os turcos, mas também criaram perspectivas para os sionistas na cessão de terras na região palestina, era o início de uma discussão que se tornou um confronto.

Com a ascensão e perseguição nazista no entre-guerras muitos judeus migraram à Palestina, e após 1945 devido à condensação da perseguição hitlerista o movimento sionista recebeu apoio internacional e ajuda financeira de muitos outros, principalmente dos Estados Unidos. No início da migração já começaram os conflitos, pois os árabes temiam que com a entrada de estrangeiros viessem a perder territórios.

A questão da fundação do Estado só iria se agravar. A criação da Organização das Nações Unidas – ONU projetava a divisão da Palestina em duas partes, uma para os judeus e outra para os árabes. Todavia Davi Ben Gurion proclama o Estado de Israel em 1948. Eles se apropriaram das terras além dos limites da ONU, entram em conflito armado com os palestinos, muitos destes se refugiam no Líbano, Jordânia e Egito fugindo da morte e perseguição sem direito de voltar às terras, pois as cercas já estavam levantadas.

Na década de 1950 Nasser, aliado dos sírios e jordanianos planejava atacar Israel, mas em junho de 1967 os judeus surpreendem os árabes atacando os territórios da Península do Sinai, território egípcio, bem como Jerusalém na parte jordaniana e as colinas de Golã da Síria, esta foi a *Guerra dos Seis Dias*.

Os palestinos, no entanto estavam auto-organizados na Organização pela Libertação da Palestina – OLP, fundada em 1964 sob liderança de Yasser Arafat. Sua estratégia era montar campos de treinamentos para o combate. Surgiu também o *Fatah* cujo objetivo era traçar uma linha política nacionalista palestina e já não mais árabe e ainda grupos menores que por acaso estavam em Beirute e pensavam que a libertação da Palestina passava por uma revolução maior que envolveria todos os países árabes.

Muitas ações sobre Israel após os *Seis Dias* foram empreendidas como ataques, atentados com bombas em pontos isolados. Em consequência a Jordânia expulsa milhares de

palestinos que migram para o Líbano em 1970. Esse episódio é conhecido como *Setembro Negro*.

Uma nova crise se deu em 1973, quando os egípcios, agora sob liderança de Anuar Sadat, aliaram-se aos sírios e atacaram Israel de surpresa num feriado judeu, o *Yom Kippur*. Mas logo Israel passou para a ofensiva. Nesse momento as superpotências entram em ação, pois Israel era apoiado pelos Estados Unidos e os árabes e palestinos pela União Soviética, a ajuda era efetivada em armas, todavia o cessar fogo predominou.

A interferência internacional se deu porque os países árabes usaram a força do petróleo no cenário internacional. Os países industrializados temiam um embargo do produto, o que foi feito pela Arábia Saudita à Holanda e aos Estados Unidos, mais favoráveis a Israel. A crise seria maior.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP há muito estava intencionada a aumentar seus lucros já que recebiam menos que os impostos dos países compradores emitiam sobre a importação. Em fins de 1973 a OPEP aumentou seus preços em 300%, tendo a frente o Irã e os países árabes (HOURANI, 2006, p. 545).

No Brasil, governado pelos militares a crise do petróleo afetou a economia. Subiu o preço dos fertilizantes e do trigo. O déficit da balança comercial disparou, além dos juros. Muito dinheiro foi perdido em grandes obras e na produção de bens eletrônicos que nem todos podiam consumir. Também a renda concentrou-se nas mãos dos ricos. Para os trabalhadores maior desemprego e diminuição de salários.

Ao Egito e Israel as guerras estavam pesando no orçamento e tanto um como o outro queriam a paz entre si. Sadat aproximou-se dos norte-americanos buscando investimentos para melhorias internas. O *Acordo de Camp David* entre os dois saiu em 1978, o que na conjuntura mundial eliminaria as ações soviéticas locais (TREIGNIER, 1994).

Posteriormente, os palestinos tentaram estratégias que vão da luta armada a não-violência de crianças e jovens, a *Intifada*. É possível dizer que na década de 1990 o processo de paz avançou com a criação da “Autoridade Palestina em Gaza e partes da Cisjordânia ocupadas”, a negociação da devolução das colinas de Golã à Síria. Todavia com o assassinato de Yitzhak Rabin por um extremista judeu e as ações da direita israelense no poder muitos acordos caíram no “desmonte” em 2002 (Ruthven apud HOURANI, 2006, p. 598).

O único local em que o movimento nacionalista árabe não teve sucesso em “remover o sistema colonial europeu e em liberar terras árabes” foi na Palestina, onde em 1948 foi criado o Estado de Israel, conclui Nunes. Cerca de 1,5 milhões de árabes palestinos foram retirados com violência e tornaram-se refugiados (NUNES, 2002, p. 208).

Isso não significa que o movimento nacionalista palestino perdeu sua força, Mohamad⁶ completa: “se você não tem pátria você não tem mãe! Quando você tem uma filha brasileira você, defende o direito dela, tem amor, como amo a pátria palestina”, ou seja, mesmo entre os imigrantes palestinos há o interesse e esperança da criação do seu Estado no Oriente Médio (Entrevista Mohammed Abdel Jabar Ismael Abdallah Taha).

No *Setembro Negro* de 1970, muitos palestinos foram expulsos da Jordânia. Em consequência migram para o sul do Líbano. Recebem apoio dos muçulmanos, mas no que concerne aos cristãos, estes não viam com bons olhos as entradas dos refugiados.

Muçulmanos e cristãos armaram então uma guerra civil intensa. Os cristãos habitavam mais o norte, região mais rica e que recebia mais benefícios do estado já que os cristãos controlavam grande parte do Estado. Ao sul estavam os muçulmanos mais pobres, cuja participação no poder era muito pequena. Todavia a guerra civil de 1975 para Fuad Khoury estava ainda ligada à guerra civil anterior de 1958, que recebeu inclusive intervenção norte-americana:

A revolução de 1958, interrompida pelos *marines* norte-americanos, não foi mais do que um protesto das regiões contra a capital e o Monte Líbano cristão. Esses mesmos cristãos são os que hoje [1975] rechaçam a presença dos palestinos em nosso país porque compreendem que ela representa um desafio ao seu controle monopolista do Estado (Khoury apud PINO, 1989, p. 23).

Os muçulmanos estavam mais à margem do poder pleiteavam sua participação institucional com apoio palestino, que por sua vez queriam ficar no país. No ano de 1976 a Síria articulou uma intervenção objetivando o controle do território libanês. Em junho de 1982 Israel invade o Líbano numa tentativa de “impor *sua* solução do problema dos palestinos” (HOURANI, 2006, p. 560).

Isto culminou na invasão militar e massacres contra palestinos e civis no Líbano, as forças da OLP posteriormente deixaram o país. Novamente houve intervenção dos Estados Unidos até que Israel cessou os ataques, mas permaneceu na fronteira com o Líbano.

O Líbano teve perdas humanas e muitos prejuízos. Muitas pessoas procuraram abrigo em outros países. O Brasil foi um dos países que recebeu novos imigrantes, libaneses fugindo dos conflitos e refugiados palestinos. Em Dourados na década de 1950 houve um grupo de palestinos que teriam ficado por um breve, eram cerca de 14 famílias “*palestinense*” na região (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

⁶ Nascido na Palestina, Cisjordânia, na cidade de Turkam. Morou na Síria, estudou Economia em Praga, República Tcheca. Viagrou pela Argélia, Tunísia, Cuba e atualmente está em Dourados.

Também, imigrantes libaneses vieram para Dourados fugidos do conflito. A família Abdel Malek, anteriormente mencionada, que já havia vindo a Dourados na década de 1950 retornou década de 1970. Kátia, ainda criança com 12 anos, conta que saiu do Líbano

pra cá em 1976 por causa da guerra, [...] na verdade começou em 1975, a gente ainda ficou um ano [...], era a questão da palestina com Israel, muitos palestinos se refugiaram no Líbano e de lá começaram a se organizar pra fazer o ataque a Israel, e Israel começou a revidar no Líbano (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

E continua, detalhando a como a localidade onde morava foi bombardeada:

nossa rua [...] , no nosso bairro Ain El Remeneh, é *romano*, por que assim a gente ficou ainda um tempo na guerra na situação de ficar em abrigo anti-aéreo mas aí como eram seis crianças pequenas na época ele [o pai Bachhir Chakib Abdel Malek] ficou preocupado, [...] penso assim a gente vai pro Brasil espera melhorar aí volta; dessa vez foi uma segunda vinda de meu pai, porque já tinham morado aqui antes (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Existiam, sim, palestinos em Dourados que estavam trabalhando como comerciantes afirma o palestino Marouf, comerciante local: “eu vim da Palestina em 1970, quando da ocupação israelense e expulsão das famílias”, seu pai já estava no Brasil e a família de sua esposa “morava aqui, meu sogro, Abdel Majid Adassi, minha sogra, Hamah Adassi, e meu cunhado. Meus sogros tinham um rede de supermercados *Panelão*⁷ aqui em Dourados e em Fátima do Sul” (Entrevista Marouf Fakhri A. Jalil). Por motivos econômicos ou políticos a expulsão das populações de seus países para o Brasil, mesmo que a princípio não pensassem no Brasil como pátria de destino, é um marco, pois é uma reinvenção no modo ser brasileiro. Mas para entendermos com mais detalhes como essa reinvenção é preciso ir mais profundamente ao sentido (aos fatores de atração) das imigrações para a América, da Anglo-Saxônica à Latina.

⁷ Ainda existe o comércio *Panelão* na Avenida Marcelino Pires, mas os comerciantes são outros.

A Grande Migração

O interessante da América

A América atraía o imigrante porque tinha uma relação de terra-trabalho diferente de outros continentes. Na Europa, por exemplo, “a terra era cara e a mão-de-obra, barata. Na América, a terra era abundante e estava disponível⁸. Entretanto, a mão-de-obra era escassa; portanto cara”. A possibilidade de se conseguir uma propriedade rural em curto prazo chamava a atenção de trabalhadores sem terra e pobres principalmente da Europa (KLEIN, 2000, p.15).

O período de diáspora, no qual, muitas pessoas vão atravessar o Atlântico rumo às Américas na passagem do século XIX para o XX é chamado de *Grandes Migrações*. Dos muitos autores que escrevem sobre o tema as datas específicas diferem em anos. Klein refere-se mais especificamente aos espaços entre 1880 a 1915, caracterizado pelo intenso volume de emigrações européias meridionais e ocidentais, há um aumento da população e uma “pressão” sobre a terra, seus governos passam então para a alternativa de expulsão destas populações (KLEIN, 2000, p. 23; grifos no original).

A evolução deste processo posicionava o emigrante nos países europeus como “colono [...] denominação de quem ia colonizar as regiões novas dos Estados Unidos e da Austrália. No Brasil, entretanto, o colono passou a ser sinônimo de empregado” (MARTINS, 1979, p. 61).

Klein especifica as *Grandes Migrações* para a América em 1880 e 1915, este é o momento de maior ênfase das viagens. Todavia é sabido que este fenômeno tem um espaço maior no tempo estendendo-se entre 1870 e 1930 (DEZEM, 2005).

Mas fato é que as migrações para a América vão aumentar no final do século XIX e início do XX por vários fatores. Além da questão da terra o desenvolvimento tecnológico nos meios de transporte e comunicação foram fundamentais para o transporte:

substituição total da vela pela energia a vapor [...] instalação do primeiro cabo telegráfico transatlântico, em 1866, e a conclusão de um primeiro conjunto de ligações ferroviárias, por volta de 1870, em todos os principais países europeus e americanos criaram um meio de transporte e de comunicação infinitamente mais rápido e mais barato [...] Para citar um único exemplo partiram do porto de Santos, no Brasil, vários navios por semana com destino aos principais portos europeus do Mediterrâneo e até do Atlântico norte, e todos tinham capacidade de transportar na terceira classe várias centenas ou mesmo milhares de emigrantes (KLEIN, 2000, p. 23).

⁸ Com reservas no caso brasileiro, como veremos mais adiante.

Até a década de 1880, os europeus emigrados do norte predominaram, posteriormente os do leste e sul somaram 31 milhões. Numa escala decrescente, entre os países receptores destes milhões de imigrantes, predominam os Estados Unidos (70%), em segundo a Argentina com 4,2 milhões, depois Brasil com 2,9 milhões e o Canadá recebeu 2,5 milhões (KLEIN, 2000, p. 25).

O Brasil no século XIX

A situação do Brasil no cenário internacional era de um país cuja economia dependia do mercado externo e a principal produção era a cafeeira. A terra para o plantio estava nas mãos de uma elite latifundiária e conservadora. A mão-de-obra era a escrava, mas estava com os dias contados.

A prática econômica herdada pelo Império era a do sistema colonial, da América Portuguesa quando a esta era colônia de Portugal. No sistema colonial para o latifundiário enriquecer não basta a existência da “divisão do trabalho” e “a aplicação da maquinaria em grande escala”, é preciso haver a “a expropriação dos trabalhadores e a correspondente conversão de seus meios de produção em capital” (MARX, 1989, p. 884).

Se o capital é fruto de uma relação social de produção, no caso de um possuidor de meios de produção é preciso explorar alguém que possui apenas a mão de obra. Com a efetivação da entrada do capitalismo no Brasil, nos idos do século XIX, a oligarquia queria a manutenção seus privilégios e a economia dentro de uma divisão internacional do trabalho que lhe dava lucro o máximo possível através da exploração do *homem pelo homem*, no caso da mão-de-obra dos índios⁹, negros e posteriormente dos imigrantes na produção e exportação cafeeicultora.

Como dito, não bastam os meios para gerar o capital, este nasce da relação dos possuidores, latifundiários donos da terra, com o escravo ou o “trabalhador assalariado”, que por sua vez “é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente”, o que aconteceu com a maioria dos imigrantes, que vinham despossuídos de dinheiro para comprar a terra, logo tinham de trabalhar para o fazendeiro (MARX, 1989, p. 885). Mas o capitalismo também se alimenta constantemente da reprodução do trabalhador assalariado, para tal precisa da

⁹ Vide as capturas dos bandeirantes paulistas no século XVIII sobre os índios dos sertões de São Vicente e reduções jesuíticas. Estes sertões correspondem posteriormente à capitania de Mato Grosso. A mão de obra indígena era utilizada principalmente para lavouras (MONTEIRO, 2000).

produção de um grupo grande de assalariados que esteja sempre disponível a vender sua força de trabalho, caracterizando o desemprego estrutural.

Esta lógica mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e o preço dos salários dentro dos limites convenientes para “a exploração capitalista”, ou seja, muita mão de obra é sinal de baixos salários. O capitalismo no Brasil transforma bens e serviços em mercadoria (MARX, 1989, p.888).

O grande fator para a economia nacional que caracterizou essa realidade do mercado foi a Lei de Terras de 1850, que garantiu dois elementos para o capital: a) propriedade privada das terras aos latifundiários, b) mão-de-obra estrangeira assalariada, o que gerava, c) dificuldade aos imigrantes de terem acesso a terra logo de imediato.

A terra e ...

Terra e trabalho estão interligados na história do Brasil. Os primeiros habitantes nestas paradas foram os índios. Suas comunidades estavam interligadas e em conflito, eram coletoras, caçadoras e horticultoras. Ao longo do espaço americano agricultores (espaço mexicano e andino); com a horticultura há a divisão de sexos na atuação do trabalho, a mulher, porém terá um papel controlador na expansão demográfica, logo político. (MAESTRI, 2005, p. 222)

O colono português ao vir para a colônia no século XVI, recebe a sesmaria, era um homem livre numa economia de subsistência. O responsável pela doação da terra era o capitão hereditário, que a usava de acordo com seu interesse retirando o colono de onde estivesse, colocando-o na posição de nômade, pois partia em busca de outro terreno para cultivar¹⁰.

O objetivo dos capitães hereditários que vinham para a América Portuguesa era explorar as riquezas, portanto davam preferência à mão-de-obra barata, explorou-se o trabalho indígena, mas principalmente os negros. Padre Antonil comentava que “os escravos são as mãos e pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazendas, nem ter engenho corrente” (ANTONIL, 1982, p. 89).

O sistema de produção colonial é o tipo *pacto colonial*, onde há toda uma produção voltada para o mercado externo colocando a colônia na dependência do mercado externo e

¹⁰ Muitos sesmeiros, contudo, receberão várias sesmarias ou apenas uma, mas sem limites específicos. Elas serão abolidas com a Constituição de 1824 ficando o direito sobre as terras não mais por doação, mas para quem nelas estiver ocupando, mas terra era ainda livre e pertencente ao Estado (MAESTRI, 2005).

sempre no risco de flutuações e crises internacionais bem como a importação de bens não fabricados localmente (REIS, 2005, p. 181; grifos no original).

Por volta da terceira década do século XVI, a utilização do trabalho escravo se efetiva. Na América Portuguesa se torna um trabalhador escravizado, não houve uma tecnologia mais elaborada nesta economia, mas uma tendência à monocultura, num sistema social hierarquizado chamado de *plantation*: escravo, senhor de engenho. Muitos escravos, porém fugiam para o interior das florestas, constituindo um quilombo e iniciavam uma vida comunitária baseada na horticultura (MAESTRI, 2005, p. 237).

Outro elemento na terra será o caboclo, sujeito *destribalizado*, miscigenado, não possuía um local estável, era nômade no sentido de aproveitar sua plantação temporariamente e depois tentá-la em outro local, seu espaço é a floresta, ligado à agricultura de subsistência produzindo para o sistema colonial (MAESTRI, 2005, p. 231).

O colono camponês vindo da Europa também terá sua participação. Em 1807, ano da fuga da Corte Portuguesa para a Colônia, por causa das guerras napoleônicas, alguns imigrantes deixaram seus países onde eram pobres e possuíam pouquíssimas terras e vieram produzir alimentos mais baratos para os colonos.

Estes imigrantes foram introduzidos no sul, eram “casais camponeses das ilhas Açores e da Madeira, sob a promessa da concessão gratuita de 257 hectares de terras, ferramentas, sementes”; objetivava-se com esta colonização criar um mecanismo de produção de alimentos, homens aos exércitos imperiais, gerando pequenos proprietários (MAESTRI, 2005, p. 256)

Por volta dos anos 1819 e “sobretudo após a independência do Brasil, em 1822, que os camponeses europeus arrendatários, jornaleiros rurais ou com propriedades minúsculas partiram para o Brasil atraídos pela promessa de terra”, embora a elite fosse contra esse projeto de concessão de terras para formação de pequenas propriedades. (MAESTRI, 2005, p. 258).

A Coroa deu preferência a colonos com famílias, pois seriam a própria força de trabalho. A prosperidade da subsistência geraria uma maior força de trabalho, como aumento demográfico. Em síntese estas colônias eram fixadas próximas ao mercado consumidor.

Seus muitos filhos posteriormente não possuirão a terra, mas serão mão-de-obra excedente no campo, junto com a dos caboclos, brancos pobres, escravos fugidos e ex-escravos, que *ou* não chegaram a ter acesso a terra *ou* tiveram suas terras anexadas aos latifúndios regularizados após 1850.

... a Lei de Terras

O processo da implantação da Lei de Terras em 1850 e a mudança da mão-de-obra de escrava para assalariada no Brasil estão juntos, mas há fatores externos ao país, que também devem ser observados. No século XIX o desenvolvimento industrial na Europa foi pioneiro na Inglaterra. Os ingleses mais ricos estavam divididos em uma burguesia mercantil e outra industrial.

A mercantil tinha o que ganhar com o comércio de escravos, mas com o advento de uma burguesia industrial aos poucos vai perdendo espaço. Os industriais pressionam o Brasil para abolir o comércio de escravos, mas seu interesse não é tornar os negros do Brasil assalariados e consumidores dos produtos britânicos.

Mas, dentro de uma conjuntura do imperialismo e de uma divisão internacional do trabalho, dividir áreas de interesse na África, o que significava que era preciso que estes braços ficassem em solo africano incorporados na produção de matérias primas. O Parlamento inglês aprova lei *bill Aberdeen* e inicia agressões com sua marinha sobre os navios negreiros que praticassem o comércio de escravos, agora tráfico.

Internamente, na formação do Estado brasileiro destacam-se na cena política dois partidos ligados às classes detentoras do poder. De 1822, ano da independência política, até o final da Monarquia, observa-se que eles correspondiam aos interesses em maior escala dos latifundiários, antigos beneficiários de terras da Coroa Portuguesa ainda da época colonial.

Estes dois partidos eram os saquaremas, também chamados de conservadores, e os luzias, ditos liberais¹¹. Estes saquaremas tentaram “a partir da Coroa, uma restauração” para manterem os monopólios definidores de sua classe ruralista dentro da nova lógica capitalista que adentrava no país.

Os saquaremas colocarem-se em “luta contra os interesses da burguesia industrial inglesa”, no seu discurso rezavam que o Brasil deveria tomar um posto digno de seu Estado constituído na Coroa, ou seja, garantir sua “Soberania Nacional” (MATTOS, 2004, p. 233)

Em 1850 o Brasil, porém, proíbe o tráfico, não há mais saída, não virão mais negros. Antigos financiadores do tráfico foram se tornando agricultores. Para a Coroa, romper com o tráfico fortaleceu-a na medida em que preservou o mundo da mão de obra escrava com o tráfico interno sem alterar os donos das fazendas (MATTOS, 2004, p. 234-237, 241).

¹¹ O liberalismo no Brasil iniciou-se contraditoriamente, pois era uma retórica da liberdade, seja do comércio ou da individualidade, num país escravista.

O que estava em jogo era a defesa do sistema colonial de produção e os privilégios que a classe ruralista queria continuar mantendo, seja com escravos ou assalariados: produzir para o mercado externo, importar bens. É a “dominação do capital mercantil na economia do Império, em que pese a sua crescente subordinação ao capital industrial em âmbito mundial” (MATTOS, 2004, p. 245).

A saída, portanto, foi imigração mesmo segurando ao máximo os escravos, sabia-se que mesmo com o tráfico interno a crise de trabalhadores era iminente. A importação de novos braços foi uma *mudança que serviu para continuar no que estava* “quando finalmente se instalou a imigração em massa, ela não criou um novo Brasil [...] mas serviu, ao contrário, para amparar a combalida estrutura do velho” (Michael M. Hall apud MARTINS, 1973, p. 54).

Como a exploração da terra no país, desde a Colônia, passando pela independência, era pela ocupação, criou-se em 1850 a Lei de Terras. Seu sentido é a transformação da terra em mercadoria, que poucos tiveram a cesso de imediato. O único meio de obtê-la era por meio de compra e venda.

A Lei de Terras além de assegurar a propriedade à elite, também dificultava o acesso a terra para os imigrantes, garantindo mão-de-obra nas fazendas, pois aos poucos iam poupava-se os escravos para o café, além de manter a homogeneidade imperial num mar de interesses conflituosos (MATTOS, 2004, p. 249).

Ora, com isso estava assegurada a estrutura da geração de capital, pois do contrário “a dispersão da população por território tão vasto, combinada com o livre acesso à terra, encarecia a mão-de-obra, dificultava a obtenção de braços para agricultura, além de entravar a civilização” (MATTOS, 2004, p. 257).

A primazia de uma oligarquia agrária, entre representações políticas por saquaremas e luzias, passou pela titulação da terra desapropriando pela violência uma série de pessoas que a ela tinham acesso – caboclos, indígenas, colonos, uma nova série de pobres *recém* formados.

Tornando-a uma mercadoria para os imigrantes passava a ser um sonho que custava muito suor, ao passo que para o escravo era sua prisão da qual buscava se libertar a duras penas também via movimento abolicionista.

Muitas pessoas ficaram a mercê do processo de posse da terra, eles são novos pobres, por ainda uma série de fatores como “racismo; a falta de representação política; a ausência de conhecimentos legais, a baixa renda monetária; a prática de línguas e de padrões não oficiais da língua nacional” e ainda a não experiência pessoal, e ancestral, sobre a posse da terra (MAESTRI, 2005, p. 253).

O imigrante

A primeira experiência de mão-de-obra imigrante foi a em 1847 “na fazenda de Ibicaba, situada em Limeira, São Paulo, o senador Nicolau de Campos Vergueiro, em caráter experimental, trouxe 364 famílias de imigrantes de origem suíça e alemã”, estes primeiros vieram pelo sistema de parceria. A parceria baseava-se na divisão do produto da colheita entre o fazendeiro e o imigrante, que ainda deveria reembolsar os gastos com sua viagem “com juros anuais de 65 a 12%” (DEZEM, 2005, p. 82).

Para atrair pessoas o Brasil fazia propagandas, elaboradas por sociedades¹² imigratórias, como as que surgiram na década de 1870: Sociedade Central de Imigração, Rio de Janeiro de 1883 a 1891; Sociedade Promotora da Imigração – SPI, de 1886 a 1895, substituída pela Sociedade de Agricultura de São Paulo.

O conteúdo do discurso destas sociedades ressaltava a geografia, fertilidade do solo, facilidade de transporte, chegou-se a instalar escritórios na Itália, Bélgica e até no Canadá. Não condizendo com a realidade, houve muitos relatos de imigrantes italianos a respeito de maus tratos nas fazendas de café de São Paulo, bem como anti-propagandas na Europa afirmando terem os estrangeiros no Brasil “acomodações precárias [como a Hospedaria dos Imigrantes criada em 1887] [...], baixa remuneração, endividamento”, (DEZEM, 2005, p. 84-85).

O imigrante quando chegado era conduzido ao local de sua moradia, a Colônia. Iniciava a abertura da mata, a terra era dividida por uma linha, ficando dois lados, que eram respectivamente repartidos em glebas. Ao longo destas linhas havia entre outros serviços casas comerciais cujos donos estavam ligados a sede central da Colônia ou as cidades e “vendiam o que o colono não produzia, por preços altos, e escoavam o excedente colonial, comprado por preços baixos” (MAESTRI, 2005, p. 263).

O colono, junto com os seus pares, constituía um mercado consumidor que os imigrantes sírios e libaneses souberam aproveitar quando mascates, pois ofereciam a oportunidade de o colono comprar a preço e condições de pagamento facilitadas em detrimento daqueles comerciantes oficiais da linha.

¹² Segundo Ismail, havia ainda empresas particulares interessadas em atrair imigrantes para o Brasil, em 1950 no Líbano, estas empresas faziam propagandas e mantinham agências que organizavam toda a burocracia para a viagem: “na pracinha na frente de uma loja diz [o cartaz] *‘quem quer migrar pra Brasil’*, o qual documento que precisa pra embaixada”; o que o pretendente tinha de fazer era passar pela inspeção médica e pagar a viagem (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Até porque o sírio-libanês nem sempre recebia o pagamento a vista, muitas vezes era parcelado. A moeda não precisava ser em dinheiro, o mascate aceitava outras mercadorias, com as quais poderia trocar posteriormente por notas:

Dinheiro era coisa rara [...], notadamente nas áreas rurais. Mas isso não o [mascate] impedia de negociar. Se não havia dinheiro de contado, o mascate recebia em pagas de caixas de açúcar, fardos de algodão, rolos de fumo cargas de cacau, amarrados de peles, enfardados de couro, peças de ouro e de prata, enrolados de bicos e de rendas [...] (GOULART, 1967, p.86).

Estes produtos eram fabricados pelos próprios colonos, que lhes servia de troca, posto que os varejos das fazendas por vezes exageravam no preço das mercadorias e fazia com que o colono ficasse quase sempre endividado.

Em São Paulo dos anos 1829 a 1890, foram organizadas 108 colônias sob regimes diferentes: a maioria por parceria, também por pequena propriedade, prestação de serviços, assalariados. Estas colônias eram particulares, mas com o tempo o Estado começou a financiar a imigração¹³ (MARTINS, 1973, p. 53, 55).

A objetividade da política imigrantista baseava-se no “imigrante pobre” que “deveria entrar no País com um destino predeterminado: força de trabalho para a grande lavoura”, e posteriormente “a possibilidade de transformar-se em proprietário dependeria dos ganhos que assim obtivesse, ganhos esses condicionados pelos interesses do fazendeiro” (MARTINS, 1973, p. 52).

As primeiras formas de imigração, como mencionado acima, eram particulares, mas a partir de 1870 começaram a ser subsidiadas pelo Estado, a partir daí os colonos eram

localizados em colônias oficiais, em regime de pequena propriedade. O governo pagava as despesas de transporte para ao Brasil [...] Além de custear e financiar a terra e as despesas iniciais, mantinha um regime de tutela sobre o colono geralmente durante um período de dois anos (MARTINS, 1979, p. 65).

Esta subsídio aumentou o volume de pessoas principalmente na cidade de São Paulo, transformando o local num pólo comercial. Aumentaram os preços de gêneros de primeira necessidade, devido aos braços estarem concentrados no café, o que encareceu produtos como arroz, feijão, açúcar, farinha de mandioca; a mencionada cidade tornou-se um entroncamento ferroviário receptor de mercadorias do interior e redistribuidor das que chegavam e eram enviadas para dentro da província (MARTINS, 1973, p. 57, 59).

¹³ Mas nem todo o imigrante vinha subvencionado, com as despesas pagas, no caso dos árabes eram imigrantes espontâneos, ou seja, arcavam com suas próprias despesas de viagem (Entrevista Ismail Mohammad El Chama, Afif Hani Abu Harb, Bachir Chakib Abdel Malek, Zaki Ahmad Gebara).

O aumento de preços de gêneros alimentícios levou o governo a criar próximo aos núcleos urbanos, com acesso rápido por meio de ferrovias, colônias cujo objetivo era dar suporte a produção daqueles alimentos, com isso reanimar o interesse do imigrante de vir para o Brasil sempre pela promessa da pequena propriedade.

A lógica era que a “transformação do imigrante em proprietário ficaria assim na dependência de que oferecesse à grande lavoura a sua força de trabalho”. Posteriormente ao investimento estatal para trazer imigrantes, permitiu-se ao colono cultivar terras além dos cafezais (MARTINS, 1973, p. 69,72).

O racialismo

O imigrante branco europeu era preferido. A elite rezava pela cartilha da ciência da época e das ideologias do progresso que postulava a civilização como sendo aquela classificada como portadora da tecnologia industrial e capaz de branquear o Brasil: outros povos, chineses, orientais e árabes, eram tidos como inferiores, sendo tratados como indesejados.

A ciência era parte da modernidade, que por sua vez é um projeto maior que tentou colocar ordem na natureza, organizar o mundo de maneira que houvesse diferenças entre *nós e os outros* muito bem definidas e dentro de suas fronteiras. Portanto a “ambivalência”, uma relação binária de *identidade* (no singular), “é um subproduto do trabalho de classificação e convida a um esforço classificatório” entre amigos, desejados, e inimigos, indesejados (BAUMAN, 1999, p. 11).

O estudo das *raças* é um movimento de idéias que nasce na Europa de meados do século XVIII a meados do século XX chamado por Todorov de “racialismo” que ditava que a humanidade era diferente dos animais, superior, mas a essência humana possuía diferenças que faziam alguns melhores física e moralmente que outros, ou seja, as diferentes sociedades eram diferentes *raças*, e deveriam ser classificadas hierarquicamente (TODOROV, 1993, p. 107).

O grande teórico iniciador desta lógica será Buffon. Para ele “uns” são “superiores aos outros”, os primeiros são os brancos e os inferiores são índios, chineses, australianos. Sobre os povos do Oriente Médio comenta:

Os persas, os turcos, os mouros se poliram até certo ponto: mas os árabes [...] vivem, como tártaros, sem regra, sem civilização, e quase sem sociedade [...] Suas casas são baixas e mal construídas; suas terras são muito mal cultivadas [...] Sua própria língua é tão simples que é quase comum a todos. Como só têm um pequeno número de idéias, têm também, uma quantidade muito pequena de expressões [...] Todos são igualmente grosseiros supersticiosos e

estúpidos [...] Todos estes selvagens têm um ar sonhador, embora não pensem em nada (Buffon apud TODOROV, 1993, p. 114-115).

A imagem dos árabes para o racismo e seus defensores não era das melhores, assim como de outros povos não-brancos considerados inferiores e que deveriam ser submetidos¹⁴ ao controle e ensino civilizatório branco. Para o racista as várias raças estão ordenadamente separadas por fronteiras, sejam geográficas, físicas ou morais, e mais importante: as cercas destas fronteiras devem se manter, para que não haja cruzamentos, pois uma nação superior é uma nação branca, um indivíduo civilizado e não-bárbaro teria a identidade evidente na pele alva.

As teses racialistas serão levadas às últimas conseqüências pelo fascismo alemão e a eliminação física de judeus, ciganos e homossexuais. O pós-guerra levou a reflexão acerca da pretensa superioridade branca e sua crítica, a substituição do conceito de *raça* pelo de *cultura*, permitindo uma maior mobilidade e apenas diferenciação de conhecimento, símbolos e relação com a natureza, sem hierarquização entre os povos.

Embranquecimento

As teses racialistas farão sucesso no cenário elitista brasileiro, uma parcela da elite intelectual do início do século XX no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, vivia o drama de um darwinismo social, que classificava o Brasil como racialmente atrasado pois se tratava de um país miscigenado e não puro. Todavia esta mesma elite usou esta miscigenação para justificar a eugenia, ou seja, a possibilidade de melhoria da nação brasileira pelo *embranquecimento* da raça via cruzamentos. O projeto de nação era uma nação de brancos (SCHWARTZ, 1993).

Lesser, todavia, comenta que este discurso tinha na realidade uma prática ambígua, por um lado alguns pensavam um Brasil cujos imigrantes brancos eram mais desejados, por outro, alguns temiam a vinda de europeus articulados à lutas trabalhistas (socialistas, anarcosindicalistas), portanto passaram a apoiar os imigrantes não-desejados, como asiáticos, árabes (LESSER, 2001).

Para muitos teóricos há um binômio na formação da sociedade brasileira: brancos e negros. Não pode, porém ser deixada de lado a contribuição da quase extinta população

¹⁴ O *racismo* se refere às teses acerca das raças, por outro lado o *racismo*, é importante dizer, é uma prática preconceituosa sem defesa *científica* para justificar uma injustiça (TODOROV, 1993, p. 107).

nativa e de modo algum pode se defender uma democracia racial no país, observando que no processo histórico houve tanto conflitos quanto negociações.

A elite apontava que o rumo era fortalecer a *nação* que deveria ser homogeneamente *branca*, que perguntava: os imigrantes que estão vindo são brancos? Eles podem se tornar brasileiros?

Há que se considerar que ser branco numa escala de um século entre 1850 e 1950, é um conceito que mudou. No início, *branco* era uma questão de cor, pensava-se haver uma relação entre desenvolvimento econômico e as populações com menos melanina. Era um conceito biológico, de nascimento. Mas o avanço do século XX e a queda das teses raciais (principalmente após a Segunda Guerra Mundial) mostraram que o desenvolvimento socioeconômico de um grupo ou país estava mais ligado a economia política. Como já apontado, ao contrário da *raça*, a *cultura* passou a ser uma maneira não hierárquica de pensar as sociedades.

No Brasil será Gilberto Freyre, na década de 1930, que fará a reflexão positiva sobre a presença negra e índia na formação da sociedade brasileira, colocando como benéfica a participação negra. Para ele o negro nestas paradas foi o civilizador do branco, pois em muitos aspectos a cultura africana ensinou a branco-européia sobre como viver melhor, na higiene, medicina, metalurgia e agricultura (FREYRE, 2004).

Em geral o Brasil via o imigrante como amigo ou inimigo. Bauman indica que amigo e inimigo é uma relação ordenada, binária e ambivalente, ou seja, o amigo é amigo e inimigo é o que amigo não é. Há uma fronteira bem definida entre os dois, cada qual sabe o campo em que trabalha e manipula suas estratégias, é mais fácil lidar quando se sabe quem são os inimigos e com quem se pode contar como amigo (BAUMAN, 1999, p. 62).

Os amigos têm o poder e o controle sobre a “*classificação e designação*” pela via da “*narrativa*”: “Assim a oposição entre amigos e inimigos é entre *fazer e sofrer*, entre ser *sujeito e objeto* da ação” (BAUMAN, 1999, p. 63).

Mas há uma terceira presença cuja imagem não é nítida. É um ser ambíguo, cujas faces estão além do binarismo, este é o “*estranho*”, ele é o indefinível, ao contrário da relação entre amigos e inimigos onde as fronteiras e cercas estão bem postas e levantadas e há a possibilidade de planejamento das estratégias, o debate com o estranho é complicado.

Não se sabe onde ele está de fato, qual identidade é por ele professada, seu *deus*, suas intenções com a tranquilidade com a rede de amigos, no dizer franco de Derrida: “não podem mais ser incluídos na oposição filosófica (binária), resistindo-lhe e desorganizando-a, *sem*

jamais constituir um terceiro termo, sem sequer dar espaço para uma solução sob a forma de dialética especulativa” (Derrida apud BAUMAN, 1999, p. 64; grifos no original).

A fala autorizada era ambígua, portanto deixava brechas. Imigrantes oriundos do Oriente Médio como os sírio-libaneses e do Extremo Oriente, como os japoneses não eram amigos ou inimigos, eram *não-brancos* e *não-negros*. Portanto, no caso que nos interessa, os árabes serão *estranhos*.

Primeiro chamados turcos, devido a documentação otomana, depois sírios e libaneses (para os mais nacionalistas). Portanto a resposta dos árabes foi a negociação:

para muitos imigrantes “serem diferentes e [...]semelhantes era particularmente visível entre os não-europeus, que tinham mais a ganhar abraçando *tanto* uma nacionalidade brasileira uniforme, tal como imaginada, *quanto* suas novas etnias pós-migratórias” (LESSER, 2001, p. 19; grifos no original).

O mesmo autor continua afirmando que esta negociação passou pela colocação do conceito de *etnia* sobre o de *nação*. A *etnia* árabe era reforçada positivamente como contribuinte da *nação*, que por sua vez não precisaria ser necessariamente branca. O Brasil seria mais desenvolvido se fosse um pouco mais “árabe” já que estes eram “supranacionalistas”, além de serem um caso de imigrantes de sucesso econômico, no comércio e posteriormente na indústria.

Os árabes não deixaram de lado suas identidades pré-migratórias e nem tomaram todo o *pote de mel* da nacionalidade brasileira, até porque uma identidade nacional no Brasil “única ou estática jamais existiu: a própria fluidez do conceito fez que ele se abrisse a pressões vindas tanto de baixo quanto de cima”, portanto a heterogeneidade da nação abriu-se a especificidade de mais um diferente, o árabe (LESSER, 2001, p. 20).

Assim, é possível dizer que os imigrantes sírios e libaneses no Brasil assumiram “novas categorias hifenizadas”, ou seja, identidades negociadas e “criadas sob a rubrica de ‘brasileiros’”, mas na verdade identidades híbridas: *árabes-brasileiros*.

Eles e os descendentes “desenvolveram maneiras sofisticadas e bem-sucedidas de tornarem-se brasileiros, alterando a idéia de nação”, se a nação para a elite era algo homogêneo, para estes étnicos era algo heterogêneo, disposto a englobar também os *outros*, o *estranho* (LESSER, 2001, p. 19-20).

No caso da imigração de sírios e libaneses na região de Dourados o que mais aproximou as árabes foi o fato de todos serem imigrantes e sobressaírem-se no comércio. Quanto a pensar em características que possa classificá-los enquanto *etnia*, é uma atitude muito perigosa de reduzir a dinâmica interna dos indivíduos e suas diferenças.

Lesser, deixa claro que a identidade mais marcante entre os árabes no Brasil é que esta terra se tornou o lugar das “oportunidades econômicas e sociais” (LESSER, 2001, p. 18). Os imigrantes entrevistados em Dourados insistem em deixar uma imagem de união entre eles, mas sempre deixam escapar as suas divisões internas: “*O Líbano [...] o mais civilizado população de tudo os árabes é Líbano*”, afirma Ismail na tentativa de diferenciar-se dos sírios (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

As comunidades árabes tem muitas diferenças, aldeias, famílias ou religião. Cada grupo vai pensar elementos mais específicos para se separar dos outros imigrantes nacionalmente sírios ou libaneses. Todavia de acordo com a necessidade vão estreitar os laços entre si, aproximando-se:

logo aprenderam a se distanciar de tudo o que cultural ou socialmente pudessem associá-los a não brancos. Isso significou manter distância não apenas de negros, mas também de muçulmanos e de todos os *estereótipos a eles vulgarmente atribuídos*, tais como fanatismo, poligamia, costumes exóticos etc. Conscientemente, tratam de reforçar suas imagens e de se apresentar como ocidentais, cristãos, trabalhadores e pioneiros [...] (TRUZZI, 2001, p. 12; grifos meus).

Para muitos não ser negro facilitava a negociação da identidade, era um elemento partilhado entre todos os sírio-libaneses. Mas não ser muçulmano, no caso de São Paulo, era uma vantagem a mais, que já distanciava o árabe cristão do seu *colega imigrante islâmico*, ou seja, dependendo do ângulo há aproximação ou distanciamento.

Ataques e defesas

Como a negociação da identidade árabe no Brasil é composta por falas positivas pelos árabes e as negativas por brasileiros nacionalistas e pró-imigrantistas brancos, tanto um lado como do outro tentavam-se elevar no palco para serem ouvidos. Das estratégias usadas pelos árabes o pretérito sem dúvida foi um elemento forte:

A conquista da Península Ibérica pelos mouros, a emoção da reconquista européia, os excessos da Inquisição e a clara influência árabe na língua portuguesa colocavam as pessoas oriundas do Oriente Médio num lugar especial, tanto de amigo quanto de inimigo, como exoticamente diferente e, no entanto, de algum modo familiar (LESSER, 2001, p. 87).

Gilberto Freyre, já citado, sem dúvida contribuiu a favor dos árabes, pois estabeleceu ligação entre a formação da cultura brasileira com participação portuguesa sob influência árabe (FREYRE, 2004).

O sucesso econômico facilitava na argumentação da aceitação e imigração de árabes no Brasil. Muitos viam a riqueza nacional maior com a entrada deles e outros como algo

negativo já que não atendia aos interesses do café. O uso das representações favoráveis e negativas culminou em 1935 na discussão de textos entre Salomão Jorge e Herbert Levy.

A discussão entre estes dois foi compilada por Amarílio Junior na forma de livro *As vantagens da Imigração Syria no Brasil*, que saiu em defesa dos “syrios”, dos quais comenta: “Os Syrios constituem um ótimo elemento na formação ethnica de minha Patria. Para aqui aportarem a custa propria, sem nenhum proteccionismo official” (AMARILIO JUNIOR, 1935, p. 8).

Mais adiante compara a atitude comercial (seja do mascate ao varejo, atacado e indústria) nos “logares mais remotos, mesmo os mais inhospitos e doentios” ao “caboclo. Como este tem a musculatura rija e elástica, pulso forte e respiração ampla” (AMARILIO JUNIOR, 1935, p. 12).

Amarilio tentou aproximar ainda mais os árabes dos brasileiros ao afirmar que economicamente os árabes depois de mascates geralmente continuam no comércio ou servem ainda à grande lavoura e ao problema da falta de braços brancos para o café: “O Sr. João Pedro de Mirasól e Pedro Izar de Bocaina, possuem quase cinco milhões de pés de café e ha centenas de syrios, só no Estado de S. Paulo, proprietarios de machinas de beneficiar arrós, café e algodão” (AMARILIO JUNIOR, 1935, p. 19; grifos meus).

No outro extremo a posição de Herbert Levy, no entanto é contrária a entrada de árabes, pois tratam-se de

immigrantes dedicados ao comercio e ás actividades especulativas em geral, não são do typo que convém ao paiz [...]. A entrada de elementos que vivem sobretudo nas cidades, não [estão] resolvendo o problema do braço agrícola, não é a conveniente [...]. A imigração syria está nessas condições e é preciso dize-lo sem reservas [...] Falei na assimilação difficil do immigrante syrio. É fato comprovado pelas estatisticas, pois só o excedem nesse sentido conforme os dados colhidos de 1917 a 1931, em todo o pais os japonezes. De facto, segundo essa estatística, os syrios casados entre si montam a 60,2% do total existente no paiz, ao passo que os jaonezes casados entre si montam a 76,1% [...] (Levy apud AMARILIO JUNIOR, 1935, p. 39).

Levy é categórico, em relação aos não desejados, aqueles *estranhos*, os não-brancos e não-negros. Para ele os árabes além de não atenderem a mão de obra no campo, engrossam as cidades e poucos se misturam, poucos se embrenham na tentativa de tornarem-se *brasileiros*.

Adiante, nas *Vantagens* Salomão Jorge rebate Levy sobre seus argumentos com relação a terra:

[...] [Levy] diz que o syrio não é trabalhador agrícola. Propriamente não o é. Entretanto, é formidável incentivador do trabalho agrícola. O mascate, o commerciante do interior, facilitando o credito ao fazendeiro, aos colonos, veiu incrementar de modo indirecto, o impulso crescente da lavoura. Ha ainda grandes proprietarios agricolas syrios, empregando milhares de colonos (Jorge apud AMARILIO JUNIOR, 1935, p. 55).

Salomão é enfático e afirma que o Brasil na verdade precisa é de mais imigrantes *sírios e libaneses*, diferenciação que faz questão de acentuar. (AMARILIO JUNIOR, 1935, p. 87).

A criação de novas identidades “hifenizadas” passavam por estas e outras discussões, com ressaltos positivos e negativos. Outro elemento importante era o retorno que os imigrantes faziam ao país de origem ou o envio de remessas, somas em dinheiro para suas famílias.

Acerca das remessas, Philip Hitti afirmava que “41% da renda total do Líbano, em inícios da década de 1900” eram de origem externa “e que, por volta de 1950, cada aldeia possuía uma ‘casa com telhado de telhas vermelhas, construída com dinheiro vindo do exterior” (Hitti apud LESSER, 2001, p. 104).

De acordo com Truzzi, o período principal de imigração sírio-libanesa para o Brasil, se dá de 1908 a 1939; neste período teriam entrado 47.361 pessoas. Mas teriam saído 21.323 (45%), o que confirma que estes imigrantes tinham um projeto a cumprir (emigrar, *fazer* dinheiro e retornar) e os fortes laços familiares com os que haviam ficado na terra de origem (TRUZZI, 1997, p. 30).

Lesser cita a viagem de Plínio Salgado ao Oriente Médio. Amarilio comenta as impressões deste líder integralista nesta viagem. Todavia apesar de Plínio Salgado ver com bons olhos os sírios e libaneses, o autor Júlio de Revorêdo, do Departamento de Trabalho de São Paulo tinha opinião contrária.

Apesar do fato de muitos imigrantes voltarem ao Crescente Fértil e retransmitirem a cultura brasileira ao Oriente Médio isso não “impressionou” Júlio que por sua vez “acusava os ‘turcos’ de serem perigosos por entrarem no Brasil, e de serem antibrasileiros por deixá-lo” (Revorêdo apud LESSER, 2001, p. 105).

Contrário à entrada de sírios e libaneses, o trabalho de Revorêdo fornece seus argumentos com base na comparação com os Estados Unidos, país que recebeu um grande número de árabes. Aponta que naquele país no início do século XX com relação a alguns imigrantes (curiosamente os não desejados) estaria havendo uma crise de assimilação (quando o imigrante deixa sua cultura pré-imigratória para aderir a novas práticas do país onde está).

Nos Estados Unidos os índios nativos não integravam o estrangeiro branco e este isola-se em relação ao nativo, sendo também isolados pelo “ódio ambiente [...] os negros [...] amarelos, [...] judeus, os italianos, os portugueses, e, em, geral, todos os povos mediterrâneos e slavos”. (REVORÊDO, 1934, p. 59).

Revorêdo critica os norte-americanos que estariam sofrendo uma crise de assimilação, pois os locais não aceitavam os imigrantes, observando que no Brasil conta-se com a pretensa democracia racial, citando Roquete Pinto: “Negros, índios, mestiços, ou brancos, todos gozam mais ou menos das mesmas considerações sociais que só dependem do grau de instrução ou de riqueza” (Pinto apud REVORÊDO, 1934, p.67).

Partindo dessa lógica é a favor da imigração para fins agrícolas. Daquele imigrante que viesse de preferência alfabetizado com a família e se estabelecesse nas áreas rurais, pois se fixaria muito mais e adotaria a nacionalidade brasileira: “No nosso país, onde tais preconceitos não existem, a assimilação do alienígena processa-se sem grandes dificuldades” (REVORÊDO, 1934, p.68).

Novamente, aqui o que está em jogo, como já esclarecido, é a manutenção da ordem agro-exportadora e o abastecimento de braços nas lavouras. Era mister à sociedade brasileira alguns cuidados: “devemos [...] fechar os nossos portos a todos os que se vêm concentrar em nossas cidades, vivendo parasitariamente do esforço de outrem desenvolvido para a criação de riqueza”; aos que vinham habitar as cidades eram “andorinhas”, pois “não se radicam” (REVORÊDO, 1934, p.137, 145).

Mesmo contra a maré e algumas falas, os árabes não apenas contrariaram o fato de não serem desejáveis por uns, imigrando de fato em direção ao Brasil, como também negociaram suas identidades, alguns foram embora levando consigo grãos de poeiras tropicais, outros se radicaram mais profundamente em cidades como Dourados, e, ao contrário do pensamento de Revorêdo, souberam jogar muito bem com a *arabidade* e a *brasilidade*.

A entrada de sírios e libaneses: alguns números

A imigração é um momento importante para a formação da história do Brasil. É pertinente fazer algumas comparações acerca dos números de imigrantes em direção aos portos brasileiros no final do século XIX e início do XX. Os autores divergem contudo acerca destes números, portanto optei por tecer algumas comparações.

Bóris Fausto, aponta que entre 1887 e 1930 cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil. O espaço entre 1887 e 1914 teve maior volume: 2,74 milhões, cerca de 72% do total. De maneira decrescente sobre o do total temos a seguinte porcentagem: italianos, 35,5%; portugueses, 29%; espanhóis, 14%; alemães, 5%; japoneses são 3%; a maioria concentrou-se no estado paulista num total de 52,4%. (FAUSTO, 1995, p. 275).

Lesser indica outro número: “Todos os 4,55 milhões de imigrantes que entraram no Brasil entre 1872 e 1949 trouxeram consigo uma cultura pré-migratória e criaram as novas identidades étnicas. Entretanto, foram os 400 mil asiáticos, árabes e judeus, considerados não-brancos e não-pretos, que puseram em xeque as idéias da elite sobre a identidade nacional” (LESSER, 2001, p. 25).

Revorêdo diz que somente na cidade de São Paulo entre 1908 e 1933 chegaram 1.029.385 e saíram 547.248, o índice de fixação é de 46, 83%; enquanto que a entrada de imigrantes no Brasil até 1932 foi de cerca 4.584.000 (REWORÊDO, 1934, p.66).

Especificamente sobre o número de árabes Lesser escreve que entre 1884 e 1930 entraram 107 mil imigrantes do Oriente Médio, sendo a maioria de católicos, maronitas e ortodoxos. A maioria (91%) vinha da Síria e Líbano, chegados entre 1904 e 1930. Os sírios aumentaram de “1.100, entre 1914 e 1923, para mais de 14 mil, entre 1924 e 1933”, mas deixa claro que “as estatísticas raramente coincidem” (LESSER, 2001, p. 96, 139).

Revorêdo cita o “movimento Migratório pelo Porto de Santos, de 1908 a 31 de dezembro de 1933” há entre os: “sírios” a) entradas: 16.732; b) saídas: 7.198; c) saldo: 9.534 d) coeficiente de fixação: 56,98%. Dos “turcos”¹⁵: a) entradas: 26.242; b) saídas: 12.277; c) saldo: 13.965 d) coeficiente de fixação: 52,22% . A entrada entre os anos de 1908 a 1933 “Sírios”: 16.732; “Turcos”: 26.242 (REWORÊDO, 1934, p. 141). Para Truzzi o momento principal de imigração sírio-libanesa para o Brasil se dá entre 1908 a 1939: houve 47.361 entradas e 21.323 saídas (TRUZZI, 1997, p. 30).

De modo geral, á guisa de promover uma visão mais esclarecedora sobre os números de entradas estrangeiras nos fins do século XIX e início do século XX, comparando, foi de mais ou menos entre 3 (Fausto) e 5 milhões (Lesser). No século XX os sírios e libaneses variam de 34.000 (Revorêdo), 48.000 (Truzzi) 98.000 do Oriente Médio (Lesser).

Restrições

Com o avanço do século XX o Brasil impõe algumas restrições para a entrada de imigrantes. Segue a linha dos Estados Unidos, que na década de 1920 impõem “*restrições qualitativas*”, por causa da organização de trabalhadores nacionais concorrentes com a mão de obra mais barata dos imigrantes, o racismo e o preconceito racial.

¹⁵ Embora seja perigoso confiar neste termo, muitos sírios e libaneses vinham com documentos expedidos pelas autoridades turcas.

Em 1921, é aprovada a *Quota Act.*, com o principio de somente admitir a entrada de estrangeiros “em proporção com o numero de existentes no paiz, assinalado pelo recenseamento de 1910 [...] ficava reservado a cada nação uma quota annual de 3% sobre os totalidades de seus respectivos nacionaes” (REWORÊDO, 1934, p. 37).

É bom lembrar que Vargas recebia pressões acerca da regulamentação da imigração. Isto gerou uma influência na legislação brasileira, na década de 1930 com a elaboração da Constituição, especificamente do art. 121 § 6, chamada emenda dos 2%, que dispunha

A entrada de immigrants no território nacional soffrerá as restricções necessárias á garantia da integridade ethnica, capacidade physica e civil do immigrant, não podendo, porém, a corrente immigratoria de cada paiz exceder, annualmente, o limite de dois por cento sobre o numero total dos respectivos nacionaes fixados no Brasil durante os últimos cincoenta annos (Diário da Assembléia de 14 de Abril de 1934 apud REWORÊDO, 1934, p.47).

Especificamente do Líbano, Salém aponta que entre os anos 1860 e 1900 saíram, principalmente em direção à América, 3.000 pessoas. De 1900 a 1914, aceleram-se as partidas anuais até a casa de 15.000, recaindo com o fim do conflito novamente para 3000 pessoas (SALÉM, 1969, p. 40).

Soma-se a estes ônus legislativos, para diminuir a marcha às Américas, a deflagração da Primeira Guerra e a crise de 1929 limitando os mercados de trabalho. Ao crescente nacionalismo não interessava a fuga populacional, o que dificultava a obtenção de passaportes e o cruzamento de fronteiras.

As taxas de natalidade estavam caindo aliadas ao processo de industrialização na porção sul-leste europeu e no Oriente Médio. Por fim a Segunda Guerra, 1939, freou ainda mais os índices de migração, não deixando, contudo, de existir.

O caminho das cidades

Num estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos, Truzzi comenta que semelhante ao que ocorreu no Brasil também nas partes setentrionais da América Anglo-Saxônica a mascateação foi “vista como capaz de propiciar um rápido retorno econômico”, logo a maioria destinou-se às áreas urbanas (TRUZZI, 2001, p. 5-6).

Fausto reforça que os judeus e sírio-libaneses eram imigrantes espontâneos, pois os subsídios de passagens era para quem fosse encaminhados para as fazendas, e no caso em questão destas minorias

Muitos sírio-libaneses iniciaram a vida na nova terra como mascates, vendendo mercadorias de porta em porta, ou de porteira em porteira, nas pequenas cidades do interior e nas fazendas. Depois, no correr dos anos, vários deles se tornaram comerciantes com negócios instalados e indústrias. Essa trajetória foi semelhante à de muitos judeus, que partiram da condição de

mascate, substituindo os sírio-libaneses, com mais tempo no país e já em ascensão (FAUSTO, 1995, p. 279).

Diferentemente do Oriente Médio, cuja terra era fixada em pequenas propriedades administradas por famílias agricultoras, no Brasil os grandes latifúndios eram dirigidos para o mercado externo e administrados na forma de empresas geralmente na mão de um só dono.

Os árabes não se adaptaram a lógica da grande fazenda, a maioria veio sem recursos econômicos, dificultando a posse da terra, e, ainda se fossem colonos levariam cerca de duas gerações para possuírem uma propriedade (TRUZZI, 1997, p. 45). É justamente na entrada do século XX que deve ser buscada a razão de os sírios e libaneses terem se estabelecido no comércio:

[...] o desenvolvimento formidável da cidade de São Paulo [...] oferecia em diferentes níveis um conjunto de oportunidades excepcionais para recém-chegados que procurassem se inserir no meio urbano [como no comércio]. À época, a sociedade paulista não contava com nenhum estrato significativo de classe média: ex-escravos e imigrantes rurais predominavam esmagadoramente. Por outro lado, a classe dominante de fazendeiros era por demais abonada, apegada às lides rurais e ocupada em fazer política, para se meter em qualquer outra atividade comercial não relacionada ao café [...] (TRUZZI, 2001, p. 20).

A própria elite rural abria caminho ao desenvolvimento do comércio e posteriormente da indústria – embora não parecesse muito consciente disso – na medida em que se distanciava dos centros urbanos cada vez mais povoados, por novas classes (médicos, advogados, padres, professores, trabalhadores e uma nascente burguesia) e cheios de árabes, judeus, portugueses, principalmente no litoral.

Estes pioneiros sírios e libaneses que obtiveram sucesso, são uma primeira geração de imigrantes cujas estratégias

foram capazes de identificar e preencher um nicho na economia paulista em crescimento. À medida que o tempo passou [...] imigrantes chegados mais tarde tiveram que se estabelecer em regiões mais distantes do centro de São Paulo, *ou em outras cidades e estados* (FAUSTO, 1995, p. 8; grifos meus).

Ora, pois entre estas “outras cidades e estados” estão as do antigo Sul de Mato Grosso – SMT: Corumbá, Campo Grande, Aquidauana e Dourados. Na entrada do século XX a cidade de Corumbá já abrigava casas comerciais, de donos de origem sírio-libanesa, depois a região central e meridional douradense e campo-grandense.

Para o Sul de Mato Grosso

Chegados em São Paulo no porto de Santos, os primeiros imigrantes obviamente não tinham quem esperasse por eles, mas posteriormente seriam os anfitriões dos parentes e amigos. Aos novos recém-chegados a recepção, a primeira vista era cheia de novidades:

Reparar a paisagem ignorada, a língua diferente demais, costumes tão estranhos; quem vem me buscar? A noite joga seu lençol negro de seda e susto [...] Um tempão parado na estação, de onde nada se avista, a não ser a minha fome, minha cara na noite e minha ânsia (NABUT, 2001, p. 56-57).

Estas seriam algumas expectativas de quem estava trazendo na bagagem algumas roupas, objetos, e na imaginação muitas idéias pré-estabelecidas contadas no Oriente sobre um local de riqueza fácil. No peito, temor e esperança. Zaki, radicado em Dourados em comenta:

Cheguei com cinco dólares, tinha um conhecido me esperando, da mesma cidade [Majdal Balhis] que tinha vindo uns quatro meses antes. Aí viemos pra São Paulo. Outro patrício conhecido, me arrumou um malão de 4 mil réis de armarinhos, e fomos mascatear no Estado de São Paulo. Não tinha nenhuma experiência de comércio lá, nunca vendi uma agulha. Em Dourados, vinha sempre aqui mascatear, ficava num hotel que tinha aqui, o melhor que tinha aqui Hotel Lisboa, de seu Joaquim, um português (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

Para Zaki, chegar em Dourados na década de 1950, partindo de São Paulo era uma viagem que empreendia por via férrea. Entretanto, para os primeiros imigrantes de finais do século XIX e início do XX o trajeto era um pouco mais demorado. Localizada na porção noroeste do antigo Mato Grosso, na porção meridional, estava a cidade de Corumbá a qual já apresentava certo destaque no plano econômico.

O comércio em Corumbá neste período não necessariamente estimulado pelo acúmulo de capital local, mas numa conjuntura maior da região do Prata que tendeu à “diversificação da produção” voltando-se “para o comércio exterior”, que aos poucos foi especializando-se, internacionaliza-se “sob estímulo de uma nova divisão internacional do trabalho”, ligada ao imperialismo no qual países centrais tentavam por toda ordem estabelecer áreas de influências para vender seus produtos (CORRÊA, 1999, p. 85).

A elite mato-grossense estava se abrindo ao capital externo, tentando atrair recursos e imigrantes brancos, bem como passar uma imagem identitária de que os habitantes locais mais abonados eram os *civilizadores do sertão* cheios de bárbaros, pessoas pobres e índios locais. A fim de melhor cumprir este papel foi elaborado em Hamburgo, na Alemanha, o *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*, o qual tenta estabelecer uma homogeneização destacando os pontos positivos da região.

Corumbá, cidade que no início do século XX abrigará os consulados da “Argentina, Bélgica, Bolívia, França, Itália, Paraguai, Portugal” e “Uruguai”, países com os quais tinha relação comercial, ou seja, interesses internacionais que estavam sobre a cidade, acabaram arrastando pessoas de outros países para si (ALBUM GRAPHICO, 1914, p. 307)

Uma série de casas de comércio, de donos de origem diversa recebiam produtos provindos de várias partes do mundo “Havre, Liverpool, Manchester, Hamburgo, Amsterdã, Gênova, Lisboa, Porto, Holanda, etc.” a serem redistribuídos para o interior da província mato-grossense como Aquidauana, Miranda, Dourados, etc. (SOUZA, s/d., p. 85).

Corumbá recebe também a primeira leva de sírio-libaneses chegados “entre o final do século XIX e início do XX, em razão, da propícia localização e do convidativo comércio internacional”, embora “o destino inicial na América do Sul era o porto de Santos, SP” e também a Argentina (OLIVEIRA, 2001, p. 32-33).

Sua estabilidade permitiu uma agremiação. Criaram a “*Sociedade de Beneficiencia Ottomana*”, em 7 de março de 1909 “por um grupo de cidadãos ottomanos residentes na cidade”, entre os membros há uma série de árabes cujos nomes de família eram “Haddad, Neder, Azar, Bacha, Chain, Safadi, Jerasati, Jebara”; dos objetivos da *Sociedade* destaca-se o “auxílio mutuo”, a prestação de “socorros á todos os membros da colônia syria” (ÁLBUM GRAPHICO, p. 337).

Do fato de os sírios e libaneses não ficarem em número significativo na Argentina, Riza esclarece que os

imigrantes vindos do Oriente Médio encontraram sérias dificuldades econômicas para se estabelecerem na Argentina, principalmente, pelo fato de haver um intenso comércio estabelecido em Buenos Aires, e as terras serem de valor muito elevado para aqueles povos descapitalizados (Riza apud OLIVEIRA, 2001, p. 33).

Para quem vinha com pouco dinheiro, precisava mascatear, formar capital para depois abrir uma loja, a localização bonaerense, pelo já estabelecido comércio, era um espaço muito difícil e concorrido. Isso que não significa que não tenham havido sírios e libaneses na Argentina.

Como dito, Corumbá está às margens do rio Paraguai e mantinha contatos com a Argentina, Paraguai, Bolívia, que à época também estavam recebendo imigrantes de várias partes. Logo o Prata era um espaço de circulação de pessoas que tinham contato com parentes e amigos em outras partes do Brasil e do mundo.

Jorge Nabut, de Minas Gerais no Brasil, cita fragmentos de cartas recebidas de Abraham Khaule, estabelecido em Buenos Aires, que conta histórias sobre a família, os pais,

“Tanus Eias Khaule e Marta Nabut Khaule”, os quais chegaram à Argentina em 1918 no navio italiano “Conte Viacamano”:

Recordo da última casa construída no ano de 1949, pela minha mãe e a ajuda dos patrícios. Minha mãe cozinhava para todos, os atendia, cuidava de nós, dava de comer, e beber aos cavalos, atendia a Quinta de verduras e legumes, ajudava os vizinhos mais necessitados e ao final um pai cantava para ela uma canção de amor, e outras, nostálgicas da distante terra libanesa (Khaule apud NABUT, 2001, p. 86; tradução minha).

José Fugêncio Postaue, filho de um sírio chamado Jaled Postaue conta os caminhos tomados pelo pai na região:

Casado e minha mãe paraguaia, Dolores Gonçalves Postaue. Ele era da cidade de Hama, na Síria. Trabalhava com comércio e chegou aqui e trabalhou com comércio, quando ele entrou no Paraguai foi como comerciante [...]. Tinha uns primos no Rio de Janeiro, e desembarcou lá, ficou um tempo e depois passou pra Argentina [...] ficou pouco tempo, passou pra Assunção, capital do Paraguai. (Entrevista José Fugêncio Postaue).

É importante reforçar que estas falas indicam um movimento de entrada e saída de imigrantes dos portos nos países da América do Sul, e no caso sírio libanês as andanças em busca de locais onde pudessem desenvolver suas relações comerciais e prosperar.

Oliveira adiciona que com o avanço do século XX, os sírio-libaneses foram se instalando em Campo Grande. Para se atingir esta localidade, depois de entrar no estuário do Prata, passando pela Argentina, seguindo para Corumbá via rio Paraná e Paraguai ia-se para leste na Serra de Maracaju, onde estavam as cidades de Miranda e Aquidauana e por fim Campo Grande, a qual com a ligação ferroviária em 1914, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB, passa a receber um contingente populacional maior do sudeste.

No meio destas populações que estavam entrando na região estavam sírios e libaneses que por caminhos internos inserem-se o povoado de Dourados. A região estava sendo povoada sulistas, mineiros, paulistas, paraguaios em busca de terras em detrimento da população indígena¹⁶.

¹⁶ O Estado de Mato Grosso aldeou os índios em uma área de 3.600 hectares em 1915, parte delas foram incorporadas a propriedades vizinhas, destaca-se ainda a Missão Evangélica Caiuá de 1929 (MOREIRA, 1990, p. 13).

Parte 2

O antigo Sul de Mato Grosso – SMT

O povoamento local

A região atual de Mato Grosso do Sul correspondia à porção meridional do antigo sul de Mato Grosso. Esta região foi povoada inicialmente por diversos grupos indígenas dentre os quais os Ofaié, Kadiwéu, Terena, Guarani, Kaiapó, Guató, Paiaguá.

A ocupação, posterior aos indígenas contou com a presença dos espanhóis e jesuítas, ambos com interesses diferentes, respectivamente entre corpos para o trabalho e almas para a Igreja. Os espanhóis eram geralmente nobres em busca de alguma riqueza – este período corresponde à formação de Estados Nacionais europeus, o desenvolvimento do mercantilismo, organização do Império Otomano – pelo fato de haver minas de ouro, prata e diamantes na América. Os jesuítas por sua vez chegaram no ano de 1588 e se encarregaram da vida religiosa e educacional dos espanhóis, bem como da conversão dos índios ao cristianismo, organizavam seu trabalho em comunidades chamadas missões.

Do lado português, no século XVIII, houve um avanço do leste pelos bandeirantes de São Paulo, ditos interessados na captura de índios para servir de mão de obra escrava. Neste período a Coroa buscava metais preciosos.

No início do século XVIII, as bandeiras paulistas avançavam rumo ao oeste, sob liderança de Pascoal Moreira Cabral que encontra ouro em 1718 nas barrancas do rio Coxipó-Mirim. Isso aumenta o interesse da Coroa Portuguesa pela região. Politicamente destaca-se a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1727. Em 1748 é criada a Província de Mato Grosso cuja capital será Vila Bela às margens do rio Guaporé, o que serviu de estratégia para domínio territorial além do comércio com a região da bacia amazônica.

Ao longo de 1750 a 1781, os portugueses deram cabo da construção de Albuquerque (Corumbá), Vila Maria (Cáceres) e o Forte Nova Coimbra, todas estas fundações justificadas em território colonial português pelo Tratado de Madri de 1750, cuja condição para posse foi o *uti possidetis*: ocupação de território.

Com a exploração aurífera, os contatos e o comércio oeste-leste se constituíram em rotas terrestres e fluviais chamadas monções. Eram expedições que saíam de São Paulo pelo rio Tietê, chegava-se ao Paraná, daí para os rios da Bacia do Alto Paraguai: do Paraguai até o

São Lourenço, depois o Cuiabá até as minas. Levavam cerca de seis meses para chegar ao destino e a metade deste tempo para retorno.

A partir de meados do século XIX a navegação no rio Paraguai será aberta, mas logo sofrerá uma retração com a Guerra do Paraguai, este setor retrai-se, pois a navegação é bloqueada a partir de 1864.

Esta guerra reflete uma não resolução de limites e fronteiras entre as coroas ibéricas, questão que ficou para ser resolvida pelos nascentes Estados Nacionais do mesmo século. O Brasil possuía interesse na navegação do rio Paraguai, comércio de importação e exportação, entradas e viagens, a Argentina na formação de um único Estado sob liderança bonaerense. O Paraguai queria o controle do rio e acreditava na promessa uruguaia de um porto em Montevideú.

Em 1870, o final do conflito trouxe a reabertura da navegação do rio Paraguai, conseqüentemente do comércio, vão se intensificar as migrações e fixações de diversos grupos para o SMT destacando-se ex-combatentes paraguaios. Do leste, vieram os paulistas e mineiros. Do norte, os cuiabanos e do sul os rio-grandenses-do-sul e paranaenses.

O final do século XIX, também é marcado pelo desenvolvimento da extração e exportação da erva mate no sul do SMT¹⁷ para várias partes do globo, inicialmente para Argentina, depois Europa, e segundo Ismail Mohammad El Chamaa, para o Líbano. Ele conta que chegou a provar a erva quando criança: “a gente tomava com leite quente, como o chimarrão daqui” (Entrevista Ismail Mohammad El Chamaa).

Em finais do século XIX, Thomaz Laranjeira conseguiu uma concessão para explorar os ervais nativos, em todo o extremo sul do SMT, posteriormente, é criada, a *Companhia Matte Laranjeira*.

Além da *Companhia*, deve-se mencionar a existência de pequenos produtores, como os moradores de Dourados, no início do século XX, que escoavam a produção para compradores no Paraguai bem como para a própria empresa.

Ao longo da década de 1930, Vargas, institui a *Marcha para Oeste* na política de pequena propriedade bem como a proibição de arrendamentos de grandes áreas de fronteira pela Constituição. Mesmo com as tentativas e discursos de *progresso* e *povoamento* gerados pela *Matte*, ela foi tida como inimiga e perdeu o direito de explorara a erva.

Em 1914 é construída a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB. A iniciação da obra ferroviária dá-se após longas negociações no trecho Bauru até Porto Esperança, próximo

¹⁷ Havia ervais além também no oeste do Paraná, noroeste do Rio Grande do Sul, nordeste da Argentina e leste do Paraguai.

a Corumbá (QUEIROZ, 1999). Os trilhos começaram a ser feitos em cada um dos extremos até se encontrarem em Campo Grande em 1914.

A NOB foi o meio pelo qual a região vai receber muitos imigrantes como japoneses, húngaros, alemães, italianos, portugueses, e

Os sírios, dedicados apenas¹⁸ ao desenvolvimento comercial, abrem os seus estabelecimentos em todos os núcleos de povoamento. Trazem consigo o crédito que lhes deram os representantes de sua importante colônia, dominadores do comércio paulista e carioca (MELO e SILVA, 1989, p. 84)

A NOB também serviu à expansão para o oeste, *Marcha para Oeste*, contando inclusive com estratégias como ampliações posteriores: o ramal de Ponta Porã. A construção deste ramal, iniciou-se em fevereiro de 1938, da estação Indubrasil, a oeste de Campo Grande, e dividia-se em dois trechos: a) até Maracaju, inaugurado em 19 de abril de 1944, com 154 km; b) Itaum, distrito do município de Dourados, a 60 quilômetros a oeste da sede deste município, inaugurado em 18 de maio de 1949. A conclusão total do ramal se deu em 19 de abril de 1953, ligando a fronteira do Brasil com o Paraguai (OLIVEIRA, 1999, p. 136-138).

Com o desenvolvimento da cidade de Campo Grande, a elite sulista dos coronéis aguçou o desejo pelo poder, o qual poderia ser alcançado pela divisão, ou por uma parte dele à medida que adquiria força e se intelectualizava, desta forma, nascia assim, o movimento divisionista que ficou estacionado com a divisão de forças políticas que contemplava as elites do norte e sul.

A divisão de fato vem quando Geisel, ascendente à presidência em 1975. Foi um acontecimento de “de cima para baixo”, na conjuntura da Guerra Fria, ditadura militar, perseguição aos comunistas. Era fundamental a proteção das fronteiras, além de contar com um grupo, a elite sulista, apoiando o regime ditatorial. Em 11 de outubro de 1977 ocorre oficialmente a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, respaldada pela lógica da Escola Superior de Guerra com uma ideologia de segurança nacional, neste caso o MS e suas fronteiras seria um local estratégico (BITTAR, 1999, p. 107).

¹⁸ Melo e Silva informa que além do comércio, a agricultura recebeu a participação árabe na plantação de gêneros como o café: “a alma dessa migração [para a cafeicultura] foram um sírio, Antônio Abdo, o que é notável por se tratar de um elemento de uma colônia que se não entrega às lides agrárias e o japonês, Nacau, o pioneiro dessa atividade” (MELO e SILVA, 1989, p. 84).

Dourados

Uma origem rural

Dourados é uma região que foi povoada inicialmente por índios, mas em fins do século XIX recebe os migrantes paulistas, paranaenses, mineiros e rio-grandenses-do-sul. A relação destes novos migrantes com os índios e a *Companhia Matte Laranjeira* era conflituosa, mas havia a possibilidade de as famílias adquirirem seu pedaço de terra.

A economia ervateira e a possibilidade de conseguir terras, atraiu pessoas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná para o SMT. Aqui chegadas, estabeleciam-se “próximos a Ponta Porã ou Dourados, regiões com clima e paisagens semelhantes às do Rio Grande do Sul [...] passaram a apossar-se das terras devolutas, pois as terras custavam [num primeiro momento] apenas a posse” (JESUS, 2004, p. 65).

A rota utilizada saía principalmente de São Borja e São Luiz Gonzaga em forma de comitiva, (a pé, a cavalo ou em carretas puxadas por bois), seguiam pelo rio Uruguai, entravam em Misiones, na Argentina, depois Posadas. Atravessavam o rio Paraná até Encarnación.

Dáí podia-se seguir pelo Paraná até Pôrto Adela ou por terra (a maioria), passava-se por Vila Rica e São Pedro e entrava-se no Mato Grosso via Ipehun (Paranhos, vila do atual município de Amambaí). Outros ainda seguiam até Assunção e Conceição, e iam por terra até Horqueta entrando na picada do Chiriguelo até Ponta Porã ou desviavam para Bela Vista (Figueiredo apud JESUS, 2004, p. 220-221).

Um dos primeiros migrantes a se estabelecer na região douradense foi Francisco Xavier Pedroso, dito *Nhô Chico*, o qual veio para o Mato Grosso em 1885. Era de Amparo, São Paulo. Sempre ouvia falar de “seus conterrâneos que lutaram na Guerra do Paraguai sobre a qualidade das terras do Mato Grosso, onde ‘se plantando tudo dava’”, conseguiu cerca de 30 mil hectares onde estabeleceu a *Fazenda Amparo* (BOSCO, 1995, p. 186).

Do sul do Brasil, chegou Marcos Fioravante em 1911. Veio junto com a família e durante o percurso, sempre armavam acampamento “próximos aos rios, onde houvesse boa sombra para lavar os utensílios e cozinhar. Colhiam ovos de emas, perdizes e mutuns e [...] peixe para a refeição” (BOSCO, 1995, p. 94). Portanto, estas viagens em direção ao SMT era um tipo de atividade que exigia muito esforço dos pretendentes.

Encontrar alimentos era algo difícil, à vezes matava-se um animal de carga

cortava a carne em mantas, deixadas ao sol para secar. O sal era coisa rara. As mantas eram dispostas entre o *baixeiro* (manta que fica debaixo da sela, colocada ao lombo do cavalo) e a *badana* (no Sul do País, diz-se a pele macia que se põe sobre o *baixeiro*) para pegar o sal do corpo do animal (BOSCO, 1995, p. 94; grifos no original).

Durante o percurso havia momentos de descanso e conversação, momentos de família e sentimentos em “noites quentes no meio da mata, ou nas paradas da família em fazendas, as crianças se acalmavam ao som de uma sanfona” (BOSCO, 1995, p. 95).

Difícil era, mas não inatingível. Imigrantes de outros locais como Albano José de Almeida, que chegou Dourados por volta 1940, vindo de Portugal tinha uma visão utópica da localidade, de que aqui veio a “aportar, além-mar, na terra dos *sonhos dourados*, onde diziam, as moedas de *ouro* nasciam ao pé das montanhas e o solo era tão fértil que em se plantando tudo dava” (BOSCO, 1995, p. 47; grifos meus).

A vida entre o campo e a cidade

Inicialmente as pessoas praticavam a pequena agricultura, bem como a extração de erva mate, além de criarem gado e outros pequenos animais. Na década de 1920 havia lavouras de “arroz”; a terra, segundo Torres poderia dar conta de produzir também “trigo”, mas tanto para o arroz, cultura já praticada, quanto para uma possível plantação de trigo eram necessários aparelhamentos, além de mais mão de obra (Torres apud SOUZA, 2003, p. 29-30).

A cultura econômica local era de subsistência. Mais especializada e mecanizada era a produção de erva mate pela Companhia Matte Laranjeira. Por seu turno a pecuária dava alguns sinais de rendimento, mesmo parco, mas não era garantia de riqueza, pois à época “ninguém se pode chamar de abastado fazendeiro” apenas por possuir “alguns centos de rezes” (Torres apud SOUZA, 2003, p. 30).

Moreira informa que as rezes eram levadas por cerca de três dias para Pedro Juan Cabalero ou Inhuverá para serem vendidas. Mas quando do advento da Grande Guerra, 1914, o gado passou a ser guiado magro até São Paulo, diminuindo o consumo em 1919. Aos poucos a floresta foi sendo derrubada, de maneira predatória e não planejada para utilização da terra na agricultura e o comércio da madeira (MOREIRA, 1990, p. 32).

Outros gêneros eram cultivados e produzidos como farinha, rapadura, cachaça, açúcar, erva-mate:

ervais, [...], bananais, laranjas, milharais [...], mandiocais, etc. Plantam-se arroz, feijão, etc. Há produção ainda de batatas, alface, abacaxis, [...], café [...]. Estima-se em mais, talvez, de 50.000

cabeças de gado bovino, existente no território douradense. Há boa criação de suínos; cria-se, igualmente, gado lanígero¹⁹ (ANUÁRIO, 1943, p. 204).

A maioria da população era do campo, mas a cidade Dourados aos poucos ia concentrando pessoas, diferenciando, mesmo que sem muita condensação, um cotidiano rural e outro urbano. No início da década de 1940 a região de Dourados possuía segundo “o recenseamento de 1940” um total de “15.053 habitantes (ANUÁRIO, 1943, p. 204).

Comparando com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE o total populacional até a década de 1940 era de 14.985. A população da zona rural contava mais de 90% dos moradores: 13.164 habitantes (Evolução demográfica dos municípios de Mato Grosso do Sul, 1996-2007, p. 1).

Se a população de Dourados nas primeiras décadas do século XX é essencialmente rural, a concentração maior do poder se dá por meio do latifúndio. Havia alguns outros poucos elementos que se destacavam como médicos, dentistas e farmacêuticos.

Aos poucos se forma um núcleo. Dentro deste *núcleo* alguns dirigentes, que se pode chamar de elite rural, vão lutar pela separação de Dourados em relação à Ponta Porã, já que Dourados era distrito deste município. A primeira ação desta elite é a transformação, elevação da região à condição de Patrimônio de Dourados em 1914, Distrito de Ponta Porã.

A localização permaneceu com extremos entre leste e oeste, com saídas neste respectivos pontos, a leste para a Entre Rios (Rio Brillhante) e oeste Ponta Porã. Este *núcleo* é pequeno, todavia concentra funções práticas: “a igreja, a casa comercial, a pensão, o hotel; em destaque a “casa comercial” como fator de referência econômico e aglutinador de pessoas “na medida em que as pessoas não precisavam mais ir a Ponta Porã ou a Entre Rios para fazer parte de suas compras e na medida em que atraiu os moradores das fazendas para a sede do Patrimônio de Dourados.” (MOREIRA, 1990, p. 21; grifos meus).

O Patrimônio servia como “ponto de encontro onde, de tempos e tempos, as pessoas se reúnem em função do comércio [...] ou [...] das festas religiosas. Isto faz com que o povoado se acostume com visitantes e forasteiros que aí chegam [...]” (MOREIRA, 1990, p. 11; grifos meus).

Moreira observa ainda que nos primeiros anos do Patrimônio começa a aparecer alguns traços de cidade, destacando o comércio: “No período do Patrimônio e na primeira década do Município [emancipado em 20 de dezembro de 1935]” era notável que “as residências e as casas de comercio se confundiam, até que o crescimento da atividade urbana

¹⁹ Animal que tem lã, como as ovelhas.

já não comportou mais as residências em pleno centro e, então, o centro comercial ficou onde nasceu a cidade” (MOREIRA, 1990, p. 12).

Coronelismo e política

Outro ponto importante acerca destes anos iniciais de Dourados foi o banditismo. Politicamente não havia uma forte presença do Estado na questão de segurança, saneamento, saúde, educação. A população tinha de se resolver sozinha. Pegar em armas era comum. Aos poucos alguns mais fortes economicamente vão dominar a cena política encarnando a figura do latifundiário: o coronel.

Essa realidade, porém, não era local, mas permeava todo o Brasil, bem como o Estado de Mato Grosso e a parte meridional. Na luta pelo poder entre os coronéis eram contratadas milícias de bandidos, que por seu lado eram pessoas sem-terra dispostos a servir em troca de armas e dinheiro. Era um meio de sobrevivência.

Com o tempo os bandidos se desvinculam dos coronéis. Tornando-se autônomos, começam a formar seus próprios bandos armados. A população na sua maioria procurava não se envolver, mas mantinha contatos, trocando seus votos por favores dos coronéis (CORRÊA, 1995).

Em Dourados existia uma espécie de força policial, a *Captura*, mas havia abusos de poder, e ainda a população praticava a justiça com as próprias mãos. Questões simples eram resolvidos na perseguição e morte dos envolvidos: caso clássico foi o das famílias Palhano e Torraca²⁰.

O banditismo com o tempo passou a ser reprimido. Vários fatores contribuem para tal: o Estado Novo a partir de finais dos anos 1930; uma maior urbanização principalmente da região sul com a NOB; a nomeação de interventores federais na revolução de 1930; a intensificação da “*lei do desarmamento*” no ano de 1939, pelo general José Pessoa (CORRÊA, 1995, p. 40, grifos no original).

²⁰ Danúbio Torraca teria colocado um ovo de ema no alforje de Galba Palhano. O ovo quebrou e sujou a roupa limpa que seria usada numa festa. Aparentemente uma brincadeira que levou Galba Palhano a matar Danúbio Torraca. O irmão do assassinado, Dante Torraca, em tocaia, porém tentou vingança. Dante, porém se uniu *Captura* e prendeu dois parentes de Galba, Elpídio e Cantalupe que “foram barbaramente assassinados, castrados e tiveram os olhos arrancados em vida, segundo as testemunhas da noite macabra”. Posteriormente Dante e a *Captura* vinham de Caarapó e chegando ao Porto Souza, rio Dourado, foram surpreendidos por Galba e mais quatro homens, Galba foi morto. Por fim Dante foi morto por um irmão de Galba, chamado *Gordinho*, quando Dante jogava sinuca num bar na Marcelino Pires. *Gordinho* fugiu. O conflito acabou quando morreram os envolvidos (BOSCO, 1995, p. 21-22, 131).

Dentro desta questão coronelista, não há em Dourados a existência de um grande coronel, mas uma elite de proprietários rurais, pequenos coronéis que estavam interessados no jogo político pelo poder, principalmente no total desmembramento do Patrimônio em relação a Ponta Porá, para tornar Dourados município.

A corrente principal da elite local era getulista, apoiadores da Aliança Liberal. Esta Aliança fez frente aos políticos do Nordeste e Sul na Revolução de 1930. Posteriormente em 1945, quando foram feitas mudanças na Constituição regularizando os partidos políticos. Desta forma, assumiram a cena alguns de mais destaque para a região: PSD e PTB, ligados a Vargas, cujo opositor maior será a UDN, de extrema direita.

Em meados dos anos 1930 haverá a criação definitiva do município de Dourados. Segundo Bosco, o médico mineiro, Nelson de Araújo, chegado na região em 1934, era irmão do General Becker, comandante do Regimento de Ponta Porã, que por sua vez era amigo de Filinto Müller.

Nelson de Araújo teria feito chegar às mãos de Getúlio Vargas, o pedido de emancipação dos líderes douradenses, que foi atendido em 19 de dezembro de 1935. O governador Mário Correa, posteriormente, recebeu a informação presidencial com o Decreto nº 30 criando o Município de Dourados em 20 de dezembro de 1935 (BOSCO, 1995, p. 171).

Entretanto mesmo com a modificação legal, o novo município mantinha ainda os traços do Patrimônio nos aspectos sócio-econômicos. Uma real transformação será realizada com a implantação da Colonia Agrícola Nacional de Dourados, a CAND, que traz novos atores para o teatro da vida douradense.

A Marcha para Oeste

É preciso distinguir duas frentes de entradas de pessoas que vêm ao SMT para conseguir terras. O método da obtenção destas terras é classificado em duas frentes. A primeira é a frente de *expansão*, onde os colonos, geralmente famílias, estão buscando novos locais para se estabelecerem, com uma economia de subsistência, a terra é abundante e não há uma especulação. Historicamente esta frente foi caracterizada pelas migrações de meados do século XIX, após a Guerra do Paraguai, como já mencionado.

A segunda frente é a *pioneira* na qual há todo um conjunto de interesses sobre a terra, ela aqui é posta de fato como sendo uma mercadoria cuja disputa pela sua venda passa por empreiteiras, empresas privadas, comerciantes, banqueiros, Estado, os colonos são os que

menos ganham e os que mais tem de trabalhar, sonham enriquecer, mas na realidade é apenas mais um camponês pobre. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados foi uma frente pioneira, cujos colonos, em sua maioria nordestinos, foram os que mais sofreram.

Em fins dos anos 1940, Melo e Silva²¹ comentava sobre as promissoras terras locais que se bem usadas, paralelamente a um maior povoamento viriam a garantir vantagens socioeconômicas para o país (MELO e SILVA, 1989, p.52). Era preciso infra-estrutura e uma educação nacionalista, maior participação do Estado neste local de fronteiras tão móveis:

[...] os interesses nacionais estariam melhor amparados e mais sabiamente protegidos nessa região, se os governos matogrossenses [...] tivessem aproveitado as facilidades trazidas pelo caminho da Noroeste [1914] para uma colonização sistemática e intensa neste prodigioso setor do solo brasileiro que continua carecido de homens (MELO e SILVA, 1989, p. 72).

A qualificação que se tinha do oeste no início do século XX é a de espaço *vazio*. Lenharo explica que a política de Getúlio Vargas, sob o Estado Novo, vai justificar sua ação nos 1940 sobre este prisma, o mito do oeste desabitado²². Direcionar-se para estas paradas era proteger as fronteiras e integrar a nação.

Alguns intelectuais como Néelson Werneck Sodré comentavam o lado “Oeste brasileiro” o qual “permanece uma incógnita [...] [com] uma população estranha de todas as origens, gente sem história, impulsionada pela fuga a autoridade”, que deveria ser controlada pelo Estado (Sodré apud ARRUDA, 1997, p. 18).

Portanto, a frente *pioneira* se consolida com a subida no poder de Getúlio Vargas, 1930, cuja política foi de linha trabalhista e populista. O Estado Novo, é bom lembrar, era anti-individualista/liberalista, e corporativista, beirando o fascismo, mesmo com diferenças de classes *toda a nação* deveria trabalhar junta para o progresso, vide que os direitos trabalhistas de seu governo foram conseguidos a duras penas pelos trabalhadores, inclusive estrangeiros, anarco-sindicalistas, a elite cedeu um pouco para não perder tudo (OLIVEIRA, 1999).

Direcionar-se ao oeste era o “novo”, a cidade que ia para o campo. Conquistar oeste “para o regime” era “a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros”, bem como disciplinar o trabalhador desde como plantar à regras de higiene. Com

²¹ Este autor era um juiz nordestino que migrou para o SMT no início do século XX, escreveu *Canaã do Oeste* com a intenção de fazer acreditar que estas fronteiras meridionais eram *vazias* e necessitavam de povoamento principalmente branco. Seu trabalho, contudo, deve ser observado na medida em que é uma fonte histórica e debate, dentro de sua época as nuances de encontros entre grupos diferentes que vieram a povoar o local.

²² Muito embora para o governo as populações indígenas, povoadoras originais, representavam dois problemas: primeiro como ficaria a posse indígena das terras?; qual estratégia deveria ser articulada para inseri-los no processo de colonização? (LENHARO, 1986, p. 61).

isso muitos trabalhadores serão transplantados principalmente do Nordeste para a Amazônia e o Centro-Oeste (LENHARO, 1986, p. 18).

O início do século XX para o Brasil é em linhas gerais um momento de urbanização, industrialização, principalmente no Sudeste. O Mato Grosso é marcado por uma economia ligada àquela região, destacadamente São Paulo. A crise que se seguiu a níveis internacionais em 1929, tocou o Brasil, quanto a realidade na qual se encontrava, país agro-exportador dependente das flutuações do mercado consumidor externo de suas matérias primas. Após 1930, o crescimento acentua-se para dentro em vez olhar para o mar.

Além disso, era preciso equilibrar o fluxo do êxodo rural, já que as cidades estavam crescendo mais que o campo, ou seja, há um excesso de mão de obra, e falta de abastecimento de alimentos no meio urbano, tanto que nos anos 1940, haverá inflação de produtos alimentícios.

Havia, baixos salários, má distribuição populacional no eixo campo-cidade, fronteiras para proteger, ausência de capital no campo, falta alimentos, concluindo, a criação de colônias agrícolas foi uma tentativa de sair deste emaranhado de problemas, pois mais pessoas no campo produzindo alimentos e consumindo poderia “unificar o mercado interno e garantir a diversificação da produção, tanto agrícola, quanto industrial”, ou seja, alargar o mercado interno (LENHARO, 1986, p. 23).

Mãos a obra! Agora a criação de colônias deveria ser efetivada junto a migração de populações para o ocidente brasileiro. Esta migração ficou conhecida como *Marcha para Oeste*, cujos pontos de destino eram o Mato Grosso, Goiás, Paraná, Amazonas, Maranhão, Piauí. As colônias federais foram “escoradas sobre a pequena propriedade e, principalmente sobre o sistema cooperativo de produção e comercialização, todo concentrado nas mãos de burocratas ligados a alta administração” (LENHARO, 1986, p.15).

Dos entraves existentes à *Marcha* havia a *Companhia Matte Laranjeira*, grupos bandoleiros, ausência de um efetivo militar eficiente, bem como as extensas propriedades de grupos estrangeiros (Brazil Land com 280 mil hectares em Corumbá e Cáceres; Fomento Argentino com 726. 077 hectares em Porto Murtinho; S. A. Barranco Branco quase 550.000 hectares em Corumbá). Com relação a estas grandes propriedades o governo passou a não ceder lotes a quem já os possuísse e lotear propriedades apenas a uma faixa de 150 quilômetros da fronteira (LENHARO, 1986, p. 50, 65).

A *Marcha* representa o desenvolvimento do capitalismo na região, pois eram centros de abastecimento para as regiões industrializadas, o que veio a beneficiar a burguesia industrial do Brasil. Ela é uma tentativa de exercer o controle federal sobre a região, para

tanto criou uma série de territórios federais no Amapá, Rio Branco, Guaporé, Iguazu e Ponta Porã:

Vargas desmembrou, através do decreto-lei nº 5.912 de 3 de setembro de 1943, a área fronteira do Estado de Mato Grosso, criando o Território Federal de Ponta Porã [cujos municípios eram Ponta Porã, capital, Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Dourados, Maracaju e Bonito]. Essa medida intervencionista visava integrar, na prática, à comunhão nacional, pelo menos a região sul-mato-grossense (OLIVEIRA, 1999, p. 140).

O Território Federal de Ponta Porã foi extinto em o 1946. Com o Território de Ponta Porã, Vargas buscou a efetiva extinção da ação da *Matte* na região, golpe finalizado pela CAND. Mesmo eliminando-se a dita empresa, a oligarquia latifundiária local não simpatizou muito com a colonização varguista, portanto não tardou em organizar novas formas de se manter como classe dominante, adquirindo terras e revendendo-as a novos colonos (OLIVEIRA, 1999, p. 146).

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND

Em Dourados criou-se então a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND em 28 de outubro de 1943, instalada em janeiro de 1944, mas de fato implantada e demarcada em 20 de julho de 1948 (OLIVEIRA, 1999, p. 151-152). Seu objetivo, abastecer o mercado paulista.

Destinadas a produção principalmente de hortigranjeiros, cereais, frutas e animais, a obrigação das colônias era para “funcionarem como cidades-indústrias potencialmente lançadas no vazio”, era pensado construir com o tempo toda uma urbanização em torno da Colônia: escolas, hospitais. A regularização da Colônia legislava que ao colono o lote deveria ser de 20 a 50 hectares, com casas, assistência médica, empréstimos, insumos, transporte escolar e cursos de agricultura (LENHARO, 1986, p. 53, 47).

O colono deveria cultivar o terreno e ter boa conduta, embora o Estado obteve pouco retorno de sucesso da implantação das Colônias, considerando a distancia dos terrenos das áreas urbanas, as dificuldades materiais para preparo e instalação de trabalhadores. O caso de “Dourados, em Mato Grosso, funcionou apenas simbolicamente, e sobre ela a propaganda do Estado Novo operou sem cessar, apresentando-a como colônia modelo” (LENHARO, 1986, p. 56).

Após a instalação da CAND vieram migrantes brasileiros do Sudeste e principalmente Nordeste e imigrantes estrangeiros, como árabes e japoneses. Mas o colono, aquele ligado a terra, tinha uma origem específica:

Nos centros urbanos encontravam-se contingentes de trabalhadores desempregados, portanto vulneráveis à adesão aos propósitos governamentais [...] Na região nordeste, os flagelados da seca, os expulsos do campo e explorados pelos latifundiários constituíram-se em possíveis

elementos a decidirem a migrar, em busca de terra para as regiões onde se efetivavam os projetos de assentamentos, como, por exemplo, o da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (OLIVEIRA, 1999, p. 159).

Estes colonos, no entanto sofreram com o bom discurso do governo e a não-existência de incentivos, com já observado. Muitos colonos se endividaram e venderam seus lotes, apesar de ser proibido fazê-lo, o que decepcionou o sonho de muitas pessoas de prosperar com seu pedaço de terra.

A CAND teve como resultado final para si mesma a divisão de pequenas propriedades e a reconstrução do grande latifúndio, bem como o assalariamento no campo, sem falar que em volta da Colônia houve grandes companhias especuladoras da terra, que a compravam do governo e revendiam-na (LENHARO, 1986, p. 56-57).

Os novos latifundiários nos anos 1950, 1960 e 1970 eram fazendeiros de Minas Gerais e São Paulo. Para Dourados virá Geremia Lunardelli, o qual será dito “rei do café” devido à cultura desta semente. Posteriormente, o grandesa de cultura dominante passa o avanço da grande propriedade sob comando sulista com as plantações de soja.

Melo e Silva, sobre a vinda para oeste por causa da terra, nos anos 1940, criou a expectativa: “que nossas fronteiras econômicas se dilatam! E que se desloquem as nossas fronteiras internas! E sejam os agentes desse deslocamento os nossos colonos, nacionais e estrangeiros”, (MELO e SILVA, 1989, p. 87).

Na realidade houve dilatações, no encontro das identidades, das variabilidades de identidades brasileiras e entre o Ocidente com o Oriente. Em Dourados a CAND cumpriu o papel de atrair migrantes e imigrantes. O sírio-libanês marcou presença e foi um agente deslocador de fronteiras e criador de novas identidades, diferenciando-se as vezes, mas também *confundindo-se com a paisagem*, fizeram-se *árabes-brasileiros*, *sírio-libaneses-douradenses*, nem totalmente brasileiros, árabes, sírios, libaneses ou douradenses, mas um pouco de cada de acordo com o local e o momento.

De fato o interesse do Estado era a pequena propriedade na mão do colono, que deveria migrar e produzir. Por outro lado, o interesse do colono, a terra. Isso caracterizou garantia à cidade de Dourados uma dinamicidade, na qual as pessoas estavam chegando e pondo “em Marcha”, o local:

Novas perspectivas se abrem para o desenvolvimento desta terra. Colonos chegam de todas as partes do país atraídos para a nova Canaan, cuja terra uberrima atrai todos os que tem sêde de progresso agrícola. Estradas novas se abrem serpenteando pela terra fértil (*O Progresso*, 24 jun. 1948, p. 1).

Havia uma insistência em convencer que a terra era de qualidade, que as sementes nela lançadas produzem e geram fartura. Também que as pessoas que deveriam vir, teriam de ter “sêde de progresso”, entenda-se crescimento econômico da cidade nos moldes capitalistas, da pequena propriedade privada, lucro e mão-de-obra.

Com a CAND a produção de certos produtos aumentou: o “algodão [...] para a presente safra” estava na casa de “150.000 arrobas o que proporcionará a entrada de vários milhões de cruzeiros no município”; outros alimentos como “café, [...] cereais, como arroz, milho, feijão” também cresceu, sendo a compra destas mercadorias feitas por “firmas [...] como a Anderson Clayton”, escoada a produção principalmente para o oeste paulista nas grandes cidades (*O Progresso*, 21 abr. 1951, p. 3).

Imigrações e migrações

O governo atraía e divulgava suas políticas pela propaganda. Para tal é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP em 1931. Destaca-se o rádio, um dos meios mais freqüentes para levar “notícias e informações oficiais para dentro da casa; ainda mais, é criada oficialmente a Hora do Brasil, com uma hora de duração, entre 7 e 8 horas, momento em que a maioria das pessoas está nos seus lares” (Carone apud OLIVEIRA, 1999, p. 153).

Ercília Pompeu recorda que quando Vargas anunciou no rádio a criação da CAND muitas pessoas estavam na casa de seu avô, João Rosa Góes, e após o anúncio houve muitas comemorações em toda a cidade (Entrevista Ercília de Oliveira Pompeu).

Como a implantação da CAND passou por um já mencionado simbolismo que Vargas fazia dela na *Marcha para o Oeste* por meio de divulgação, alguns imigrantes nos mencionam que antes de virem para Dourados, já ouviram a respeito da região

o meu pai já estava aqui, Hani, [...]. Foi através dele, através de amigos dele, me encativam a vir para Dourados, [...] ele ouviu falar Estado Novo, a promessa, [...], a Colônia Agrícola do Getúlio Vargas. Tinha a divulgação por rádio. Aconteceu que ele tava dando terra pra todo mundo (Depoimento de Afif Hani Abu Harb).

Do lado de cá, a imprensa local anunciava os atrativos da região: “Na Marcha para o oeste, Dourados é o primeiro objetivo” (*O Progresso*, 7 out. 1951, p.3). Com tantas pessoas que estavam chegando houve problemas de acomodação e localização, pois nem todos estavam com interesse em trabalhar na terra, tanto que o Orlando Marques de Almeida, vereador, lançou um projeto que criaria uma pensão pública:

foi apresentado á Câmara Municipal, em sua última sessão, um projeto de lei criando a Hospedaria Municipal de Imigrantes, destinada a abrigar por prazo não superior a oito dias os imigrantes pobres que, com ânimo de fixar-se no município aportarem a esta cidade (*O Progresso*, 14 set. 1952, p.1).

Posteriormente, segundo o jornal o Estado, previa-se um orçamento de Cr\$ 24.000,00 para a construção da Hospedaria (*O Progresso*, 25 jan. 1953, p.1). Em si a idéia do projeto demonstra a intenção de atrair mais pessoas para a região mesmo que pobres, não ligados a terra, sem capital, mas que poderiam servir de mão-de-obra no campo ou cidade, em construções, comércio e outras atividades.

Muitas pessoas geram um excedente de desempregados. Sem renda, não consomem e por ventura, podem vir a entrar na bandidagem e no vandalismo urbano:

Indo sei por que cargas d'agua entre nós existem tantos espíritos maus. São tantos os elementos que procuram atrofiar a boa marcha [...]aconteceu outrora com os muros da Praça Antônio João, cujos trabalhos feitos durante o dia eram devastados por maos criminosos durante a noite (Jota Júnir apud *O Progresso*, 19 jul. 1953, p. 1).

Isso é conseqüência do processo de urbanização que também aumentou o comércio seus problemas, vão começar a acontecer assaltos, perda de mercadorias.

A cidade, a urbanização e o campo

A partir dos anos 1950 Dourados acelera de fato o processo de urbanização com a “abertura de hospitais, escolas, *casas de comércio*, bancos, loteamentos, companhias imobiliárias, [...] organização das associações de classe” e ainda a entrada maciça do “jornal, o rádio, o cinema, o clube, o telefone” (MOREIRA, 1990, p. 62; grifos meus).

É clara a aceleração da urbanização da região, principalmente a cidade de Dourados:

Vertiginosa! A marcha de Dourados para o Progresso. De uma terra inexpressiva e esquecida, passa Dourados a ser uma das regiões mais famosas da pátria. Gente de toda parte se instala no município para explorar suas magníficas matas. Mais de 2.400 pessoas chegaram depois do recenseamento, grandes vendas de terra, cinema, luz elétrica, linha de aviões diários, loteamento em massa, *mais e mais casas de comércio*, valorização acelerada dos imóveis, cafezais, produção imensa de algodão e cereais, instalação de grandes cerrarias [...] (*O Progresso*, 21 abr. 1951, p. 1; grifos meus).

Pecebe-se no artigo do jornal que imigração, cidade e terra eram realidades interligadas; a imigração era destinada a terra, que por sua vez gerava riquezas. Logo, o aumento populacional era inevitável, são mais consumidores. Os comerciantes, por sua vez, adotaram a estratégia de se associar formando a Associação Comercial de Dourados – ACD, cuja data de fundação é de 29 de maio de 1945. Destaca-se na Diretoria o primeiro presidente Wilson Sá Santos, como segundo tesoureiro, Elias Milan, imigrante libanês. No Conselho Consultivo entre os seis membros nota-se o libanês Azis Rasselen.

Um outro setor de grande importancia no espaço urbano é o setor bancário, que articulava as movimentações financeiras. A primeira representação bancária em Dourados foi no final da década de 1940, através da firma *Manoel Rasselen e Irmão* dos irmãos libaneses

Manoel Rasselen e Aziz Rasselen. Era necessária a representação em Dourados, pois a agência mais próxima ficava em Maracajú. O trabalho dos libaneses de servir de “correspondentes” durou até o ano de 1954 (SOUZA, 2003, p. 119).

Segundo Kátia, neta de Aziz Rasselen, foi algo muito extraordinário: “Olha só! Banco do Brasil dado a um imigrante, era a questão da confiança”; a função que desempenhavam, complementa Kátia, era principalmente receber e financiar: “o pessoal pagava as duplicatas, financiava construções, trabalhos em fazendas” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Avançando, na década de 1960, outros bancos começaram a se destacar, havia na Marcelino Pires, esquina com Presidente Vargas, o “Prédio do Banco da Lavoura de Minas Gerais” (MOREIRA, 1990, p. 71). Outros bancos se fizeram presentes, especificamente meados da década de 1960: “Bancos: – Existem atualmente 9 estabelecimentos bancários, entre eles o Banco do Brasil, Banco da Lavoura e Bancos do Estado que se destacam no financiamento agrícola e industrial” (*Gazeta do Sul*, 20 dez. 1965 apud MOREIRA, 1990, p. 119).

Nos anos 1950, destaca-se também pelo desenvolvimento da comunicação vide o artigo de Basílico Moreira do antigo jornal onde pincela um breve histórico da imprensa douradense: em 1926, é criado o pequeno *Jandaia*; 1948-1950, *O Douradense*; 1951 vem *O Progresso*²³; 1953 o semanário esportivo *A Cidade*; 1955 o semanário *Jornal de Dourados*; 1955-56 advém *A Voz do Sul* de partidários da União Democrática Nacional – UDN; 1955 também declaradamente político *A Luta*; 1958 outro *Jornal de Dourados*; 1959, *O Rolo*, cujo formato lembrava um rolo a ser aberto (*O Rolo* de 20 de maio de 1960 apud MOREIRA, 1990, p. 116).

O setores de comunicações também avançou com a década de 1950. Instalou-se um centro de telefonia da *Companhia Telefonica de Dourados SA* em 20 de dezembro de 1958, fundada estrategicamente no aniversário da cidade, possuía serviços de telefonistas, lista telefonica e ficava na Avenida Presidente Vargas (Companhia Telefonica de Dourados – Lista Telefônica – Aviso importante apud MOREIRA, 1990, p. 121).

Outro meio de comunicação importante foi a criação da Rádio Clube de Dourados, que foi ao ar em 13 de setembro de 1957, seus donos eram os irmãos Jean Jack Brunini e Jack Jean Brunini, que possuíam outras emissoras em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Cuiabá

Numa época em que ainda não havia luz elétrica [a energia era fornecida pela Usina termo-elétrica Filinto Müller, que passou a funcionar em 1949], o rádio era o principal meio de comunicação, numa cidade que acordava cedo e tinha um gerador como fonte de energia. Em

²³ O qual é impresso até os dias atuais.

1.963 a emissora passou a ter uma audiência expressiva com a chegada de Jorge Antônio Salomão, que iniciara sua trajetória radiofônica com serviço de alto-falante na cidade de Indiana, interior de São Paulo. Na década de 60, Jorge Antônio cria um programa polêmico chamado "A Bronca" que teve duração de muitos anos, tornando Jorge Antônio conhecido em toda região (Relatório da *História da Fundação* da Rádio Clube de Dourados, 5/12/2006, p. 1).

A figura de Jorge Antônio Salomão²⁴, falecido, é de grande importância social para Dourados. Nascido em Porto Alegre-RS em 6 de dezembro de 1916, era filho de imigrantes libaneses, o pai se chamava Moisés Salomão Badra e sua mãe Maria Elias Salomão.

Em 1963, comprou ações da Rádio Clube de Dourados, em sociedade com Rachid Saldanha Derzi, imigrante árabe radicado em Campo Grande. No ano de 1969, foi eleito prefeito de Dourados, cujo mandato cumpriu até 1972, depois, dedicou-se apenas a comunicação instalando inclusive emissoras na região, Ponta Porã, Eldorado, Caarapó e Itaporã (*Curriculum Vitae* – Jorge Antônio Salomão, 14/10/1999, p. 2).

Na década de 1960 o jornal *Gazeta do Sul* que fez uma matéria a respeito da infraestrutura de Dourados em meados da década de 1960 observou que a composição da região era feita pela cidade mais “10 distritos, que são Bocajá, Angélica, Guaçú, Douradina, Itahum, Pananbi, Picadinha, São Pedro, Serraria e Vila Vargas”; e ainda uma população de “100 (cem) mil habitantes, sendo na cidade 25 mil” e no campo a maioria de 75 mil (*Gazeta do Sul*, 20 dez 1965 apud MOREIRA, 1990, p. 119).

Ainda Dourados teria 101 estabelecimentos industriais ligadas principalmente a pecuária, como o beneficiamento do trigo. Do comércio havia “385 estabelecimentos comerciais, sendo 10 atacadistas e 25 mistos os demais varejistas” (*Gazeta do Sul*, 20 dez 1965 apud MOREIRA, 1990, p. 119).

Com certo exagero são os números populacionais da *Gazeta do Sul*, pois os dados dos IBGE indicam para o ano de 1960 um total de 84.955 pessoas, sendo 16.468 habitantes da cidade e uma maioria de 68.487 no campo, ou seja os números diferem mas a maioria ainda

²⁴ Em 1925 sua família mudou-se para a região de Indiana, interior paulista, aos 18 anos iniciou atividades econômicas como proprietário de posto de gasolina e oficina mecânica. No início dos anos 1940 é eleito vereador desta cidade, cuja prefeitura era ocupada por seu irmão, Elias Salomão. Já estando casado com Maria Madalena Rocha Salomão, com quem teve três filhos, transferiu-se para São Paulo onde adquiriu uma indústria de lã, na qual trabalhou até 1951. Nos anos 1950 empreendeu comércio de automóveis, cerâmica, loteamentos na região de Brasília. Em 1958 ingressa no rádio na Cadeia Verde-Amarela de Rádio, interior de São Paulo, como repórter político transmitiu “para uma rede de 35 estações de rádio, a inauguração da cidade de Brasília, no dia 21 de Abril de 1960” (*Curriculum Vitae* – Jorge Antônio Salomão, p. 2 14/10/1999, Arquivo da Rádio Clube de Dourados).

morava ainda na zona rural (Evolução demográfica dos municípios de Mato Grosso do Sul – 1996-2007, p. 1).

A urbanização e atração de pessoas com a CAND foi tão vertiginosa que Dourados além de tornar-se o maior produtor local sobe demograficamente “em torno de 611%” (Foweraker apud MOREIRA, 1990, p. 84).

Sedentarização

Muitas pessoas que começam a se estabelecer num mesmo espaço necessitam de locais para morarem. Isso movimentava o setor imobiliário que começa a criar uma especulação de preços de terrenos:

Terrenos a prestação em Dourados desde Cr\$ 200,00 mensais com pequena entrada sem juros [na] Vila Planalto [...] a 100 metros da rua principal desta cidade [...] informações no local com o Sr. Waldomiro Marques ou com nossos *corretores em todo o Estado* (*O Progresso*, 26 ago. 1951, p.2; grifos meus).

Note-se que esta empresa não era local, mas seu escritório era sediado na “Rua 14 de Julho em Campo Grande”, o que demonstra que muitas pessoas externas a Dourados tinham interesse em ganhar dinheiro com a oportunidade do novo povoamento da década de 1950 (*O Progresso*, 26 ago. 1951, p.2). Casas eram noticiadas ao ponto de, com certo exagero, a imprensa afirmar que havia “Uma casa por dia sendo construída em Dourados [...] um dos aspectos mais marcantes desse progresso (*O Progresso*, 26 ago. 1951, p.1).

Havia problemas de falta de material de construção como tijolos, as olarias não davam conta da demanda; a saída era a arquitetura de madeira: “Pechincha. Vende-se uma casa de madeira, *recém construída e ainda não habitada*, com área, dois quartos, cozinha, sala e banheiro [...] janelas envidraçadas, fogão de ferro e poço com muita água” (*O Progresso*, 29 mar. 1953, p.1; grifos meus).

De fato as pessoas buscavam também terrenos onde poderiam vir a construir, entre elas estão os sírio-libaneses, como

O Sr. Haref Salomão Chedid [que a época] recolhe aos cofres da Coletoria Estadual local, a importância de setecentos e trinta e oito cruzeiros, proveniente do imposto de transmissão de propriedade [...] em causa própria [...] compra á André Gomes Brandão e sua mulher, o lote de terreno determinado pelo n.º. 4 da quadra n.º. 1 do Jardim Santo André, nesta cidade [...] Dourados, 7 de Novembro de 1952. (Guia de recolhimento á Coletoria Estadual de Dourados, 1952).

Os irmãos libaneses Manoel Rasselen e Aziz Rasselen também possuíam imóveis como “suas propriedades no Bairro Água Boa com 549 hectares” (Guia de recolhimento á Coletoria Estadual de Dourados, Imposto Territorial 30 mar. 1951).

Outro caso de imóveis: “Ismail Mohamed Ali Bazzi [...] compra de Akel Milan [...] do lote letra B do quarteirão nº. 20 desta cidade com 15x35, ou seja, 525 mts²” (Imposto inter-vivus, 21 nov. 1960).

Fora do perímetro urbano de Dourados também houve aumento populacional e compra de imóveis por parte de árabes, como José Calarge que “compra de Manoel Onocencio da Silva [...] área de terras parte do lote nº. 4 da quadra nº.46 do Núcleo Colonial de Dourados, neste Distrito do Bocajá com área de 2 has” (Imposto inter-vivus, 24 nov. 1960).

Outro caso foi o de Mustafá Saleh Abdo Sater, o qual comprou de Valdomiro Alves Monteiro “Lote letra F” e posteriormente outro com a letra “H” no “quarteirão 37, da 1ª zona urbana desta cidade com área de 10x30 m” (Imposto inter-vivus, 23 nov. 1960).

Além da especulação, novos trabalhadores como os funcionários públicos adquiriram expandiram o perímetro urbano local com a construção de casas: “no dia 12 de Março estarão em Dourados dois diretores do BNH, devendo ser realizado nesse dia a concorrência para a construção de residências, destinados aos associados da Cooperativa Habitacional de Funcionários Públicos e Bancários Ltda” (*O Progresso*, 10 fev. 1971, p. 1).

O Comércio

Vias de comunicação

É de fundamental importância que para se ter um comércio, deva existir fornecedores. Do início do século XX até os anos 1950, os locais de abastecimento e as vias usadas para Dourados vão sofrer algumas alterações que merecem ser notadas .

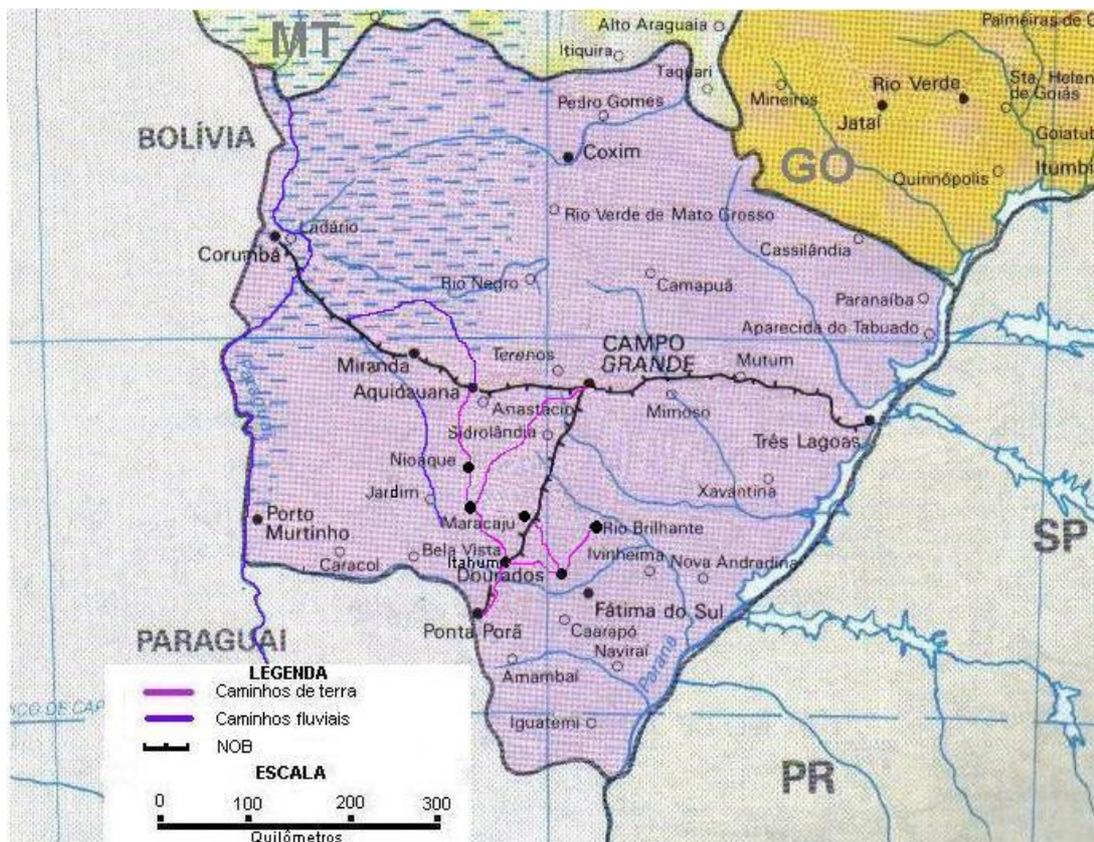
Primeiramente, o SMT era ligado ao sudeste brasileiro por vias terrestres que iam para Minas Gerais (região do Triângulo Mineiro) e São Paulo. Na porção oeste, havia a ligação com a Bolívia, Paraguai. Para a Argentina e Uruguai, usava-se o Rio Paraguai. O principal local de chegada de mercadorias tanto nacionais, quanto internacionais era Corumbá, as margens do Rio Paraguai, comércio que esteve estacionado com a guerra do Paraguai, mas que voltou após 1870.

Estas mercadorias eram vendidas e levadas para várias localidades no interior do SMT, principalmente a leste de Corumbá: Miranda (acessível pelo rio Miranda) e Coxim (acessível pelo rio Taquari), continuando por estradas de terra, de Miranda prosseguia-se para Nioaque, Campo Grande e a região dos Campos de Vacaria, no centro do SMT.

No final do século XIX o povoado de Aquidauana torna-se ponto de redistribuição de mercadorias, às margens do rio Aquidauana, com acesso fluvial direto a Corumbá. Em 1913 Aquidauana estava ligada por terra até Bela Vista, Ponta Porã, Nioaque e Campo Grande (QUEIROZ, 1999, p. 450).

O povoado de Dourados no início do século XX, tinha saídas terrestres pelo oeste e leste. A principal era a oeste que ia até Ponta Porã, Aquidauana e Campo Grande. Saía-se de Dourados passava-se em Lagoa Grande (atual Itahum), depois o caminho bifurcava-se: à esquerda, ia-se para Ponta Porã, à direita, passando por Vista Alegre e depois Nioaque que atingia-se Aquidauana. Esse último caminho tinha outra bifurcação, posterior a Vista Alegre, pelo qual era possível ir à Campo Grande.

Na saída leste de Dourados havia uma picada, a *picada do Bocajá*, até as margens do rio Brilhante, sobre o qual se atravessava de barco continuando o trajeto para Entre Rios, atual cidade de Rio Brilhante (CAPILÉ JÚNIOR et al., 1995, p. 23). Estas vias de comunicação de Dourados para outras regiões podem ser observadas no mapa nº. 3.



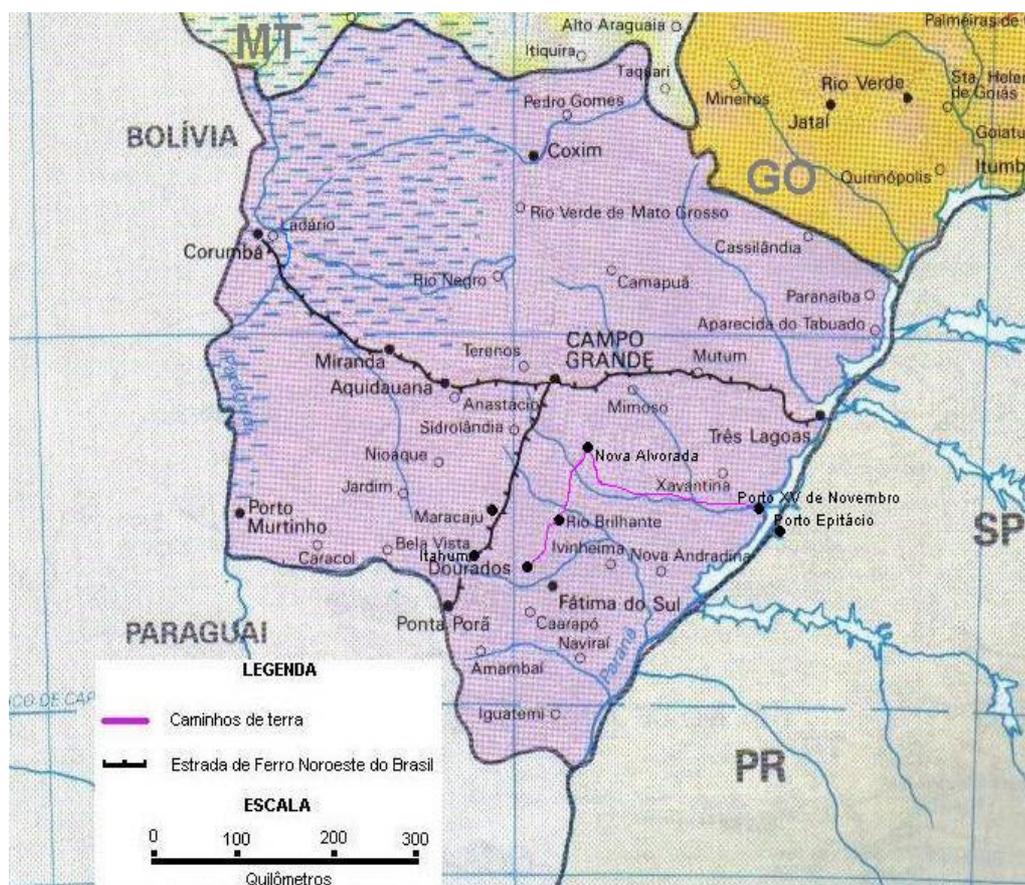
Mapa²⁵ n.º. 3: Sul de Mato Grosso no início do século XX. No extremo sul observa-se Dourados e suas respectivas vias de comunicação e abastecimento por terra até Aquidauana e Campo Grande, que por sua vez recebiam mercadoria de Corumbá. Em 1914 é construída a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB, depois os ramais de Maracaju e Ponta Porã, que passava por Itahum, distante 60 quilômetros a oeste de Dourados.

No ano de 1914, foi terminada a linha férrea que ligava Porto Esperança, próximo de Corumbá, as margens do rio Paraguai, passando por Campo Grande até Bauru, em São Paulo. Como já exposto, a Ferrovia Noroeste do Brasil – NOB tornou a cidade de Campo Grande um importante entreposto que atraiu o comércio e novos moradores.

No final dos anos 1930, os trilhos da NOB foram prolongados de Porto Esperança até Corumbá, depois foi construído o ramal de Ponta Porã, o qual partia da estação de Indubrasil (próxima a Campo Grande) e seguia até Ponta Porã. Nesse ramal, duas estações se destacam: Maracaju e Itahum (esta última no município de Dourados, distante 60 km a oeste da cidade). (QUEIROZ, 1999).

²⁵ Este mapa n.º. 3 e o n.º. 4, da página 87, foram adaptados para melhor representar as vias de comunicação e transporte para Dourados, seu original está em SIMIELLI (SIMIELLI, 1997, p. 55).

Com a implantação da CAND, era claro que sua produção estaria destinada ao oeste paulista, a questão era como esta produção seria escoada para São Paulo. Isto só foi possível por volta de 1955 quando ficou pronta a estrada que saía de Dourados, na via leste, até Rio Brilhante. De Rio Brilhante a estrada continuava até o Entroncamento (nos dias de hoje é a cidade de Nova Alvorada do Sul) para o Porto XV de Novembro, que ficava na cidade de Bataguassu do lado matogrossense, como pode ser notado no mapa nº 4.



Mapa nº. 4: Estrada que ligava Dourados ao oeste paulista. Na atualidade este mesmo trecho de Dourados até Nova Alvorada do Sul se chama BR 162, de Nova Alvorada do Sul até Bataguassu é BR 267.

O Porto XV de Novembro ficava na foz do rio Pardo no rio Paraná, à margem direita. Do lado paulista havia o Porto Tibiriçá, superado mais pelo porto Epitácio. Ligando o porto Epitácio até o interior paulista havia a Estrada de Ferro Sorocabana. Com o advento das rodovias esta estrada diminuiu sua função de transporte, passando esse encargo à rodovia construída paralela às linhas de ferro.

Abastecimento e transporte

Estes eram os caminhos para entrada e saída de Dourados. Com a evolução dos anos houve três praças principais para o abastecimento de mercadorias do comércio local: Aquidauana, Campo Grande e São Paulo.

No início do século XX, Corumbá distribuía suas mercadorias para Aquidauana por barcos subindo pelos rios Miranda e Aquidauana, que por sua vez era o local de abastecimento do povoado até por volta de 1925.

Aquidauana estava localizada na região também chamada “*debaixo da serra*” (CAPILÉ JÚNIOR et. al., 1995, p. 170). Ercília reforça: “saía-se pela estrada, aonde hoje vai para Itahum, descia para Vista Alegre, Nioaque e por fim chegava em Aquidauana, levava-se até um mês de viagem” (Entrevista Ercília de Oliveira Pompeu). Para sair de Dourados e chegar a Aquidauana ia a cavalo (transporte de pessoas) ou de carreta de boi (mercadorias), como nesta Foto nº. 2 onde ao meio está o imigrante Aniz Nacif Rasslan.



Foto nº. 2: Carreta usada no transporte de mercadorias no início do século XX, ao centro o comerciante Aniz Nacif Rasslan.

Em meados da década de 1920, muitos passaram a buscar mercadorias de Campo Grande, pois esta praça recebia direto de São Paulo. No final da década de 1920, entra em cena o caminhão, que tem a vantagem de carregar e descarregar mercadorias onde houver estradas nas quais ele possa trafegar o que a NOB não fazia de Campo Grande a Dourados.

No ano de “1927”, já existiam os caminhões, todos os anos eles eram trocados, eles não concorriam com as carretas, pois estas suportavam maior peso, elas ficaram até a primeira metade dos anos quarenta. Só os comerciantes tinham caminhões” (Entrevista Ercília de Oliveira Pompeu).

Há um paralelo no uso destes meios de transportes devido às estradas de difícil tráfego até metade dos anos quarenta, pois a *suportabilidade* das velhas carretas era evidentes frente a fragilidade dos caminhões, estes geralmente eram das marcas Ford e Chevrolet (CAPILÉ JÚNIOR et al., 1995, p. 169).

Tanto é fato que nos jornais locais havia propaganda de empresas que trabalhavam tanto com carretas quanto com caminhões: “Estevão & Thurstein, comerciantes e industriais, fabricantes de veículos para tração animal, em geral. Carrocerias para autos, Barris em geral. Distribuidores dos produtos PIRELLI. Peças e Acessórios para autos FORD e CHEVROLET [...] Campo Grande” (*O Douradense*, 24 jun. 1948, p.2). Embora a empresa ficasse em Campo Grande, muitos iam a esta cidade arrumar peças e buscar serviços nos caminhões e carretas.

Ainda na década de 1940, a rota para Campo Grande via Itahum deixou de ser a mais usual e muitos iam a Campo Grande via Maracajú (Entrevista Ercília de Oliveira Pompeu). Não apenas os comerciantes tinham caminhões, mas também prestadores de serviço de fretamento como Atanagildo e Itálvio Penzo: “A Empresa Mato-grossense de Transportes comunica aos seus distintos clientes e consignatários que, presentemente, está representada nesta praça pelo Sr. Atanagildo Penzo, conhecido como Nenê Penzo” (*O Progresso*, 22 dez. 1957, p. 3). Observe-se também a Foto nº. 3 na qual aparece a frota de seus caminhões.



Foto nº. 3: Frota de caminhões de Atanagildo e Itálvio Penzo, década de 1940.

Quando é feito o ramal de Ponta Porã com duas ligações, Maracajú (1944) e Itahum (1949), os comerciantes iam até Campo Grande ou São Paulo passavam a receber suas mercadorias por estes ramais até as estações. Depois eram trazidas via frete para Dourados.

Os ramais encurtaram a distância entre Dourados e a ferrovia, pois de Dourados a Itahum eram 60 km, e de caminhão Dourados a Campo Grande 200 km. A questão era o preço do frete rodoviário que de Dourados a Itaum era muito alto:

o frete de São Paulo até Itaum era mais barato que o de Itaum até Dourados, era caro buscar mercadoria até lá. Mesmo assim nós comerciantes íamos até lá, pois a mercadoria chegava em tempo, era pontual. O frete foi ficando cada vez mais caro, até que não se foi mais fazendo uso do ramal (Entrevista Ercília de Oliveira Pompeu).

A mercadoria era entregue com pontualidade, o que para o comerciante é fundamental para o bom andamento dos negócios. Mas com o tempo os serviços da Noroeste passaram a ser criticados, principalmente o estado como eram entregues as mercadorias.

É o que atestam as Atas da ACD desde 1946, contra o extravio de mercadorias, em 1952, contra o atraso na entrega das mesmas, em 1955 novamente “a Estrada de Ferro continuava a manter a despeito de suas promessas de melhoria de serviços” atrasos, extravios e perdas o que “causa enorme prejuízo ao comércio” (Livro de Atas nº.1, 1945-1955, 1 nov. 1946, 6 jan. 1952).

O fato é que os caminhões acabaram predominando. Em 1948, é criado o Distrito Rodoviário do Sul, com sede em Campo Grande, reforçando o transporte rodoviário, (QUEIROZ, 1999, p. 453).

Nos anos 1950, nas safras de algodão, cereais e café foram usados caminhões que levavam as sacas para Itahum, a venda da safra ajudava a “custear o frete dos caminhões [...] estando calculados serem necessárias 5.000 viagens só para o escoamento da safra de algodão” (*O Progresso*, 21 abr. 1951, p. 3).

O transporte até a estação de Itahum, por exemplo, será muito usado no início dos anos 1950, diminuindo gradativamente. Maracajú serviu principalmente até meados da década de 1960.

Além de Campo Grande, a terceira praça dos comerciantes de Dourados foi o Sudeste, principalmente São Paulo, ainda na década de 1930. Um exemplo: na lista de mercadoria adquiridas pelos libaneses Elias Milan e seu irmão Akel Milan, donos de *A Favorita*, a procedência dos produtos de São Paulo aparece em 75% de produtos, enquanto que do Rio de Janeiro são os outros 25%, isso no mês de maio de 1939, cuja “embarcação” era feita pela “NOB” (Lista de mercadorias adquiridas pelos *Irmãos Milan*²⁶, 1939).

²⁶ *Irmãos Milan* era o nome da firma de registro junto ao fisco de Mato Grosso dos irmãos libaneses Elias e Akel Milan desde a década de 1930.

Ao longo dos anos 1950 Zaki “todos os meses ia a São Paulo, comprava dos atacadistas Casa Zacarias, Armazinhos Âmbar, Tecidos Esperidião” (Entrevista Zaki Ahmad Gebara). Também comprava na famosa rua do comércio paulista, a 25 de março, local de estabelecimento de muitos imigrantes árabes que se destacaram no comércio: “vendedor: Nadra J. Mafda da rua 25 de Março (SP)” (Taxa de Estatística sobre mercadorias, outubro 1939).

Para ir a São Paulo outros planejavam a viagem com uma regularidade menor: “de três em três meses ia a São Paulo, saindo de Dourados pegava carona até Maracaju ou Itaum, seguia de trem até Campo Grande e depois pela Noroeste chegava em São Paulo (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Havia casos de abastecimento alternativos em outras praças como pedidos por mostruários de viajantes. Muitos destes viajantes representavam firmas paulistas ou de outros estados como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro: “me abastecia por viajantes, que tinham prazos de até sessenta dias, comprava de firmas como Sert & Cia, tecidos do Rio de Janeiro, chapéus de Campinas (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa). Zaki completa: “dos viajantes comprava com mostruário, dos de Porto Alegre sempre adquiria calçados” (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

Outras fontes reforçam o contato destas praças sulistas com Dourados. Anis Nacif Rasslen recebeu em outubro de 1939 mercadorias de Porto Alegre Rio Grande do Sul (Imposto sobre mercadorias recebidas de fora de Mato Grosso dezembro de 1939). Manoel e Aziz Rasselen também de eram abastecidos de “São Leopoldo (RS) por caminhão” (Taxa de Estatística sobre mercadorias, 5 dez. 1939).

Na década de 1940 a Associação Comercial de Dourados levantava a possibilidade de que a navegação fluvial no rio Paraná, que passava pelo porto de Presidente Epitácio, no dito rio, e chegava até porto Desejado no rio Dourados, poderia baratear os preços de certos produtos (Livro de Atas nº. 1, 1945-1955, 1 nov. 1946).

A principal via rodoviária para São Paulo a partir dos anos 1950, repetindo, saía pelo leste, passava em Entre Rios (Rio Brilhante), Entroncamento (Nova Alvorada do Sul) e seguia ao Porto Quinze no rio Paraná, na outra margem estava o Estado de São Paulo; o motivo principal desta via o escoamento da CAND, que não somente levava produtos, mas trazia mercadorias:

Vieram, finalmente, os homens do DNER [Departamento Nacional de Estradas de Rodagem] e da CER [Comissão de Estradas de Rodagem], para abrirem as nossas estradas, melhorando-as consideravelmente até Itahum, Maracaju, Ponta Porã, Itaporã e Campo Grande, não se falando na grande estrada que nos liga a São Paulo pelo Porto Quinze de Novembro,

importantíssima estrada por onde trafegam as mercadorias com destino a nossa Praça (Carmello apud MOREIRA, 1990, p. 122; grifos meus).

Esta fala é de Armando Carmelo e foi lida na Rádio Clube, em 20 de dezembro de 1957, no aniversário da cidade. Reflete a postura dos comerciantes de Dourados frente o uso da rodovia, que passou a ser mais vantajosa que a ferrovia.

Aos poucos, nos fins dos anos 1950, empresas de frete foram se consolidando no transporte de mercadorias como a “Empresa Matogrossense de Transportes [...]”. Redução nos preços de fretes de São Paulo a Dourados. A única que se utiliza exclusivamente de caminhões desta cidade” (*O Progresso*, 9 fev. 1958, p. 1). Em meados da década de 1960 o jornal *Gazeta do Sul*, menciona que “o município [de Dourados] é servido por 20 empresas de todos os portes, sendo duas de Transportes e Cargas” (*Gazeta do Sul*, 20 dez. 1965 apud MOREIRA, 1990, p. 119).

Muitas destas empresas tinham escritórios em Dourados e ainda em São Paulo: “Ao comércio, Indústria e ao povo em geral. Empresa de Transportes Rodoviários Dourados [...] a cargo do Sr. Paulo Brás [...] os endereços do ‘Rodoviário Dourados’ são os seguintes: Em São Paulo: Rua Dr. Rodrigo de Barros. 411-tel. 36-4884. Em Dourados, Mt Av. Marcelino Pires, 1747-fone 222 (*O Progresso*, 3 jan. 1960, p. 3).

Na imprensa local sempre havia propaganda referente aos serviços: “Expresso Real Ltda. [...] O gigante dos transportes São Paulo-Mato Grosso, três dias na estrada somente, agente nesta cidade [...] Dourados, MT (*O Rolo*, 20 mai. 1960 apud MOREIRA, 1990, p. 116). Ismail confirma que além da Expresso Real havia também o “Expresso Araçatuba”, muito usado (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

As estradas

As estradas eram a veias por onde trafegavam cavalos, bois, pessoas, carros, caminhões, mercadorias que os comerciantes prometiam aos seus fregueses que por vezes esperavam com ansiedade algum sapato, chapéu ou roupa para usar em algum evento ou festa.

A primeira praça de abastecimento, Aquidauana, partindo de Dourados, era atingida e retornada, no início do século XX, em até um mês; com a carroça puxada a bois percorriam-se até 24 quilômetros por dia, a metade, os 12 quilômetros primeiros, fazia-se de manhã e o restante à tarde.

Quando chovia a coisa mudava de figura, era preciso acampar e esperar os rios baixarem para “vadeá-los” – passar com a carreta na parte mais rasa de uma margem a outra. O carreteiro por vezes viajava com a família. Havia ainda várias formas de carretas, as do tipo usadas no Rio Grande do Sul, ainda o mineiro e paraguaio (CAPILÉ JÚNIOR et. al., 1995, p. 170).

Obstáculos nas estradas podiam ser vários, como as porteiras; também o *olho-de-boi*, poças de lama ou atoleiros secos por cima moles por baixo devido às chuvas que eventualmente haviam caído (PEREIRA, 1928, p. 5-9).

Neste período de 1920 havia no povoado algumas pessoas que tinham outros meios de transporte de tração mecânica do tipo Ford bigode, como o gaúcho Zeferino Vicente de Almeida, *Chiru de Almeida*, que o vendeu ao sírio *Martin Turco*. No final dos anos 1930 Pedro Recchi fazia exames de motoristas exigia que as pessoas soubessem as partes de um motor (bloco, cabeçote e cárter) e farol (lâmpada, refletor e vidro). Um dos filhos de Recchi estudou por correspondência o curso de mecânica pagando a mensalidade de cinco dólares, dinheiro que era comprado do árabe “Jamel Rasslan” (BOSCO, 1995, p. 36, 76).

No caso de automóveis para atravessar os rios, por exemplo, era usada a *bica*. Feita de madeira era: “como um cocho com as extremidades abertas. É colocada bem na bitola dos autos [...] e o chofer prático entra nelas, sem diminuir a marcha” (PEREIRA, 1928, p. 9).

Os imigrantes que vinham para cá sempre notavam o mal estado das estradas, como o português João Cândido da Câmara, que veio “em busca de riqueza [...] *atreveu-se* logo a embrenhar-se mato a dentro”, posteriormente pensava duas vezes antes de enfrentar a natureza (BOSCO, 1995, p. 203). Ele também era comerciante e por volta de final da década de 1940 negociava com “Naim Dib e Kalil Katuch, fortes empresários da época” em Campo Grande, quando as mercadorias eram trazidas de carretas e caminhões (BOSCO, 1995, p. 205).

João encontrou-se naquela cidade com o sírio Hayel Bon Faker, dito *Elias Faker*, que pediu uma carona e indagou quando “chegariam a Dourados. O português respondeu: - ‘*Só sei quando sai. Quando chega ninguém sabe*’. O percurso poderia levar dias, conforme o estado das estradas” (BOSCO, 1995, p. 205).

Na década de 1940, os comerciantes de Dourados reclamavam que era preciso melhorar as estradas, para as praças bem como aos distritos de *Santa Luzia*²⁷ e Caarapó (Livro de Atas nº. 1, 1945-1955, 29 mai. 1945). Isso era preciso para facilitar a entrada de pessoas no

²⁷ Nome antigo da atual Vila Juti, no município de Caarapó, o qual era distrito de Dourados, desmembrado em 1958.

local, principalmente em fins da década de 1940 quando Vargas estava organizando a *Marcha para Oeste* e a CAND.

O poder público, porém se esforçava para resolver questões casuais, mas nunca o problema de fato, como atesta o requerimento de Lício Borralho (Partido Trabalhista Brasileiro), à Assembléia Legislativa de Mato Grosso em 1948. Lício Borralho requereu em ofício para o Governador do Estado a solicitação de Cr\$ 100.000,00 à Prefeitura de Dourados para concluir a rodovia que liga Dourados a Vila Juti atravessando o distrito de Caarapó, pois é uma “região intensamente coberta de matas e com agricultura em franco desenvolvimento” (Requerimento nº121/1948).

Como o argumento aponta Dourados com sendo o “maior núcleo de agricultores”, além das outras pessoas que somariam cerca de 10.000 habitantes (Requerimento nº121/1948), comparando o mesmo com dados do IBGE, a população douradense em 1940, oito anos antes, seria de 15.000 almas (Evolução demográfica dos municípios de Mato Grosso do Sul, 1996-2007, p. 1).

Ainda em 1942, a Prefeitura organizou a elaboração de um aeroporto na saída leste na atual *Praça do Cinqüentenário*, pois em Dourados só havia “alguns carros e a *Jardineira* para o transporte coletivo”. O trabalho foi coordenado por Antônio Emílio de Figueiredo “usando uma junta de bois”, a pista comportava aviões de mais de 40 passageiros (BOSCO, 1995, p 195, 200).

Os vôos eram executados de forma planejada, por exemplo: “Vôo pela REAL, 2ª, 4ª e 6ª feira – São Paulo, Londrina, Dourados e Ponta Porã; 3ª e 5ª e Sábado: Ponta Porã, Dourados, Londrina e São Paulo” (*O Progresso*, 21 abr. 1951, p. 2). Alguns imigrantes usaram o avião para chegar a Dourados, caso da família libanesa de Bachir Chakib Abdel Maleck e sua esposa Moni Rasslen, filha de Aziz Rasslen aqui chegados “de avião em 1957” (Entrevista Bachir Chakib Abdel Malek).

Todavia a necessidade maior era pelas estradas ou melhoria destas, como atesta o artigo *Queremos Estradas* de Weimar Torres em 1951:

[...] Como nossas estradas são péssimas, deficientes, esburacadas, é justo que o progresso não circula por elas [...] O progresso chega a Dourados em vagões e aviões. Para entrar município adentro, entretanto e quase obrigado a entrar a pé, tal o estado das nossas rodovias. Segundo dados não oficiais entram no município, por todos os lados e meios de transporte cerca de 50 pessoas por dia e que vem a dar um total de 1.500 pessoas por dia, o que vem a dar um total de 15 mil almas por mez e 18.000 por ano! Ora, na maioria, esses imigrantes, querem se localizar na zona rural, para explorar a terra (*O Progresso*, 2 set. 1951, p. 3).

O artigo reforça o que já disse anteriormente, mercadorias dos comerciantes. Fossem eles sírio-libaneses, portugueses, japoneses, paraguaios ou gaúchos, chegavam a Dourados até os anos 1950 por via férrea, depois, avião e claro, estradas, mesmo que fossem “péssimas”.

As estradas só serão melhoradas nos finais dos anos 1950, com a ação dos órgãos DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e CER – Comissão de Estradas de Rodagem (MOREIRA, 1990, p. 122).

Para que a entrada de pessoas fosse facilitada, meios alternativos passaram a ser freqüentes como jardineiras e posteriormente ônibus. As jardineiras eram pequenos ônibus cujas janelas eram abertas, ou seja, o passageiro pegava o ar natural batendo no rosto, e muita poeira. Destaca-se a ação de Loureiro Pereira de Queiroz:

Acaba de trazer-nos o ônibus prometido, cujo veículo tem capacidade para conduzir 35 passageiros. Também queremos chamar a atenção de nossos leitores que o referido veículo é bastante cômodo otimamente construído e que [...] sua primeira linha será de nossa sede á Colônia Federal e vice-versa (*O Progresso*, 11 set. 1948, p. 1).

Posteriormente as linhas foram se diversificando: “Para viajar a ITAHUM, prefira o ônibus de Loureiro de Queiroz [...] reservar passagem na Casa ‘A Colonial’” (*O Progresso*, 1 jul. 1951, p. 3). Também para “Maracajú [...] partindo de Dourados as 8 horas e regressando de Maracajú, após as chegadas dos trens” (*O Progresso*, 24 jun. 1951, p. 1).

O mascate

Na história brasileira o mascate está presente desde tempos coloniais, não apenas os árabes, outros povos também andavam por vilas e fazendas negociando. Em Portugal no século XVI os mascates freqüentavam castelos, casebres e feiras (GOULART, 1967, p. 21, 39).

A origem do termo refere-se ao porto árabe de *Masqat*, na costa leste da Península Arábica, Golfo Pérsico, que “tornou-se um importante centro para o comércio do oceano Índico” (HOURANI, 2006, p. 322) Eram chamados *mascates* os portugueses que voltavam da região de *Masqat*, o qual haviam tomado em 1507 (Pierre Deffontaines apud GOULART, 1967, p. 30).

Desde o início do povoamento de Dourados no século XX, já havia mascates na região e eram chamados de “caxeiros-viajantes” (Entrevista Ercília de Oliveira Pompeu). Mais adiante na década de 1950, também: as fontes indicam, por exemplo, José Safi, era “ambulante” e negociava “artefatos, tecidos” (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 10 out. 1954).

Ainda neste período mascates e outros vendedores ambulantes saíam vendendo seus produtos: “homens das carrocinhas de verduras puxadas a cavalo, vendedores ambulantes de verduras, frutas, aves e óvos, e outras utilidades que dão colorido especial e vida as nossas estradas” (Armando Carmello apud MOREIRA, 1990, p. 122; grifos meus).

A mascateação é uma maneira sinuosa de andar e negociar. Depois que o libanês Mustafa chegou ao Brasil em 1951, seu primo Ismail fez a mesma trajetória e os dois passaram a mascatear juntos, sendo que à Mustafá coube a tarefa de ensinar o parente recém chegado a tarefa de mercadejar. Iniciaram a dupla de mascates no início desta década de 1950 inicialmente em

Campo Grande, eu escutava que que ele fala, perguntava pra ele, ele falou vamo agora viajar pra cidade chama Maracaju, pegamo trem e vem pra Maracaju, fomos numa pensão chama *Isabelita*, naquele tempo era uma boliviana. Noutro dia cedo levantava, carregava a mala, batia palma, primeiro abria minha mala, vendia alguma coisa, depois abre mala dele, me ensinava quanto custa [...]. A gente bate palma mostra, se ele [o freguês] se interessa fala “*pode entra!*” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

É possível observar, além do aprendizado e do cotidiano deste comércio, as linhas de movimentação pelo Sul de Mato Grosso. Em geral os imigrantes mascates em Dourados vão partir de Campo Grande pelos ramais até as cidades onde estavam as estações: Itahum, Ponta Porã, Maracajú.

Acerca desta movimentação e os meios de transporte, na década de 1950, pelo interior continua Ismail:

[...] aquele tempo não tem aquele jardineira, vamo ver um caminhão que vai pra cidade chama *Doradu* [...]. Chegamo aqui fica sete, oito dia aqui, e daqui fomos pra Rio Brilhante, ficamos uma semana, três, quatro dia e voltamo pra cá e daqui voltamo pra Maracaju e Campo Grande e daí [...] pelo trem até Aquidauana, ali em Aquidauana ficamos uma simana, depois pegamo, naquele tempo tinha um ônibuzinho assim pequeno fomo pra Nioaque, [...] Guia Lopes e Jardim [...] Bela Vista [...] (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Nesta fala observa-se que o comércio de mascateação tinha uma circularidade econômica e cultural. A primeira destaca-se com relação ao tempo, pois o mascate não podia ficar muitos dias num só local, havia outros clientes ao longo dos trajetos. Por outro lado era importante voltar em outro momento à cidade já visitada, seja para trazer novas mercadorias, conquistar novos clientes ou mesmo receber contas.

A questão cultural é que se tratava de um trabalho intenso que exigia do sírio-libanês, negociação com a língua, a alimentação bem como novos valores como a confiança do credor sobre o devedor, a humildade de bater de porta em porta, além da disposição de caminhar muito até vender.

Mais tarde além do trem (NOB) e caminhões, também as *jardineiras*, serão usadas para o transporte de passageiros e cargas, do caminho de Dourados até Campo Grande, destacou-se a linha de transportes de Loureiro Pereira de Queiroz.

A mascateação era uma atividade solitária, mas sempre o imigrante tinha em mente que esta vida por mais sofrida que fosse renderia mais tarde um descanso e melhores dias para sua família e para si mesmo: “Eu sofri, churei, eu não sei o que, eu vendo prejuízo, eu ganhei”; ser mascate não era fácil, tampouco o árabe queria uma aventura, pelo contrário era uma vida de sofrimento, privações, poupança que rendeu no futuro a unidade comercial, ou seja, a loja (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Entre os objetos de venda estavam: “camisa, calça, short, forro de cama, colcha, [...] colcha de seda, roupa de mulher, saia, blusa, calcinha, tudo isso [...] na mala. Quando vendia alguma coisa, [...] troca aquele por outra”, ou seja, era fundamental que a mala estivesse *sortida*, cheia e com várias opções de uso para os clientes (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

A atitude do mascate e em geral do comerciante era de intensa negociação, tanto de mercadorias quanto do modo de ser. Aprendia-se a língua local, comia-se a comida na casa ou pensão da cidade. Não se escolhia o freguês, na verdade este era quem decidia se comprava ou não, e por vezes no processo de aprendizagem poderia haver equívocos:

Uma vez vendi uma vendi uma colcha em Maracajú, custa 15 pra mim. Eu não sei! Que saiu da minha cabeça, eu peguei e não anotei, 15, ela pegou e me deu, mas custa pra mim 15 e ficou na minha cabeça que não era bem isso, quando cheguei na pensão tinha um *patrício* que tinha chegado, ele falou “*onde que ce vende?*” eu falei numa casa aqui (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

O patrício posteriormente ajudou Ismail a explicar à cliente que havia ocorrido um engano de preço, o patrício tinha vendido o produto pelo preço de indústria. A freguesa reconheceu e pagou o necessário (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Outro ponto importante é por vezes um imigrante ajudava o outro formado uma rede de crédito, os primeiros estabelecidos e com suas lojas montadas ajudavam os novatos cedendo-lhes mercadorias e crédito, então saía um novo mascate a vender por onde pudesse ir, na região litorânea e para o interior (TRUZZI, 1997).

Ser mascate era empreender uma luta diária para a venda e também o conflito do nômade com o sedentário, ou seja, dos comerciantes já estabelecidos contra os mascates. Dentre os mascates havia sírio-libaneses e entre os comerciantes fixos também havia sírio-libaneses.

Mas a posição de mascate e varejista era dupla. Muitos eram legalizados, pagando ao fisco o seu quinhão. Mas era uma contradição, pois muitos comerciantes que combatiam a mascateação haviam ascendido no comércio e acumulado capital por essa prática.

Os comerciantes varejistas de Dourados entrarão em conflito com os mascates. Ao fundarem em 1945 a Associação Comercial de Dourados – ACD os *estabelecidos* debatiam em suas reuniões a questão dos *ambulantes*, principalmente no final da década de 1940 e 1950:

[os mascates, ambulantes] vem em quantidade e lesando os fiscos, e prejudicando os comerciantes legalizados [...] comerciam na cidade e na campanha [campo] sem o ônus da lei; fazendo portanto uma concorrência desleal prejudicando também o consumidor, que não conhecendo o artigo pagam preços exagerados (Livro de Atas nº. 1, 1945-1955, 13 jan. 1946, p. 15).

Milton Sá Santos, presidente da ACD de 1946 a 1950, enfatizou um ano depois que era preciso “providências no sentido de proibir a *mascateação* clandestina, que ao longo do tempo se verifica neste município” (Livro de Atas nº. 1, 1945-1955, 30 mar. 1947, p. 35). No mesmo ano Albano José de Almeida questionava a concorrência com os mascates “neste município e especialmente nesta cidade” (Livro de Atas nº. 1, 1945-1955, 13 jul. 1947, p. 39).

Mais adiante a ACD pediu ajuda ao Estado, em reunião com o poder público pediram ajuda “a fim de que seja resolvida a questão dos mascates e comerciantes que exercem suas atividades em todo o município” (Livro de Atas nº. 1, 1945-1955, 11 jan. 1948, p. 41).

Uma das ações foi a criação de um edital, pela ACD, na tentativa de regularizar a atividade de “comerciante clandestino” a ser assinada pelo executivo municipal (Livro de Atas nº. 1, 1945-1955, 20 jun. 1948, p. 46).

Inclusive o Estado de Mato Grosso respondeu à questão afirmando que havia tomado conhecimento dos “mascates” que não pagavam impostos e que iria dar conta da “permanência de um fiscal de rendas e um guarda fiscal em Dourados” (Livro de Atas nº. 1, 1945-1955, 25 jul. 1948, p. 48).

Com a instalação da CAND e a migração de novas pessoas para a região de Dourados o controle do comércio ambulante provavelmente ficou mais difícil, pois as fontes indicam que nos anos 1950, os varejistas reclamavam em peso dos mascates que “sem a menor legalidade, [estavam] prejudicando o comércio” e deveriam ser forçados a “contribuir com impostos” tal qual aqueles varejistas faziam (Livro de Atas nº. 2, 1956-1960, 30 abr. 1950, p. 21).

Não apenas pela concorrência, mas o que estava ocorrendo era uma “inundação de mascates ambulantes da qual vem sendo alvo a nossa praça” (Livro de Atas nº. 2, 1956-1960, 17 dez. 1950, p. 25).

Em 1956, a ACD encaminhou suas reclamações às “autoridades fiscais”, pois estavam vindo “negociantes vindo com caminhões de mercadorias do Estado de São Paulo”, que com a melhoria das rodovias o comércio móvel agora usava de caminhões, meio de transporte mais forte, rápido, e capaz de carregar mais mercadorias (Livro de Atas nº. 2, 1956-1960, 4 nov. 1956, p. 11.).

Fato era que o Estado perdia dinheiro com os mascates, como observa o fiscal de “Rendas Dinarte Vicente de Almeida”: “[...] Voltamos aqui a bater na velha tecla ou seja pedir mais uma vez solução satisfatória para coibir o uso indevido e abusivo que ainda se está fazendo da ‘NOTA DO PRODUTOR RURAL’”, esta nota, muito provavelmente, classificava mercadorias, da qual

todos ou quasi todos os Caminhões interceptados por nós da fiscalização são portadores de uma brochura da referida nota, acobertando dessa maneira desleal e defunesta conseqüências para as finanças do Estado a operação efetuada pelo *ambulante* que, passa incólume e zombando da fiscalização que, sabedora da cousa como é, fica impossibilitada de tomar um providência um tanto drástica mas cabível no caso [...] (Relatório de Fiscal de Rendas Dinarte Vicente de Almeida, Dourados – MT, 4 dez. 1962).

Contrariando estas falas, Ismail afirma que muitos mascates pagavam sim os impostos:

Não! O prefeitura, naquele tempo o fiscal sempre fica na rua, nós chega na cidade em toda a parte, cidade pequena, tem fiscal, fica na rua andando, a pé ou de bicicleta com pasta assim de documentos, ai tem que paga, naquele tempo 22 centavos, 30 centavos pra trinta dias, quando chega fiscal, paga, pega e vai trabalhar [...] (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

E mais, segundo ele havia fiscais que na realidade cobravam mais que o necessário: “cobrava mais caro, malandro, pra toma cervejinha” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa). Todavia Ismail não pode afirmar que todos eram realmente honestos com o fisco.

A mascateação prescinde agilidade para vender, negociar e claro sobreviver ao sistema de concorrência contra os comerciantes estabelecidos, que por sua vez estavam alertas quanto aos mascates, mais ágeis. Ágeis, porque iam à casa do cliente e não tinham local fixo para serem visitados pela fiscalização.

Todavia, ainda assim a estabilidade compensava, pois a grande maioria dos mascates sírio-libaneses, apenas passou por essa etapa, que como dito era de muita privação, preferindo poupar para também se tornar um comerciante *estabelecido*, o que era vantajoso para se ter uma vida mais organizada, com maior possibilidade de lucro, descanso e prestígio.

O varejo

O assunto das casas de comércio e seus respectivos donos, sírios e libaneses, requer uma atenção minuciosa. Para facilitar, em primeiro lugar organizei uma tabela com os dados mais importantes, depois faço comentários acerca de cada um destes comerciantes.

Tabela nº.1: casas comerciais de sírios, libaneses e árabes em Dourados

Ano da existência da Casa Comercial ²⁸	Nome da casa comercial ou do registro de firma	Proprietário	Nacionalidade
1919	<i>José Martins & Cia</i>	José Martins	Sírio
1922	<i>A Favorita</i>	Elias Milan e Akel Milan	Libaneses
Início de 1920	<i>Casa Branca</i>	Jacob Aristóffi	Sírio
1922	<i>Casa Branca</i>	Manoel Rasselen e Aziz Rasselen	Libaneses
1929 ²⁹	<i>A Douradense, A Nova Vida do Salomão</i> ³⁰	Salomão Rasslan	Libanês
1925	Comércio	Felipe Jorge Mamede	Libanês
1930	<i>Casa Esperança</i>	Aniz Nacif Rasslan	Libanês
1930	<i>Casa Damasco</i>	Hayel Bon Faker	Sírio
1949	<i>Milton Milan & Prado</i>	Milton Milan	Brasileiro, com ascendência libanesa
1952	Comércio	Mohammed Hussein Maksoud	Árabe
1952	Comércio	S. Hussein Rasslan	Árabe
1953	<i>Irmãos Sater</i>	Mustafa Abdo Sater e Abdo Sater	Libaneses
1953	<i>Casa das Novidades</i>	Rasslan Salin Rasslan e Latfi Rasslan	Sírios
1954	<i>Casa Gebara</i>	Zaki Ahmad Gebara e Osman Ahmad Gebara	Libaneses
1954 ³¹	<i>Mustafa El Chama & Cia</i>	Mustafa El Chamaa e Ismail Mohamad El Chamaa	Libaneses

²⁸ Este “Ano da existência” deve-se ao fato de muitas casas comerciais citadas na tabela não terem referência quanto ao ano de instalação, portanto interessa que existiu em Dourados enquanto unidade comercial pertencente a um sírio-libanês

²⁹ Este ano da existência de 1929 refere-se a primeira casa comercial de Salomão, sobre a segunda há dados no texto logo após a tabela.

³⁰ Na fonte não constava o nome da casa comercial, portanto declaro apenas com esta denominação comércio todas as casas comerciais cujo nome não aparece.

³¹ Este ano da existência de 1954 refere-se a primeira casa comercial da dupla de primos, sobre negociações posteriores há dados no texto após a tabela.

1954	<i>Casa Zazze</i>	Ismael Zazze e Abdo Latif Zazze	Libaneses
1954	Comércio	Ahmad Mustafa e Abdo Sater	Árabes
1954	<i>Casa Flor da Síria</i>	Mohamed Hussein	Sírio
1955 ³²	<i>Loja Carioca</i>	Akrama Mohamad El Jaji, Ahmad Saadeddine Jaji e Said Abdalah Madi	Libaneses
1955	<i>Loja de Esportes 1040, Casa Monte Líbano</i>	Afif Hani Abu Harb	Sírio
1956	<i>Casa Comercial</i>	Molid Mahmud Molid e Salte Hamid	Árabes
1957	<i>Casa Matogrossense</i>	Adib Abdo Sater	Brasileiro, com ascendência libanesa
1957	<i>Modas Windsor</i>	Bachir Chakib Abdel Malek	Libanês
1958	<i>Scaff, Bdine & Cia</i>	Abrahão Scaff e Hamid Charaf Bdine	Árabes
1958	<i>Casa Calarge</i>	Calarge & Irmão	Árabes
1959	<i>Sultane & Waldir Ltda.</i>	Abdul R. Sultane	Libanês
1959	<i>Sater e Cia Limitada</i>	Fuad Abdo Sater, Janjar Abdo Sater e Adib Abdo Sater	Brasileiros com ascendência libanesa
1959	Comércio	Ahmad Husein Dahadal	Árabe
1959	Comércio	Ali Yasin Muhd	Árabe
1959	Comércio	Molid Mahmud Molid Abdel Jaber	Árabe
1959	Comércio	“Ale” Daher Abdul Sater	Árabe
1959	Comércio	Amadeu Abdo Sater & Irmão	Árabes
1959	Comércio	Mohamed Ali	Árabe
1959	Comércio	Izzat Bussuan	Libanês
1959	Comércio	Ali Mohamed Zahra	Árabe
1959	Comércio	Ismael Bazzi	Árabe
1960	<i>Irmãos Naba</i>	Youssef Naba e Amin Youssef Naba	Sírios
1960	<i>Sater & Pinheiro Limitada</i>	Assad Abdo Sater	Árabe
1960	Comércio	Mohamed Said Ibrahim Bazzi	Árabe
1960	Comércio	Ali Rasselan	Árabe

³² Este ano da existência de 1955 refere-se a primeira sociedade feita por Akrama Mohamad El Jaji, de sua escalada posterior no comércio ver texto após a tabela.

1960	Bar e restaurante	Buali Mustafá	Árabe
1960	Comércio	Hasen Mustafa Katib	Árabe
1960	Comércio	Ahmad Ibrahim Zagaibe	Árabe
1965	<i>Casa Popular</i>	Said Abdala Madi	Libanês

Em 1910, há indicações de que já estaria no Patrimônio de Dourados, o comerciante *Matim Turco*, cujo nome seria José Martins (SOUZA, 2003, p. 211). Nos levantamentos que realizei no Cartório do 2º Ofício de Dourados encontrei referência ao casamento de um sírio “José Matins” do ano de 1925, portanto penso se tratar da mesma pessoa, cujo nome de registro³³ em documentos brasileiros era José Matins, apelidado de *Matin Turco* (Livro de Registro de Casamento nº 02, 1915-1925, p. 89).

Possuía uma casa comercial de nome “José Martins & Cia”, fornecia bens e serviços ao poder público: “livros, papéis, impressões”, alugava uma casa onde funcionou nos primeiros anos o expediente da Prefeitura e fazia “transporte” e “viagens em seu automóvel”, tudo isso era pago, inclusive o “Aluguel da casa” pago pela Prefeitura (Registro de Despesas Classificadas – Prefeitura Municipal de Dourados, 1938-1940, p. 36, 72, 85).

Martin Turco foi dono de um dos primeiros automóveis em Dourados, que comprou do gaúcho Zeferino Vicente de Almeida, dito *Chiru de Almeida* (BOSCO, 1995, p. 76). Servia a população como taxista, levando pessoas para casamentos, (BOSCO, 1995, p. 150-151).

Fazia transporte de correspondência entre Dourados, Maracajú, Ponta Porã, extraía mel de abelhas, foi proprietário de terras; Souza usa o estereótipo do árabe econômico e sovina ao citar José Martins em sua relação de *pioneiros* de Dourados: “Como sugere o apelido ‘Martim Turco’, era muito seguro de seu dinheiro, não gostava de dever e nem ser cobrado”; como prova, afirma que em

14 de setembro de 1971, foi apagar a luz, chegando lá apresentaram a ele uma conta atrasada, ele ficou nervoso e foi embora procurar o recibo no cofre. Estava procurando e sempre dizendo: – não devo! – não devo! Quando de repente passou mal e veio a falecer de um infarto [...] (SOUZA, 2003, p. 212).

Em 1922, o libanês de Beirute Elias Milan, patriarca da família Milan, chega a Dourados, posteriormente vieram seu pai, Assad, dito *Antônio*, e um irmão Akel, este

³³ No que diz respeito ao seu nome árabe, Ismail diz que este José Matins chamava-se Khaled Al Hassan (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

posteriormente mudou-se para Campo Grande. Segundo Bosco, Elias Milan foi de fato o “primeiro comerciante forte da cidade” (BOSCO, 1995, p. 212).

Primeiramente foi dono da casa comercial *A Favorita* (vide Foto nº. 4), que, além de Dourados, atendia também à região da Vila Juti (ao sul de Dourados), onde foi estabelecida uma filial (Nota fiscal nº 83 – *A Favorita*).



Foto nº. 4: *A Favorita*, casa comercial de Elias e Akel Milan, década de 1950.

A loja, *A Favorita*, foi registrada com a razão social de “Irmãos Milan” em 1931, Elias abriu em parceria com o irmão Akel; ficava na Avenida Marcelino Pires e trabalhavam com “compra e venda de fazendas, armarinhos, secos e molhados”. A sociedade foi desfeita em 1958 (Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959, p. 2-84).

Elias era proprietário da quadra entre as Ruas Presidente Vargas e João Cândido Câmara. Também produzia cerâmica, na região norte da cidade, próximo a aldeia indígena, tinha uma fábrica de essência de folha de laranjeira, (exportado para o Rio de Janeiro e França), vendia erva-mate para a *Companhia Matte Laranjeira*. Ajudou na fundação da Cooperativa do Mate, dos produtores independente, cuja sede era na Presidente Vargas com Major Capilé.

Além do comércio, comprou fazendas como a *Primavera*, na Picadinha, oeste de Dourados, a *Santa Leocádia* em *Santa Luzia*, bem como um sítio de café no Panambi, à leste de Dourados (BOSCO, 1995, p. 212). Outra propriedade foi comprada de Waldemiro de Souza: “uma área de terras lavradas de 1328 hec. na fazenda” localizada na cabeceira do “Córrego São Domingos, neste município” (Guia de recolhimento por transmissão de propriedade, 19 jan. 1939).

Seu irmão Akel tinha “propriedade” em forma de “lotes nº. 29 e 40 da zona suburbana desta cidade” (Guia de recolhimento á Coletoria Estadual de Dourados, Imposto de transmissão de propriedade 20 dez. 1939).

Os Milan aos poucos, foram montando uma grande riqueza. Tinham imóveis dos quais alugavam e recebiam “aluguel da casa grande”. É possível que também emprestassem dinheiro: “Dinheiro fornecido a Vadú”, consta em seu livro caixa (Livro Caixa – *A Favorita*, 1931-1937, *Irmãos Milan*, 3 out. 1934, p. 555).

Destacou-se o filho de Elias, Milton Milan casado com Geny Ferreira Milan. Os Milan, faziam parte da elite local nas décadas de 1950; eram “Bem relacionados, alegres e barulhentos, traziam o conforto e o luxo de carros, aviões, cavalos de raça e festas deslumbrantes”; tinham uma influência e prestígio político. Enfim a fortuna da família era composta de um “grande patrimônio representado por áreas rurais, casas de comércio e imóveis no centro da cidade” (BOSCO, 1995, p. 211).

Também em 1922, teriam chegado a Dourados os irmãos Manoel Rasselen e Aziz Rasselen. Libaneses da região de Ras-el-Matn. Tinham uma casa comercial, *Casa Branca*, na esquina da Avenida Marcelino Pires e Rua João Rosa Góes. Nos fundos da mesma foi instalada a primeira máquina de beneficiar arroz de Dourados (CAPILÉ JÚNIOR et al., 1995, p. 19 e 241).

A *Casa Branca*, foi registrada na “Coletoria de Ponta Porã” em 1929, com a razão social de “Manoel Rasselen e Irmão” (Livro de registro de firmas nº 1, referente à Ponta Porã, 1927-1953, p. 10-11).

Vendiam “sal, arame, farinha de trigo, arroz, estoque permanente”, também “bolsas de erva-mate” (Nota fiscal nº 190 – *Casa Branca*). Trabalhavam também com “secos, molhados, tecidos, armarinhos”, seu comércio não se tratava apenas de varejo, mas eram “Importadores e Atacadistas”; mudaram-se para Campo Grande, cidade que ficou sendo a Matriz da Casa Branca, e Dourados passou a ser a filial (*O Douradense*, 1948, p. 2). Aziz faleceu no Líbano em 1957 e Manoel em Campo Grande no ano de 1958 (SOUZA, 2003, p. 120).

No início da década de 1920, encontrava-se também em Dourados o sírio Jacob Aristóffi, o qual era proprietário também de uma loja chamada *Casa Branca*, que ficava na Marcelino Pires na saída para Ponta Porã, lado oeste; introduziu em Dourados uma espécie de jogo de bicho (CAPILÉ JÚNIOR et. al., 1995, p. 353).

Em 1929, chegou Salomão Rasslan, libanês de Ras-el-Matn. Teve casa comercial denominada *A Douradense* e depois um bar; comerciava “vidro, lapís, cadernos, tinteiros,

penas, envelopes” atesta uma nota fiscal de produtos enviados para “O Quartel”, possivelmente outros produtos domésticos eram vendidos (Nota fiscal – *A Douradense*, 30 nov. 1939).

Possuía imóveis os quais alugava, um deles era uma casa onde funcionava a escola municipal “Lúcido Paes de Barros, situada a rua Santa Catarina na cidade de Dourados, referentes ao meses de Agosto e Setembro findos” (Registro de Despesas Classificadas – Prefeitura Municipal de Dourados, 1938-1940, p. 207). Posteriormente, abandonou o comércio, só retornando em 1952 com a casa *Nova Vida do Salomão*, voltou ao Líbano e faleceu em 1990 (BOSCO, 1995, p. 114).

Também em meados da década de vinte, Felipe Jorge Mamede, libanês, instalou uma casa comercial em Dourados (CAPILÉ JÚNIOR et al., 1995, p. 19). Felipe era casado com Antônia, brasileira, irmã de Antônio Emílio de Figueiredo, migrante cuiabano em Dourados. Ele era um “comerciante forte de Ponta Porã, depois dono de loja em Dourados, na avenida Marcelino Pires, esquina rua Nelson de Araújo” (BOSCO, 1995, p. 197).

Na década de 1930, registra-se a presença de Aniz Nacif Rasslan, também libanês de Ras-el-Matn. Foi proprietário da *Casa Esperança*. Vendia no varejo e atacado (*O Douradense*, 11 maio 1948, p. 2). Atuou na Associação Comercial de Dourados e na Maçonaria e em 1960 foi mudou-se para São Paulo, onde faleceu (Dourados perde mais um pioneiro, s/c.; s/e; s/d). Possuía também uma olaria na região do Água Boa (SOUZA, 2003, p. 119).

No final da década de 1930, chegou a Dourados, o sírio de Damasco Hayel Bon Faker. Fundou na região do Potreirito a *Casa Damasco*, leste de Dourados, sob influência de do amigo Aniz Nacif Rasslan (Entrevista Anis Faker). Fontes indicam que Hayel também tinha articulações comerciais em “Porto Franco – Santa Luzia”³⁴ cujos “negócio em geral [eram] a varejo” no ano de 1939 (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 28 dez. 1939).

Em 1943, ainda estava no “Potreirinho” (Lançamento de Imposto de Indústria para o exercício de 1943). Mas no ano de 1947 transfere *Casa Damasco* para Dourados, na Avenida Marcelino Pires, em frente a atual *Igreja do Relógio*.

A Casa Damasco comprava e vendia couro, erva-mate, também “roupas feitas, calçados, artigos de luxo” etc. (*O Douradense*, 11 maio 1948, p. 2). Hayel atuou na

³⁴ Lembrando que este possível porto ficava ao sul de Dourados na atual Vila Juti, município de Caarapó.

Associação Comercial de Dourados, no esporte foi um dos fundadores do Clube Ubiratan. Também foi um dos criadores da Loja Maçônica Antônio João.

Estes foram os primeiros comerciantes árabes estabelecidos em Dourados. Mas há outras indicações. O comércio sem dúvida é um forte elemento para indicar a urbanização de um local. No livro *Os Pioneiros, Viajantes da Ilusão* de Maria Goretti Dal Bosco um dos entrevistados, Manoel Ribeiro Martins, conhecido como *Claudiomiro*, que chegou à Dourados em 1921 de Minas Gerais, possibilita uma visão de como estaria Dourados ao longo dos anos 1920. Segundo *Claudiomiro* no centro do povoado havia “dezoito ou vinte casas” (BOSCO, 1995, p. 88).

Dos moradores árabes partindo da região da Cabeceira Alegre, *leste*, pela Avenida Marcelino Pires, para o centro comercial da Praça Antonio, do lado *esquerdo* morava “*Moisés Turco*”, Moisés Salomão, mais a frente onde hoje é a Praça Antônio João ficava uma casa comercial, filial de Ponta Porã, gerenciada por uma pessoa apelidada de *Barrinhos* (BOSCO, 1995, p. 88).

A atual Praça era um campo de futebol. Na esquina da Presidente Vargas com Marcelino morava Major Capilé, do lado havia um bar de pingue-pongue e a casa do libanês, Elias Milan, dono de *A Favorita*. Na esquina, João Rosa Góes com Marcelino, morava Januário Pereira de Araújo e na próxima esquina morava “Henrique Said”. Interessante apontar que só havia “apenas quatro casas cobertas de telha, umas nove, com tábuas e o restante, de sapé”, (BOSCO, 1995, p. 88).

Façamos a nossa caminhada voltando do *oeste* para o *leste*, observando o lado *esquerdo*, ou seja, do centro para a Cabeceira Alegre. Próximo ao centro morava *José Turco*, o qual foi assassinado. Entre a Rua João Rosa Góes e Avenida Presidente Vargas “ficava a casa de Manoel Rasselem, seguido da loja de João Rosa Góes, filial da *Casa Barbosa Martins*, de *Entre Rios*, depois a *Casa Camponesa*”, um pouco mais adiante morava o “turco, Felipe Jorge” (BOSCO, 1995, p. 88).

A importância da propaganda sobre a *Marcha para Oeste*, e conseqüentemente sobre a CAND, a partir da década de 1940, atraiu, como já foi dito, um número significativo de pessoas para a região: “A campanha *Marcha para Oeste* desencadeada pelo governo Vargas, foi propagada por todos os meios de comunicação controlados pelo governo” (OLIVEIRA, 1999, p. 127).

Com a CAND e a vinda de colonos ao longo dos anos 1950 a urbanização de Dourados se condensa com a instalação de várias casas de comércio de sírio-libaneses, atraídos também

pela propaganda – e o fluxo de consumidores – que se fazia da região: “A situação geográfica e topográfica do município, as suas riquezas naturais, fazem dêle, *na hora presente*, o ponto de atração de todos aqueles que desejam trabalhar” (*O Douradense*, 11 maio 1948, p. 1; grifos meus).

Em janeiro de 1949, Milton Milan, filho do libanês Elias Milan, firmou sociedade com José Elias do Prado, brasileiro, cuja razão social era “*Milton Milan & Prado*” para explorarem o ramo de “Bar, Sorveteria e Restaurante, à Rua Marcelino Pires”; o destrato foi feito em outubro de 1949 (Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959, p. 9-16).

Posteriormente, Milton também trabalhou com “Industrialização e ‘profissão’ de Bebidas alcoólicas e gêneros alimentícios” (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 12 ago. 1950).

No ano de 1952, atesta-se a presença de Mohammed Hussein Maksoud, tinha comércio na Marcelino Pires “sem nº.” e negociava “armarinhos e miudezas, a varejo” (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 10 nov. 1952/ 25 nov. 1952).

Neste mesmo ano registrou-se S. Hussein Rasslan, cujo comércio ficava na Marcelino Pires, “sem nº.” e negociava “tecidos”, bem como outras mercadorias (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 12 nov. 1952).

Em março de 1953, se fazem presentes em Dourados Mustafa Abdo Sater e Abdo Sater, que compunham a firma *Irmãos Sater*, na Avenida Marcelino Pires. Em 1958 o comércio parece que teve sucesso, pois alteraram o contrato social, sendo que foi aumentado o capital e investimento no seu estabelecimento “de Cr\$ 100.000,00 [...] para Cr\$ 500.000,00” (Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959, p. 68).

Mais tarde o contrato foi novamente alterado; os sócios modificaram os seus nomes: Mustafa passou a se chamar Mustafa Saleh Abdo Sater, ao passo que Abdo tornou-se Abdo Saleh Abdo Sater, e ainda foi novamente aumentado o capital para Cr\$ 1.000.000,00 (Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959, p. 65).

No *Jornal de Dourados*, em 1961, foi feita uma propaganda referente a *Armazém Brasil de Irmãos Sater*, com endereço na avenida Marcelino Pires (*Jornal de Dourados*, 24 dez. 1961, p. 5).

O jornal, *O Progresso*, o noticiou em 1953, que “Acha-se entre nós o sr. Abdo Sater, residente em Campo Grande e proprietário da *Casa Marabá*, nesta cidade” (*O Progresso*, 26

abr. 1953, p. 1). Contudo, não sabemos se seriam os mesmos irmãos Sater do registro da JUCEMS.

Não há referência quanto à nacionalidade dos *Irmãos Sater*, e do Abdo Sarter do jornal, mas penso que sejam libaneses, pois há uma família *Sater* estabelecida em Dourados cujo patriarca era o libanês Ahmad Mustafa Abdo Sater (Entrevista Mufida Sater Gebara).

No mesmo ano de 1953, Rasslan Salin Rasslan e Latfi Rasslan, ambos sírios, atuaram sob a razão social de *Irmãos Rasslan* com uma casa comercial chamada de *Casa das Novidades*, que ficava na Marcelino Pires. O capital inicial para a abertura da casa foi de Cr\$ 70.000,00 (Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959, p. 53).

Este capital foi alterado em 1960 para Cr\$ 1.000.000,00. Além disso, nos mesmos registros consta que foi aberta “uma casa filial” (Livro de registro de firmas nº 2, referente a Dourados, 1959-1962, p. 52-53).

Em 1954, atestam-se a presença dos irmãos Zaki Ahmad Gebara e Osman Ahmad Gebara, libaneses da região de Majdal Balhis. Empreenderam a *Casa Gebara*, que ficava na Marcelino Pires (Entrevista Zaki Ahmad Gebara). A razão social sob a qual atuaram era *Irmãos Gebara*. Esta sociedade foi desfeita em 1958 (Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959, p. 78-79).

Refererindo-se à esta década, Zaki, afirma que quando chegou em Dourados em 1951 “a região aqui era conhecida como *Colônia Federal* e o movimento era grande” devido a intensidade de migrantes e imigrantes e as novas articulações comerciais (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

Zaki Gebara permaneceu comerciante até 1997 e atuou na Associação Comercial de Dourados. Osman, depois do destrato, também continuou no “comércio”, faleceu no mesmo ano de 1981 (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 24 out. 1959, 21 out. 1960). Após a vinda dos irmãos Zaki e Osman, outros irmãos da família Gebara tomaram a direção oeste do Mediterrâneo: Hassan e Fátima.

Também em 1954, se estabelecem os primos libaneses de Majdal Balhis, Mustafa El Chamaa e Ismail Mohamad El Chamaa. A razão social de sua casa comercial era *Mustafa El Chama & Cia.* e o capital inicial foi de Cr\$ 100.000,00. “O objetivo da sociedade é explorar o ramo de comércio de tecidos, roupas feitas, armarinhos, etc., ou ainda outros ramos que vierem a interessar a sociedade”. O destrato foi feito em 1958 (Livro de registro de firmas nº 1, referente à Dourados, 1938-1959, p. 23 e p. 77).

A articulação para o estabelecimento destes primos foi feita por Mustafa, que alugou um salão na Avenida Marcelino Pires, após ser construído por Aziz Rasslen e perguntou a

Ismail: “quanto cê tem?”, ao que o mesmo respondeu “Ah! Acho que um [...] dá 100 mil, naquele tempo era dinheiro”; Mustafa então afirmou: “eu tenho 200, vamo pega salão, chega de carregar mala, nós correr pra cá, chega de sofrimento, vamo estabelece lá” em Dourados (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Mustafa Chamaa em 1966, associou-se a um posto de gasolina, em 1969 voltou para o ramo anterior, com o *Bazar El Chama*. Ismail Chamaa, quando do fim do contrato (1958), abriu a *Casa Oriente*, com a qual trabalhou até 1972. Depois continuou no comércio com um novo estabelecimento, o *Bazar Novidade*, onde permaneceu até os anos noventa.

No ano de 1954, atesta-se também a existência de Ismael Zazze e Abdo Latif Zazze, ambos libaneses. O capital inicial para abrirem a *Casa Zazze* foi de Cr\$ 50.000,00. A razão social sob que atuaram foi *Irmãos Zazze*, e o objetivo da sociedade, como os outros, era explorar o comércio de “tecidos, roupas feitas, armarinhos” (Livro de registro de firmas nº 1, referente à Dourados, 1938-1959, p. 24).

Neste mesmo ano, Ahmad Mustafa e Abdo Sater, trabalhavam na Marcelino Pires, nº. 400 com “tecidos” (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 13 out. 1954).

Ainda na década de 50, o sírio Mohamed Hussein foi proprietário da *Casa Flor da Síria*, na Avenida Marcelino Pires, onde vendia roupas, calçados, chapéus, discos para vitrola, rádios etc. (*O Progresso*, 13 jun. 1954, p. 2).

Em março de 1955, temos a entrada de Akrama Mohamad El Jaji, Ahmad Saadeddine Jaji, ambos todos libaneses. Akrama e Ahmad organizaram em março de 1955 uma sociedade com capital inicial de Cr\$ 90.000,00 e razão social *Akrama M. El Jaji & Cia.*; o nome da loja era *Loja Carioca* (Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959, p. 32). Esta sociedade durou pouco: em agosto de 1955 foi feito o destrato (Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959, p. 32).

Ahmad Saadeddine Jaji ao sair da sociedade cedeu lugar a Said Abdallah Madi, libanês. Mas também esta sociedade foi desfeita maio de 1956. Akrama continuou sendo comerciante até seu falecimento em 2002 sempre negociando: “Roupas Feitas, Chapéus, Calçados, Malas e Perfumarias em Geral” (Cartão de Visitas da Loja Carioca). Said Abdallah Madi veio a abrir sua casa comercial individual posteriormente.

Ainda em 1955, Afif Hani Abu Harb, sírio, vem para Dourados e depois de mascatear pela cidade abre uma loja de artigos esportivos *Loja de Esportes 1040*, na Marcelino Pires. Posteriormente também abriu um bazar, e no ano de 2007 empreende o restaurante *Casa Monte Líbano* cujo cardápio é baseado na culinária árabe (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

No ano seguinte, 1956, Molid Mahmud Molid e Salte Hamid começaram a atuar no comércio com a razão social *Salte e Mahmud* e capital inicial de Cr\$ 140.000,00. O estabelecimento comercial dos sócios era na avenida Marcelino Pires e denominava-se *Casa Comercial* (Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959, p. 53). Em 1959 foi desfeita a sociedade (Livro de registro de firmas nº 2, referente a Dourados, 1959-1962, p. 14).

Em dezembro de 1957, Adib Abdo Sater, descendente de libaneses, faz propaganda de sua loja, a *Casa Matogrossense* na “Av. Marcelino Pires” a qual vendia “secos e molhados” (*O Progresso*, 22 dez. 1957, p. 3).

Neste mesmo ano, o casal libanês Bachir Chakib Abdel Malek e Moni Rasselen Abdel Malek, chegam a Dourados Bachir abriu uma casa comercial na atual Rua João Rosa Góes, entre as Avenidas Weimar Gonçalves Torres e Marcelino Pires e se chamava *Modas Windsor*, na qual “vendia sapatos, camisas deixava em exposição as caixas vazias e a mercadoria guardada” (Entrevista Bachir Chakib Abdel Malek).

Além dos produtos mencionados, também trabalhava com roupa para senhoras, vestidos de casamento, “armarinhos” (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 17 out. 1959, 21 nov. 1960).

Em fevereiro de 1958, organizam a firma *Scaff, Bdine & Cia, Sociedade de Capital e Indústria*, os membros Abraão Scaff, Hamid Charaf Bdine e Homero S. Marques, os dois primeiros provavelmente árabes, mas em setembro de 1959 Homero deixa a sociedade, mudando a firma para *Scaff & Bdine* (Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959, p. 62).

Embora esta primeira fonte indique que a firma *Scaff & Bdine* ficava “nesta cidade de Dourados” é possível que compusesse o perímetro urbano, ou estava em um dos distritos, ou ainda tinha uma matriz em Dourados e filial em algum distrito. Pois fontes indicam que tinham loja de “tecidos, calçados, chapéus, armarinhos” na “Vila Juti” no ano de 1959 (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 17 out. 1959, 21 nov. 1960).

A *Casa Calarge* existia sob a firma “Calarge & Irmão” em 1958, vendia “Ferragens em geral, materiais elétricos, armas e munições, artigos de caça e pesca, material agrícola, sacos vazios” (*O Progresso*, 19 jan. 1958, p. 3). Ficava na Marcelino Pires, nº. 1138, e trabalhavam de fato mais especificamente com “ferragens em geral” (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 25 set. 1959, 26 out. 1960).

Em 1959, o libanês Abdul R. Sultane fez sociedade com Waldir Vila Maior, brasileiro, em 1º de julho de 1959. A “sede era nesta praça, a Avenida Marcelino Pires [...] comércio de Bar e café” (Livro de registro de firmas nº 2, referente a Dourados, 1959-1962, p. 16-17); o destrato foi rápido, no dia 7 de julho de 1959.

Em dezembro de 1959, organizam uma sociedade os comerciantes, descendentes de libaneses: Fuad Abdo Sater, Janjar Abdo Sater e Adib Abdo Sater. Este Adib, provavelmente era o dono da *Casa Matogrossense* de 1957. Esse grupo era oficialmente dito *Sater e Cia Limitada*, cujo capital inicial em três partes iguais era de Cr\$ 600.000,00 destinados a “exploração do comércio” (Livro de registro de firmas nº 2, referente a Dourados, 1959-1962, p. 31).

Também em 1959, há o comerciante Ahmad Husein Dahadal, cuja loja de “Tecidos e armarinhos etc.” ficava na “Marcelino Pires, 816”; de mesma data é o árabe Ali Yasin Muhd, comerciava “roupas feitas” na Marcelino Pires (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 10 out. 1959; 12 nov. 1960).

Há registros também de Molid Mahmud Molid Abdel Jaber em outubro de 1959, que trabalhava com “armarinhos e roupas feitas” (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 11 out. 1959, 21 nov. 1960).

No mês de outubro de 1959, atesta-se a presença de “Ale” Daher Abdul Sater, cuja loja estava na Marcelino Pires, e trabalhava com “tecidos e armarinhos” (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 15 out. 1959, 26 out. 1960; Impostos de consignação, planejamento, eletrificação e expediente 20 out. 1959).

Também em outubro de 1959, encontrava-se em Dourados, a razão social de “Amadeu Abdo Sater & Irmão”, árabes que tinham loja na Marcelino Pires que comerciavam várias mercadorias dentre as quais “cereais e cigarros” (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 15 out. 1959, 26 out. 1960; Impostos de consignação, planejamento, eletrificação e expediente 20 out. 1959).

Ainda no mês de outubro no distrito de Caarapó, sul de Dourados, trabalhava com “tecidos” o árabe Mohamed Ali (Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 17 out. 1959).

Izzat Bussuan era libanês e teve também comércio em Dourados na Marcelino Pires, é mencionado por Capilé como sendo procedente de Campo Grande com a família para Dourados (CAPILÉ JÚNIOR et. al.,1995, p. 76). Trabalhava com produtos como “tecidos” (Guia para aquisição de Estampilhas, 17 out. 1959). Izaat também foi presidente da

Associação Comercial de Dourados por três mandatos, de 1955 a 1958 (Relação dos presidentes da Associação Comercial e Industrial de Dourados. Dourados, 2002. p. 1).

Ali Mohamed Zahra, também é mencionado como comerciante e à mesma época também Ismael Bazzi, árabe, trabalhavam ambos com “comércio” (Guia para aquisição de Estampilhas, 24 out. 1959).

Em janeiro de 1960, Ibrahim Youssef Naba e Amin Youssef Naba, ambos sírios, compuseram sociedade comercial, objetivando “a exploração do ramo de Bazar” na Avenida Macelino Pires. A razão social utilizada era *Irmãos Naba* e o capital inicial era de Cr\$ 750.000,00 (Livro de registro de firmas nº 2, referente à Dourados, 1959-1962, p. 33).

No mês de fevereiro de 1960, os associaram-se Assad Abdo Sater, João Pinheiro da Silva e Antônio Pinheiro da Silva sob firma *Sater & Pinheiro Limitada*, porém desfizeram esta ação em julho de 1960 em razão de a firma “não ter efetuado nenhuma transação comercial” (Livro de registro de firmas nº 2, referente a Dourados, 1959-1962, p. 63).

Neste ano, em outubro, registra-se Mohamed Said Ibrahim Bazzi na Marcelino Pires com loja de “tecidos e armarinhos” (Guia para aquisição de Estampilhas, 21 out. 1960).

No mês de novembro de 1960, faz-se presente, Ali Rasselán com loja na Marcelino Pires de “calçados e Roupas feitas” (Guia para aquisição de Estampilhas, 10 nov. 1960). De mesma data é Buali Mustafá, cujo “Bar e restaurante” ficava na Marcelino Pires (Guia para aquisição de Estampilhas, 10 nov. 1960).

O árabe, Hasen Mustafa Katib, estava também com sua loja de “tecidos” na Marcelino Pires e na mesma data Ahmad Ibrahim Zagaibe, na mesma rua, com loja de “tecidos chapéus, calçados, armarinhos” (Guia para aquisição de Estampilhas, 12 nov. 1960).

Em 1965, Said Abdala Madi, que anteriormente em 1956 havia feito parceria no comércio com Akrama Mohamad El Jaji, estava com sua Casa Popular vendia “Roupas feitas: nycron-tergal [...] armarinhos, calçados e malas”, sua loja ficava na Marcelino Pires, nº. 1906, e detalhe, também fazia “Vendas no Crediário” (*O Progresso*, 6 mar. 1965, p. 5).

Observando estas breves biografias e a Tabela nº. 1, percebe-se que os sírios e libaneses estavam em Dourados desde o início do século XX, mas vieram com mais ênfase após a instalação da Colônia Agrícola em 1948. Estes registros são dados principalmente da *existência* das casas de comércio destes árabes, podem ter sido fundadas anteriormente ao ano da fonte e registradas posteriormente. É muito provável ainda que tenham existido além do ano indicado, posto que poucas indicam o ano de “distratos”.

Até a primeira metade do século XX, houve 9 estabelecimentos comerciais pertencentes à sírio-libaneses em Dourados. Este número aumentou no começo da segunda metade daquele século para 34, ou seja, quase quadruplicou, vindo a diminuir com o avanço das décadas de 1960 e 1970.

Identificados em registros há 22 libaneses, e 9 sírios e 5 brasileiros com ascendência libanesa. Dos não identificados enquanto identidade nacional, registro-os como árabes, por todo o processo de arabização que se deu nas regiões do Oriente Médio e deixou marcas nas populações locais, logo há 25 árabes.

Dentre estes árabes podem haver sírios, libaneses e mesmo jordanianos e palestinos. Todavia a tendência é maior para o número de libaneses e depois sírios. No total, entre todos os imigrantes árabes, sírios e libaneses, com seus descendentes, que tiveram comércio em Dourados somam 51 pessoas.

Outra questão que chama a atenção é a relação de parentesco. Muitos imigrantes atraíram outras pessoas da família e região de origem. Não pretendo fazer minúcias de uma história de famílias, mas apenas observar certos padrões.

Os irmãos Maoel e Aziz Rasselen eram de Ras-el-Matn, Líbano, posteriormente vieram outros Rasslan, como Salomão Rasslan, originário também de Ras-el-Matn, muito provavelmente os Rasslan posteriores eram da mesma região. Há também um parentesco muito grande entre a família Sater, creio serem todos de origem libanesa, como Mustafa Abdo Sater e Abdo Sater.

Também do Líbano, são os Gebara, cujos irmãos Zaki e Osman foram os pioneiros desta prole em Dourados, saídos de Majdal Balhis. Desta mesma região são os Chamaa, dos irmãos Ismail e Mustafa. A família Abdel Malek, de Beirute, posteriormente, juntou-se aos Rasselen, de Ras-el-Matn.

Dos sírios, a família com mais detalhes é a dos Faker, de Hayel Bon Faker, Damasco na Síria. No que diz respeito a religião dos imigrantes os muçulmanos são os Gebara e os Chamaa, druzos os Rasselen, de Salomão Rasslan, os Abdel Malek e o imigrante Afif Hani Abu Harbi.

Uma cultura comercial

De casas a lojas

Há dois momentos principais nas casas de comércio de Dourados. O primeiro é antes da consolidação da CAND e o segundo é posterior ao seu estabelecimento, ou seja, antes dos anos 1950 e depois.

O primeiro período é caracterizado por quase que literalmente *casas*. Uma casa, residência, lar, uma moradia é o local de sedentarização no qual para viver é preciso certas qualidades e quantidades de objetos e alimentos: comida, roupas, calçados, remédios, bem como outros complementos opcionais como vinho, cachaça, erva mate e cigarros.

As casas comerciais que havia em Dourados nesse primeiro momento serão verdadeiros postos de abastecimento gerais, onde se encontrava *de um tudo*; não é por acaso que terão nomes que fazem referência a residências: *Casa do Martinho, Casa Branca, Casa Branca, Casa Esperança, Casa Damasco*.



Foto n°. 5: *Casa Cerrito* de José Leitão de 1939, as casas comerciais eram locais de abastecimento, além de ser local de socialização onde as pessoas paravam para uma conversa, um café ou chimarrão.

Elias Milan, que tinha a casa comercial *A Favorita*, iniciada na década de 1920, comerciava uma variedade de produtos: “de nozes a balas de revólver, tecidos, calçados, alimentos e frutas, quase tudo existia lá”, além disso ainda possuía uma seção de “produtos raros” (BOSCO, 1995, p. 212).

Entre os seus produtos havia ainda “tecidos de algodão, tecidos de sedas, brinquedos, ferragens, cigarros, calçados, roupas de algodão, fogos de artifício, calçados, perfumaria, ferragens, cilhões³⁵” (Lista de mercadorias adquiridas pelos *Irmãos Milan*, 1939).

De maneira geral as lojas vendiam secos (roupas, alimentos, utilidades) e molhados (bebidas, sorvetes), armarinhos (pequenas mercadorias como agulhas, linhas, tecidos). Algumas casas como *A Douradense* de Salomão Rasslan eram além de comércio locais de encontro e lazer com mesas e cadeiras, jogos e descontração, onde as pessoas se reuniam para conversar, contar histórias e beber (Entrevista Sultan Rasslan).

O balcão da loja, era por vezes, como um divã no qual o comerciante ouvia o cliente conversar da vida privada, como que numa confissão, do cotidiano, dos filhos, revelados num acordo entre o *dono da loja* e o *freguês*.

Outra característica interessante é que as casas comerciais dos imigrantes em geral serão de varejo, lojas pequenas. Verdadeiras unidades de variedades ao longo da Avenida Marcelino Pires. Segundo Sara, moradora de Dourados há cerca de 82 anos esta Avenida “era cheia de *turco*” com suas lojinhas pequenas (Entrevista Sara Cardoso de Souza).

Há, contudo negociações num nível maior. Milton Milan, de ascendência libanesa, articulando aos negócios da família vendia produtos agrícolas produzidos na região de Dourados, mas a nível de atacado (MOREIRA, 1990, p. 97).

Num assalto a casa comercial de Mustafa El Chamaa, em janeiro de 1965, a imprensa noticiou o ocorrido e a lista das mercadorias roubadas, principalmente roupas. Analisando a lista observamos como o comércio influenciava no vestuário das pessoas:

Eis a lista dos objetos roubados: 1 Rádio Philco, 28 saias de Tergal e de Nycron, tropical e linho, 56 camisas, 30 conjuntos banloon, 18 casacos de linho, 30 blusas de linho, 15 camisas BL para crianças, 2 casacos de Camurça, 3 blusões de Camurça, 28 camisas de couro, 9 malas, 1 colcha de sêda, 2 pijamas e 12 blusas de Jersey (*O Progresso*, 6 jan. 1965, p. 1).

Os consumidores na década de 1960, se interessavam por tecidos como linho, tergal, peles de camurça e couro bovino; das roupas usava-se saias, blusas, camisas, casacos.

O movimento a partir de 1950 e o aumento do comércio mudaram a face da *casa comercial* para *loja*. Se fizermos uma comparação, na primeira metade do século XX as casas que vendiam de alimentos a calçados somavam quase 78%.

Na segunda metade deste mesmo século, dos 34 estabelecimentos, acerca daqueles que foi possível identificar o tipo de mercadoria vendida, observa-se que houve uma maior especialização, 1 loja de ferragens, 1 bar, 2 de alimentos; 1 só de armarinhos, 1 de calçados e

³⁵ Peça de arreio de cavalos.

roupas, 1 de roupas, 1 de tecidos, 1 calçados e roupas, 4 de tecidos e armarinhos e 11 de armarinhos, calçados e roupas.

Há um total de 24 lojas identificadas, 4 ligadas diferentes funções como lazer, ferragens e alimentos, o restante das lojas eram especializadas no vestuário principalmente: de armarinhos a calçados e roupas.

Embora deva se desconfiar dos registros, pois é bem possível que muitas também comerciavam produtos não indicados nas fontes, mas a título de estatística indico que, de 1950, em diante, os comerciantes sírios e libaneses em Dourados negociavam 84% dos casos, mercadorias ligadas ao vestuário, calçados, tecidos e costura. Eles vestiam, calçavam, cobriam com chapéus e coloriam seus fregueses e freguesas.

Com certeza, cediam a opinião de uma roupa, um vestido, uma costura, ou mesmo suas mulheres o faziam, pois muitas esposas ajudavam o trabalho do comércio no dia-dia ou quando seus maridos estavam em viagem (Entrevista Mufida Sater Gebara).

Fiado

A mascateação dos sírios e libaneses no Brasil, de certa forma, inaugura o comércio a prestação, de baixa renda, mediante o aumento do tempo para a quitação da dívida, seja ela parcelada ou não. Os imigrantes facilitavam o pagamento dos clientes nas fazendas para receber depois das safras, ou na cidade, depois do pagamento.

Quando estabelecidos com suas lojas, essa prática de *vender fiado para o freguês e pagar depois* vai continuar. Segundo Truzzi nos dois países que mais receberam sírios e libaneses, Brasil e Estados Unidos os árabes em geral foram “sempre utilizando a mão-de-obra familiar disponível em longas jornadas de trabalho, fixando moradia ao lado das lojas, e provendo serviços de entrega e crédito bastante flexíveis” (TRUZZI, 2001, p. 8).

Em Dourados, essa prática era real entre os comerciantes como um todo. O libanês Elias Milan e seu irmão Akel Milan donos de *A Favorita* em seu livro caixa na década de 1930 já registravam a movimentação comercial da loja e tinham fregueses para os quais vendiam a credito: “Bento Marques, Waldemiro de Souza, Dr.º Flamarion Costa, Arnulpho Fioravanti, Franklin Azambuja, Dr.º Camilo Ermelino da Silva” e entre os clientes havia sírio-libaneses como “Kalil Milan e Rachid Choary” (Livro Caixa – *A Favorita*, 1931-1937, set. 1931, p. 32-44, 129, 348).

O sírio, Hayel Bon Faker, conhecido como Elias Faker, também negociava com os fregueses no crediário: “Fiado, vendia um pouco, mas era bem pouco, o cliente chegava e

dizia ‘*seu Elias te deixo um fio do bigode precisa? Não!*’ dizia”. Por seu turno *Elias Faker* “não fazia empréstimos em banco” mas “outros faziam pra ele e pagava aos amigos, não gostava de dívidas, tinha medo de compromisso”, cometa seu filho (Entrevista Anis Faker).

Perceba que parecia haver um tom de maior compromisso em comprar e pagar o que envolvia a honra da pessoa: “A palavra era o mesmo que tirar um fio da barba e mandar como documento” (BOSCO, 1995, p. 160).

A rua do comércio

Todavia, isso não significava uma regra geral, pois a Avenida Marcelino Pires, que se cristalizou como a rua do comércio, mas nem todos passavam por ela, muitos desviavam caminho, principalmente aqueles que não conseguiam sanar suas dívidas, logo passavam pela “rua dos velhacos”, dos maus pagadores, que era a antiga Rua Rio Grande do Sul, atual Avenida Weimar Gomes Torres, a primeira ao norte da Marcelino (MOREIRA, 1990, p. 67).

As primeiras casas comerciais se confundiam com as residências, onde morar e trabalhar eram paralelos de espaço na vida diária. Aos poucos, isso ia evidenciando a *Rua Principal*, como a rua do comércio. Posteriormente, por volta da década de 1930, Vlademiro do Amaral, migrante gaúcho, o qual foi vereador e tinha muita influência política junto ao poder público, pôs o nome de *Marcelino Pires* na dita *Rua Principal* (BOSCO, 1995, p. 54).

A rua do comércio tinha muitos desafios, quando o tempo estava seco era muito pó, mas quando chovia “saía o pé e ficava o sapato” (BOSCO, 1995, p. 5). Por se tratar de uma cidade cuja economia era baseada principalmente na produção agrícola havia problemas ligados ao trânsito de animais, para o qual foram tomadas devidas precauções: “Proibida, a partir de hoje, a permanência de gado nas [ruas] [...]” já que o mesmo causava “inconvenientes” (*O Progresso*, 21 ago. 1952, p. 1). Esses “inconvenientes” é importante dizer, tratavam-se de esterco (fezes de vaca), perseguição às pessoas o que dificultava o acesso do freguês a casa comercial.

Uma estratégia inteligente

Durante a vida de comerciante atrás do balcão, por vezes sem nenhum freguês para ser atendido era um momento que “dava [uma] saudade baita” então o imigrante ouvia “uma música” ou posteriormente ao trabalho, *matava-se* a saudade no “telefone” ou com “uma distraída, alguma coisa relacionada lá” (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

A *lojinha* não era apenas o local de uma prática econômica onde se compra e vende quase que mecanicamente, mas é um espaço de convivência e sociabilidade, não era um espaço público, mas ali muitos se encontram seja para buscar algo que está faltando em casa em grande ou pequena quantidade ou uma para fazer uma pausa para um trago.

Espaço de conversas e articulações de novidades, de chimarrão que o sírio Hayel Bom Faker tomava com o brasileiro João da Câmara, o *Totó*, na *Casa Damasco*. *Tótó* era filho do imigrante português João Candido da Câmara, foi prefeito de Dourados por dois mandatos, o primeiro 1967 a 1970 e o segundo de 1973 a 1977 (BOSCO, 1995, p.204). A loja era uma célula econômica sim, mas também de interação e negociação de bens culturais, de identidades onde o árabe aprendia a ser mais brasileiro e o brasileiro mais árabe.

Kátia comenta que em encontro de sírios e libaneses, em momentos de folga, o assunto mais conversado era sobre a “*lojinha*”. Ela justifica com uma breve história: “tinha um patrício que tava nas últimas [...] na cama: “Ah! Cadê o Mustafa? Tô aqui baba [pai] Cadê a Latifa? Tô aqui baba! Cadê o Ali? Tô aqui baba! A si ta todo mundo aqui quem ficou tomando conta du *lojinha*?” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Sua história mesmo sendo ficção, retrata a realidade dos imigrantes em Dourados, que segundo ela, tinham uma “veia pra comércio”. Nesta mesma linha, Sultan Rasslan, comenta: “há uma história que diz que quando Yuri Gagarin³⁶ chegou à lua tomou um susto, pois lá tinha um *brimo* com uma *lojinha*”(Entrevista Sultan Rasslan). Na realidade a “veia” era uma estratégia de negócio e sobrevivência que permitiu inserção e respeito na sociedade local.

Aceitação

Lesser insiste que nosso “país é um Brasil onde a cultura em comum” dos imigrantes “centra-se nas oportunidades econômicas e sociais” (LESSER, 2001, p. 18). Os sírio-libaneses do início da passagem do século XIX para o XX, procuraram locais onde pudessem crescer economicamente, que estivessem oferecendo oportunidade.

Dourados no início deste século estava recebendo migrantes nacionais em busca de terras e melhorias. Também eram pessoas em situação de mudança, diáspora, tal os árabes. Logo tanto os brasileiros, quanto sírio-libaneses, que vieram para Dourados estavam em situação de migração e busca de oportunidades, os setores de atuação é que foram diferentes.

³⁶ O russo Yuri Alexeyevich Gagarin foi o primeiro ser humano a viajar no espaço, além da atmosfera terrestre não chegou, porém a lua.

Diferenciava na questão de aplicação da economia, pois os árabes vão destacar-se na parte urbana, no comércio, os rio-grandenses-do-sul, paulistas, mineiros em geral buscavam terras para criar gado e plantar. Havia ainda outros imigrantes estrangeiros como paraguaios, argentinos, portugueses e japoneses que se destacaram na agropecuária, comércio, profissões liberais, prestação de serviços.

Portanto, a sociedade douradense era em híbrida, de diferentes identidades nacionais, locais, estaduais. As pessoas ao virem para cá, seja no início do século ou em meados com a CAND, estavam em busca de melhoria de vida sócio-econômica. Esta busca era algo que identificava as diferentes identidades.

Ser sírio ou libanês, não era um estigma ou aberração, mas se tratava de apenas *mais um* na busca de oportunidades. Creio ser esse o gene para a aceitação da cidade, pessoas distintas, com interesses correspondentes, todos querendo melhorar de situação na terra dourada *onde se plantando tudo dava* (BOSCO, 1995, p. 186).

Outra questão que difere Dourados de outros centros de estabelecimento de sírio-libaneses, como São Paulo onde muitos não tinham interesse na imigração de árabes, é que em aqui não havia uma elite intelectualizada que criticasse, *cientificamente*, a entrada de árabes com discursos racialistas de *civilização vs barbárie*. Prova disso é a inserção econômica que garantiu o prestígio social. Não bastou se aceito, muitos árabes faziam parte da elite local, composta por fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais.

Nos anos 1950 Dourados se caracteriza ainda mais como um “CENTRO COSMOPÓLITA”, afirma Armando Carmelo, que completa:

Quem observa o que se passa em Dourados, na hora presente, em relação à migração de *pessoas de todas as raças e países*, que aqui aportam para ver de perto o que há em Dourados de novo [...] *sente a necessidade de dizer que o ambiente se torna, de dia para dia, cosmopolita* [...] Gentes de todas as raças, classes, ou procedências, para aqui se veem, a fim de conhecer a *Nova Chanaan do Oeste* (*O Progresso*, 2 dez, 1951, p. 3; grifos meus).

Essa característica *cosmopolita* de Dourados, literalmente significa que a cidade passa a compor-se de elementos de várias origens e quanto maior era a variabilidade, mas se caracterizam as diferenças no dito *cosmos*. Todavia este discurso deve ser lido com o devido cuidado, pois beira a uma tendência de *democracia racial*.

Democracia no sentido de que a cidade, através da imprensa, os políticos, os fazendeiros, os profissionais liberais, comerciantes, a elite local por mais ambígua que fosse e aceitasse no meio da região douradense de *todas as raças*, a prática desta aceitação era

desigual, principalmente no que tange ao morador original, ou seja, com relação ao índio, quase sempre marginalizado.

Primeiramente, o Estado de Mato Grosso em 1915, aldeou os índios em Dourados na região norte em uma área de 3.600 hectares. Todavia, partes destas terras foram incorporadas a propriedades vizinhas. Na aldeia, destacou-se a ação da Missão Evangélica Caiuá iniciada em 1929 cujos trabalhos dos missionários eram desde assistenciais e catequizadores (MOREIRA, 1990, p. 13).

Além dos árabes, também uma comunidade grande de japoneses assentou-se na região no início da década de 1950. Os japoneses, por sua vez estavam mais interessados no trabalho rural, pois eles “já tinham experiência com o cultivo da lavoura do café, no interior do Estado de São Paulo, e as terras férteis da região de Dourados eram um convite para se fazer grandes plantações e conseqüentemente, *fortunas*” (MOREIRA, 1990, p. 145).

Dourados estava aberta ao progresso, mas para *aqueles* ligados ao valor do trabalho que queriam uma ocasião para melhorar seu estado econômico, social e familiar de acordo com as cartas do governo. O sistema precisava ser organizado: distribuir terras para os despossuídos produzirem alimentos e matéria-prima, os árabes vieram a contribuir nesse caso com o comércio, ou seja, no que tange ao abastecimento. Nos anos 1970 discurso da riqueza fácil pode ser notado na imprensa: “Nós os estrangeiros [...] Nós, os importados [...] Somos nós os estrangeiros”, na verdade brasileiros pensando as suas diferenças numa terra de *reterritorializados*:

da morena Campo Grande, da branca Corumbá, da verde Cuiabá, do vigoroso estado de São Paulo, da idealista e legendária Minas Gerais, do inigualável Rio Grande do Sul e do sincero e progressista Paraná [...] Somos nós os brasileiros originários de todos os pontos da pátria [...] nos encontramos em prol da edificação de uma metrópole (*O Progresso*, 6 mar. 1971, p. 1).

A dita metrópole, Dourados estava em construção. Para os árabes as muitas diferenças de certa forma se diluíam: “tinha convívio normal no dia-dia”. Mesmo tendo diferenças entre si, muçulmanos ou drusos, sírios ou libaneses, a identidade comum era partilhada inclusive com os brasileiros: a busca pela oportunidade (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Problemas e conflitos

Toda moeda tem dois lados, há negociações e também conflitos no comércio dos árabes em Dourados. Bosco esboça a bibliografia de um imigrante paraguaio, João Paulo Garcete, popularmente chamado de *Paulito Garcete*, que chegou a Dourados por volta de 1935.

Aqui abriu uma barbearia no centro chamada *Barbearia Ideal*, na qual ocorriam discussões desde questões do cotidiano aos debates políticos, com certeza um espaço social, tal qual a casa comercial, a barbearia: “eterno confessionário de políticos, empresários, enfim, homens importantes [...] para discutir um pouco de tudo: política, mulheres, futebol, festas” (BOSCO, 1995, p. 179-180).

A autora menciona um episódio no qual um cliente reclamou de um aumento de preços dos serviços e chamou *Paulito* de “ladrão”, mas “O paraguaio não esboçou qualquer reação, engolindo em seco [...] uma acusação desta natureza serviria, no mínimo, para uns sopetões [...]. *Paulito* conseguia ser *diferente*” (BOSCO, 1995, p. 181; grifo meu).

Esta palavra “diferente” intriga. Primeiro que diferentes eram os muitos clientes de *Paulito*. Segundo, se ele não reagiu era por ser muito paciente, estrangeiro não legalizado, ou por ser paraguaio, um não brasileiro, alguém aceito, mas com ressalvas? Então, Dourados, que era um local de diferente identidades em negociação possuía seus conflitos e preconceitos.

No início de 1950, Sultan Rasslan, filho do libanês Salomão Rasslan, tinha 12 anos e trabalhava na *Padaria Guarani* de Mustafa Abdo Sater, esquina das atuais João Candido Câmara e Onofre Pereira de Matos; ele se

Lembra de Agenor Brum (*Lolito*), ter comprado na padaria dois sacos de galheta (tipo de biscoito). No caminho, experimentou o biscoito e percebeu todos queimados. Voltou à padaria de revólver e obrigou o dono a comer toda a encomenda, ale, de repor dois sacos de biscoito. Desta vez o produto estava bom (BOSCO, 1995, p. 114).

É uma relação de conflito no comércio em que um cliente insatisfeito exige reparação, todavia se *Lolito* obrigou Mustafa a comer os biscoitos estragados. Isso reflete que mesmo nos anos, 1950 com uma já caminhante urbanização, a permanência de relações violentas para se resolver uma desfeita.

Como afirmado, a CAND, trouxe migrantes para Dourados, conseqüentemente o aumento da mão-de-obra ociosa, logo haverá casos de bandidagem e roubos, conseqüência do crescimento urbano que vai vitimar não apenas os comerciantes sírios e libaneses, mas o comércio como um todo.

A Associação Comercial de Dourados, na tentativa de resolver a falta de segurança ao comércio que aumentava oficiou “aos Snrs. Presidente da República, ao Ministro da Guerra [...] e ao Snr. Fillinto Muller [...] para pedir uma força do exército para ser destacado permanentemente neste Município” (Livro de Atas nº. 1, 1945-1955, 8 jun. 1956, p. 9-10).

Em meados da década de 1960, o libanês Musafa El Chamaa, teve a “Loja arrombada em plena Marcelino Pires, [...] foi assaltada por gatunos [...] cujos prejuízos sobem a casa dos três milhões de cruzeiros”; como medida contra o assalto

Várias prisões de pessoas suspeitas foram efetuadas, as saídas de Ponta Porã, Rio Brillante e Vila Brasil (atual Fátima do Sul) foram tomadas, rádios foram enviados [recados] a tôdas as delegacias do Sul do Estado, mas infelizmente a coisa ainda se encontra na estaca zero (*O Progresso*, 6 jan. 1965, p. 1).

A imprensa questiona ainda “onde estaria o guarda noturno a hora dêste assalto? Será que estaria dormindo [...]?” (*O Progresso*, 6 jan. 1965, p. 1). Todavia para a sorte de Mustafa os assaltantes foram pegos em Campo Grande quase uma semana depois do assalto (*O Progresso*, 13 jan. 1965, p. 1).

Houve ainda acidentes que levavam a prejuízos mais relevantes, como a o incêndio da loja de Ismail: em “1976 perdi minha loja pelo fogo” e “não tinha seguro aquele tempo” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Muitos brasileiros têm uma visão estereotipada dos sírios e libaneses: ricos e avarentos. Todavia o imigrante tinha um planejamento muito bem organizado para atingir seu sucesso econômico:

eles [os brasileiros] falam que o *turco* é pão duro, mas na verdade não é ele é prevenido, eles tem uma mentalidade de pensar no futuro, por exemplo, se tem um frango, não vai usar o frango todo hoje, vai usar o peito pra preparar um arroz, deixa coxa e sobre-coxa pra fazer uma sopa, então ele não desperdiça (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Na realidade a condição de imigrante era de pobre. Depois como mascate, tinha o objetivo de ter uma loja, para tal empreendimento precisava poupar. Portanto isso fez com que muitos imigrantes não se *dessem ao luxo* de consumirem além do necessário, pois ainda havia ainda uma família que esperava seus rendimentos no Oriente.

Seguindo esse raciocínio, José Postau, cita seu pai: “não há mal que dure cem anos, nem riquezas que não se acabem, não há prazo que não se cumpra, *nem dívida que não se pague!*” Observe que era crucial para o imigrante/comerciante ter crédito pois do contrário muitas ações como chacota, falência, se levantariam contra ele segregando-o (Entrevista José Fugêncio Postau).

A nova diáspora

Segundo Ercília de Oliveira Pompeu, a instalação da CAND deu uma nova alavancada para a economia douradense, a qual com o fim dos ervais estava em crise. Porém, a finalização da CAND, ao longo das décadas de 1960 e 1970 “coincide com uma fase difícil da economia de

Dourados. Os colonos foram embora e ‘Dourados foi morrendo outra vez’” (BOSCO, 1995, p. 173).

As palavras de Ercília tem sentido se compararmos com a evolução demográfica de Dourados. Em 1940 a população em Dourados era de 14.985 habitantes. Com a contagem de 1950 a região passou a ter 22.834 pessoas, com a chegada das novas pessoas.

Na década de 1960 é que de fato o número aumenta. Essa década para Dourados foi quase que uma verdadeira euforia, pois a população foi para a casa dos 84.955 habitantes, ou seja, a região *mais que triplicou* sua população, principalmente em função do campo já que 68.487 pessoas estavam na zona rural e 16.468 na cidade (Evolução demográfica dos municípios de Mato Grosso do Sul, 1996-2007, p. 1).

Isso reforça o fato de que no lugar onde há mais pessoas há mais consumidores e mais oportunidades para o comércio. A cidade, porém vivia em função principalmente da economia agrícola. Todavia os agentes da terra que mais contribuía para esse desenvolvimento econômico eram os colonos.

Estes sofreram duras penas. Primeiro a demora na posse definitiva dos lotes. Depois a falta de insumos como ferramentas, animais para criação, madeira. Não tiveram qualidade na assistência médica e farmacêutica faltava uma “infra-estrutura necessária” como “financiamento da produção” bem como um “mercado” realmente sólido “para a compra e venda de produtos” (OLIVEIRA, 1999, p. 172).

Em meados da década de 1960, Dourados estava apresentando uma queda de “50 a 60 por cento” na economia puxados pelos setores “bancário” e “comercial”, de acordo com a imprensa o que estava ocorrendo era “Um paradeiro Geral”:

[...] verifica-se em todo setor da vida econômica do Município, neste início do ano [1965]. *Algumas lojas de tecidos estão sentindo uma queda de movimento*, jamais vista em Dourados: 50, 60 e 70 %. Movimento bancário também vem sofrendo um decréscimo da ordem de 40 a 50 por cento. Acabaram-se as “marretas” [troca de mercadoria por mercadoria sem envolver necessariamente dinheiro] e os agiotas continuam com suas “antenas ligadas” (*O Progresso*, 23 jan. 1965, p. 1; grifos meus).

Ainda segundo a notícia, poderia haver uma saída com o envolvimento do capital financeiro auxiliando a produção do campo: “Todavia há uma esperança: a safra de cereais vem aí e o Banco do Brasil está prometendo comprá-la todinha” (*O Progresso*, 23 jan. 1965, p. 1).

Não se deve espantar com relação a esta possível compra de safra por parte do Banco do Brasil, pois segundo a *Associação Rural de Dourados*, fundada em 1951, este banco já havia comprado safras anteriores: “haja visto, a quando da compra de algodão, pelo Banco do

Brasil, na safra passada [1952]” (*O Progresso*, 21 abr. 1953 apud MOREIRA, 1990, p. 101). Os bancos de Dourados serviam principalmente ao “financiamento agrícola e industrial” (*Gazeta do Sul*, 20 dez. 1965 apud MOREIRA, 1990, p. 119).

Até a década de 1970, Dourados tendência a perder um pouco a titulação de *terra das oportunidades*, pois ocorre um decréscimo do otimismo em relação à terra e a fixação da população. Para os colonos a não-existência de incentivos financeiros e os endividamentos fizeram com que muitos vendessem seus lotes e fossem embora (OLIVEIRA, 1999, p.172).

Essa mesma década para Dourados caracterizou-se, entretanto, pelo asfaltamento de algumas ruas, bairros planejados, maior distribuição de luz elétrica, praças, e ainda uma extensão da Universidade Federal de Mato Grosso chamado Centro Pedagógico de Dourados.

Passada a euforia dos anos posteriores à CAND, na década de 1970, a população volta a diminuir. Da casa dos quase 85.000 de 1960 para 79.186. Para o comércio isso é crise. As pessoas estão indo embora, muitos comerciantes também. Esses fatores conjunturais vão influenciar no deslocamento da população de árabe de Dourados, ou seja, muitos vão embora. Isso, todavia não significa todos.

Em finais de 1970 e início de 1980, a população volta a crescer. Neste período Dourados estava com 106.493 habitantes (Evolução demográfica dos municípios de Mato Grosso do Sul – 1996-2007, p. 1). O campo moderniza-se com implementos tecnológicos agrícolas, ocorrendo assim um êxodo rural, excedendo a mão-de-obra desempregada e pobre na cidade com baixo poder aquisitivo. Aumenta o interesse e a perspectiva econômica pela pecuária (MOREIRA, 1990, p. 161).

Uma nova migração advém do sul, porém os gaúchos vêm munidos de capital e intensificam o plantio de soja caracterizando a região da

Grande Dourados [...] pela presença da média propriedade e de empresas agroindustriais e pecuárias, que se utilizam de uma alta tecnologia agrícola, produzindo para abastecer o mercado interno brasileiro, sobretudo o de derivados agropecuários, como carne, leite, grãos, frango e, ainda, exportando alguns desses produtos, como, por exemplo, a soja, para o exterior (OLIVEIRA, 1999, p.218).

A divisão do Estado de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul eleva Dourados a categoria de segunda maior cidade. A dita urbanização trouxe também uma aumento da desigualdade social, da população pobre, do excedente de desempregados e a marginalização da população indígena.

O insucesso da CAND, a queda da euforia, o retorno dos migrantes brasileiros, a diminuição do consumo fez muitos imigrantes sírios e libaneses tomarem outros caminhos.

Um exemplo, o sobrinho de Mustafa:

Ele teve aqui. Não deu certo, foi embora, agora tem família, comércio. Os outros parente também, sobrinho da finada minha mãe, primo da mulher da Mustafa, também veio aqui, ficou uns tempo, outros primos, parente da Gebara [família] também veio aqui e não quisero ficar, alguns foi pra Canadá (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Sultan comenta que “o árabe é muito aventureiro, muitos vieram em busca de oportunidades e foram embora, abriram uma loja não deu certo e partiram em busca de outros lugares”, e oportunidades era o discurso que se ouvia acerca de Dourados, mas ao contrário de Sultan não considero estes imigrantes aventureiros, mas pessoas que muito racionalmente queriam melhorar suas vidas através de trabalho no comércio.

É como se Dourados desse o que tinha de dar, “quando vinham para Dourados as pessoas ganharam pouco tiveram uma [breve] oportunidade no comércio” e depois partiram (Entrevista Sultan Rasslan).

Mas há também fatores internos no próprio grupo de sírios e libaneses que os fizeram emigrar de Dourados. Inicialmente por uma questão biológica, pois muitos árabes morreram: “muitos faleceram”, (Entrevista Afif Hani Abu Harbi). José completa: “o número de árabes sinceramente falando acho que ta os mesmos árabes aqui, não aumentou”, mas “alguns foram embora, e muitos outros faleceu” (Entrevista José Fugêncio Postau).

De fato, há no cemitério Santo Antônio de Pádua, alguns túmulos cujos epitáfios indicam nomes e inscrições em árabe: Osman Ahmad Gebara, Akrama Mohamad Eljaji, Ruston Abdo Sater. Alguns detes túmulos estão distribuídos na parte leste do cemitério, outros num terreno de cerca de 30m² a sudoeste cercado por folhagens.

É possível identificar a religião de alguns falecidos, já que muitas lápides tem a seguinte inscrição “Em nome de Deus, Clemente, Misericordioso”, como pode ser notado na Foto nº. 6. Esta frase significa que em cada ação do muçulmano, Deus está em primeiro plano. Além disso, quando se deita o corpo, os membros superiores, a cabeça, estão voltados para Makka, na Arábia Saudita.



Foto nº. 6: Lápide de Youssef Abdul Rahman El Kadri no cemitério Santo Antônio de Pádua.

Alguns túmulos possuem apenas uma curta inclinação da própria terra, já o corpo do muçulmano é envolto em linho branco e posto diretamente no chão (Entrevista Zaki Ahmad Gebara). A parte dos túmulos muçulmanos está na região sudoeste do mencionado cemitério.

Outros mudaram de cidade em direção à “São Paulo, Paraná, não dá certo vai pra Cuiabá, Corumbá” (Entrevista Afif Hani Abu Harbi). Mas há destinos além do Brasil, outros países ou o retorno à terra de origem: “Muitos foram mais pro Canadá, aqui na América Latina, Colômbia, Venezuela tem muito, Paraguai, Assunción, Argentina”;

As próprias famílias possuíam (e possuem) uma rede de parentes em várias cidades: “lá [no Canadá] tem uma colônia enorme [...] os daqui tem parentes em Corumbá, Ponta Porã, no Brasil todo” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek). Isso pode ser confirmado por Klein sobre a imigração para a América do Norte nas últimas décadas do século XX:

[...] o potencial da emigração permanece grande, em virtude da contínua expansão das economias americanas, até a década de 80, do abandono dos empregos de baixo status por trabalhadores nacionais e da crescente necessidade de profissionais qualificados nas áreas de ciência e tecnologia que os nacionais não podem satisfazer. Os Estados Unidos e o Canadá, mesmo em período de relativa estagnação, como no início da década de 90, ainda são os grandes focos de atração para os imigrantes (KLEIN, 2000, p. 30-31).

Para muitos uma questão burocrática, emperrava a permanência no Brasil, pois estavam em situação irregular e “não conseguiram documento, ficaram aqui, [...] até estabelecerem comércio, e não tem direito, quando o governo começou a procurar, procurar em todo o Brasil” os imigrantes sem visto permanente tinham que partir (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Apesar de muitos terem ido embora outros ficaram. Em 1970, a população de Dourados era de quase 80 mil habitantes, o maior grupo estrangeiro era de japoneses com 500 pessoas, os libaneses somavam 43 e os sírios 11 pessoas. No ano de 1980 quando Dourados

estava na casa dos 106. 500 habitantes o número de libaneses era de 40 e 4 sírios (Evolução demográfica dos municípios de Mato Grosso do Sul –1996-2000, p. 1).

Mesmo que os dados do IBGE não apontem significativas mudanças na população árabe em Dourados, podemos fazer algumas reflexões. Não há informação do número de indivíduos sírios e libaneses (e outros imigrantes árabes mais seus descendentes) das décadas anteriores a 1970.

Kátia afirma que muitos não voltaram para o Líbano ou Síria e se “você perguntar pra maioria não quer voltar pro Líbano”, por que é “aquela coisa assim, como você ir de novo conhecer a família [de novo]”. Portanto, voltar seria um reencontro entre as pessoas do Oriente Médio que vivem seu tempo com os imigrantes modificados pelas identidades incorporados no Brasil.

Voltar é difícil “porque não teve um convívio, então muitos ficam meio *deslocados* assim, e também já tem os costumes daqui apesar de manter os seus originais [...], então ele entram um pouco em choque” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek). Mas esse *deslocamento* não é apenas na volta à terra de origem, mas ele começa a ocorrer é na chegada.

Parte 3

Da vida na fronteira

Um objeto híbrido

“– Eu gosto. Gosto da comida do turco. Nós somos muito amigos né, mas ele não é turco ele é libanês, mas eu chamo *turquinho*. [...] gosto de comer o quibe, a esfirra, quando estou aqui me sinto mais amigo dele” (Entrevista Luiz Noriler).

Assim falou, num tom muito humilde e simples, um de meus entrevistados, Luiz Noriler, cliente do Restaurante *Casa Monte Líbano*, cujo chefe de cozinha e proprietário é Afif Hani Abu Harbi, imigrante libanês no Brasil há 55 anos e estabelecido em Dourados há 42. Nesta pequena fala de Noriler, encontro alguns pontos que os tornam questões para este trabalho. Não sabe ele que nesta resposta e o hábito de ir às tardes de final de semana comprar quibes no restaurante árabe é um item de toda uma historicidade na pessoa de Afif, um dos agentes da imigração sírio-libanesa para Dourados.

Noriler é um douradense, um brasileiro, que aprendeu a apreciar a culinária trazida do Oriente Médio – no início do século XX para estes sertões fronteiriços habitados – por imigrantes sírio-libaneses, os quais trouxeram cada um na sua *chanta*³⁷ não apenas mercadorias para vender de porta em porta, mas também uma predisposição a rearranjar seus gostos, sua língua, seus costumes e uma saudade. Esta garantia uma possibilidade de conservar suas histórias, seu modo de ser em grupo e individualmente, mesmo que numa vida traduzida.

Neste mesmo restaurante, há uma placa com o nome *Casa Monte Líbano: cozinha árabe* mais três desenhos: um camelo e duas bandeiras que representam o Brasil e o Líbano:



Foto n.º 7: Restaurante de culinária árabe em Dourados.



Foto n.º 8: Detalhe do letreiro da Foto n.º 7.

³⁷ Mala, no idioma árabe.

É um espaço de fronteira. Não fronteiras estáveis, mas absolutamente dinâmicas e instáveis, é a presença de um *outro* aqui, *neste* espaço. Mas interpretar este outros é apenas uma forma de olhar para este objeto.

Este dito *outro*, o imigrante de identidade nacional sírio-libanesa³⁸ ao ocupar *este* espaço nacionalmente brasileiro no início do século XX não era mais sírio ou libanês. Todavia mesmo que tenha mudado seu comportamento para parecer-se o máximo possível com os brasileiros, não deixou de ser o sírio ou o libanês.

Tornou-se um ser híbrido, que encerra, em si mesmo, identidades das duas terras, tornando-se sírio-libanês-brasileiro, não é totalmente brasileiro, não é totalmente sírio-libanês. Tem uma vida entre dois mundos. Defendo que são imigrantes vivendo relações de fronteira, são híbridos.

Essa hibridação, para Canclini, é um conjunto de “processos sócio culturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada [Brasil – Síria, Líbano], se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”, todavia mesmo “as estruturas chamadas discretas”, ou puras também “foram resultado de hibridações” (CANCLINI, 1998, p. 19). Este mesmo autor em um de seus trabalhos trata das hibridações na América Latina e comenta um exemplo da hibridação:

hoje se debate se o *spanGLISH*, nascido nas comunidades latinas dos Estados Unidos e propagado pela *internet* a todo o mundo, deve ser aceito, ensinado em cátedras universitárias - como ocorre no Amherst College, de Massachusetts - e objeto de dicionários especializados (Stavans). Como se o espanhol e o inglês fossem idiomas não endividados com o latim, o árabe e as línguas pré-colombianas. Se não reconhecêssemos a longa história impura do castelhano extirpássemos termos de raiz árabe, ficaríamos sem *alcachofas*, *alcaldes*, *almohadas* nem *algarabia* (CANCLINI, 1998, p. 19; grifos no original).

A cultura híbrida destes imigrantes contém diversidades, solidariedades e diferenças. São pessoas que possuem uma dupla visão que lhes permite ir além da “maioria das pessoas” que geralmente “é consciente sobretudo de uma cultura, de um ambiente, de um lar” (Said apud CANCLINI, 1998, p. 38).

No caso dos “exilados” e imigrantes estes “são conscientes de pelo menos dois [mundos], e essa pluralidade de visão dá lugar a uma consciência [sic] que - para utilizar uma expressão da música - é contrapontística”, ou seja, é uma consciência simultânea; para quem está *fora do lugar* “os hábitos de vida, expressão ou atividade no novo ambiente ocorrem

³⁸ Devido a uma questão prática identifiquei estes imigrantes com sírios e libaneses, referente às suas identidades nacionais, bem como suas antigas casas, moradas tanto do sustento físico do corpo, quanto da sobrevivência de práticas culturais, todavia este é apenas um dos elementos de sua complexa composição e totalidade humanas.

inevitavelmente em contraste com uma lembrança de coisas em outro ambiente” daí passado e presente “são vívidos, reais, e se dão juntos” (Said apud CANCLINI, 1998, p. 38).

Meu objeto é móvel, está além de uma possível classificação entre *Nós* (brasileiros e douradenses) numa relação de alteridade com o *Outro* (sírios e libaneses). Uma equação mal resolvida, uma vida dupla viscosa cujo piso é movediço, uma fotografia cuja imagem é única, mas está sempre em movimento, várias identidades que se fazem pela necessidade, e que de acordo com o momento, com as circunstâncias se revelam mais sírio-libanesas ou mais brasileiras.

Um imigrante híbrido não *é*, ele sempre *está*. Possui dois tempos e espaços. O tempo é o passado na Síria e Líbano e o presente é Dourados, mas o passado vem à tona, o presente cede espaço, mas retorna num movimento heterogêneo. O espaço dele são as terras, a que ele deixou, e a nova terra, tanto mentalmente, quanto geograficamente. Ele mora numa linha móvel, num entre-lugar, uma vida dialética composta pela “somas das ‘partes’ da diferença” (BHABHA, 1998, p. 20).

Aparentemente simples, as coisas são mais complexas.

O fenômeno da existência de sírios e libaneses em Dourados, que se embrenharam pelo Atlântico e vieram às fronteiras do Brasil, viajando, conhecendo pessoas, vendo o novo, como que uma odisséia, embora alguns tenham feito a viagem de volta, a outros a terra nutriu e fez novas raízes gerando uma nova planta.

São pessoas cuja estrada é circulante e seu caminhar é no meio. Na bagagem o seu *modus vivendi*, e quando necessário nas nuances mais microcósmicas ou estruturais reinventaram a vida, seja para comer algo numa pensão porque a fome apertava, pelo cansaço de ter andado mascateando o dia todo, seja para esforçar-se para falar uma sílaba diferente da língua árabe.

Sua prática de vida neste entre-lugar é que forneceu “terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão inícios a novos signos de identidade [s] e postos inovadores de colaboração [...]”. Confirmo Bhabha que é

na emergência dos interstícios [fenda, fresta, pequeno intervalo entre as partes de um todo] – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [*nationnes*] o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados (BHABHA, 1998, p. 20).

Mas não são apenas as experiências da identidade nacional que são negociadas, há outros “eus” transladados, outras identidades. Penso antropocentricamente, em humanos heterogêneos. Pessoas, abertas a mudanças que possuem várias identidades, não vivem apenas relações ambivalentes (sírio-libaneses frente aos brasileiros), mas estão além disso, são

ambíguos, tem várias pessoas dentro de si: pais, filhos, políticos, religiosos, árabes, sírios, libaneses, negociadores que cujo “valor transformacional da mudança reside na rearticulação, ou tradução, de elementos que não são *nem Um [...] nem Outro [...]*, mas algo a mais” (BHABHA, 1998, p. 87; grifos no original).

O ser humano é composto de vários *eus*, cada um vem à superfície de acordo com as ações que está realizando, outros ficam escondidos, camuflados: um outro nome, outra sexualidade, nacionalidade, família, religião.

Para além da relação bipolar de *nós* e os *outros* a ambigüidade do imigrante árabe em Dourados se materializa numa indeterminação, ao que Bauman chama de “verdadeiros híbridos” todos os “*inclassificáveis*” (BAUMAN, 1999, p. 68). Os vários rostos dos sírios e libaneses em Dourados são ambíguos, ora estão do lado da linha na terra do passado, ora no presente, a fronteira é um palco de dança cujos contornos fazem com que sejam todos “*nem uma coisa nem outra*” (BAUMAN, 1999, p. 65).

São pessoas que vivem a experiência da fronteira no palco do cotidiano objetivo e subjetivo, são híbridos diferentes de como eram nas suas terras, e aqui em Dourados não estão totalmente em casa, portanto reterritorializaram-se num entre-lugar em um “meio [between]” (HALL, 2003, p. 27).

Para Maffesoli, cada ser não é algo único e sim um discurso de várias vozes, pois “não sendo nada, estamos sempre em outro lugar além de onde nos esperam, somos sempre outra coisa além do que nos crêem ser. Somos vários.” (MAFFESOLI, 1996, p.313). O humano vai agir, posto que tem várias máscaras, de maneiras diferentes, ao longo do dia, dos acontecimentos, da venda, da mascateação, do casamento, da educação dos filhos, do encontro na mesquita, dos acontecimentos o imigrante usou de várias camadas da “cebola” *descascável* que é (MAFFESOLI, 1996, p. 348).

Cada identidade, cada comportamento é um universo, sua identidade nacional, por exemplo, é um lugar em relação a outros lugares, é apenas uma prática em relação à outras práticas, portanto falas como o :“sírio nasce para a sua religião tal como um americano nasce para sua pátria”, escritas por Hitti, para o qual os elementos religião, aldeia de origem ou família são os fatores reais de uma identidade síria, ou libanesa, são parcialmente observáveis na realidade (Hitti apud TRUZZI, 2001, p. 4).

Acontece que estes elementos são apenas mais um traço de um todo complexo que é o ser humano, não dizem tudo, pois, neste caso as “nações constituem mundos em relação a outros mundos [...] no mesmo sentido político do termo” (AUGÉ, 1997, p. 141-142). Se eu pensar que os sírio-libaneses são exatamente como Hitti aponta, estarei desconsiderando a

pluralidade, a heterogeneidade que se acelerada com a alteridade. Alteridade esta desde o encontro entre nacionalmente sírio-libaneses e brasileiros num nível social, quanto do encontro entre o ser sírio-libanês em *estado de camaleão* individualmente.

Só para reforçar, o grupo de imigrantes sírio-libaneses brasileiros douradenses são sujeitos descentralizados. O que de fato os torna semelhantes é a experiência diaspórica de terras do Crescente Fértil em busca de um local de melhores oportunidades de vida, sejam econômicas ou sociais, mas são diferentes inclusive entre si, logo pensar uma “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, ou apenas uma breve e fictícia representação classificatória verossímil do real (HALL, 1997, p. 12).

A ascensão econômica da maioria pelo comércio possibilitou a inserção na sociedade douradense, mesmo que muitos não tenham tido essa trajetória, a posição de comerciante garantia respeito e um passo ao acesso inclusive à elite ou fazer parte dela. Lembrando que esta elite do início do século XX em Dourados, também estava se formando, composta por migrantes brasileiros das regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul buscando novas terras, novas oportunidades.

Entre estes membros já no início da formação do Patrimônio (1914) e Município (1935) eram árabes, poucos, mas com relativo destaque como Elias Milan, Hayel Bon Faker e Aniz Nacif Rasslan. De certa forma a situação entre os brasileiros migrantes e os imigrantes estrangeiros em busca do novo, era semelhante, o que aproximava ainda mais os diferentes grupos humanos.

Esta nata era um seletto grupo dentro da sociedade local, daqueles que tomavam as decisões políticas; mesmo que poucos sírio-libaneses e seus descendentes tenham se envolvido nas articulações políticas partidárias, era importante ter amigos ou influência no governo local.

Ser aceito pela sociedade era algo positivo, até porque esta mesma sociedade não era unificada, mas além da composição de migrantes de outros estados ainda haviam os indígenas, bem como paraguaios, portugueses, argentinos, mesmo que em pequeno número. Mas ser aceito pela elite político-econômica era ter poder de decidir os rumos da cidade, da vida de vários indivíduos.

Por exemplo, alguém que fazia parte deste grupo era alguém que, além disso, pudesse ainda mostrar os símbolos de sua qualificação perante todos (lazer, viagens, compras, roupas, educação dos filhos) como alguém que “Para a Europa viajou, em dias do mês pp. o sr.

Augusto J. Marques, forte *comerciante* e industrial³⁹ *nesta praça*, além de pessoa grandemente estimada em todas as camadas sociais de Dourados [...]” (*O Douradense*, 10 ago. 1948, n. 7; grifos meus).

Aos poucos a cidade foi sendo composta por pessoas que *estavam chegando*, e ia cada vez chegando mais. Os primeiros já estabelecidos iam se juntando aos novos. Critérios de aceitação eram compostos: falar o português (questão prática de comunicação); ser economicamente estável, ou no mínimo ser honesto (Moisés Ralili Salomão, imigrante pobre, muito citado em livros e entrevistas).

Aumentavam as chances de interação e aceitação se o imigrante fosse casado com uma brasileira ou fizesse parte de alguma instituição local, caso clássico de Hayel Bon Faker. Não é importante estudar apenas os imigrantes que tinham ligações ou faziam parte de uma aliança dirigente, muito mais envolvente é a mobilidade entre os grupos: sírio-libaneses frente a douradenses, brasileiros, ricos ou não.

A questão é o trânsito. A negociação de identidades. Era comum haverem referências da integração de sírio-libaneses, as fontes da imprensa apontam: “Fizeram anos, no dia 15, [...] a menina Nesjme Milan, dileta filha do srº Elias Milan, *nosso grande animador*, comerciante, e fazendeiro no município” (*O Douradense*, 27 maio 1948, p. 1; grifos meus). Ela é “dileta”, diferente, seu pai imigrante libanês, tornou-se comerciante e posteriormente tornou-se latifundiário, Bosco coloca-o como “primeiro comerciante forte da cidade” (BOSCO, 1995, p. 212).

Além de posses e dinheiro, um douradense que se prezasse era alguém respeitado, os sírio-libaneses atingiram esse grau, ora menos, ora mais, como afirmado. Menos, quando não tiveram tanto sucesso econômico⁴⁰, caso de Moisés Ralili Salomão, sírio, chegou a Dourados em 1914, foi um pequeno comerciante, padeiro, açougueiro, por fim possessor na década de 1940 (SOUZA, 2003, p. 243). Sultan, filho de imigrantes libaneses, fala a seu respeito: “Moisés era encantador, filosófico, trabalhador e honesto, foi cavador de poço, coveiro, vendedor de frutas”, ou seja, um imigrante que inseriu-se em diversas atividades no contexto da cidade (Entrevista Sultan Rasslan).

³⁹ Não devemos exagerar na questão industrial, pois no recorte temporal deste trabalho, de 1910 a 1980, em Dourados a agropecuária destacava-se economicamente. Existiam porém, algumas manufaturas de couro, cerâmica, erva mate, bem como profissões liberais e outros prestadores de serviços. (MOREIRA, 1990).

⁴⁰ Esse sucesso econômico era o acúmulo de certo capital que possibilitasse o estabelecimento do imigrante e a abertura de um comércio varejista, o que se deu na maioria dos casos em Dourados, porém outros foram além tornando-se latifundiários – Zaki Ahmad Gebara – bem como fabricantes e exportadores – Elias Milan (Entrevista com Zaki Ahmad Gebara; BOSCO, 1995).

Não restritos apenas a Dourados, os sírio-libaneses, mantinham uma rede de contatos⁴¹ com outros grupos imigrantes em localizações diversas, como Campo Grande. Tal fato pode ser observado sob forma de

visita do Sr. Ackel Milan, conceituado comerciante da praça de Campo Grande e que aqui se encontra a negócios [...] declarou-nos [...] que a colônia libanesa daquela cidade se sente satisfeítíssima [...] quando da chegada à ‘cidade morena’, do cônsul libanês, sr. Naim Amime, tem demonstrado ser a colônia libanesa merecedora da mais alta consideração” (*O Progresso*, 4 nov. 1951, p. 4).

Ackel Milan era irmão de Elias Milan, iniciou sua carreira no comércio de varejo em Dourados anterior a Campo Grande. Também, no que diz respeito a abastecimento, muitos que iam, por exemplo, a São Paulo para comprar mercadorias no varejo. As buscavam tanto de lojas de brasileiros quanto de árabes.

Estes mesmos irmãos tinham uma rede de abastecimento no litoral, vide que o “Nome do vendedor” especificado em notas há “Miguel Maluf, Fuad Farha” mas também “Pinheiro, Benjamin Walbe, Francisco Bueno, Ferreira” (Lista de mercadorias adquiridas pelos *Irmãos Milan*, 1939).

Outros viajantes eram mencionados “Acha-se entre nós o sr. Abdo Sater, residente em Campo Grande e proprietário da Casa Marabá, nesta cidade” (*O Progresso*, 26 abr. 1953, p. 1); percebe-se que Abdo Sater não morava em Dourados, mas mantinha uma fonte de renda local. Havia contatos entre parentes: “Procedente de Guararapes, no Estado de São Paulo, esteve entre nós o Sr. Kalil Milan, irmão de nosso assinante sr. Elias Milan” (*O Progresso*, 22 de fev. 1953, p. 5).

Esta mostra de comunicação evidencia a marca híbrida da imigração. Adiante destaque como elementos de negociação em fronteira: o idioma português, eventos sociais, o esporte futebol, casamento, a ligação com instituições e a identidade nacional.

São traços do cotidiano, comuns, significativos e pequenos, detalhes que fizeram a diferença no sucesso de inserção, pois como poderiam viver no Brasil se não entendessem o jogo simbólico do português? Como poderiam comerciar se não experimentassem em pensões triviais para economizar e comer da culinária brasileira? Como poderiam ser aceitos pelos brasileiros, douradenses, se não permitissem serem publicados seus nomes e de seus familiares em datas comemorativas e festas, o que os fazia serem mais conhecidos, mesmo que não tivessem essa intenção? Ainda assim, pois por mais que se *abrasileirassem*, a memória

⁴¹ Mantinham contatos com os parentes na terra natal, em outros países ou cidades brasileiras; outros moravam num local e depois se mudavam, mas ainda mantinham ligações com o primeiro local de estabelecimento.

era eficiente ao lembrar seus traços árabes, sírios ou libaneses, era um tempo passado que sempre fazia num novo tempo presente.

Negociação de identidades

No calor do cotidiano os elementos de suas vidas, suas identidades iam se movimentando para o mundo do presente – Dourados – ou para o mundo do passado – Síria, Líbano. Aponta Bhabha que o “trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com o ‘novo’ que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural”, essa “arte”, essa tradução que é a reinterpretação a partir do que já se tem, do que se conhece buscando o desconhecido “renova o passado, refigurando-o como um ‘entre-lugar’ contingente [indeterminado, incerto], que inova e interrompe a atuação do presente” (BHABHA, 1998, p. 27).

O momento desta tradução é o momento de negociar, ceder seu espaço para receber outro, continuando com uma perna de cada lado da fronteira. Traduzir é partir de si mesmo aprender o desconhecido e negociar é estar dinamicamente se ajustando a situação, no caso dos imigrantes árabes configurando um nova situação.

Essa negociação nunca é homogênea e horizontal, mas um movimento cujo desenho são linhas que vêm e vão em ondas, para frente e para trás. Quando os sírio-libaneses de Dourados organizam suas estratégias para sobreviver, atingir sucesso e aceitação na sociedade local incorporando novas identidades é que o “‘passado-presente’ torna-se parte da *necessidade*, e não da nostalgia, de viver”, ou seja, eles não abandonam o passado, pois tudo o que sabem, o que viveram, o que falam e acreditam serve para aprender os novos comportamentos, traduzindo, lendo o dos outros para escrever novas práticas (BHABHA, 1998, p. 27; grifos meus).

O idioma *arabês*

A língua falada pelos imigrantes ao chegar ao Brasil era o árabe. Isto não significa que falavam a versão clássica e rigorosa gramaticalmente, mas tratava-se de um árabe coloquial, pois a maioria dos imigrantes em Dourados tratava-se de pessoas com poucos anos de estudo ou mesmo analfabetos. Comenta Ismail Chamma sobre seu caso:

eu tinha 27 anos, eu estudei primeira ano só três meses, depois noutra anos só três meses, porque precisava trabalhar, aí finado meu pai arrendou uma fazenda não tem colégio, não tem lugar perto, daí voltei com 17 anos esqueci tudo, [...] quando voltei já não tinha mais colégio pra mim, só se for o família tem condição e manda estudar fora por naquele tempo era colônia

francesa [a consolidação do Estado libanês se deu em 1943] (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma).

Isso fez com que se alfabetizasse em árabe posteriormente, no Brasil “atravéz de um vizinho, patrício, ele foi embora, ele tava aqui com loja, ele começou a me ensinar, chama Ismail Bazi, ele tem [tinha] loja vizinho meu perto do cine Ouro Verde na Marcelino Pires” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma). Percebe-se o passado voltando e não abandonado, mas reconfigurado.

Os descendentes do sírio Hayel Bon Faker, ao falar de sua vinda para o Brasil comentam que os familiares ainda na Síria “se entusiasmaram com a descrição do Brasil, feita por amigos, *patrícios*”; este termo, *patrício* é usado quando referem-se uns aos outros, mas para a geração nascida no Brasil isso é uma expressão do “bom *árabes* (mistura do árabe com português)”, (BOSCO, 1995, p. 4-5; grifos no original).

Goulart faz menção à atividade de mascate, a sua articulação lingüística e sua “plasticidade”, pois “a rapidez com que aprendiam a relativa perfeição com que acabavam falando o idioma português [...] levavam aos confins do país [...] o comércio” (GOULART, 1967, p. 169-170). Confirma Ismail que “com seis, sete mês, já falava algumas coisa” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma).

Não era fácil, porém era *necessário*. Para um mínimo de ação comercial era preciso conhecer a mercadoria e manejar a moeda local. Os imigrantes tiveram que se rearranjar e aderir a princípio às formas mínimas do português sem deixar, contudo o árabe, e, de falá-lo num momento de oportunidade e encontro, por exemplo, com outros *patrícios*. Desta negociação Safady escreve sobre a imigração árabe em São Paulo:

No lapso de setenta anos nossos pioneiros aportaram (em 1887) [...] Nossa assimilação e ajustamento está se processando gradativamente em ritmo relativamente rápido em comparação ao espaço de tempo de setenta anos, desde o princípio da nossa imigração. *A língua, a família e a religião* são os fatores mais importantes dessa assimilação (SAFADY, 1966, p. 199; grifo meu).

Interessa-nos de sua fala, a referência à plasticidade lingüística. Quando se dá a imigração maciça de sírios e libaneses, Hajjar aponta que no período de 1880 até 1945, muitos grupos imigrantes organizaram o ensino do árabe em escolas próprias, cabendo principalmente aos religiosos principalmente cristãos o ensino: “por volta de 1918/1924, quando muitos imigrantes, após o término da Primeira Guerra Mundial, vinham alimentando sonhos de retorno feliz à terra de origem” (HAJJAR, 1985, p. 63).

No período de 1925-1926, haverá uma diminuição de escolas devido ao retorno de muitos imigrantes e o governo de Vargas proibir o ensino de línguas estrangeiras no Brasil,

desativando muitas destas escolas. Embora se refira ao ensino do árabe no Brasil, não deixa clara a localização dos locais de ensino, mas muito provavelmente eram na região de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife.

O período pós-guerra (1945) reacenderá a imigração, porém num grau menor e reativará o ensino do árabe, receberão, inclusive, ajuda financeira de alguns países árabes. O sentido de se ter escolas que ensinam árabe no Brasil significa que negociam uma fronteira entre o português, necessário, e o árabe, elemento mantenedor de sua cultura e história no Oriente Médio

como se a língua árabe viesse afastá-lo do seu sentimento de brasilidade, à qual está efetivamente vinculado, e sente essa brasilidade como oposição à sua arabidade. Assim, para ele, manter o idioma árabe é preservar as raízes que o afastam de uma profunda brasilidade (HAJJAR, 1985, p. 64).

Havia, porém, imigrantes que freqüentaram escolas brasileiras, como maneira de aprender o português, caso de Afif, que tendo chegado ao Brasil com nove anos sua família tratou de inseri-lo numa escola brasileira

A gente por ser novo, não tem o sotaque, a gente não tem muita cultura, falo assim para pessoa conversar comigo, falo e entendo bem também [o árabe], quando cheguei aqui não entendia nada [português], aí a gente começou a freqüentar a escola né, meu primo também me ajudava, ensinava as palavras que devia e que não devia, sentava na mesa comigo, me explicava o que era isso o que era aquilo (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

São pessoas com disponibilidade para negociar suas identidades, incorporaram elementos diferentes, e ao mesmo tempo mantiveram os seus, ou seja, é uma dinamicidade do processo histórico, mantendo traços anteriores e buscando novos. No dizer de Hall pessoas “pertencentes a estas *culturas híbridas* estão irrevogavelmente *traduzidas* devem aprender, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (HALL, 1997, p. 89).

Há, evidentemente, muitas diferenças entre os idiomas árabe e português, palavras de gênero feminino em português que correspondem ao masculino árabe: a palavra *sol* no árabe é feminina e designa a beleza de mulheres, no português é masculina, já a palavra *lua* em árabe é de gênero masculino.

Também há fonemas de algumas letras que não existem no árabe como o *p* e o *v*, logo há a pronúncia de palavras da letra *p* por *b* e *v* pelo *f*, “como *borta* por *porta*, *barte* por *parte*, *balavra* por *palavra*” e “*fitória* em vez de *vitória*, *farejo* por *varejo*, *faca* em vez de *vaga*. O *g* é pronunciado como *c* em muitas palavras” (SAFADY, 1966, p. 200). Isto é confirmado por Aniz sobre o pai Hayel que “seu árabe tinha problemas de ‘*p*, *problema* *saia* *broblema* [...] como era maçom, alguns companheiros de loja [nome dado a um grupo de maçons]

colocavam ele para receber os companheiros na porta, quando todos entravam batia o cajado no chão e dizia: a loja está *combosta* ao invés de composta” (Entrevista Anis Faker).

Na década de 1920, o sírio de Damasco Jacob Aristóffi organizou em Dourados uma espécie de *jogo-do-bicho* em sua casa comercial chamada *Casa Branca*, na saída oeste da cidade. Funcionava da seguinte maneira: de manhã escrevia o nome do animal numa sacola, que era elevada em um mastro na frente da *Casa Branca*, a tarde o nome era revelado. Certo dia alguém apressadamente avistou Jacob escrever a inicial do nome do animal com *b*, espalhando a notícia aos apostadores, que acreditaram ser essa letra inicial de *borboleta* ou *burro*, mas

qual não foi a surpresa geral quando [...] *Seu Jacob*, tendo um papelzinho à mão e com um sotaque bem característico, anunciou em alta voz:

– *Bronto!... deu BIRU no gabeça!...*

Desnecessário falar sobre o desapontamento da assistência. (CAPILÉ JÚNIOR et. al., 1995, p. 354; grifos no original).

Capilé, Capilé Jrº. e Souza ao comentarem a história de Jacob deixam claro traços de estigma, uma marca reducionista, como se todo imigrante árabe falasse enrolado. Para a imigrante Kátia quando veio pela primeira no Brasil e Dourados em 1963 “foi engraçado porque só sabia falar *panela* e *janela* era só trocar a letra né?” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek). Ela teve sim dificuldades

quando a gente veio pra cá [...] ficamos dois meses, depois a gente entrou no Imaculada, o interessante é o choque de cultura, porque lá no Líbano quando o professor entra a gente levanta, então quando a professora entrava aqui a única que ficava em pé era eu, até cair a ficha (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Esta escola, Imaculada Conceição, é particular e de linha católica em Dourados, mas não foi entrave para sua família drusa matriculá-la. Enquanto estava aprendendo o português os colegas insistiam em *classificá-la*:

Eles [colegas de classe] tiravam sarro quando eu falava [...] que carteira era geladeira, então eu falava: *ah coloca ali na geladeira!* [material sobre a carteira escolar]. E também as gírias eram muito diferentes pra nós assim, a minha irmã falavam pra ela assim *nossa que barato!* Ai ela achava que era o fêmia da barata (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Hoje⁴², Kátia fala muito bem o português e não deixou de praticar o árabe. Muitos imigrantes negociam os dois idiomas e os usam de acordo com a necessidade do momento: ao comprar um objeto numa loja local, usa-se o português, mas numa conversa eletrônica via internet (msn) com um parente ou amigo no Líbano a comunicação é em árabe.

A articulação dos imigrantes na tentativa de falar o português acaba criando um conjunto de termos dos quais os mesmos entendiam-se apenas entre si como no caso de

⁴² Ano da entrevista: 2006.

verbos que foram *arabizados*: viajar para a cidade de “Santos, arabizou-se em ‘*assant*’; *viajar* ficou ‘*váiej*’; *faturar* = ‘*fáuter*’, *receber* = ‘*rásseb*’; *telefonar* = ‘*talfen*’; *selar* = ‘*sael*’”.

Alguns brasileiros muito próximos das famílias de imigrantes, por outro lado aprenderam, ou passaram a entender o árabe: muitas “domésticas brasileiras, pelo contínuo e consecutivo trabalho com as famílias árabes, chegam a entender e, às vezes, a falar” (SAFADY, 1966, p. 201-202).

No caso de Dourados, não houve por parte da maioria dos imigrantes, muito empenho em repassar aos filhos o idioma árabe. Comenta Aniz “do português ele [o pai Hayel] falava com aquele sotaque, meio enrolado, um tanto puxado”, mas “não falava árabe em casa”. Deixava para um espaço onde havia o encontro com outros imigrantes, como que num retorno as origens “com os patrícios” (Entrevista Anis Faker). Tal qual Afif que comenta: “a minha esposa entende”, mas “não fala”, sua “filha e o filho também não” (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

Todavia, há alguns poucos casos particulares de descendentes que compreendem o árabe, seja para falar e ouvir ou ler escrever. Estes filhos dos imigrantes já nasceram no Brasil e viveram relações mais próximas com os brasileiros e estabeleceram suas estruturas de identidades em sua maior parte baseados no idioma português.

Os imigrantes por seu lado não deixaram de falar o árabe, mas o expressavam mais entre os *patrícios* que “em todos os lugares onde se encontram” é “a língua básica nas lojas, fábricas, restaurantes, clubes e em todas as aglomerações”; aqui, tal qual no caso paulista o idioma original foi muito mais usado em encontros, reuniões de grupos, na mesquita ou outros locais (SAFADY, 1966, p. 202).

Ainda, no início do século XX, quando os imigrantes árabes em geral entravam no Brasil, eram geralmente chamados com o termo *turco* por estarem portando documentos do Império Turco-Otomano, pois os Estados da Síria e Líbano não estavam ainda constituídos.

Lesser comenta que quando a sociedade brasileira de um modo geral começou a perceber as entradas de árabes no país as representações que faziam desse povo, eram várias: “quando alguém chega do Oriente Médio, ele é *turco*”, certo tempo depois após “conseguir seu primeiro emprego fixo, ele se torna *sírio*. Ao se tornar proprietário de uma loja ou de uma fábrica, ele é transformado em *libanês*” (LESSER, 2001, p. 87).

Os imigrantes mais nacionalistas exigiam o tratamento respectivo do nome de sua identidade nacional. De maneira geral, muitos não gostam de serem chamados *turcos*, todavia alguns imigrantes sírios e libaneses em Dourados, principalmente os menos letrados, parecem não se importar com o apelido: “Tem muita gente que acha que os *turcos* veio pra enriquecer

aqui no Brasil” comenta Zaki a respeito de como os brasileiros em geral vêem os sírios e libaneses (Entrevista de Zaki Ahmad Gebara).

Pode-se observar, então que, para muitos imigrantes inserir-se e ter sucesso econômico na sociedade foi mais importante do que a forma a qual eram classificados, até porque a imagem que muitos brasileiros têm de *turco* corresponde a *dinheiro*.

Os imigrantes com um nível maior de estudo, mesmo de outras nacionalidades como o palestino Mohammed, que em outras condições – ainda jovem estudou na Síria, estudou Economia em Praga, viajou para a Argélia, Tunísia, e posteriormente estudou Ciências Políticas em Cuba – emigrou para o Brasil em 1995, comentou com muita efusão sobre o termo *turco*:

Quando os árabes chegaram no Brasil [...] não eram *turcos*, mas assim foram chamados, depois sírio-libaneses, mas há sauditas, palestinos, jordanianos, etc. O *turco* vem do fato de que quando o imigrante ia viajar saía do Império Turco, que teve o poder político local por mais ou menos 400 anos, o passaporte era expedido como sendo *turco*! (Entrevista Mohammed Abdel Jabar Ismael Abdallah Mohamad).

Da perspectiva lingüística a tradução se faz presente. O comerciante Afif comenta “em 1968, montamos o comércio uma loja de esportes chamava *Loja de Esportes 1040*”; este nome foi baseado no fato de que “1040 era a rádio Tupi o prefixo da rádio de São Paulo, o povo aqui escutava o programa de esportes, a gente visitava a emissora, falava que tinha a loja aqui” (Entrevista Afif Hani Abu Harb).

Afif incorporou um nome totalmente brasileiro, retirado de um programa, o que lhe facilitava a referência de sua loja, logo era estrategicamente mais conhecido. Depois de certo tempo abriu um bazar no qual sua “esposa [brasileira] colocou o nome de Nossa Senhora Aparecida, por que minha esposa é devota”, mesmo Afif sendo druzzo, embora não seja muito praticante de sua religião (Entrevista Afif Hani Abu Harb).

Muitos nomes árabes também foram modificados; na tentativa de maior aceitação traduziram seus nomes para algum similar no português. Certo “dentista [...] que se chamava Abdulmajid Dáu, trocou seu nome para Hermenegildo Dáu da Luz”. A lógica desta troca é que “*Hermenegildo* por ser parecido com *Abdulmajid*, e Dáu (que significa *luz*) recebeu nova versão”. Há ainda outros exemplos: *Nacif* por *Inácio*, *Khalil* por *Calisto*, *Ghozi* por *Ozi*, *Taufic* por *Teófilo*, *Melhem* por *Manoel*, *Fauzi* por *Fausto*. (SAFADY, 1966, p. 201).

Nabut fez um estudo memorialista a respeito da presença libanesesa na cidade de Dores de Santa Juliana em Minas Gerais, na passagem do século XIX para o XX. A apresentação de seu livro *Fragmentos Árabes* é feito por Lineu José Miziara, descendente de

libaneses, que propõe um esforço fictício de grande contribuição que representa a negociação do idioma árabe para o português:

Imagino algo parecido com o diálogo abaixo quando meu avô chegou com a família no Brasil, em 1914, desembarcando em Santos:

- *Xu ísmac?* (Como é o seu nome)

- *Salim Dalel Shaghuri*

- *Uén sakin?* (Onde é a sua casa, ou de onde vem)

- *Miziôra. Bas halla ana ma sakin...* (Miziara. Mas agora eu não tenho casa) (NABUT, 2001, p. 3; grifos meus).

Continua Lineu José Miziara afirmando que seu avô *aportuguesou* o nome de *Salim* para *Felipe*, *Dalel* ficou *Elias* e *Shaghuri*, “sem a tradução e sem correspondente fonético para *ghu*” desapareceu ficando no lugar Miziara, que refere-se a região libanesa de origem; portanto o nome em árabe que era *Salim Dalel Shaghuri* ficou *Felipe Elias Miziara*.

As transposições continuam. Hayel Bon Faker era sírio, seu primeiro nome Hayel, mas era comum a população chama-lo de *seu Elias*. Quando de sua morte, 1979, a Câmara Municipal votou um projeto de lei para mudar o nome da antiga *Rua Bahia* para o nome do falecido imigrante: “o projeto era de Wilson Vieira de Mattos, Wlademiro Müller do Amaral opôs-se ao primeiro nome dizendo que deveria prevalecer o apelido *Elias*, pois assim era conhecido, mas no final votou a favor” e a Rua recebeu o nome de *Rua Hayel Bon Faker*⁴³ (Entrevista Anis Faker).

Ismail Chamaa comenta sobre um imigrante sírio, José Martins, aqui chegado em 1910 (SOUZA, 2003). Conhecido como *Martin Turco*: “ele veio com 15 anos de idade, chegou aqui no São Paulo, na terra naquele tempo fazia estrada de ferro [...] tinha muito português naquele foro trabalhar, não tem estudo nada”, de acordo com o entrevistado o nome de Martin Turco era “Khaled Al Hassan, Hassan é o nome da família, ele chama Khaled, ele não sabia escreve esse nome e ele não sabe nada português”, até que um português falou “oh! Caramba bota José Martins, pronto, diz que botaro José Martins” a fim de registrar alguma possível documentação ao imigrante (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Barth afirma que na fronteira das relações é possível percebermos a heterogeneidade de identidades existente nas sociedades, principalmente as mais urbanas. A partir desta heterogeneidade, as várias identidades, o indivíduo age de acordo com a situação e os recursos de que dispõe.

O ser humano como objeto – ou sujeito, pesquisador – interfere na análise e muitas vezes não pode ser definido pelos modelos teóricos, assim, sempre se deve contar com a

⁴³ Esta Rua faz a ligação entre as partes norte sul do perímetro urbano de Dourados e o fluxo de veículos e pessoas é intenso.

incerteza, a imprevisibilidade e variabilidade de comportamentos e representações (Barth apud ROSENAL, 1998, p. 56, 157).

O ponto micro, capilar, da negociação de elementos de diferentes grupos é a linha demarcatória, a fronteira dinamicamente perceptível pelo aumento ou diminuição da “função da escala de inclusividade” e “pertinência”, ou seja, quanto mais os sírio-libaneses incorporaram identidades brasileiras mais eles ficaram pertencentes à sociedade brasileira, que em si mesma é marcada por diferenças, (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 100).

Os sírios e libaneses falando árabe apenas aumentariam suas dificuldades de sobrevivência, mas *incluindo* o português facilitaram sua ação econômica; isto não quer dizer que abririam mão da língua do *passado*, mas criariam uma estrutura nova, com muitas palavras que não correspondiam nem ao português, nem ao árabe, mas ao *arabês* compreensível, mas traduzido.

Este *arabês* é uma linguagem em que é preciso certo esforço pausado para ser compreendido. No caso do historiador deve se ouvir de novo a gravação da entrevista para se entender o enunciado, ou seja, não é só o conteúdo que está sendo dito que importa, mas como está sendo expresso, o que demonstra as marcas da diáspora.

Os depoimentos são fontes orais onde se destaca a memória. Observo que a pesquisa com entrevistas valoriza a memória em forma de narrativa e nos tempos atuais é um dos “espaços complementares abertos” frente a crise apontada anteriormente (MENESES, 1999, p. 22). A memória, de caráter coletivo, para Nabut é poeticamente expressa: “Recontar a própria história. Tem perfil de um prêmio: não nos banirmos da memória” (NABUT, 2001, p. 9).

A substância individual do passado na mente do entrevistado é lembrança, mas os fatos e dados pretéritos lembrados por várias pessoas é memória, e memória é um fenômeno social. Muitas vezes a memória é enquadrada, pois ao ceder uma fala o entrevistado procura uma coerência de acontecimentos estruturados dentro de uma lógica, no dizer de Pollak “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva” (POLLAK, 1992, p. 204).

Esta memória revela identidades, a permanência da língua árabe, a tradução para o aprendizado do português, a gênese do *árabes*, foram ações cotidianas no mais diversos locais e momentos como eventos, festas, aniversários, que são momentos de interação, de descontração, conflitos, maior aproximação entre pessoas, onde elas se conhecem e há uma série de interesses entre em jogo.

O cotidiano

Num evento quem não é conhecido passa a ser. Receber um convite para um evento de determinado grupo pode indicar um passo para entrar neste grupo. O cotidiano é um tempo conflituoso e conciliador, onde se fortalecem ou rompem fronteiras. Aniversários, nascimentos, viagens e outros eventos são acontecimentos com dois sentidos: alguns eventos quebram a rotina e marcam uma nova etapa da vida, outros apenas reforçam o que já é comum do dia-dia.

O cotidiano é o espaço-tempo no qual realizamos ações em unidades mais microscópicas. Michel de Certeau insiste que o:

cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia, nos pressiona dia após dia, nos oprime [...] Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver nesta ou noutra condição [...] o cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior (CERTAU, 1995, p. 31).

Na década de 1920, a casa do sírio José Martins, o *Matin Turco*, era um local de encontro e festas. As moças iam sempre acompanhadas e para um bom baile “O pessoal passava vela no chão para deslizar melhor” (BOSCO, 1995, p. 207).

Outros fatos, que iniciavam bem e terminavam mal, embora fosse motivo de encontros entre os diferentes grupos locais, eram, os velórios. No início do século havia muitos casos de banditismo e violência, pouca punição e afastamento do estado quanto à segurança. Numa festa à Imaculada Conceição em 8 de dezembro de 1935, ocorria um jogo chamado *Sortija*, o qual consistia em um cavaleiro saltar, com o cavalo, sobre arcos e pegar argolas para ganhar prêmios.

Esta festa estava sendo realizada na antiga Rua Rio Grande do Sul, popular *rua dos velhacos*, atual Avenida Weimar Torres. Um dos vencedores foi o brasileiro Amândio Costa, mas certo cavaleiro paraguaio quis tomar-lhe o prêmio e recebeu tiros. Iniciou, assim, um tiroteio. Ao fim estavam quatro paraguaios mortos “e um brasileiro, o delegado de polícia Albano Cunha” sendo velado na casa do libanês “Elias Milan”, (BOSCO, 1995, p. 168).

No início da década de 1950, com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND a vida social de Dourados se intensifica, pois são pessoas novas, perspectivas diferentes, um grupo da sociedade, elite, organiza a construção de um local de eventos chamado Clube Social. Localizado no centro na antiga Rua Paraná, atual Avenida Joaquim Teixeira Alves (MOREIRA, 1990, p. 138). Nele eram realizadas festas como carnavais, desfiles, concursos, bailes, formaturas e apresentações de bandas.

Dentre os membros havia a família Milan, do imigrante Elias Milan: tratava-se da “família [...] mais badalada das décadas de 40 e 50 em Dourados teve participação em quase todas as passagens importantes ao desenvolvimento da cidade”; ligados ao Clube Social, a esposa de Elias, Generosa Ferreira Milan era “dona de cadeira cativa especial no Clube Social, onde ajeitava seus muitos quilos em todas as festas. Vidrada em carnaval, D. Generosa confeccionava fantasias” (BOSCO, 1995, p. 211-213).

O libanês, Izaat Bussuan, que chegou a Dourados na década de 1950, aos poucos passou a ter prestígio social. No seu aniversário de cinquenta anos estavam em festa, sua família e douradenses. Entre as pessoas que após parabenizá-lo pelos “cinquenta anos de vida”, Vivaldi de Oliveira “modificou: *Cinquenta anos devidos*, e o Izaat, com a fleuma que lhe era peculiar, finalizou” em tom amistoso “*Cinquenta anos de dívida...!*” (CAPILÉ et. al., 1995, p. 76; grifos no original).

A imprensa local mencionava acontecimentos envolvendo libaneses: “Aniversários. Fazem anos este mês [abril] [...] Dia 19 - A Sra. Cremilda F. Rasslan esposa do Sr. Anis Rasslan, do alto comércio desta praça. Hoje [21/4/1951] -Sr. Akel Milan, comerciante na praça de Campo Grande” (*O Progresso*, 21 abr. 1951, p. 5); vide também: “[Aniversário] Dia 5 - o menino José, filho do sr. Elias Milan e Exma esposa D. Generosa Ferreira Milan” (*O Progresso*, 1 jul. 1951, p. 3). Observa-se a alteridade, a hibridação via casamento entre imigrantes e brasileiras, prática de fronteira.

Viagens, também, eram objeto de destaque: “Viajantes. De Campo Grande, regressaram quarta-feira última a esta cidade pelo avião da Nacional, os srs. Emídio Rosa, Odilon Lima, Teodora Capilé, Dr. Horácio de Almeida, Aziz Rasselen e srta. Nesme Milan” (*O Progresso*, 8 jun. 1951, p. 1).

Havia momentos de reviver a vida sírio-libanesa. Afif comenta que fazia “jantares árabes, uma vez, duas vezes, onde eu convidava os imigrantes: ‘to trazendo umas odaliscas, jantar, ambiente árabe’ eles correspondiam, vinham, é pago, lá tem a mulher [que vai] dançar” (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

Aniz comenta que Hayel também “fazia confraternizações, aniversários, natal em casa com apetrechos vindos da Síria e doces árabes” e eram convidados “amigos douradenses: Totó, Salustiano Carneiro Alves, Jacinto Cáceres” (Entrevista Anis Faker), o que mostra a interação com os douradenses, também diferentes entre si, logo da parte brasileira há a incorporação, mesmo que momentânea de outras identidades.

Isto também ocorria na casa de Zaki Gebara:

tinha festa quase sempre, nos fundos não tinha construção, era uma pista só, dancei muito aqui, dançava danças árabes, tinha amigos brasileiros que vinham pra cá, fazia eles dançar também, os homens dançam um tipo e as mulheres outro, quando dança junto chama derbaqui (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

No simbólico desfile de sete de setembro, os imigrantes sírio-libaneses por vezes se faziam presentes: “eu desfilei [Zaki] nessa rua muitas vezes [...] fazia tenda árabe e enchia de roupas, frutas, fazia uma sala árabe em cima do caminhão, nós tinha vestuário árabe” (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

O interesse da participação dos sírios e libaneses no desfile, servia aos imigrantes para não apenas mostrarem sua existência a população, mas era uma maneira de dizer à sociedade que eram diferentes, mas faziam parte dela, pois estavam incorporando os traços brasileiros e fortificando os laços com o Oriente Médio.

Sua esposa, Mufida, filha de imigrante árabe e mãe paraguaia comenta: “meu marido nos carros alegóricos [...] vinte de dezembro, [...] desfile cheio de árabe [...] ele fazia palestra, discurso em português, falava em árabe e *traduzia* em português” (Entrevista Mufida Sater Gebara).

Festas de final de ano, como o Natal, eram celebradas pela população como atesta o *Jornal de Dourados*, listando várias pessoas que doavam fundos para crianças carentes, dentre as quais sírio-libaneses: “Natal da criança pobre. Lista dos Contribuintes [...] Ibrahin Halil [...] Elias Milan [...] Casa Gebara [de Zaki Ahmad Gebara] [...] Manoel Rasslen [...] Bar Assahi [...] Elias Facker [Hayel Bon Facker]” (*Jornal de Dourados*, 23 fev. 1958, p. 3).

Era um momento de interligação entre as pessoas, não apenas pelo significado cristão, mas por esta interligação ser entre os diferentes grupos da cidade, misturando, à uma mesma ação, agentes brasileiros e sírio-libaneses.

Pensando na educação, muitos sírio-libaneses colocavam seus filhos para estudarem em escolas locais. Numa relação de alunos das “Escolas Reunidas de Dourados” de maio de 1939 havia a professora “Innocencia de M. Osório” que tinha entre suas alunas “Anice Rasselen, Azette Rasselen, Karine Salomão, Odette Milan, Odália Milan” e o aluno “Ramão Milan” (Mapa mensal das escolas Reunidas de Dourados, mai. 1939).

Na década de 1940 “no dia 23 de junho [...] na Escola Erasmo Braga mantido pelos evangelistas de Dourados, assistimos a uma festa artística, intitulada Festa do Livro [...] [com] o seguinte programa: [...] Poesia - Mona Rasslen [...] Poesia musicada - Mahiba Rasslan” (*O Douradense*, 2 out. 1948, p.1). Também a imigrante Kátia e sua irmã, da família Abdel Malek na escola Imaculada Conceição.

O ensino superior, como a exemplo de outros sírio-libaneses do país, foi comum para a ascensão econômica, para tal muitos foram estudar em Campo Grande, São Paulo ou onde houvesse o curso pretendido:

Estudantes em férias [...] estudantes em gozo de férias do mês de julho e que aqui vieram passa-las ao lado de suas famílias [...] de Paraguassú: Assad Milan, filho do sr. Elias Milan; [...] de Campo Grande: Mona Rasselen, filha do sr. Aziz Rasselen [...]” (*O Progresso*, 8 jul. 1951, p. 1).

Em muitos locais do Brasil diplomados, geralmente em medicina ou direito, reconhecidos socialmente como *doutores* tentaram carreira política, vide os imigrantes árabes em Campo Grande (OLIVEIRA, 2001).

Perpetuar os filhos com sucesso econômico foi intensão de muitos imigrantes em Dourados. Hayel Bon Faker tinha uma “rígida a criação com os filhos, tinha obsessão por formar todos, tanto que o tio Aniz foi quem ajudou a formar Fandy médico em Curitiba, foi difícil” (Entrevista Anis Faker). Para Zaki os imigrantes sírio-libaneses se esforçaram na educação de seus filhos “deixamos os filhos poderosos” (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

Para o imigrante a questão da sobrevivência é um alerta que o segue por quase todo seu dia, ele pensava na família, em si mesmo, nos parentes! Logo era fundamental para que seu plano comercial desse certo segui-lo a risca, economizar e montar loja. Mas isso não foi tudo a maioria deu continuidade ao sucesso de sua imigração com os próprios filhos encaminhando-os maioria para o estudo que lhes garantisse diplomas de nível superior, geralmente em profissões liberais: direito, medicina ou engenharia. Em geral eram desprestigiados os filhos que não pleiteassem os mencionados cursos e seguissem carreira em outras áreas como as humanas ou biológicas.

Não trato dos posteriores encaminhamentos políticos dos sírio-libaneses em Dourados, mas posso afirmar que não houve muitas candidaturas que compoñham um número significativo de descendentes na política, mas na educação dos filhos o ensino superior foi importante.

Comparando com São Paulo, nos informa Truzzi, que entre os anos 1880 e 1950, os sírio-libaneses levantaram mão deste recurso para ascensão social via profissões liberais. Os imigrantes europeus também investiram neste empreendimento, todavia “sírios, libaneses e judeus”, grupos demograficamente menos importantes, “investiram com vigor na educação de seus filhos” (TRUZZI, 1997, p. 123).

Nem somente de estudo vivem as pessoas, mas o lazer é algo fundamental. Momento de diversão, de encontro, rivalidade, de jogos. Definitivamente o futebol foi uma tentativa de sucesso de pertencimento à sociedade local, tanto dos imigrantes quanto de seus filhos. Este

jogo revelava que as identidades presentes em Dourados, estavam mais que interagindo, estavam *sendo* a sociedade local.

O futebol

O futebol foi outro espaço de articulação entre os grupos e suas identidades. Este esporte é tido inclusive como uma representação da identidade nacional do Brasil (CHAUI, 2000). O libanês Anis Rasslen, segundo a Foto n.º 9, participava do time *21 de Abril*, fundado em 1923, quer como admirador ou possível jogador.



Foto n.º 9: Time *21 de Abril Futebol Clube*, criado em 1923, foto de 1924, da esquerda para direita cujo número está marcado 1 é, segundo o verso da fotografia, o libanês Aniz Rasslen.

Hayel Bon Faker fundou junto com Rafael Bianchi, conhecido como *Faé*, o *Ubiratan Esporte Clube* em 1947, o *Leão da Fronteira*, os jogadores eram trabalhadores douradenses, paraguaios, bem como os próprios filhos como pode ser notado na Foto n.º 10.



Foto n.º 10: Filhos de Hayel Bon Faker vestidos para jogar no *Ubirantan*, 1976.

Por volta de 1950, surgiu o *Estrela do Sul*, criado pela família Milan, cujo patriarca era o imigrante libanês, Elias Milan, pai de Milton Milan. Milton era casado com Geny Ferreira Milan, duas figuras de destaque sócio-econômico na cidade (BOSCO, 1995, p. 215). Ainda na década de 1950 o *Time do Cruzeiro* foi fundado por Décio Martins Capilé (MOREIRA, 1990, p. 148).

O *Operário* foi fundado em 1953⁴⁴, com o nome *Operário Esporte Clube*, e, dentre os sócios fundadores estão dois libaneses: Aziz Rasslen e Izat Bussuan; ainda haviam como primeiros organizadores pessoas de várias etnias “houve uma verdadeira reunião de nações e continentes na formação da parte histórica do *Operário*. A sabedoria e a *coragem sirio-libanesa*, a cultura da Roma antiga; a ternura paraguaia-gurany” que “aliaram-se a doce acolhida verde-amarela”, ou seja diferentes identidades misturavam-se em nome de um jogo que as integrava, pelo menos enquanto durasse a competição (Dossiê de Evaristo Ferreira da Silva; grifos meus).

O primeiro campo de futebol em Dourados, no início do século XX, foi a atual Praça Antônio João, em frente a Igreja Matriz, centro comercial (MOREIRA, 1990, p. 12). A formação destes times em Dourados, principalmente na década de 1950 estão ligados a certa euforia nacionalista, cujo futebol era o ápice, já que a 28 de junho de 1958 o Brasil ganhava a taça da Copa do Mundo em jogo contra a Suécia. Também foi o primeiro país a ganhar uma Copa fora de seu continente.

Os jogadores eram chamados de “deuses do futebol”, cujo embalo da torcida ficou marcado pela canção “A taça do mundo é nossa! Com brasileiro, não há quem possa! Eta, esquadrão de ouro [...], é bom de couro” (ALMEIDA, 1985, p. 120).

Aos poucos o futebol foi se consolidando com forte apelo nacionalista. Dos anos 1950 aos 1970, eram comuns as disputas esportivas entre algumas famílias e revelavam as identidades dos membros ligados aos clubes.

O time, *Ubiratan*, do libanês Hayel Bon Faker, rivalizava com o *Operário*, comandado por *dom* Ranulfo Saldivar, paraguaio. Num clima de disputa esportiva chegavam “a ponto de se transformarem em grandes adversários quando viam seus times dentro do campo ou ao longo de um torneio, certame promovido pela L.E.D.A⁴⁵ [...]” (BOSCO, 1995, p. 4-5).

O futebol em Dourados reunia as mais diferentes figuras de sírio-libaneses, paraguaios a brasileiros. Relacionados com seus times integravam-se mais ainda à sociedade, estes clubes

⁴⁴ Esta década de 1950 destaca-se pelo crescimento urbano-demográfico de Dourados após a criação da Colônia Agrícola de Dourados – CAND.

⁴⁵ A Liga Esportiva Douradense de Amadores – LEDA ainda existe na atualidade (2007) como local de jogos futebol, localizada na porção oeste de Dourados.

“foram responsáveis por momentos muito especiais, para os dois fundadores [Hayel Bon Faker e Ranulfo Saldivar] e para a população da cidade, nitidamente dividida entre os dois clubes”; para os jogadores, a rivalidade estaria apenas no campo já que “havia uma [pretensa] convivência harmônica entre os adversários, que chegavam a emprestar os uniformes entre si, para jogos amistosos contra os times de fora” (BOSCO, 1995, p. 4-5).

Moreira aponta que existia “uma rivalidade muito grande entre as torcidas da época. Por isso quando havia uma partida de futebol, vinham torcedores não só da cidade, como das vilas da redondeza. Vinham a pé, a cavalo, em caminhão ou jeep” (MOREIRA, 1990, p. 149).

Com harmonia ou conflito, evidencia-se a interação social ao ponto de as duas famílias serem homenageadas em 1977 “como parte das festividades comemorativas do 42º aniversário de Dourados” (Duas famílias rivais no futebol serão homenageadas hoje em Dourados, s/c.; s/e; s/d.).

O futebol foi um elemento de interação e rompimento de fronteira, como afirma Afif: “a gente jogava futebol, amador, não é profissional, a gente tem muita amizade, o futebol cê faz amizade rapidão, lá no Líbano não jogava futebol, aprendi aqui no Brasil, na escola, a gente fez mais amizade” (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

Não apenas no jogo estão nuances de negociações e reafirmações, mas numa parte que muito toca a sensibilidade de qualquer ser humano: a culinária. Será no ambiente brasileiro a preparação de pratos locais a serem servidos aos imigrantes em pensões, hotéis ou residências. Posteriormente se fez presente a arte da preparação de cardápios árabes por vários locais do Brasil, inclusive Dourados.

Arroz, feijão e *tabule*

Um outro componente importante dos imigrantes é a cozinha. A alimentação não é apenas aquilo que vai dar energia para o corpo realizar atividades, mas é uma relação de criatividade do ser humano e a natureza a sua volta. Alimentar-se bem é mais que uma necessidade, é um prazer e uma arte.

A culinária é composta de vários ingredientes cheios de sabor. Ela mesma é em suma uma identidade, uma das várias faces destes imigrantes. Esta culinária entra em contato com pratos brasileiros, mas os imigrantes não deixaram de lado o pão libanês, o quibe, embora já usassem tomate e pepino.

Na história do Brasil, o cardápio não era tão bem sortido como nos tempos atuais, a herança da economia colonial baseada na monocultura que sugava os braços negros para os

engenhos punha em xeque a boa nutrição dos colonos e negros que além de comer basicamente peixe seco e farinha de mandioca, comiam demais. Evidentemente as famílias dos senhores eram melhor alimentadas, bem como as ordens religiosas, caso jesuítico, a questão é que

É ilusão supor-se a sociedade colonial, na sua maioria, uma sociedade de gente bem alimentada [...] pela ausência quase completa do trigo entre os nossos recursos ou possibilidades naturais de nutrição [...] pela instabilidade na cultura da mandioca [...] Ao que deve acrescentar-se a falta de carne fresca, de leite e de ovos, e até de legumes [...] De modo que, admitida a influência da dieta [...] temos que reconhecer ter sido o regime alimentar do brasileiro, dentro da organização agrária e escravocrata que em grande parte presidiu a nossa formação, dos mais deficientes e instáveis (FREYRE, 2004, p. 95-96).

No início do século XX, em Dourados, um imigrante português, denominado Albano José de Almeida, iniciou uma produção de alho e cebola para serem utilizadas como tempero, pois observou que as pessoas não usavam estes ingredientes. Iniciou uma plantação a fim de vender estes produtos, porém o fato de os “moradores não [estarem] habituados a consumir esse tipo de condimento” desestimulou a plantação e José de Almeida paratiu para outro ramo de vida (BOSCO, 1995, p. 44).

Comparando o caso dos sírio-libaneses em Santa Juliana, Minas Gerais, Nabut comenta que o “hábito da verdura chega a espantar os brasileiros, não acostumados a ela”; isso não significa que nunca houvesse vegetais na alimentação brasileira, todavia era algo reservado a uma pequena produção que não dava conta da demanda (NABUT, 2001, p. 193).

Os sírio-libaneses trouxeram seus pratos, adaptaram-no, melhor dizendo traduziram-nos: “O verdadeiro *malfufe*⁴⁶ – com folha de uva, *quarak anab* – é adaptado para outras verduras: acelga, couve ou repolho” (NABUT, 2001, p. 193). Em Dourados o tabule, por exemplo, que é uma mistura de trigo moído com vegetais, ganhou pedaços de mandioca bem pequenos, magerona, proteína texturizada de soja – carne vegetal – e outras variedades de ingredientes.

Recuando um pouco no tempo, no século IX, quando a marinha do Império Árabe ligava-se aos portos mediterrâneos e setentrionais da Europa, e haviam conquistado a Sicília, contribuíram com o Ocidente em várias áreas bem como na alimentação, introduziram “as laranjas e limões, o algodão e o açúcar, e uma série inteira de outras plantas, juntamente com métodos para cultivá-las” (LEWIS, 1996, p 246)

Os pratos principais passam por elaborados de carne (quibe, assado, frito, cru), trigo (pães: pão libanês, pão *soje*; tabule) grãos (lentilha, grão-de-bico) e ainda há arroz e feijão; de sabores doces há gomas ácidas de uva e damasco, massas adoçadas com mel. Ainda o

⁴⁶ Este prato no Líbano é feito de folha tenra de uva, que enrola o recheio dando a forma de um charuto.

“‘caipira’ arroz-doce, tem tradição oriental e é chamado de *roz bi halib* pelos libaneses” (NABUT, 2001, p. 194).

A cozinha árabe, segundo alguns autores, é um “universo feminino”, principalmente nos países do Oriente Médio. Este dito espaço feminino é comentado por Salah Jamal, palestino que estudou na Espanha nos anos 1970 junto a outros colegas árabes.

Posteriormente, escreveu uma coleção de receitas e comenta “a cada viagem que eu fazia a um país árabe voltava carregado de receitas típicas, relatadas oralmente e apenas por mulheres, que são ‘autêntico’ arquivo da cultura culinária árabe” (JAMAL, 2005, p. 21).

Quando estava realizando esta pesquisa, em finais de 2006, encontrei relatos de três restaurantes árabes, dois dos quais não existem mais. Um pertenceu ao palestino Mohammad nos anos 1990: “tive um restaurante de comida árabe que ficava ao lado do Prédio Adalina Rigoti, na Weimar Torres” (Entrevista Mohammed Abdel Jabar Ismael Abdallah). Outro na Marcelino Pires que se chamava *Daadduchi: cozinha árabe*, também fechado, que pertenceu ao filho de um imigrante libanês.

O terceiro, *Casa Monte Líbano*, já mencionado, pertence ao sírio Afif Hani Abu Harbi, que ensinou a esposa e filha os pratos do Oriente (Entrevista Afif Hani Abu Harbi). Observa-se que estes restaurantes são pertencentes a homens, de caráter comercial, mas tem a característica cultural árabe cujos clientes são sírio-libaneses e brasileiros.

Em São Paulo, local de abastecimento de mercadorias da maioria dos mascates e varejistas de Dourados, havia restaurantes onde os imigrantes iam se deliciar (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma); tal qual num pingo de saudade da terra natal como “o príncipe saudita [...] [que] protestava contra o café-da-manhã, o almoço e o jantar” dos europeus e reclamava a seu guia “Pagaria agora mesmo mil dólares por um prato de *homus*⁴⁷ e cebola grande” (JAMAL, 2005, p. 20).

Nestas terras sertanejas habitadas, os sírio-libaneses deixaram seus sabores principalmente quando estabelecidos e com suas famílias: “na casa fazia as comidas árabes, pra não perde o costume né, ninguém perde o costume” (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

O que os fez experimentar novos sabores, novos temperos e aguçar o paladar foi à lógica de cada situação, principalmente na vida nômade de mascate “a gente foi se adaptando, pois o que tinha era o arroz, feijão, carne” ao ponto de hoje Ismail Mohammad Chamaa, imigrante libanês, comentar que não deixa mais o “arroz, feijão e mandioca” do Brasil.

⁴⁷ Pasta que se obtém principalmente com grão-de-bico e gergelim.

Vejo nestes fatos elementos claros de um hibridismo. Bhabha comenta que por mais que se tente argüir um modelo estável para grupos que passam pelo processo de alteridade, estas “fixações” tornam-se “deslizantes”, o que se percebe na realidade é a criação de um “eu” mais os “seus duplos” (BHABHA, 1998, p. 162).

O híbrido, como dito, é um conjunto de faces de sua existência e história do passado, mais novas faces que aprendeu a incorporar, somado gera uma síntese. É uma dialética. Não é uma “uma tal perspectiva de profundidade ou verdade para oferecer”, posto que os sírio-libaneses em Dourados negociam as identidades que já possuíam com as novas.

Analisá-los desta perspectiva, não significa criar “um terceiro termo que resolve a tensão entre duas culturas” num “jogo dialético” mas torna possível olhar com olhos fixos uma imagem não fixa, móvel, importando o seu movimento enquanto sujeito ao invés de tentar um enquadramento (BHABHA, 1998, p. 165).

Tanto é fato que muitos sírio-libaneses incorporaram modos de ser do outro, ligando-se às esferas do poder, ou tendo livre acesso a elas. Segundo Kátia, hoje no Líbano, muitos que retornaram a viagem levaram práticas de alimentação à brasileira: “eles fazem churrasco de carne no Líbano, mas não é com pedaços grandes é espetinho, e um brasileiro foi pra lá, abriu uma churrascaria”, também é possível “achar mandioca, polvilho, feijão preto” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Além das misturas na culinária, os árabes também participaram da formação de instituições de cunho importante para a organização urbana do município de Dourados. Estas entidades estavam ligadas principalmente ao comércio, mas politicamente alguns membros sírio-libaneses destacaram-se como figuras importantes.

Pessoas e instituições

Não pretendo destacar a questão política em disputas partidárias e candidaturas, mas faz-se necessário alguns apontamentos, pois era um meio de estarem cada vez mais inseridos nos círculos na sociedade local, o que garantia aceitação e respeito. Mesmo que não se inserissem na disputa pelo poder propriamente dito, podiam optar por defender esta ou aquela bandeira como escreve Januário Pereira de Araújo

venho agradecer aos srs. Antonio Pinheiro Machado e Aniz Nacif Rasslan [libanês], meus prezados amigos, pela gentileza de remeterem-me linda folhinhas [calendários], das quais uma com fotografia do eminente brasileiro Dr. Adhemar de Barros, e que vieram a confirmar a nossa velha amizade (*O Progresso*, 11 jan. 1953, p. 1).

Adhemar de Barros era o “chefe nacional” do PSP, Partido Social Progressista e em Dourados, havia um “Partido Ademarista” defendendo o seu nome cujo presidente local era João Augusto Capilé Jr. (*O Progresso*, 5 abr. 1953, p. 1; *O Progresso* 8 abr. 1953, p. 1).

Havia aqueles que eram lideranças entre os próprios sírio-libaneses como Hayel Bon Faker, que montou seu comércio, *Casa Damasco*, na Marcelino Pires, na área central em frente a atual Igreja Presbiteriana. Tornou-se uma pessoa influente, uma ponte entre os *patrícios* sírio-libanes, que não tinham tanto prestígio, e outros douradenses e instituições. Esta posição foi conquistada por sua ligação com a elite política⁴⁸.

Segundo seu filho, Anis Faker, era “uma liderança [...] em Dourados, amigo do prefeito *Totó*, presidente da ACD, quando algum patrício tinha muita quebrava o galho falando com *Totó* que perdoava a dívida” (Entrevista de Anis Faker). *Totó* na realidade tinha o nome de João da Câmara. Hayel era tão influente que sabia os caminhos do poder, não para estar no domínio, mas como acessá-lo quando necessário, para si e para os seus patrícios e conhecidos.

Hayel articulava estratégias de como ajudar os políticos a conseguir votos, principalmente se fosse para aqueles ligados “a Filinto Müller e Ponce de Arruda”, pois o mesmo “sempre foi PSD, defendia a política de Vargas” (Entrevista Anis Faker). Hayel e seu *patrício* Aniz Nacif Rasslan foram inclusive convidados para uma visita ao Rio de Janeiro para conhecer Filinto Müller (BOSCO, 1995, p. 4-5).

Em período eleitoral “as pessoas vinham de outros lugares, fazendas, a casa virava um piquete, um comitê eleitoral, as pessoas confiavam nele, ali almoçavam, tomavam”. Hayel realizava estas cerimônias com intuito de conseguir votos aos seus amigos políticos: “colocava num envelope os nomes dos candidatos que defendia e dava para os eleitores; era uma confiança muito grande, não tinha fraude, a pessoa ia [...] e votava” (Entrevista Anis Faker).

Estas amizades políticas estão intrínsecas no momento da estrutura política do período inicial da República (proclamada em 1889). De cunho coronelista, haviam os ditos chefes políticos a nível nacional, exercendo influência sobre alguns líderes estaduais, que por sua vez tinham ligações com coronéis locais, estes na região do Sul de Mato Grosso eram geralmente grandes proprietários de terra. Havia é claro, grupos partidários diferentes (CORRÊA, 1995).

A disputa entre eles nem sempre era pela via democrática do debate, mas pela violência, violência esta que muitas vezes ficava a cargo de bandidos, que na sua maioria

⁴⁸ Essa ligação com a elite era composta por “movimentos políticos com Vlademiro do Amaral, Wilson Dias de Pinho, Weimar Torres, Jonas Francisco Dourados, a família Vieira, entre outros [...] Sua amizade mais próxima [...] foi com o ex-prefeito João *Totó* Câmara, de quem se tornou grande cabo eleitoral” (BOSCO, 1995, p. 4-5; grifo meu).

eram homens pobres sem-terra prestando serviço de segurança dos interesses dos latifundiários ligados ao poder estadual.

Na primeira metade do século XX, as relações coronelistas controlavam a proporção de votos dos candidatos, com influência e trocas de favores. Em Dourados, isso também acontecia e dela faziam uso alguns imigrantes, como os já mencionados Hayel Bon Faker e Aniz Nacif Rasslan, ligados a Filinto Müller, do PSD. Neste período os partidários do Partido Social Democrático – PSD rivalizavam principalmente com os da União Democrática Nacional – UDN. Isto acirrava as disputas, chegando as vezes ao nível do conflito armado (BOSCO, 1995).

As ligações políticas dos sírio-libaneses com os donos do poder geravam respeito e prestígio na sociedade, em geral, e entre os próprios árabes. Note-se que no caso de Hayel Bon Faker não era apenas “um comerciante, mas um líder muito popular, a quem os políticos costumavam cortejar com simpatia, embora nunca tenha disputado uma eleição” (BOSCO, 1995, p. 4-5).

Além da questão política, a amizade com o prefeito *Totó* (João da Câmara, cujo primeiro mandato é de 1967 a 1970 e de 1973 a 1977) era permeada pelas artimanhas e brincadeiras que faziam com amigos e outros comerciantes “tramadas nas longas conversas regadas a bom chimarrão na *Casa Damasco*” (BOSCO, 1995, p. 4-5; grifos no original).

A maioria dos imigrantes estava ligada ao comércio e também tiveram uma participação importante na organização dessa prática. Em 1945, os comerciantes douradenses criam a Associação Comercial de Dourados – ACD⁴⁹, a fim de defender os interesses da categoria na região. Destaca-se na primeira diretoria, o primeiro presidente Wilson Sá Santos, e entre outros nomes o de imigrantes: o segundo tesoureiro Elias Milan, libanês, e no Conselho Consultivo entre os seis membros a figura de outro libanês, Azis Rasselen.

Desde a fundação desta instituição até o final dos anos 1980, os presidentes imigrantes foram três: o libanês Aniz Nacif Rasslan, início dos anos 1950; também libanês Izaat Bussuan, por três vezes consecutivas, de 1955 a 1958; e o sírio Hayel Bon Faker, 1961 a 1962 (Relação dos presidentes da Associação Comercial e Industrial de Dourados, 2002).

Além de organizar os interesses econômicos, a ACD servia para atrair a atenção dos consumidores com ações e festas:

A Associação Comercial [...] que reúne em seu seio já elevado número de pessoas representativas do nosso alto comércio e indústria [...] na noite do dia 23 para 24 do mês

⁴⁹ Também chamada posteriormente de ACID: Associação Comercial e Industrial de Dourados. Na atualidade é Associação Comercial e Empresarial de Dourados – ACED.

[julho] [...], ocorreu ao salão da residência do sr. Paulo Campos Belo, um verdadeiro borborinho [que] ali logo se estabeleceu (*O Progresso*, 24 jul. 1948, p. 1).

Este “borborinho”, reunião, foi com o objetivo de preparar uma festa, para a organização foi eleita uma “*Comissão para os preparos da fogueira, musica e fogos de artifício*: Aniz Rasslan e senhorita Petronilia Xavier [...] além disso, um prêmio especial para o rapaz [...] Orlando Milan”, atentamos que tanto na organização quanto na premiação os sírio-libaneses e seus descendentes estavam presentes, pois Orlando Milan era da família libanesa Milan (*O Progresso*, 24 jul. 1948, p. 1; grifos no original).

A ligação com o sagrado também marcou a presença sírio-libanesa em Dourados. Os imigrantes levantaram uma mesquita no início de 1980, que de certa forma torna-se um símbolo de sua presença e pertinência de identidade, obviamente da parte muçulmana dos sírio-libaneses, já que nem todos eram, ou são ligados ao Islã, pois há a presença de alguns drusos, além de outros que aqui absorveram outras práticas religiosas.

Religião

Da religião é importante comentar que a maioria dos imigrantes sírio-libaneses é composta por muçulmanos sunitas e uma pequena parcela drusa⁵⁰. É importante entendermos, uma breve historicidade acerca de cada uma, sua existência, mas deixo claro que darei ênfase a parcela muçulmana e criação de suas instituições, pelo número maior de fontes.

Já mencionei no primeiro capítulo que o Islã nasceu na Península Arábica, cujo, centro econômico e social era Makka, importante cidade de rotas comerciais, que posteriormente será a cidade sagrada principal do Islã, pois já era também um local religioso.

No início do século VII, criou-se uma nova ordem política, um grupo formado por árabes da própria região da Arábia, sobretudo de Makka, sob a bandeira de uma nova religião monoteísta, centrada na idéia de Deus, em árabe chamado *Alláh*, tendo seu fundador Mohammad como profeta e um livro de guia ético religioso, o Alcorão.

Quando as elites de Makka começaram a sentir-se ameaçadas perseguiram a Mohammad e seus seguidores. Em 622, vai para Yatrib, trezentos quilômetros ao norte;

⁵⁰ É importante notar que Gonçalves, pesquisador do protestantismo na região de Dourados cita uma carta de 1929 na qual o autor da mesma faz referência a participação de “algumas pessoas estranhas” nos cultos da Igreja Presbiteriana, e entre estes *estranhos* havia “alguns syrios, que em creança, tiveram oportunidade de assistirem aos cultos no Collegio mantido em Beiruth, na Asia, por uma Missão Presbiteriana dos Estados Unidos”, continua afirmando que estes árabes estavam trazendo inclusive pessoas novas para a Igreja (Silva apud GONÇALVES, 2006, p. 10). Posto isso, é possível ter havido sírios e libaneses protestantes em Dourados no início do século XX, já que no século anterior, muitas missões religiosas embarcam rumo ao Oriente Médio para tentar catequizar os árabes instalando escolas e igrejas cristãs protestantes.

posteriormente, esta cidade passou a ser chamada de Madina. Essa mudança, *Hijra*, é tida como o início da era muçulmana, da vida não-muçulmana, errante, para o Islã, é também início do calendário muçulmano. Dez anos depois a Arábia já estava convertida, Mohammad volta para Makka.

Após a conversão da Arábia, Mohammad retorna a Makka em 632, porém neste mesmo ano, ocorre sua morte. O Estado Árabe, porém já está formado e unificado, mas o profeta não deixa estabelecida uma sucessão, o que vai gerar uma série de disputas internas entre discípulos e parentes.

A expansão árabe não é apenas militar ou religiosa, mas demográfica e vai disputar e conquistar espaços na Ásia Central com os persas, na região do Irã e os bizantinos em Constantinopla. As conquistas vão ocorrer em meio a uma série de disputas internas para o controle do Estado (LEWIS, 1982, p. 64).

Estas disputas dividiram os muçulmanos em dois grupos: sunitas⁵¹ e xiitas, os primeiros têm base no Alcorão e comportamento do Profeta, os segundos são dissidentes seguidores de ‘Ali parente do Profeta, cujos descendentes reivindicavam a sucessão ao poder no Estado (HOURANI, 2006, p. 63).

No início do século VIII ao primeiro quartel do IX, os muçulmanos conquistaram a Sicília; em 710 iniciaram-se tentativas de conquistar a Península Ibérica, principalmente onde hoje é a Espanha. No século XI, os árabes já haviam chegado ao Líbano quando formou-se um outro ramo, o drusismo, mais ao sul.

No século XV, surge o Império Otomano. Em 1639, quase todo o mundo islâmico ficou sob o seu domínio. O domínio otomano só vai terminar com a Primeira Guerra Mundial, no início do século XX e a formação dos Estados Nacionais da Síria e do Líbano.

A palavra “Islã” significa “entrega” do crente a Deus, aparentemente no início significa entregar-se por completo à divindade, somente a ela e não a outros deuses, como o faziam os politeístas. O fundador Mohammad não foi exatamente um inovador, mas um continuador das religiões reveladas (as duas primeiras foram o Judaísmo e o Cristianismo) e o *selo* final de apóstolos enviados por Deus (LEWIS, 1996, p. 20).

O Islã estabelece cinco preceitos, pilares, dos quais o primeiro é o *shahada*, profissão de fé indicando que “Deus é um só” e Mohammad “é seu Profeta. O resto é detalhe.” (LEWIS, 1996 p. 208). Hammudah Abdalati afirma que a base monoteísta do Islã é Deus: “A fé em Deus e o conhecimento da sua existência são os próprios fundamentos do Islã” (ABDALATI,

⁵¹ Historicamente o primeiro grupo a praticar uma forma de Islã, cuja linhagem predominante entre os sírio-libaneses douradenses.

1978, p. 17). O livro sagrado islâmico define este monoteísmo religioso: “Ele é Allah, Único. Allah é O Solicitado. Não gerou e não foi gerado. E não há ninguém igual a Ele” (Surratu Al-Akhlās, ALCORÃO, versículos: 1- 4, p. 1059).

O segundo pilar é a oração cinco vezes ao dia, que para Assawaf é “o marco que separa o muçulmano daquele que não o é” (ASSAWAF, 1972, p. 16). O terceiro trata-se do

jejum, no mês de Ramadã, não pode comer nada depois do nascer até o por do sol [...] o jejum é para sentir o que o pobre sente, a sua necessidade [...] se alguém te ofender no jejum não se deve repreender a pessoa, mas dizer para Deus que se está em jejum, que não é só abstinência pura de alimentos (Entrevista Marouf Fakhri A. Jalil).

Há ainda o quarto pilar que corresponde a um tipo de partilha de rendas que o muçulmano pode fazer em benefício de pessoas necessitadas chamado “*zakat*, no qual aqui para entender melhor é como um imposto que se deve pagar [...] por exemplo: se ganhei 10.000 devo dar 2% desse rendimento para ser redistribuído” (Entrevista Marouf Fakhri A. Jalil). O último e quinto tratam da peregrinação, *hajj*, à cidade sagrada de Makka; aqueles que puderem ao menos uma vez na vida.

Mohammad orientou seus discípulos à vida em comunidade, *umma*, cujo orientador religioso era o chamado *sheikh*, sem a formação de um clero propriamente dito. O templo usado para orações é chamado mesquita provém de *masjid*, significa lugar em que alguém se prostra, não se destina apenas à oração, mas à reuniões e estudo. O líder da oração chama-se *imã*, que se tornou na prática um cargo profissional, mas quem conhecer o ritual da oração pode dedicar-se a liderança da reza, como ocorre em nos dias atuais (2007) em Dourados não há *sheikh*, na mesquita local.

Dentro da mesquita há dois focos principais: o *minbar* que é um púlpito para oração de sextas-feiras, bem como divulgações interessantes à comunidade, e o *mihrab*, nicho na parede indicando a direção Makka, *qibla*, onde todos devem voltar-se para orar, em Dourados a direção a Makka é o leste. Da parte externa destaca-se o minarete, estrutura de onde o *muadhdhin* convoca os fiéis à oração com um cântico (LEWIS, 1996, p. 200). Como posto anteriormente o minarete da mesquita douradense não foi concluído.

O drusismo, por sua vez, é uma linha do Islã, de cunho mais esotérico, filosófico e místico. Fugindo a ortodoxia. Criado no século XI no Egito por Hakem, à época um governante local fatimida. Dois de seus discípulos, Hamzi e Darazi, difundiram a doutrina ao longo da Síria.

De acordo com Salém “a religião druzista distancia-se profundamente do Islam tradicional [...] O conhecimento do dogma é reservado a um pequeno número de iniciados, o que faz aparecer o druzismo como uma religião secreta” (SALÉM, 1969, p. 59).

Segundo Kátia, a base da religião é o monoteísmo: Deus é o centro. Trata-se de uma religião de nascimento, ou seja, se nasce druso, mas não é possível a conversão: “pra você ser druso não existe a conversão, pai e mãe tem que ser druso e você nascer, é uma religião de nascimento” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Obviamente o monoteísmo é de empréstimo islâmico, mas a idéia de reencarnação⁵² é de ordem indiana, hinduísta e budista. Mesmo “Deus, Ele mesmo, reincarnou-se dez vezes; sua última reencarnação é Hakem que voltará que voltará um dia para recompensar os seus fiéis de acordo com os méritos”, destaca-se também o fato de, diferentemente do Islã, a poligamia é proibida, sendo os drusos monogâmicos (SALÉM, 1969, p. 60).

Entretanto, é mister apontar que os muçulmano de Dourados são monogâmicos, já que para se ter duas ou mais esposas é preciso que o marido tenha condições econômicas suficientes para sustentar a família. Em Dourados, das famílias identificadas como drusas atesta-se a existência dos Rasslan (da linhagem de Salomão Rasslan), os Abdel Malek, o imigrante Afif Hani Abu Harbi e “mais duas famílias, o resto, a maioria são muçulmanos” (Kátia Rasselen Abdel Malek).

A mesquita em Dourados, note-se a Foto nº. 11, cuja construção é do início dos anos 1980, destinou-se a realização de exercícios espirituais e outros eventos como festas, e casamentos, no quais: “todos os convidados tiraram os sapatos [...] naquela mesquita só tem amor lá dentro” afirma Mufida referindo-se ao templo como um local portador do sagrado (Entrevista de Mufida Sater Gebara).



Foto nº. 11: Vista oeste da mesquita, localizada no bairro Parque Alvorada, construída no terreno doado pela Prefeitura de Dourados.

⁵² Conceito segundo o qual a *alma* animaria qualquer corpo, humano ou animal.

Todavia, isso não é base para homogeneizar os imigrantes, mas para dividí-los, pois nem todos eram muçulmanos, pois havia drusos e provavelmente cristãos. Outro ponto importante é que o fato de a pessoa possuir um credo não indica que possua uma prática regular da religião, sobre isso afirma o druso Afif: “da religião a minha é todas porque eu só tenho uma pessoa, é Deus, eu não tenho preferência de religião, *não sou freqüentador*” (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

Indagado sobre a questão religiosa Ismail, primeiro presidente da Sociedade Beneficente Muçulmana da Grande Dourados – SOBEM, comenta

Olha pode ser verdade, não sei, não, eu nunca entrei na *igreja* [mesquita], [...] finado meu pai ia reza, eu nunca entrei dentro mesquita, e nem meus irmão, nunca família orientou [...] eu vou saber que é muçulmano, por exemplo, naquele tempo era criança (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

O druso Afif e o muçulmano Ismail crêem em algo, mas nem sempre exerceram ou exercem essa crença socialmente. Ismail inclusive para referir-se ao Islã usa o termo em português, *igreja*, de um outro credo, o *cristianismo*.

A vinda para o Brasil afastou ainda muitos sírio-libaneses de suas identidades religiosas originais: “a gente tem contato com as moças, os moços, as famílias, não tem nada da religião de lá [...] eu foi convidado várias vezes assim pra missa, nós vamos assistir missa, pra mim é a mesma coisa, é casa de Deus, então nós não tem diferença” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma).

Há diferenças sim! A dialética do hibridismo se revela mais uma vez. Mesmo aprendendo outro credo, cedendo a religião local, negociando, Ismail não deixou os Islã, pois segundo ele os laços familiares foram decisivos para a identidade religiosa: “Seu religión, seu religión, se você ta na família e nasceu naquele, eu também nasci numa família, as pais, mães muçulmanos”, mesmo que não tenha havido muita instrução por parte da família sobre a religião de *nascimento* (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

A prática da religião pelos imigrantes, por vezes, era irregular, mas havia. Certo grupo antes da construção da mesquita (1981) já “resava numa casa aqui, na sexta-feira, fazia as orações”, (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

A construção da mesquita é apenas parte de um projeto maior, o qual não foi totalmente concluído. A mesquita em Dourados é a ponta de uma idéia

era pra ser tudo isso que eu falei, igreja [mesquita], depois de igreja, salón de festa, por exemplo, [...] uma colégio pra nossos filhos, porque [...] manda professor que leciona português, árabe, francês [...], tudo isso, só conseguimos fazer o igreja e a casa de *sheikh* e muro (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma).

De fato, a Prefeitura doou o terreno para a construção destes prédios, como menciona a escritura: “destinadas às construções de Escolas, área de lazer, recreação e igreja de confissão Muçulmana” (Escritura Pública de Doação, folha 096, 22 out. 1981).

Ismail Mohamad El Chamaa relata que a idéia original nasceu de um desentendimento financeiro no qual havia endossado para um *patrício* certa quantia em dinheiro no Banco Bradesco. Este *patrício* alugou casa para família e salão para loja. Ajudou também indo a São Paulo, comprando mercadoria nos locais onde possuía crédito. No fim, o dito *patrício* quebrou e fugiu para Curitiba onde pediu dinheiro emprestado para a família alegando que iria para os Estados Unidos onde tinha um filho com o qual pegaria dinheiro emprestado e viria pagar Ismail.

Um dos parentes do *patrício* fujão teria retrucado: “quem é esse que confiou tanto em você? [...] se o homem fez tudo isso pra você, vai sujar o nome da nossa família? Não! Eu tenho um terreno, sítio, eu vou vende e paga tudo”. De fato o primo veio e negociou a dívida com Ismail e quitou o débito.

Este primo que acabou pagando a dívida era muçulmano, seu nome era “Rabed Al Hajjar”, e o mesmo ao vir acertar as contas com Ismail questionou: “você tem aqui quase uns 40, 50 famílias”, dentre os quais “libaneses, palestinese [palestinos]. Então porque que vocês não requerem faze o mesquita aqui?”. Ismail, porém reportou: “Falamos como? Que não temos dinheiro!”. Aos poucos a idéia foi se consolidando no meio muçulmano. (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma).

Iniciava-se de fato um projeto, como já afirmado, que consistia na construção de salão de reuniões, escola e mesquita. Era necessário agora a concretização. Rabed Al Hajjar conseguiu um financiamento com o

sheikh da Arábia Saudita, teve sorte porque o embaixador da Arábia Saudita aquele tempo teve visita pra Curitiba, veio resposta “porque não?!”, mas que precisa ter terreno, [senão] eles não manda dinheiro aqui [...] as colônias árabe tem que compra terrenos e manda o xerox sobre o escritura, [...] [há no mundo islâmico] um banco próprio pra isso, um capital próprio pra isso, não é só pra Dourados, é pra mundo inteiro, América Latina, pro Canadá, África (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma).

Era preciso além do terreno, organizar formalmente uma instituição representante do grupo islâmico, como reforça Zaki:

A mesquita foi no começo dos anos 1980, foi um senhor de Curitiba morar aqui, ele falou ‘lá em Curitiba temos mesquita, tem muçulmano’ e aqui a Colônia era de mais ou menos umas quarenta, cinqüenta famílias, isso em 1983, aí fizemos a reunião na casa de meu irmão e fundamos a Sociedade Beneficente Muçulmana da Grande Dourados, a SOBEM (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

De fato o grupo criou a entidade:

Aos vinte e dois dias de janeiro de 1981 reuniram-se em primeira assembléia as pessoas abaixo-assinadas onde decidiu-se pela criação imediata da ‘Sociedade Beneficente Muçulmana da Grande Dourados’, uma sociedade sem fins lucrativos [...] [cuja diretoria foi] empossada: [...] Osman Ahmad Gebara - presidente; Ismail Mohamad El Chamma – vice-presidente Afeife Mohamad Hajj - 2º secretário [...] (Ata n.º 1 da SOBEM; grifos no original).

Para Ismail a SOBEM se configurou porque “a maioria de nossa cidade, nós somos parente, e tem aqueles família de palestinese, *uma coisa só* tudo muçulmano”, claro os que assim eram ligado ao Islã (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

O estatuto da entidade destaca que: “Em caso de dissolução da SOBEM, o patrimônio da mesma será revertido à ‘FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES MUÇULMANAS NO BRASIL’ com sede [matriz administrativa] no Brasil”, isso reforça a articulação de sírio-libaneses de Dourados com outros imigrantes no Brasil (Extrato de Estatuto da Sociedade Beneficente Muçulmana da Grande Dourados, 22 jan. 1981; grifos no original).

Despachadas as partes formais, era preciso correr atrás do dito terreno. Uma comissão foi negociar com José Elias Moreira⁵³, à época prefeito, que ao recebê-la comentou “as colônias japonesa, colônia portuguesa veio dar os parabéns porque ele tinha ganhado o eleição, ‘os árabes, eu gosto de vocês, ninguém apareceu!’”. Deste comentário explica Ismail: “falei agora viemos, falamos o ata que fizemos, o jornal oficial que veio sobre o licenciamento né!”

A comissão falou do interesse em realizar o projeto dos prédios referentes aos muçulmanos na cidade e fez o pedido de um terreno a oeste de Dourados. José Elias Moreira colocou: “esse aqui os maçons estão querendo, mas vou dar pra vocês, mas vamos ver o Câmara [Câmara de Vereadores], nós temos cinco vereador que é maçônico”, na época, 1981 os maçons queriam também um terreno na região (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma).

Era preciso conquistar a doação no Legislativo Municipal. Neste caminho uma ação positiva para o grupo foi a transformação jurídica da SOBEM de simples Associação para uma entidade de caráter “de Utilidade Pública Municipal”, cuja lei foi assinada por José Elias Moreira em agosto de 1981 (Lei n.º. 1121 de 19 de Agosto de 1981).

O sucesso veio no mês de outubro de 1981, quando os vereadores maçons reveberam outra área e possibilitaram ao prefeito “doar a SOBEM [...] a área [...]” desejada (Escritura Pública de Doação, folha 096, 22 out. 1981).

⁵³ José Elias Moreira foi prefeito do município de Dourados com um mandato de 1977-1982 (LUCIANO, 2006, p. 90).

O significado simbólico da doação de um bem do poder público para os sírio-libaneses muçulmanos de Dourados mostra a integração dos árabes não apenas como pessoas aceitas na sociedade local, mas indivíduos que tinham prestígio bem como acesso ao poder público.

O estabelecimento do terreno, é a mudança da “sede provisória na Rua João Rosa Góes” (Ata n.º 01 da SOBEM), para a “rua L [...] no loteamento PARQUE ALVORADA [...]” a concretude da propriedade do imóvel da parte do poder público para “a SOBEM, e desde já cedem e transferem-lhe a mesma donatária toma posse, domínio, direito” (Escritura Pública de Doação, folha 096, 22 de outubro de 1981). A mencionada rua “L”, lado norte do terreno é a atual “Osman Ahmad Gebara⁵⁴” (Carimbo da SOBEM).

Do projeto original (construção da mesquita, escola, salão) foi construída a mesquita, com exceção do minarete (que nem por isso deixa a mesma de desejar por sua ornamentação e beleza) o muro circundante do terreno e uma casa, que seria destinada a um *sheikh*. Para a construção já mencionei a ajuda internacional, a qual foi fundamental, bem como contribuições de outros grupos de imigrantes no Brasil junto com os esforços locais.

Das estratégias para arrecadação, houve doações de pessoas locais em dinheiro: “conforme satisfação de pessoa” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma). Também eventos como no lançamento da construção:

fizemos um almoço, cada família fez um tipo de comida aqui: quem fazia quibe tinha de fazer 2000 quibes, charuto, 2000 charuto, eu matei três vacas, tinha fazenda, pr’a fazer churrasco, [...] dentro do Clube do Indaiá e convidados vieram mais de 500 pessoas, fiz jantar aqui pr’a eles, aí fizemos a pedra fundamental e comecei a trabalhar (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

Doações de outros muçulmanos no Brasil também foram válidas, para tal partia em busca de ajuda empreendendo viagens

pra São Paulo [...], falei com o *sheik* pr’a por a pedra fundamental ele falou ‘põe logo agora, vai começar o Ramadã’ ele mandou contribuir [muçulmanos em São Paulo] [...] [distribuiu convites para] Brasília, pr’os embaixadores, [...] São Paulo, em Cuiabá, em Campo Grande ao redor aqui, aí em 29 de maio de 1983 que pos a pedra fundamental (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

O fato de irem arrecadar dinheiro em outras cidades mostra a clara existência de uma rede de contatos nacionais, e internacionais:

[...] arrecadava um bom dinheiro, e começava a trabalhar, veio 40, 50 mil dólares das *Arábias*, [Estado da Arábia Saudita] mandou uma verba [...] Os que davam dinheiro [brasileiros] eram árabes, muçulmanos, não tinha um que negava, nenhum [...] Trabalhei muito, eu e meu filhos [...] da mão de um deles saia sangue [...] (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

Do Estado Saudita veio uma quantia de 10 mil dólares para a construção do muro; esta verba foi muito importante ao projeto. Essa ajuda dos súditas encerrou-se pois “começou

⁵⁴ Osman Ahmad Gebara, falecido, é imigrante libanês irmão de Zaki Ahmad Gebara, este um de meus entrevistados.

guerra entre Irã e Iraque [logo após a Revolução Islâmica que levou Ruhollah Khomeini ao poder, de 1980 a 1988]” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamma).

Outro fator que implica para a não continuidade do projeto foi que certa parcela da comunidade islâmica douradense emigrou, para outras cidades brasileiras, outros países, bem como houve retornos à terra natal e ainda a não continuidade da prática religiosa por parte dos filhos.

A própria arquitetura da mesquita indica essa estagnação, pois a mesma não está totalmente terminada, falta ao templo o minarete para chamar as pessoas às orações, o qual não foi construído apesar de quando inaugurado o prédio principal que abriga os fiéis existirem em Dourados cerca de “60 famílias muçulmanas, as pessoas rezavam com seus tapete fora da mesquita, não cabia todo mundo” (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

Como pode ser notado na Foto nº. 12, seu significado simbólico mostra a desarticulação da comunidade muçulmana de imigrantes para o término do projeto (portanto a heterogeneidade dos sírios e libaneses) e a qualidade da cidade de Dourados como um lugar temporário destes imigrantes, já que muitos apenas passaram por Dourados, ficaram um tempo e depois foram embora, como já comentado.



Foto nº. 12: Vista leste da mesquita na qual pode ser vista a base para o minarete ainda não construído.

Os imigrantes não eram de todo muçulmanos ou drusos, houve o sírio Hayel Bon Faker, que junto a Aniz Nacif Rasslan, libanês, vincularam-se a maçonaria, embora pudessem ter outra religião. Hayel ajudou inclusive a fundar a Loja Antônio João, na Rua Cuiabá, e a partir dela se desmembraram as outras que existem na cidade, explica seu filho Anis Faker, também maçom (Entrevista Anis Faker; Dourados perde mais um pioneiro, s/c.; s/e.; s/d.).

A mobilidade e a permanência de identidades são marcas dos árabes em Dourados na parte religiosa. Isso se verifica ainda mais no casamento, eles: “casava com brasileira, misturava, não tem questão de raça e religião, gostou casa. Meu marido nunca se meteu, os filhos tudo se casaram com brasileira” afirma Mufida, descendente de imigrante, casada com Zaki Ahmad Gebara, imigrante libanês (Entrevista Mufida Sater Gebara).

Os casamentos

Acrescento adiante levantamentos que realizei no Cartório do 2º Ofício em Dourados em livros de registros do ano 1915 até 1980. Nestes registros havia várias informações, sobre os casais e seus respectivos pais, bem como menção a outros imigrantes como dois jordanianos casados com brasileiras, cuja existência também faço questão de citar (Abdel Ghani Qaswan, casamento de 1964 e Abder Rahman Muhd Abdel Hamid Ali, 1975, na Tabela nº. 2. Primeiramente observemos as tabelas⁵⁵ abaixo:

Tabela nº. 2: Casamentos de imigrantes sírio-libaneses com brasileiras⁵⁶

Ano de Casamento - A. Csto. ⁵⁷	Esposo	Nacionalidade	Esposa	Nacionalidade
1. 1918 ⁵⁸	Elias Milan	Síria	Generosa Ferreira Milan	Brasileira
2. 1923	Charife Nalhan Elias	Síria	Guiomar Vilhalva	Brasileira
3. 1925	José Martins	Síria	Elisa Bitencourt	Brasileira

⁵⁵ A realização destas tabelas facilita uma análise mais apurada acerca das uniões civis dos sírio-libaneses e seus descendentes com mulheres da mesma nacionalidade ou brasileiras. Elas têm base principal em dados do Cartório do 2º Ofício de Dourados, bem como em entrevistas e material bibliográfico; portanto acredito ser oportuno indicar a fonte do casamento em nota de rodapé, quando não for do Cartório.

⁵⁶ É importante atentar que os Estados da Síria e Líbano só se consolidaram em 1946 e 1943 respectivamente, portanto não há a referência à nacionalidade libanesa nos registros do Cartório antes da década de 1950, mas apenas à síria. É provável que entre os matrimônios registrados anteriores a esta década alguns pretendentes possam ser libaneses, embora tenham sido registrados como sírios. Sobre as pessoas de nacionalidade brasileira os registros variam, uns mencionam a cidade de origem, outros o Estado, portanto optei por registrar apenas a nacionalidade brasileira.

⁵⁷ Nas tabelas de nº. 3 a 6 utilizo esta sigla A. Csto. para indicar Ano de Casamento.

⁵⁸ SOUZA, 2003, p. 139.

4. 1925	Moysés Salomão	Síria	Honória Clara	Brasileira
5. 1935 ⁵⁹	Hayel Bon Faker	Síria	Carmem Soares Faker	Brasileira
6. 1943	Aniz Nacif Rasslan	Libanesa ⁶⁰	Cremilda Fernandes	Brasileira
7. 1944	Mahmud Khadur	Síria	Leopoldina Luiz Viegas	Brasileira
8. 1957 ⁶¹	<i>Ahmad Mustafa Abdo Sater</i>	<i>Libanesa</i>	<i>Severiana Sampaio Sater</i>	<i>Paraguaia</i>
9. 1961	Mustafa Saleh Abdo Sater	Libanesa	Galdina Boeno Monteiro	Brasileira
10. 1962 ⁶²	Afif Hani Abu Harbi	Libanesa	Irene Anage Lopes Harbi	Brasileira
11. 1964	Abdel Ghani Qaswan	Jordaniana	Norma Mirandola	Brasileira
12. 1971	Farouk Moawawnes Makarem	Libanesa	Solange Maria Lourenço	Brasileira
13. 1972	Ali Mohamed Ali Said Bazzi	Libanesa	Margarida Machado Silva	Brasileira
14. 1975	Abder Rahman Muhd Abdel Hamid Ali	Jordaniana	Leonor Lopes	Brasileira
15. 1978	<i>Anuar Haddad</i>	<i>Libanesa</i>	<i>Adélia Haddad</i>	<i>Brasileira</i>
16. 1987 ⁶³	Ismail Mohamad El Chamma	Libanesa	Eloa Chamma	Brasileira

Tabela nº. 3: Casamentos de brasileiros de ascendência sírio-libanesa com brasileiras

A. Csto.	Esposo	Ascendência	Esposa	Nacionalidade
1. 1952	Milton Ferreira Milan	Libanesa	Adelaide Vicente de Almeida	Brasileira
2. 1953 ⁶⁴	Sócrates Câmara	Brasileira	Anice Rasselen	Libanesa
3. 1956	Ismain Audi	Síria	Neuza Pires Almeida	Brasileira
4. 1957	Adib Abdo Sater	Libanesa	Helena de Castro Silva	Brasileira
5. 1958	Fayçal Rasselen	Libanesa	Tereza Novaes	Brasileira
6. 1962	Samir Chafik Garihe	Síria	Oneida Moraes Santos	Brasileira
7. 1967	Janjar Abdo Sater	Libanesa	Marlene Favaro Zampiere	Brasileira

⁵⁹ Entrevista Aniz Faker.

⁶⁰ Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek.

⁶¹ As datas das tabelas do Ano de Casamento são precisas de acordo com o registro. Nos Livros havia em alguns casos a indicação do pai e mãe dos cônjuges, bem como a residência destes pais. Portanto, quando constava a *residência em Dourados*, aproveitei as informações dos pais dos casais e também as coloquei nas tabelas com as datas, nomes e origens em *itálico*.

⁶² Entrevista Afif Hani Abu Harbi.

⁶³ Entrevista Ismail Mohamad El Chamma.

⁶⁴ *O Progresso*, 31 maio 1953, n. p. 1; neste caso trata-se de um brasileiro com uma brasileira de ascendência sírio-libanesa.

8. 1967	Mirche Mustafa	Libanesa	Maria Adahir Machado	Brasileira
9. 1975	Afeif Mohamad Hajj	Libanesa	Ema Dalva Freitas	Brasileira
10. 1978	Fuad Haddad	Libanesa	Elide Rogotti	Brasileira
11. 1979	Fausi Faker	Síria	Glória Medeiros Segrillo	Brasileira

Tabela nº. 4: Casamentos de imigrantes sírio-libaneses com imigrantes sírio-libanesas

A. Csto.	Esposo	Nacionalidade	Esposa	Nacionalidade
1. 1922 ⁶⁵	Aziz Rasselen	Libanesa	Jamel Rawda Rasselen	Libanesa ⁶⁶
2. 1922 ⁶⁷	Manoel Rasselen	Libanesa	Leila Chucaier Rasselen	Libanesa ⁶⁸
3. 1965	Hassan Ahmad Gebara	Libanesa	Latifi Hajj	Libanesa
4. 1958 ⁶⁹	Salomão Rasselem	Libanesa	Mahiba Rasselen	Libanesa
5. 1959	Fadallah Hassan Zakr	Libanesa	Sihan Bon Rslan	Libanesa
6. 1959	<i>Salin Bon Rslan</i>	<i>Libanesa</i>	<i>Asmaa Ibrahim Mauksed</i>	<i>Libanesa</i>
7. 1962	Ismail Mohamad El Chamma	Libanesa	Fátimé Ismail Chamaa	Libanesa
8. 1967	Mustafa Mohamad El Chamma	Libanesa	Souad	Libanesa
9. 1967	<i>Assen Catib</i>	<i>Libanesa</i>	<i>Fátima Catib</i>	<i>Libanesa</i>
10. 1971	Ali Hassan Ghadieh	Libanesa	Fátima Ahmad Gebara	Libanesa
11. 1975	<i>Mohamad Hassan Hajj</i>	<i>Libanesa</i>	<i>Hafiza Hajj</i>	<i>Libanesa</i>

Tabela nº. 5: Casamentos de imigrantes sírio-libaneses com brasileiras, ambos com ascendência sírio-libanesa

A. Csto.	Esposo	Nacionalidade	Esposa	Ascendência
1. 1950 ⁷⁰	Bachir Chakib Abdel Malek,	Libanesa	Moni Rasselen Abdel Malek	Libanesa
2. 1957	Zaki Ahmad Gebara	Libanesa	Mufida Abdo Sater	Libanesa
3. 1978	<i>Ibrahim Ali Mohdi El Khalil</i>	<i>Libanesa</i>	<i>Naufe Sater El Khalil</i>	<i>Libanesa</i>

⁶⁵ SOUZA, 2003, p. 120.

⁶⁶ Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek.

⁶⁷ SOUZA, 2003, p. 120.

⁶⁸ Entrevista Sultan Rasslan.

⁶⁹ Entrevista Sultan Rasslan.

⁷⁰ Entrevista Bachir Chakib Abdel Malek.

Tabela nº. 6: Casamento de brasileiro com brasileira de ascendência sírio-libanesa

A. Csto.	Esposo	Ascendência	Esposa	Ascendência
1. 1978	Munzer Sater El Khalil	Libanesa	Dunia Zaki Gebara	libanesa

No total houve no período de 1918 a 1978, 42 casais, entre sírio-libaneses, síriolibanesas, brasileiros e brasileiras, constituídos em Dourados. O total de imigrantes homens, somam 29 (Ismail Mohamad El Chamma casou-se duas vezes, a primeira com uma libanesa e a segunda com uma brasileira Eloa Dias El Chamaa) e mulheres: 11, ou seja, homens imigravam mais que as mulheres.

Os casamentos entre imigrantes com brasileiras somam 16; casais de brasileiros de ascendência sírio-libanesa com brasileiras (e vice-versa) são 11; imigrantes sírio-libaneses com imigrantes sírio-libanesas totalizam 11; os imigrantes sírio-libaneses com brasileiras de ascendência sírio-libanesa há 3; há apenas 1 casal de brasileiro e brasileira de ascendência sírio-libanesa.

Posto isto, o que prevaleceu?

Primeiro vamos às *permanências*. Dos casamentos de imigrante com imigrante o total é 11. Imigrante com brasileiras de ascendência sírio-libanesa: 3 e brasileiro e brasileira de ascendência sírio-libanesa: 1. Então temos dentro de um total de 41 casamentos, 15 casos de união civil entre pessoas de cultura sírio-libanesa, ou seja, cerca de 35,8% das pessoas permaneceram, via matrimônio, ligados às identidades familiares, religiosas ou nacionais da terra natal, anterior à diáspora.

Esta continuidade se deve muitas vezes ao fato de muitos sírio-libaneses terem casado entre si ainda no Oriente Médio, pois alguns *já* vieram casados, caso de Bachir Chakib Abdel Malek, libanês, e Moni Rasselen Abdel Malek, brasileira de ascendência libanesa, a qual no momento em que casou estava morando no Líbano. Também no Líbano eram Salomão Rasselen e Mahiba Rasselen, posteriormente separados.

É possível pensar na questão demográfica, pois a maioria dos imigrantes era homem, logo não havia um número de mulheres sírio-libanesas para se casarem com homens da mesma identidade. É possível que essa insuficiência influencie na decisão de casar, mas não é um fator de impedimento para um sírio-libanês se casar com uma mulher sírio-libanesa já que houve casos de homens que escolhiam noivas no Oriente, caso tivessem um capital para isso, tal qual Ismail Mohamad El Chamaa e Mustafa Mohamad El Chamma.

Para o caso destes dois pesou mais a identidade nacional e familiar, embora Ismail e Mustafa tenham tido namoradas brasileiras antes do matrimônio mas: “prometemo pra família, quando junta um dinheirinho tem assim um capital que podia abrir uns comércio lá ou comprar uma terra, uma coisa eu volta” (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Mustafa Ibrahim El Chamma, o qual queria “namora uma moça aqui não deu, não é que não deu as família não aceitou”, em contrapartida “meus tio [...] mandaram foto de uma moça, deu certo e casou, Souad [Foto nº. 13], sobrinha da finada minha mãe, o pai dela e minha mãe são primos irmão”. Prevaleceu a identidade familiar. (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).



Foto nº. 13: Mustafa Ibrahim El Chamaa com esposa Souad Gebara El Chama, libanesa, e filhos nascidos no Brasil.

Ismail comenta a respeito de seu primeiro casamento “escrevi carta pra minha família lá que tava namorando uma brasileira, vou casar com ela, aí a resposta de minha mãe: ‘se você casa com *estrangeira* sinal que não tem um filho [que] chama Ismail!’”. Perceba a força da família nas decisões e o desenrolar da fala da mãe:

se quer casar, vem aqui, procura aí uma moça que vocês combina, leva ela embora. Deu certo no fim, mandaro foto, mas era parente, era sobrinha filha de minha tia, [...] dero foto e daí eu mandei foto tal e fizemos [...] mãe dela é sobrinha de meu pai, conhecia a mãe dela (Entrevista de Ismail Mohamad El Chamaa).

As famílias incentivaram o casamento entre parentes e/ou de mesma nacionalidade, neste caso primos, pelo envio de fotografias. A primeira esposa de Ismail chamava-se Fátimé Ismail Chamaa (Foto nº 14), que depois veio a falecer. Posteriormente Ismail casou-se novamente com uma brasileira, Eloa Dias El Chamaa (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).



Foto nº. 14: Ismail Mohamad El Chamaa e sua primeira esposa Fátimé Ismail Chamaa, libanesa.

Dos brasileiros de ascendência sírio-libanesa, destaco a família Gebara, cujo patriarca, Zaki Ahmad Gebara imigrante libanês, casou-se com Mufida Sater Gebara, filha de pai libanês e mãe paraguaia. Uma das filhas do casal, Dunia Zaki Gebara, em 1978 uniu-se a outro brasileiro de ascendência sírio-libanesa, Munzer Sater El Khalil, mas Mufida deixa claro que “os árabes mistura, não tem essa discriminação de raça, não tem religião não, gostou casa [...] meu marido nunca se intrometeu não” (Entrevista Mufida Sater Gebara).

E o que *muda*? Das 42 uniões, 16 são de imigrantes com brasileiras e 10 de brasileiros de ascendência sírio-libanesa com brasileiras, e apenas 1 de brasileiro com brasileira de ascendência sírio-libanesa. Logo 27 uniões cuja hibridação prevaleceu em 64,2% das uniões.

Logo, seguindo estas fontes, pode-se dizer que os sírios e libaneses em Dourados mais se inseriram, misturaram-se, e integraram-se à sociedade local do que isolaram-se, ou seja, as fronteiras romperam-se com maior ênfase, tanto da parte do homem que se casou com mulheres brasileiras, quanto da parte desta mulheres que uniram-se a estes homens, imigrantes ou seus descendentes.

O fato de terem se misturado à sociedade receptora está ligada à questão sócio-econômica. Começa pela ascensão no comércio. Em Dourados a maioria tornou-se varejista, pequeno comerciante, o que pesa como garantia para iniciar uma vida estável.

Esta estabilidade possibilitava ao imigrante prestígio junto à sociedade local, aumentando as chances de ter uma esposa de brasileira. Com certeza, isso era mais difícil (não significa que fosse impossível, pois Hayel Bon Faker e Carmelita Faker Soares casaram-se sem o marido ter grandes recursos econômicos) se as condições de manter uma família fossem mais precárias, caso contrário eles se casariam quando mascates e não quando comerciantes já estabelecidos!

Relacionando com os sírios e libaneses de Campo Grande, Oliveira defende que a “miscigenação”, negociação com as identidades brasileiras, na sociedade campo-grandense se deu pelos casamentos e a estabilidade no comércio, bem como a formação de nível superior dos descendentes, para maior inserção com “prestígio junto à ‘elite local’” e uma posterior escalada política destes mesmos descendentes (OLIVEIRA, 2001, p. 81).

Há, porém alguns casos particulares que merecem uma maior atenção.

Inicialmente acerca dos casamentos entre diferentes identidades. O casal “Ahmad Mustafa Abdo Sater, proprietário, natural do Líbano, e [...] dona Severiana Sampaio Sater, natural da República do Paraguai” eram pais de Janjar Abdo Sater que se casou com Marlene Favaro Zampiere em 1967 (Livro de Rg. de Csto. 18-B 16-12-66 a 12-04-69, p. 41), Adib Abdo Sater, que em 1957 casou-se com Helena de Castro Silva, brasileira (Livro de Rg. de Csto. 11-B 28-04-56 a 22-11-57, p. 225) e Mufida Sater Gebara casada em 1957 com Zaki Ahmad Gebara, libanês (Livro de Rg. de Csto. 11-B 28-04-56 a 22-11-57, p.244).

Ahmad Mustafa Abdo Sater, era libanês e sua esposa paraguaia, mas moraram em Dourados nos finais da Década de 1950, percebeu que numa única família há mudanças e continuidade. *Martin Turco*, que se estabeleceu em Dourados no início do século XX casou-se com a brasileira, Elisa Bittencourt da Silveira, observe a Foto nº. 15, com a qual teve sete filhos, podemos notar que já no início da imigração dos sírio-libaneses para Dourados houve hibridação:



Foto nº. 15: José Martins e Elisa Bittencourt da Silveira, década de 1920.

Hayel Bon Faker, sírio, também do início do século XX, casou-se com Carmelita, brasileira, filha de um gaúcho, Vasco Venâncio Soares e Emília Espíndola, vide a Foto nº. 16, logo abaixo:



Foto nº. 16: Hayel Bon Faker e Carmelita Faker Soares.

Entre seus descendentes evidenciam-se as misturas:

Fandi, médico, casado com a sra. Maristela, Aniz, Vereador, casado com a sra. Janete, Minie, casada com o Sr. Florentino; Adib, casada com o sr. Icto Gomes; Amir (Miro) comerciante casado com a sra. Marilei; Munir, médico, casado com a sra. Cibeli e Fause, professor, solteiro (Faleceu Hayel Bom Faker, 1979).

Houve imigrantes casados que não trouxeram a esposa, mas arrumaram “uma amasiada, aqui do Brasil” afirma Afif, pois sua “mãe ficou lá, ele [o pai] tinha uma outra aqui” (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

José Fugêncio Postaue, mencionou sua opinião sobre as misturas de sírio-libaneses e outros povos pelo casamento. Segundo ele para os árabes não há

preconceito de casar com qualquer uma, eu conheço árabe, que agora não está mais aqui que casou com índia, tem árabe que casa com brasileira, argentina, paraguaia, principalmente com paraguaia os árabes quer casar [...] Os dois Sater que conheci, um era irmão o outro era primo irmão os dois casou com paraguaia, eles falavam [...] que as paraguaias tem digamos quase o mesmo *costume* das mulheres árabes porque são econômicas, são alegres (Entrevista José Fugêncio Postaue; grifo meu).

Pode não haver receio de alguns árabes se casarem com mulheres não-árabes, desde que estas *se pareçam* com as árabes, pois nem todos estão dispostos à mudanças. Conta ainda uma curiosa história de um imigrante “Amado Sater”, da mencionada família, que quando viúvo disse a José: “o José! Eu vou até São Paulo comprar um carro, levar o melhor motorista pra trazer esse carro e vou em Assunção, voltar e casar com uma paraguaia!”. Ele empreendeu a viagem, mas na volta, 30 quilômetros antes de chegar a Dourados ocorreu um acidente e no qual faleceu Amado Sater (Entrevista José Fugêncio Postaue).

Acerca dos brasileiros de ascendência sírio-libanesa é importante refletir alguns pontos. Trata-se de uma geração nascida no Brasil, são pessoas que estabeleceram relações com os brasileiros ainda mais profundas desde o nascimento criando círculos de amigos, cujo tempo dedicado aos colegas, da escola, trabalho, clube, jogo, universidade os aproximou mais dos brasileiros que dos sírio-libaneses e suas famílias.

Isso desmobiliza a homogeneidade de uma possível organização ou colônia. Anis, descendente de sírio afirma: “a colônia árabe em Dourados é desunida” (Entrevista Anis Faker). Mas uma libanesa vai além respondendo sobre a (possível) colônia árabe em Dourados: “não temos!”. Nem “uma entidade formada, uma associação dos árabes” que congregue todos, exceto a mesquita muçulmana, todavia ela mais separa que congrega, pois se refere ao credo islâmico, diferente do druso. O que há são “grupos do cinema, da internet, que por acaso são árabes” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek).

Houve casos também de separações e uniões extra-conjugais. Manoel Rasslan veio para Dourados em fins de 1916, “foi para Aquidauana onde encontrou uma mulher”, com a qual “teve uma filha, Suria”, depois “voltou para Aquidauana para buscar a família, por fim separou-se desta primeira mulher e casou-se com uma libanesa, Leila” (Entrevista Sultan Rasslan).

O casal de libaneses, Salomão Rasslan e Mahiba Sued Rasslan, emigrou para o Brasil no início do século XX e se estabeleceu em Dourados. Salomão sempre viajava para São Paulo, e numa destas viagens não voltou. A família ficou preocupada até que Mahiba recebeu notícias por um cartão postal emitido por Salomão de Gênova, Itália, no qual escreveu que não queria mais a união com a mulher. Ele deixou os filhos e a mulher no Brasil, foi um momento muito triste para a família pois, Mahiba teve que rearrajar sua vida junto a seus filhos ainda pequenos (Entrevista Sultan Rasslan).

Entre os parentes dos sírio-libaneses douradenses, houve casos como o de Rachid Sued, avô materno de Sultan Rasslan. Rachid Sued chegou ao Brasil por volta de 1905, deixou sua esposa no Líbano, mas quando “pensou em voltar ela estava casada com outro então ele não voltou mais” (Entrevista Sultan Rasslan).

O casal Fayçal Rasselen, filho de imigrantes libaneses e a brasileira Tereza Novaes separados em 1981 (Livro de Rg. de Csto. 12-B 23-11-57 a 14-11-58). Samir Chafik Garihe, brasileiro de ascendência sírio-libanesa e a brasileira e Oneida Moraes Santos, brasileira, também se separaram, cujo processo final de separação deu-se em 1984 (Livro de Rg. de Csto. 15-B 22-07-61 a 1º-12-62). Ainda na década de 1990 Farouk Moawawnes Makarem, libanês separado de Solange Maria Lourenço (Livro de Rg. de Csto. 20-B 09-01-71 a 06-05-72, p. 40).

A questão da evolução dos anos nos faz refletir um pouco mais. Inicialmente, o número de casamentos é menor até a década de 1940: apenas 9. Isto está ligado à imigração dos sírio-libaneses com a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, no final desta década, quando ocorre também uma migração de brasileiros, principalmente nordestinos, em direção à Dourados. Todavia, após a CAND o número aumentou também o número de árabes, pois os casamentos aumentam para 32, quase quadruplicaram a partir da década de 1950, momento que se intensifica a urbanização e maior desenvolvimento comercial.

Incertezas

As moveções identidades nacionais

A característica que une os imigrantes é em primeiro lugar o fato de serem imigrantes! São pessoas que saíram da região do Oriente Médio, da Síria e do Líbano e vieram em direção à América, e, no nosso caso, chegaram a se estabelecer em Dourados. Mesmo que alguns apenas temporariamente, atribuíram a essa cidade o papel de “*mahjar*”, termo que significa “países de emigração”, usado para indicar os locais de estabelecimentos dos árabes fora do Oriente Médio (LESSER, 2001, p. 92).

De fato, a maioria se inseriu no comércio como meio de vida, de mascates, a varejistas, com filhos *doutores*, inseridos nas profissões liberais. A maioria, porém não são todos, aqui começam as diferenças.

Houve aqueles que não se ligaram ao comércio como meio de vida, caso de Moisés Ralili Salomão, que tornou-se mascate, prestador de serviços, cavador de poços, vendedor de verduras (Entrevista Sultan Rasslan). Outros foram além, Elias Milan, patriarca da família Milan tinha um “grande patrimônio representado por áreas rurais, casas de comércio e imóveis no centro da cidade”, além da riqueza era uma família de prestígio (BOSCO, 1995, 211).

É possível pensar nestes agentes como *sírios e libaneses*, mas esse é uma classificação apenas nacionalista, uma das muitas caras destes imigrantes. Nas suas falas alguns se intitulam pessoas do mesmo *grupo, colônia, etnia*, mas nestas mesmas falas, bem como que nas evidências práticas o que ocorre é uma real heterogeneidade.

Há conflitos camuflados. Muitos em suas entrevistas quando perguntados sobre possíveis desavenças respondem um sonoro: “*não! Não tinha nada disso!*” Todavia, durante no decorrer de suas falas deixam sempre escapar: “*Fulano só é bom quando está dormindo!*”.

Mais: “*você vai falar com Beltrano, cuidado com aquele pessoal [família] é desorganizado, não sei como é que eles se deram bem*”. Ou ainda: “*aquele Cicrano conseguiu subir na vida a custo do capital da loja que meu pai deixou!*”.

Por conseguinte, não utilizo a classificação colônia ou etnia enquanto um conjunto de pessoas partilhando elementos de uma identidade substancial, biologicamente definido, com uma cultura que identifica seus membros correspondendo a uma língua e uma sociedade que segundo Barth no fim das contas é “uma unidade que rejeita ou discrimina” as nuances dos indivíduos e a dinâmicas das mudanças (BARTH, 2000, p. 28).

Para estes imigrantes em Dourados, não há um tipo ideal de classificação, embora enquanto escritor de representações seja tentado a fazê-lo, pois um conceito chave tem o papel de fechar a interpretação deste grupo tão diverso como sendo uma comunidade isolada, quando na realidade são pessoas que rompem o insulamento.

Mas Sultan Rasslan, filho de imigrantes dá a deixa para o cuidado: “A *Colônia árabe em Dourados não era uma colônia, eram famílias*”! Ou seja, havia sírios e libaneses em situação de diáspora, a maioria vivendo do comércio, mas sem um sentimento de unidade, estavam vivendo suas vidas num círculo de amizade seja com outros árabes, seja com brasileiros. Continua Sultan: “a gente se reunia na casa do tio Azis [Rasselen] para ouvir rádio, [...] havia aniversários e *picnic*, conosco árabes e alguns amigos brasileiros” (Entrevista Sultan Rasslan).

Penso em um grupo. Um grupo de pessoas heterogêneas. Que passaram pela experiência diaspórica, em imigrantes que saíram de suas terras e vieram para o Brasil tentar ganhar a vida, subir economicamente. Este grupo joga com suas identidades, dentre as quais a nacional.

Mais profundamente é importante traçar um perfil da formação da idéia de nação e do processo de formação da identidade nação tanto no caso árabe-sírio-libanês quanto no brasileiro. A defesa da idéia de nação é organizada no período de 1880-1918, e tentava reunir

sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada [...] A partir dessa época, a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui (CHAUI, 2000, p. 18-19).

Para Hobsbawm, em geral isso é a marca do protonacionalismo, idéia de que os seres humanos sentem-se pertencendo a certos grupos, como que membros de comunidades, onde o *outro* é o estrangeiro e está *do lado de lá* da fronteira (HOBSBAWM, 1990).

Chauí, baseada no autor anterior, afirma que os símbolos nacionais encontravam seu alicerce na língua, costumes e na raça, elementos dispersos nas sociedades “com a capacidade para incorporar numa única crença as crenças rivais” mesmos que houvesse diferenças um único elemento encontrava sentido “sob o fundo comum da nacionalidade” (CHAUI, 2000, p. 19).

A tentativa de formar uma comunidade imaginada, organizada e estática é com certeza um projeto moderno de estabilidade com um Estado e um território onde certo povo unido biologicamente puro poderia viver (ANDERSON, 1989).

A defesa desta ética moderna, com paradigmas de *ordem* que estabelecem o sujeito centrado, definido, e distinto numa nação começa a perder força principalmente depois da

Segunda Guerra Mundial. Mas a todo momento, ela é revivida nas práticas de xenofobia e nos nacionalismos à flor da pele, vide os palestinos lutando pelo seu Estado no Oriente Médio.

Os imigrantes que saíram de seu país levam a marca de sua identidade nacional, mas ao assumir nuances de uma outra identidade, tornam-se indivíduos *transnacionalizados*, ou seja, estão além de seu território e da prática cultural de seu lugar de origem, pois assumem outras faces, de outra nação (Wenden apud CORDELIER, 1995, p. 41).

Hall aponta que não há pureza nos nacionalismos, que não passa de uma tentativa de unificação, sempre parcial, pois "as nações modernas" que defendem a homogeneidade, *nós*, diferente dos *outros*, são na verdade mesmo elas "todas, híbridos culturais" (HALL, 1997, p. 62).

Joga-se na fronteira ora para o lado de cá da cerca, ora para o lado de lá, para fora, é só na dinamicidade da negociação dos caminhos é que se percebem os momentos em que eram mais brasileiros ou mais sírio ou libanês. É importante, no entanto, fazer uma discussão acerca do movimento político da tentativa de formação das identidades nacionais tanto para os árabes quanto para os brasileiros.

Primeiramente vamos a dita identidade *árabe*, que também é partilhada pelos sírio-libaneses em Dourados. Ao pensarmos em imigrantes sírios e libaneses estamos evidenciando o *mundo árabe*. Este mundo é uma história na maioria das vezes feita por alguns ocidentais, principalmente franceses e ingleses que traduziram e traduzem a sua maneira o modo vida e a história do Oriente Médio.

Edward Said afirma que esta representação ocidental passa pela relação *nós* e os *outros* e suas fronteiras. Podemos escrever sobre o Oriente e suas diferentes identidades (sírios, libaneses, sauditas, muçulmanos, árabes, palestinos), mas com o cuidado de saber que há invenções de representações européias ditas *orientalismo*:

O Oriente era quase uma invenção européia [...] um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis [...] onde estão localizadas as maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte das suas civilizações e línguas, seu concorrente cultural [da Europa] e uma das mais profundas e recorrentes imagens do Outro (SAID, 1990, p. 13).

Este *orientalismo* é um discurso com intensão autoritária da Europa sobre o Oriente Médio, principalmente. Mas o que o *Oeste* fala do *Leste* não revela apenas quem é o Leste, mas como é a *persona* de quem está falando. Não podemos perder isto de vista, pois a história não é neutra, mas dinâmica e sua substância está preenchida de relações de poder.

Ao longo da história a aplicação do termo *árabe* foi sendo modificada; hoje ser árabe é diferente de ser muçulmano, mas em outras épocas, foram sinônimos. No começo da

expansão do Estado Árabe, no século VII, *árabe* era aplicado a quem falava o idioma árabe, quem era descendente de grupos de beduínos nômades do norte da Península Arábica. A própria grafia deste termo tem dois sentidos, "árab" é um membro de uma tribo árabe, enquanto que "a'rab", significa beduíno (Mantran apud NUNES, 2002, p. 190).

Quando o Islã surge na Península, a nova religião une politicamente grupos meridionais e setentrionais da região. Consolidada a união, formou-se um Estado, depois um Império. A partir da expansão há dois movimentos muito importantes: o de *arabização* e o de *islamização*. A *arabização* é o conjunto de costumes, mentalidades e a língua árabe que muitos grupos diferentes aos poucos foram aderindo ou resistindo.

A *islamização* é o processo de incorporação da religião islâmica às culturas locais. Estes dois movimentos estão dentro da expansão do Império Árabe, porém com alcances em tempos heterogêneos. Estes dois processos vão gerar países que são árabes, mas não muçulmanos, ou nem uma coisa nem outra, pois no meio dos

povos conquistados, aqui e ali, houve os que recusaram quer a língua do conquistador, quer a sua religião, ou mesmo ambas sobrevivendo no meio dos Árabes, como foi o caso dos Curdos ou dos Berberes no Iraque ou no norte da África, dos Maronitas ou dos Cóptas no Líbano ou no Egito. Surgiram novas seitas no próprio Islão [...]: Xiitas, Yaziditas no Iraque, Druzos na Síria e no Líbano, Zaiditas e Islamitas no Iêmen (LEWIS, 1982, p. 24).

O processo de *islamização* foi maior. Onde havia a *arabização* poderia acontecer a *islamização*, mas onde havia a *islamização* nem sempre ocorria a *arabização*. O "mundo muçulmano" envolvia o "mundo árabe", a *arabização* freava até estabelecer o árabe como língua majoritária, introduzir modos de ser e pensar árabes e colocar uma maioria étnica árabe no poder, mas a *islamização* dava passos mais longos (George apud NUNES 2002, p. 203).

No período do Califado, já no século VIII, para se ter acesso à elite dominante muçulmana do Estado árabe não era necessariamente preciso ser árabe de origem peninsular, mas era imprescindível estar ligado à "fé", logo muitos povos foram convertendo-se ao Islã, posto que a religião e a língua oficiais dos novos conquistadores era o árabe (LEWIS, 1982, p. 19).

Nos idos do século XV, com o domínio dos turcos o termo *árabe* vai referir-se a um Império já em decadência. No século XIX quando muitas idéias européias estavam florescendo no Oriente Médio a idéia de nação vai tomar fôlego no Egito com Abdel-Nasser e o *pan-arabismo*: retoma-se o termo *árabe* como um orgulho na pretensão de unificar os países que passaram pela *arabização*.

Para sustentar o nascente nacionalismo árabe era preciso haver um protonacionalismo, ou seja, um elemento que pode ser uma língua, religião, enfim um mito fundador

(HOBSBAWM, 1994). No caso árabe o mito fundador da “nação árabe” seria o advento do Islã pelo profeta Mohammad, portanto o processo *islamização*.

Todavia, o *pan-arabismo* não encantou a todos. Ainda no Egito Taha Hussein e Luís Auad defendiam que ser *egípcio* era descender do povo faraônico, com uma história própria que diferia o povo deste país do sentimento de ser *árabe*. (NUNES, 2002, p. 191).

Outros afirmavam que ser *árabe* significava falar a língua árabe. Sati Al-Husri argumentava que a possibilidade de homogeneização dos árabes se dava por via lingüística, desconsiderando particularidades sócio-geográficas locais (HARBI, 1998, p. 88).

Diante deste processo há países hoje que passaram pela *islamização*, mas não são árabes como a Turquia, o Irã e o Paquistão e outros que passaram pela *arabização* sem ser totalmente *islamizados* como o Líbano. Um muçulmano não é sempre árabe e o árabe não precisa ser um muçulmano, pois este “árabe pode ser muçulmano ou cristão [mesmo druso], enquanto um muçulmano pode ser árabe, turco, russo, indiano, chinês, iraniano, americano [bem como libanês ou sírio], ou de qualquer outro país” (NUNES, 2002, p. 210).

Lewis vai além e comenta que o Oriente Médio passou por vários processos como “helenização, romanização, cristianização”, pela “islamização”, e a *arabização*, este último, porém trouxe um elemento muito forte que foi a língua árabe, a qual

assumiu o papel desempenhado pelo grego no mundo helenista, o latim na Europa, e o sânscrito e o chinês [...] do sul e leste da Ásia [...] E mesmo quando, no devido tempo, outras línguas literárias, notadamente o persa e o turco, apareceram, ou reapareceram, no mundo islâmico, foram escritas em cursivo árabe e adotaram um vocabulário árabe tão extenso e importante quanto os elementos latinos e gregos nos idiomas do Ocidente (LEWIS, 1996, p. 221).

No auge da cultura árabe islâmica, Lewis, observa que a sociedade que ia da Península Ibérica até as fronteiras com a Ásia no leste, era portadora de uma estrutura que à época era o que havia de mais avançado, havendo, é claro, algumas mais desenvolvidas, porém locais, regionais.

Os árabes, muçulmanos, foram, porém expansionistas tornando outros povos diferentes também muçulmanos e criaram “uma civilização religiosa que transcendia os limites de uma única raça, região, ou cultura. O mundo islâmico na alta Idade Média era internacional, multirracial, poliétnico e [...] intercontinental” (LEWIS, 1996, p. 240).

Hoje, na questão fé, os árabes são maronitas, melquitas, ortodoxos, protestantes, drusos, xiitas, sunitas. No Líbano, por exemplo, grupos de cristãos maronitas árabes se identificam não pelo *arabismo* (língua e herança cultural árabe), mas pela história, religião cristã maronita, patriotismo, este último, ligado ao apego á terra (NUNES, 2002, p. 210).

Destaquei anteriormente, de acordo com Nunes que o Líbano não foi islamizado, mas arabizado, o que nos detalhes é certo exagero (NUNES, 2002). É claro que há muçulmanos no Líbano, que defendem uma arabização, mas estes não são maioria e tem de partilhar/disputar o poder: “para simplificar a complicada arquitetura social de dezenove grupos religiosos”, dentre os quais “cristãos maronitas, greco-ortodoxos, greco-católicos, protestantes, armênios católicos, armênios ortodoxos; e muçulmanos sunitas, xiitas, drusos” (PINO, 1989, p. 18).

O nacionalismo defende a unificação, mas cada grupo com interesse no poder arca um discurso que tenta ser mais homogeneizador que o outro. No Líbano o nacionalismo muçulmano rivaliza com o nacionalismo cristão. Enquanto aqueles buscam na origem árabe sua justificativa, estes invocaram uma pretensa tradição fenícia. Safady completa afirmando que muitos “dêses cristãos acreditaram que eram descendentes dos [...] *fenícios*, e que eram distintos de seus irmãos muçulmanos, de ‘origem’ árabe” (SAFADY, 1966, p. 196; grifos no original).

Exemplificando: na guerra civil de 1975, quando muçulmanos e cristãos estavam de lados opostos, a Síria tentava mediar um acordo, que “proclamava em um dos seus dezessete pontos o caráter árabe do Líbano, a organização Guardiões do Cedro replicava: ‘*Árabes? Nós, não, nós somos fenícios*’” (PINO, 1989, p. 32).

Esta questão para Corm deve-se “a manutenção de colônias cristãs muito importantes, cujas estruturas jurídico-sociais o cristianismo europeu ajudou a consolidar”, que com certeza entravaram as tentativas do nacionalismo arabizado (Corm apud PINO, 1989, p. 19).

Do Brasil, a respeito a pretensa identidade nacional dá os primeiros passos no processo de implantação do Estado com a fuga da família real para ao Rio de Janeiro em 1808, pois se instalou um “aparelho central de poder [que] incrustou na América uma elite política cujos membros” tentaram “assegurar a perfeita continuidade das ações de governo nas novas condições” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 149).

Para Mota, a fuga gerou para a Colônia certa “*internacionalização*”, destacando-a. Posteriormente começam tentativas de “*descolonização*” em 1817 com a Revolução Pernambucana. O rompimento se torna mais próximo em 1820 com a revolução liberal em Portugal culminando com o pacto de elite em 1822 criando o novo Estado tropical, o Brasil, já com aparelho de Estado parcialmente organizado, cujo cetro monárquico está nas mãos de um português, Pedro II, e com base econômica agro-exportadora e mão-de-obra escrava (MOTA, 2000, p. 208).

O Estado tenta dar cabo da tarefa de elaborar uma identidade a partir de uma história sob orientação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. Nasce uma

historiografia, de Varnhagen e Martius, que tenta homogeneizar a história do Brasil com a de Portugal, num tempo sem rupturas, escondidos os conflitos dos grupos humanos raciais, sob ordem do mito da democracia racial, segundo o qual índios, negros e brancos sempre teriam convivido pacificamente no Brasil.

Avançando um pouco mais, no período republicano, na década de 1930 este mito da democracia racial se fortalece ainda mais somando-se a outro, o mito fundador da nação brasileira: a *Natureza* portadora de qualidades geográficas semelhante ao paraíso bíblico, criado por Deus, cuja sociedade é guiada pelo Estado. (CHAUI, 2000, p. 8).

A nação deveria ser branca, mas algumas fendas foram abertas. Mesmo com a tentativa de fazer um país branco os imigrantes sírio-libaneses, um povo no *caminho do meio*, nem negros e nem brancos, organizaram suas estratégias frente à proposta nacionalista eugênica, de acordo com Lesser, já citado a resposta foi a etnicidade, a criação de uma cultura *hifenizada*:

Os fatos mostram que as tentativas de tornar os árabes etnicamente inofensivos por meio de seu embranquecimento muitas vezes tiveram como contrapartida as tentativas dos sírio-libaneses de criar um espaço para a etnicidade árabe dentro de um contexto brasileiro. Isso foi feito ou expandindo a idéia de “brancura”, de modo a incluir o Oriente Médio a uma posição de igualdade com a Europa, embora ainda mantendo sua identidade separada (LESSER, 2001, p. 134).

A estratégia dos árabes foi uma negociação desde tornar o Brasil mais árabe como tornar-se mais brasileiro, como na troca de nomes árabes por portugueses, apreciação do futebol, casamentos.

Como os sírio-libaneses de Dourados vieram para esta região do Sul de Mato Grosso é preciso fazer alguns comentários da criação de uma identidade local, por uma elite mato-grossense. O início destas ações se dá com a fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso, as comemorações do bicentenário de fundação de Cuiabá (1919), bem como a criação do Centro Mato-Grossense de Letras, 1921 (GALETTI, 2000).

Esta elite intelectual essencialmente cuiabana, interessada em afastar de si a marca da barbárie sertaneja, longe do litoral, esta elite desviava a *incivilidade* para o povo pobre, o indígena e o estrangeiro, criando a fronteira para separar-se de um *outro*.

Criar uma identidade mato-grossense era uma tentativa de perpetuar a “primazia do mando”, uma tentativa ambivalente de manutenção do poder de coronéis, que se prestavam a conciliação de grupos coronelistas rivais contra os *outros* que estavam chegando: estrangeiros, imigrantes, investidores estrangeiros.

Para tal, diziam-se todos do mesmo grupo, “*filhos do mesmo solo*”, descendentes de europeus ou bandeirantes paulistas (ZORZATO, 1998, p. 15-16; grifos no original). Postas estas

condições não era interessante aos cuiabanos serem considerados habitantes inferiores do sertão *vazio*, logo trataram de arranjar bodes expiatórios livrando-se da pesada acusação litorânea de não pertencer à modernidade.

A criação da identidade mato-grossense é paralela à idéia da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, a antiga parte meridional de Mato Grosso. Neste antigo Sul de Mato Grosso, com o desenvolvimento da cidade de Campo Grande a elite concentrada nesta cidade buscava uma participação no poder à medida que adquiria força e se intelectualizava.

As representações identitárias nortistas passaram a ser usadas pelos sulistas para justificar sua causa divisionista, alegando que os cuiabanos é que eram *incivilizados* ao passo que o sul estava intimamente identificado ao *progresso*.

Embora seja justo afirmar que já em fins do século XIX, aparecem as primeiras aspirações de um separatismo sulista por parte de coronéis em relação à Cuiabá⁷¹, é no século XX que de fato o sul se *intelectualiza* em Campo Grande e passa por várias mudanças econômicas como as imigrações advindas do sul, norte, leste e oeste, a pecuária, a exploração de ervais bem como a construção da Noroeste do Brasil, 1914, ligando a região ao oeste paulista.

Mas a pretensão dos políticos campo-grandenses era o poder, que conseguido bastava, não importando a criação de um novo Estado. A divisão e criação do Estado de Mato Grosso do Sul só veio a ocorrer em 11 de outubro de 1977, no governo de Ernesto Geisel.

Este presidente que sob as armas da ditadura, no contexto da Guerra Fria, estava ligado numa política de proteção de fronteiras contra possíveis inimigos comunistas ao criar uma nova unidade da federação passa a congrega mais um grupo político aliado.

A região de Dourados na passagem do século XIX para o XX, habitada por comunidades indígenas, estava recebendo paulistas, mineiros, paraguaios e gaúchos. Dentre alguns membros destes migrantes articulou-se uma elite política, *ruralizada* e *não-intelectualizada*, organizou a criação do Patrimônio de Dourados em 1914 e posteriormente o Município em 1939.

O povoamento e a organização do poder local possui várias faces, dentre elas a árabe. Passado o momento mais rural, a década de 1950 cria expectativas nos moradores locais que começam a pensar a si mesmos e a cidade:

Dourados! Que encantos e mistérios encerra essa pequenina palavra, ao mesmo tempo tão simples e tão significativa. [...] O verde de nossas matas é símbolo da Esperança [...] é o melhor sinônimo da melhor tradução de Dourados [...] esperança do povo Matogrossense e,

⁷¹ A porção norte correspondia ao atual Estado de Rondônia, parte mais amazônica, e o sul ao atual Estado de Mato Grosso do Sul.

talvez em breve [...] esperança do Brasil [...] o Onipotente há de permitir que possamos transformar estas terras numa metrópole matogrossense, com suas ruas asfaltadas, com jardins atrativos e pequenos arranhacéus e ainda com um comércio rico e movimentado a ponto de deixar boquiaberto aqueles que nos visitam [...] (RASSELEM, 1951, p. 01).

Moni Rasselen⁷², filha de libaneses, tenta naquele período interpretar Dourados. Primeiro destaca o elemento geográfico, uma *Natureza* que se guiada por *Deus*, pode tornar-se uma *metrópole*, com muitas pessoas, e muitas pessoas são indivíduos diferentes. E ainda, não poderia deixar de ser, o *comércio* poderia ser cada vez mais dinâmico.

Este artigo fala foi publicado no Jornal *O Progresso* em julho de 1951, momento em que Dourados passava por mudanças, a CAND, a migração de brasileiros e estrangeiros, o que gerava uma maior urbanização. E urbanização gera híbridos, aumentando as identidades além das que já havia, tanto que Rasselem pensa um projeto de uma cidade metropolitana: um local no tempo com pessoas diferentes frente a frente, vendo-se, cruzando-se, vivendo no conflito e negociando.

Um local metropolitano é um espaço de *identidades*, fruto de histórias e representações simbólicas e de interesses:

[...] estudos sobre narrativas identitárias com enfoques teóricos que levam em conta os processos de hibridação (Hannerz; Hall) mostram que não é possível falar das identidades como se se tratasse apenas de um conjunto de traços fixos, nem afirmá-las como, a essência de uma etnia ou de uma nação. A história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloqüência (CANCLINI, 1998 p. 23).

Tentativas de categorização, no mundo douradense que os árabes vieram a habitar, são complicadas. As fronteiras daqui são móveis, até porque as classificações de “etnias, nações, classes” hoje “se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais”, logo o imigrante sírio-libanês era um ser transnacionalizado que negociava identidades num local que era, e é, um entre-lugar, no qual vários povos se encontram (CANCLINI, 1998, p. 23).

A identidade nacional estática, portanto não dá conta de entender o grupo sírio e libanês local, mas a sua mobilidade deixa claro que a vida na fronteira é variante e o interesse e a ocasião vão falar mais alto na hora de estar mais ligado a uma ou outra identidade. Dizer: “*fulano é sírio, é libanês, é brasileiro!*” Fala muita coisa, mas não diz tudo, é apenas *um dos* traços do que na realidade estas múltiplas pessoas são e pensam de si mesmas.

Durante as entrevistas, quando perguntados sobre como se sentiam: se brasileiros ou sírios, libaneses ou árabes. A maioria respondeu que identifica-se com o Brasil, que se

⁷² A qual posteriormente recebeu o sobrenome Malek.

sentiam brasileiros, de casa: “Aqui em Dourados eu conheço todo mundo [...] tenho 50, 60 anos aqui já” afirma Zaki (Entrevista Zaki Ahmad Gebara).

Prossegue sua esposa: “ele fala minha pátria é o Brasil, eu amo o Brasil, a gente vive daqui né? [...] As vezes é mais brasileiro que árabe, pega muito costume”, (Entrevista Mufida Sater Gebara). Seu *viver daqui* reporta a uma questão de sucesso econômico, uma necessidade.

Afif partilha desse sentimento: “eu me sinto [brasileiro] porque todos estes anos que eu morei aqui eu só falei *brasileiro*, o que eu tenho, minha família, meus filhos, meus bens, é tudo daqui, não veio de fora [...]”. Novamente o fator econômico, mas também a língua e a família (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

O imigrante Ismail reitera:

Sou naturalizado [...] não deu pra mim voltar mais, meus filhos cidadão brasileiro, então eu sou brasileiro, meu documento, graças a Deus, eu gosto muito Brasil, vivendo aqui a lado meu filho por exemplo [...] se vou embora pra lá, mas pra ir passear, larga meus filho aqui, meus neto, tem 11 neto aqui, tudo cidadão brasileiro (Entrevista Ismail Mohamad El Chamaa).

Brasileiros! Também. Mas ao longo das justificativas, em suas entrevistas eles e elas deixavam escapar quase que como numa *delação* palavras que os vinculavam às *misturas*: “Todos nós somos seres humanos, irmãos, todos filhos de Adão e Eva, nós temos muito com os portugueses, espanhóis, tem muita mistura, muito parente” (Entrevista Zaki Ahmad Gebara). Nesta mesma idéia Afif confirma:

me vejo total como brasileiro, apesar de se eu ir lá no Líbano lá eu tenho dupla cidadania [...] Se alguém pergunta eu sou brasileiro naturalizado, tem que honra o nome a tradição né, *nasci lá, sou brasileiro*, nasci lá, sangue *árabe*, é um destino, Deus prega na gente, tenho orgulho das duas pátrias (Entrevista Afif Hani Abu Harbi).

Mas isto é um jogo dialético, por mais que amem o Brasil as suas faces pré-imigratórias não serão esquecidas. Eles reafirmam a si mesmos: “tem muita gente que acha que os *turcos* veio pra enriquecer aqui no Brasil”, mas “deixamos os filhos poderosos, filhos estudados”, e ainda “construção pra todo lado, construímos a cidade”, e conclui quase que num lamento nacionalista “minha pátria não foi beneficiada com isso!”; sua esposa conclui: “tudo que ele conseguiu ele sofreu aqui, ele, deixou aqui” Mufida (Entrevista Zaki Ahmad Gebara e Mufida Sater Gebara).

Kátia revela seu sentimento: “eu me sinto libanesa, parece incrível, mas na medida que você envelhece as raízes as raízes continuam”. Ela se mantém por muito tempo ligada a uma rede de contatos com outros árabes “a maior parte da minha convivência é com os *patrícios*, tenho muitos amigos, [...] a convivência diária assim telefone é com os *patrícios*, comunicação é em árabe, música é só árabe” (Entrevista Kátia Rasselen Abdel Malek). Seu

pai, Bachir, fecha com uma declaração cujo critério é amor à terra natal mais que ao Brasil: “*a gente sabe onde nasceu!*” (Entrevista Bachir Chakib Abdel Malek).

Outras fontes indicam imigrantes também reforçando mais o traço da origem como Hayel que “nunca se naturalizou brasileiro. Os filhos contam que tinha prazer em dizer que era libanês [...] É que o Líbano é considerado por eles [libaneses] a *menina dos olhos* do Oriente” (BOSCO, 1995, p. 4-5).

Barth reforça que “diferentes circunstâncias favorecem diferentes performances”, pois a “identidade étnica esta associada a um conjunto específico de padrões valorativos” ocorrendo momentos “em que tal identidade pode ser realizada com relativo sucesso”, por exemplo, na manutenção da língua árabe em certos encontros, na mesquita, festas e a variação para o português na mascateação e no varejo.

Os “limites” das

identidades étnicas não são mantidas quando esse limites são ultrapassados, pois o compromisso com determinados padrões valorativos não será sustentado em circunstâncias que tornam a performance comparativamente muito inadequada em termos desses padrões (BARTH, 2000, p. 49).

Ou seja, de acordo com a hora e o lugar é preciso mudar ou ficar no que se é. No caso da vida de mascate ou se aprendia o português ou morria de fome, era preciso adaptar-se para sobreviver, a necessidade exigiu que se ultrapassasse esse limite, tanto que não bastou vencê-lo, eles foram além, inseriram-se nas camadas abastadas da sociedade garantindo lugar inclusive aos descendentes, foram plásticos, ultrapassaram limites, organizaram um novio padrão de vida.

Esse padrão é híbrido, pois os imigrantes sírio-libanes em Dourados passaram por um processo de *desterritorialização* (emigração do Oriente Médio, trazendo consigo seu projeto de vida e toda sua estrutura cultural) e a *reterritorialização* (adaptação em outro espaço e negociação para uma nova em outro lugar, outra terra).

Evidentemente, há rejeições quanto a teoria de hibridação, a qual não pode ser generalizada, pois na atualidade há movimentos de reafirmação de identidades locais ou nacionais gerando radicalizações violentas. Em si a mistura carrega a via original, pois entre os sírio-libaneses douradenses não deixaram de lado suas práticas, em certos momentos, os muçulmanos dizem ainda *Alláh hu Akbar!*⁷³ e os drusos fumam narguilé⁷⁴, ao menos socialmente.

⁷³ Deus é maior, em árabe.

⁷⁴ Instrumento da fumicultura árabe que filtra a fumaça do tabaco através da água antes do aroma ser ingerido pelas vias orais.

Uma outra viagem

Elias Milan, libanês, que se casou com a brasileira Generosa Ferreira Milan. O filho do casal, Milton Milan, era casado com Geny Ferreira Milan, que por sua vez era descendente de paraibanos. Essa família de acordo com Bosco teve uma importância política e social de muita relevância em Dourados: “O costume árabe dos Milan misturou-se às tradições caboclas e ao jeito corajoso dos matutos, proporcionando uma boa *salada* de modos distintos de lidar com a vida” (BOSCO, 1995, p. 211; grifo meu).

Quando os imigrantes Hayel Bon Faker e Aniz Nacif Rasslan faleceram a sua presença histórica pela cidade de Dourados foi comentada em jornais e instituições locais. Sobre Hayel:

O prefeito José Elias Moreira decretou luto oficial por três dias pelo seu passamento tendo em vista os relevantes serviços prestados ao município. No dia 26 de Fevereiro, na segunda feira faleceu o Sr. Hayel Bom Faker (sr. Elias), aos 66 anos de idade [...] (Faleceu Hayel Bom Faker, 1979).

Era ano de 1979; em certo texto Moni Rasselem, descendente de libaneses, tece comentários a seu respeito: “Ele veio de muito longe, como tantos outros imigrantes que atravessaram o Mediterrâneo em direção ao Novo Mundo, cujas dimensões e horizontes já se faziam antever pela imensidade do Atlântico...” (MALEK, s/d.). Agora, na dinâmica da *desterritorialização e reterritorialização* uma nova geografia revela-se à uma já *velha* que estava ficando na saudade:

O oceano era um planeta de água, jamais imaginado pelo homem das desérticas regiões do hinterland Sírio e o céu das novas terras um cintilar muito distante, na escura e desconhecida mata... Lá, no seu país, *deixara um pedaço de vida* e aqui, no silêncio de uma saudade, que não pode manifestar-se – porque feita de outros sabores, de outros matizes, de outras ternuras – ele *foi reconstruindo outros pedaços de vida*, enquanto ia entregando ao passado, um pouco da alma dos ancestrais, esquecida no Hawran, na histórica e altaneira Montanha dos Druzos [...] (MALEK, s/d.; grifos meus).

No jogo da negociação houve a mudança, de uma expressão a outra, da troca de lugar, nome, o híbrido chega a ser “universal”:

A Montanha dos Druzos – Djebel el Duruz – [que] ficou apenas na distante memória, pois ele, o imigrante, *já não era Hayel Bom Faker. Era o Elias*, o Elias douradense das muitas descendências, o Elias forjado, marcado, trabalhado, reconstituído pela terra brasileira do Mato Grosso, que o recebe agora para o último sono. Lá longe, da Montanha dos Druzos, uma lágrima correu para o mar infinito, misturando-se às águas dessa fraternidade que faz do homem um ser universal (MALEK, s/d.).

Tanto Hayel Bon Faker quanto Aniz Nacif Rasslan, transformaram-se. De suas vidas pode perceber-se que o tempo do imigrante é um *vai-e-vem*. Quanto ao passamento de Aniz, ocorreu em dois anos depois de Hayel em

São Paulo, no Hospital Santa Isabel, aos 81 anos de idade, o pioneiro e grande amigo de Dourados, Aniz Nacif Rasslan [...] sepultado [...] em nossa cidade, atendendo a sua última vontade [...] procedente do Líbano, [...] aqui ajudou a fundar a Associação Comercial e

Industrial, bem como a Loja Maçônica “Antonio João” (Dourados perde mais um pioneiro, s/d.).

Percebe-se nesta pequena citação a trajetória de muitas outras famílias árabes no Brasil, do comércio o sucesso econômico, a luta para ser aceito, as negociações e participação em instituições. Também nota-se o encontro de duas vidas como última poesia desta vida:

Às quatro horas da tarde de sábado, dia quatro de julho de 1981, uma tarde de inverno ainda ensolarada [...] Dourados, terra da viagem derradeira, a viagem para ‘araçatuba’, aquela de onde não se volta mais. Desta vez, meu velho tronco de cedro, partiste mesmo para ‘araçatuba’! (Aniz Nacif Rasslan, s/d.).

No movimento da história identidades são adquiridas, afirmadas ou negadas, onde “Sem querer, transpõe-se o tempo, o espaço”, ou seja o espaço híbrido é revelado “numa transcendência infinitamente suave, para *trazer de longe* um pouco da infância” (Aniz Nacif Rasslan, s/c.; s/e; s/d; grifos meus).

Este “trazer de longe” é a memória que revela o movimento da vida, são pistas, rastros, passos já frios (GINZBURG, 1989). Relembrados, neste caso, não por Aniz Nacif Rasslan, mas pela sua família, que possui parte de sua memória.

Esta memória, seletiva que é está cheia de intenções (naquele momento era de interesse evidenciar uma identidade estrangeira), pois é a consciência dos que vivem que revive a memória, pois ela é “latente, potencial”, no dado momento de agir a consciência escolhe “dentro do processo psíquico, justamente o que não é a consciência atual, trazendo-o à sua luz.” (BOSI, 1994, p.52).

Ora, a memória – lembranças sociais – é uma forma de identidade. O que a família de Aniz lembrou de “trazer de longe” é a vida numa “terra escolhida [Dourados] e entre todas a mais santificada pelo derradeiro pedido”, mas sem deixar de lado o passado:

Na *simbiose*, uma homenagem, um adeus:

Na casa de pedra antiga, a janela, fita o mar
A porta dá meio passo, em direção ao pomar.
– Onde vais, tronco de cedro, descansar teu coração?
Duas mãos colhem a uva, outras duas a maçã,
Os figos entram na cesta, a neblina na manhã.
– Onde vais, tronco de cedro, descansar teu coração?
O fogo invade a lareira, o pátio recende a romã
Há um ramo de oliveira, uma folha de hortelã...
– Onde vais, resto de cedro, descansar teu coração?
Uma lágrima despenca, um sorriso envolve o lar
É o sabor de tomilho, é a nostalgia no ar...
(Aniz Nacif Rasslan, s/d.).

A *diferença* da identidade árabe era real frente a brasileira, todavia a negociação trouxe uma “*simbiose*”, duas histórias se cruzaram e ao final eram duas maneiras de caminhar em uma só estrada, a “casa de pedra” olhava “o mar” que trouxe “o tronco de cedro” e onde foi este

tronco descansar o coração? Dourados. Canclini observou a cidade de Tijuana na fronteira do México com os Estados Unidos na qual há negociações de práticas culturais de diferentes imigrantes, passando por estratégias de sobrevivência no comércio turístico, pluralidade em cartazes, língua de fronteira (espanhol e inglês), gerando um laboratório híbrido de diferentes roupagens. Ele cita Guillermo Gómez-Peña que de acordo com o “dia da semana e do projeto em questão” refaz, cria, transforma e fragmenta as suas identidades:

Quando me perguntam por minha nacionalidade ou identidade étnica, não consigo responder com uma palavra, pois minha “identidade” já possui repertórios múltiplos: sou mexicano, mas também sou chicano e latino-americano. Na fronteira me chamam de “chilango” ou de “mexiquillo”; na capital, de “pocho” ou de “norteño”, e, na Europa, de “sudaca”. Os anglo-saxões me chamam de “hispanic” ou de “latinou” e os alemães me confundiram em mais de uma ocasião com turco ou italiano (CANCLINI, 1998, p. 324).

Os sírio-libaneses douradenses na névoa de suas falas deixam perceber a multifocalidade de suas práticas para uma cultura liquidificada, de relações entrelaçadas cuja eficiência está na “obliquidade que se estabelece na trama”. Aqui na fronteira de suas vidas os arames não estão rígidos, mas caídos e sua história “se move em muitas direções” e “toda conclusão esta atravessada pela incerteza” (CANCLINI, 1998, p. 346, 354).

Sem dúvida, *mudança* e *conservação* são marcas destes imigrantes, no calor da batalha a *brasilidade* se fez marcar, ou era impossível a vida aqui, mas a *arabidade* foi guardada e usada num encontro entre amigos, ao ler e escrever cartas, ao fazer festas e convidar brasileiros, ao fazer comidas árabes e estar à mesa, brasileiros. A *brasilidade* também se rende a *arabidade* como que numa dança cósmica indo e vindo, são duas vidas, duas terras, dois corações numa só pessoa.

A sua situação de diáspora mostra que eram pessoas que saíram de suas terras sofridas pela usurpação de impérios, falta de liberdade política, pobreza, falência da produção artesanal, e que vieram tentar a vida onde fosse possível, recomeçando com a esperança de um dia poder voltar aos locais de origem. Aparentemente simples, os casos diferenciam-se, muitos cumpriram seus anseios de retorno, outros foram para outros países, e alguns permaneceram – e permanecem – até o fim desta vida em Dourados. Fato é que retornados ou não, todos experimentaram na pele e na mente as práticas do deslocamento de dois mundos – o árabe e o brasileiro.

Aparentemente binários estes mundos se traduziram e romperam as fronteiras da diferença moderna e se tornaram tal qual as dunas de areia do deserto saariano, neste dia estão à leste, no outro a oeste e mais tarde a sul ou norte, portanto, este objeto nunca apresentou uma só forma e conteúdo, mas formas e conteúdos. Os sírios e libaneses em Dourados nunca tiveram uma identidade, mas sim identidades.

Considerações finais

Uma das características mais marcantes da presença dos imigrantes sírios e libaneses em Dourados é sua situação de diáspora. As expulsões que sofreram nas suas regiões de origem ainda devem ser melhor estudadas na própria Síria e Líbano, que em si seriam assunto para um outro trabalho.

Dentre os destaques principais estão as perseguições políticas, dos otomanos, quando do Império Turco, dos franceses e ingleses, por seus protetorados acertados nos acordos de *Sykes-Picot* em 1916 e do nascente nacionalismo de alguns grupos, que gerou uma situação de vigia sobre seus líderes e seguidores assim como a perseguição implicava em um estado de violência e morte.

O domínio turco dos séculos XV até o final do XIX não foi significativo em termos econômicos e tecnológicos visto que a região não teve outra atividade que não fosse a agricultura e manufatura, aliás eram estas as principais ocupações dos imigrantes sírios e libaneses quando vieram para o Brasil.

Foi com o interesse europeu que o Oriente Médio começou a receber algumas melhorias, mas custaram caro. Os turcos aprenderam o caminho do capital via empréstimos dos bancos europeus, além do que muitas estradas de ferro ou terrestres, carros e caminhões que dinamizavam o processo de transporte servia a lógica do neo-colonialismo, a exportação de matéria-prima que enriquecia apenas uma parcela da população local. A grande maioria tinha de rearranjar outras estratégias de sobrevivência.

Uma das estratégias encontradas foi a emigração. Mas sair de casa era difícil, foi preciso juntar dinheiro, ao menos nas primeiras viagens posto que com o passar do tempo e o ritmo do processo as correspondências vinham acompanhadas de valores que garantiam a travessia do Atlântico de outros parentes.

Ismail Mohamad El Chamaa em sua entrevista comenta da tristeza do pai ao saber que o filho iria vir para a América: “mas pra que você vai viajar, falta alguma coisa pra você aqui?”. Ismail tinha um primo no Brasil e este lhe envia cartas sobre as oportunidades no comércio. Ismail pensou que poderia melhorar sua situação, que era de um membro cuja família tinha várias pessoas e viviam da pequena propriedade do chefe, no caso seu pai. Portanto se aproveitasse a chance de emigrar ainda jovem poderia vislumbrar uma nova vida e garantir um futuro mais tranquilo quando ficasse mais velho.

Era isso o que as pessoas estavam buscando. Um novo começo. Mas começar nem sempre era partir do zero. Na viagem eles levavam consigo toda uma história e continuariam a praticar uma série de ações que aprenderam no passado, suas identidades pré-migratórias, ou seja, eles vão trazer consigo seus vários *eus* para usarem, cada um no seu momento: o idioma, a religião, a dança, a culinária, a ligação com a terra.

Sua situação é semelhante a uma planta cujas raízes foram retiradas da terra e plantadas em outro local, mas eles acabaram levando parte da primeira terra onde tinham suas raízes. Ao se fortalecerem em Dourados o novo chão tinha outros nutrientes e outros sabores, mas também alimentava.

No contexto de imigração dois momentos se configuraram, o primeiro é o da *desterritorialização*, que foi a saída dos imigrantes de sua terra e o fato de carregarem consigo toda a sua cultura, e o segundo a *reterritorialização*, que foi a adaptação a um novo solo com o qual se negociou a cultura anterior com uma nova, gerando novos padrões sociais. Falar em terra pode-se pensar em espaço, todavia o sentido desta palavra aqui indica não apenas a questão geográfica, mas refere-se às nuances culturais e éticas. É a saída de uma nação e a adoção de outra, não deixando de lado a original, nem camuflando-a, mas fazendo a junção das duas.

A maneira com que os árabes não apenas sobreviveram em Dourados, mas atingiram respeito como pessoas distintas dos brasileiros está ligada a dois fatores, um de esforço próprio de mudança de padrões valorativos e outro à ascensão econômica.

Quando chegados ao Brasil tinham de rearranjar toda a sua estrutura de mundo, tinham de aprender o novo, o modo de vida de outro país, que muitos mal sabiam existir, já que pensavam, principalmente no início das migrações que América era um só lugar.

Para entender o *novo* usavam o *velho*. Desequilibravam o que sabiam e aprendiam o estranho, assimilando esse estranho, fundindo os elementos e originando um novo conhecimento e um novo ser, agora híbrido, portador das chaves de dois mundos.

Portanto traduziam as suas ações e *se transnacionalizavam*, estavam além das fronteiras imaginadas e negociadas entre os Estados nacionais. Eram a presença viva de outros mundos. Em Dourados a relação da grande parcela da população foi de negociação e não de conflito, em parte isso se deve ao fato de os indivíduos imigrantes em traduzirem-se com roupagens brasileiras: idioma, alimentação, futebol e a não existência na região douradense de uma elite intelectual racalista.

Isso não significa a aceitação de todos os grupos que imigravam para a região, ou mesmo dos que já estavam morando em Dourados, caso os índios que foram aldeados e até os

dias atuais apesar de suas moradias fazerem parte do perímetro urbano são indesejados. Os árabes por sua vez não eram nem índios, negros ou brancos, conseguiram encontrar brechas que os colocaram da na posição de aceitos.

O que necessitavam agora era de uma estratégia não apenas de sobrevivência, mas que garantisse sucesso econômico: a mascateação. Estes sírio-libaneses se tornaram urbanos, mesmo que o fator de atração da América fosse a terra que estava disponível ao imigrante depois de anos de trabalho, todavia para o sírio-libanês, que vinha por conta própria sem ter a passagem subsidiada pelo Estado, seu objetivo era voltar para o Oriente Médio, logo o trabalho como mão-de-obra nas lavouras custaria muito de seu tempo, e ainda o sistema de propriedade no Brasil era o latifúndio, muito diferente das micro e pequenas propriedades, que não tinham sequer cercas no Líbano e Síria.

A condição de um Brasil rural foi o ponto de partida para uma ascensão econômica via comércio. Como mascate o imigrante servia as fazendas e cidades, posteriormente após acumulado certo capital se estabeleceu como comerciante de varejo e posteriormente atacado.

As cidades no Brasil não tinham ainda a configuração atual, portanto era preciso o comércio, que passou a abastecer a população consumidora. Após ocuparem os principais locais de povoamento, nas regiões litorâneas, muitos imigrantes passaram a se dirigir para o interior da América Latina, Argentina, Paraguai e Brasil, esta última cidade era a mais importante do sul de Mato Grosso nos finais do século XIX, pois mantinha comércio com várias partes do mundo devido ao trânsito no rio Paraguai.

Em seguida muitos árabes entraram para o interior vindo em direção a Dourados. A construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil em 1914 foi também muito importante para aumentar entrada destes sírios e libaneses. Sua presença significava a diversificação da população local além de oportunidades que o comércio estabelecido não cedia, pois o mascate vendia suas mercadorias a prazo, o que estimulava o cliente às compras.

Conforme andavam pela região sul, estabeleciam uma rede de contatos entre si e com pessoas que conheciam. Aos poucos iam poupando seu próprio trabalho, pois conheciam o mercado de cada local. Foi assim que muitos imigrantes primeiramente passaram por Dourados antes de estabelecer suas casas comerciais.

Dourados, por sua vez atraiu as pessoas em duas situações principais. A primeira é no início da formação do povoado em si, centro de convergência de paraguaios, mineiros, paulista, paranaenses e rio-grandenses-do-sul que vinham em sua grande parte atraídos pela possibilidade de adquirir terras.

Foram estabelecendo as primeiras casas e fazendas formando um núcleo, que deu origem a uma vila, feita distrito e posteriormente município em 1935. Portanto o comércio se fazia necessário para dar conta das necessidades da população que precisava principalmente se vestir, calçar e se alimentar.

Quando Vargas organizou nos anos 1940 projeto da *Marcha para Oeste* seu objetivo era entre outros a povoação da região de fronteira, sua proteção e deslocamento populacional das cidades para a zona rural que poderiam vir a beneficiar os núcleos urbanos mais industrializados com a produção de alimentos. Para tal criou uma série de colônias agrícolas, dentre as quais a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND.

Definitivamente foi outro momento na vida econômica, demográfica e cultural para a região, pois a instalação da CAND atraiu muitas pessoas do país que vieram em busca de uma pequena propriedade, principalmente da região Nordeste, aumentando a população local.

Uma maior concentração populacional significa para o comércio um aumento do mercado consumidor, e entre as pessoas que vieram para Dourados após a instalação da CAND estavam os sírios e libaneses. Seu destino era a cidade, que por sua vez começa a mudar: mais casas, carros, asfalto, energia elétrica, cinema, clubes, bancos.

A CAND por outro lado não contou com uma estrutura adequada que pudesse *segurar o homem na terra*, ou seja que garantisse aos migrantes as condições de sobrevivência. Faltavam investimentos, empréstimos, insumos, ferramentas. Aos poucos muitos foram abandonando os terrenos e vendendo-os a outras pessoas, proprietários vizinhos e mesmo colonos.

Ocorreu assim uma diminuição dos habitantes de Dourados, conseqüentemente o comércio enfrentou uma crise, ficaram os mais persistentes. Muitos sírios e libaneses sentiram que a cidade estava em crise partiram para uma nova diáspora, a qual está ligada também a uma séria de fatores como a existência entre os imigrantes árabes de redes de contatos com *patrícios* em várias partes do Brasil e por outros países na América como Canadá e Estados Unidos e mesmo na Europa e outros continentes.

A diminuição dos sírios e libaneses em Dourados deve-se também a volta para a terra natal e ainda o próprio falecimento dos imigrantes. A imigração é um fenômeno que ainda pode ser verificado nos dias atuais (2007), pois muitos dos novos estrangeiros tem contatos com os já antigos, mesmo na ilegalidade.

O estabelecimento no comércio foi talvez a porta de entrada para a sociedade douradense aceitar a presença sírio-libanesa pois o fato de estarem estáveis e terem rentabilidade possibilitou inclusive uma outra inserção agora via casamentos com brasileiras.

Houve sem dúvida uma parcela de imigrantes que já tinha uma esposa árabe, e mesmo aqueles que se casaram posteriormente estando em Dourados com mulheres que imigravam especificamente para o casamento. Geralmente essas mulheres eram parentas longínquas ou de mesma religião.

As duas relações se processaram, embora o número de casamentos binacionais foi maior, portanto a hibridação foi mais condensada. Destas uniões nasceram os filhos, que têm um papel fundamental para entender a presença sírio-libanesa local, posto que a grande parte destes brasileiros de ascendência árabe não partilha dos mesmos sentimentos de seus pais, muito ligados ainda à terra natal.

Os descendentes possuem um processo histórico e um conjunto de relações no Brasil, portanto tem muito mais identidades do mundo brasileiro, ao contrário dos pais, que são mais híbridos: nem tanto árabes, nem tanto brasileiros, vivendo uma relação hifenizada, como diria Lesser.

De maneira geral é possível dizer que a plasticidade destes imigrantes fez seu sucesso, a predisposição de mudar de forma, refazer seus conceitos, aprender novas instituições e mais ainda praticar o que foi apreendido possibilitou que fossem aceitos.

Seria muito redundante se terminasse esse breve texto afirmando que muito ainda precisa ser dito ou pesquisado na história da presença árabe no Brasil, nas regiões de fronteira como Mato Grosso do Sul e Dourados, pois qualquer objeto em história dá razão a uma série de novos questionamentos, interpretações, sem falar em outras fontes que podem ser levantadas.

Na questão da cidade de Dourados é urgente que se pesquise a economia local, que com certeza tem influência nas relações que se estabeleceram. Por outro lado um estudo do povoamento e das articulações políticas ajudariam a entender alguns rumos que a cidade tomou ao longo de sua existência.

O pesquisador é solitário e precisa de tempo, trabalha a longo prazo, questiona muito e tem poucas respostas, respostas estas que mudam com o tempo. A história dos árabes em Dourados é antes de mais nada uma representação da própria vida, de como o ser humano se reinventa. De como a própria mente é feita de vazio e não é estática, o que permite não apenas assumir várias identidades, mas sonhar novos sonhos, buscar novas terras e fazer novas viagens.

Referências bibliográficas

ABDALATI, Hamudah. *O Islão em foco*. Trad. Comitê da Juventude Islâmica da América Latina. Rijadh - Arábia Saudita: International Islamic Publishing House – IIPH, 1978. 269 p.

ALBUM GRAPHICO DE MATTO-GROSSO. Corumbá; Hamburgo: 1914.

ALCORÃO nobre: Surratu Al-Akhlâs. Trad. Helmi Mohamad Ibrahim Nasr. Arábia Saudita: Complexo do rei Fahd bin Abdel Aziz Al Saud, 2006.

ALMEIDA, Ângela Maria Mendes de. Rock and Roll e bossa nova. *Brasil (1945-1960)*. vol. II. Rio de Janeiro: Editora Círculo do Livro, 1985. p. 102-123. Coleção Nosso Século.

AMARÍLIO JÚNIOR. *As vantagens da imigração syria no Brasil*. Rio de Janeiro: Estab. Artes Gráficas, 1935.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: UNESP, 1989.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

ANUÁRIO DO OESTE BRASILEIRO. 1943. *s/c.; s/e*.

ARRUDA, Gilson. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. Londrina-PR: Ed. da Universidade Estadual de Londrina. 1997.

ASSAWAF, Mohammad. *A Oração no Islam*. Bernardo do Campo - SP: Ed. Makka, 1972.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. *Multitemas – Periódico das comunidades departamentais da UCDB, Campo Grande*, n.15, p. 93-124, out. 1999.

BOSCO, Maria G. Dal. *Viajantes da ilusão: os pioneiros*. Dourados: Ed. Via Nova, 1995.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças dos velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CAPILÉ JÚNIOR, J. Augusto; CAPILÉ, Júlio; SOUZA, M. de Lourdes. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: [s.n.], 1995. 349 p.
- CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1995. 3 vol.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORDELIER, Serge (Coord). *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *Historia e fronteira: o Sul de Mato Grosso, 1870-1920*. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS. 1995.
- DEZEM, Rogério. Propaganda e contra propaganda na imigração. *História Viva*, p. 82-86, Maio, 2005.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ª ed. São Paulo: Global Editora, 2004.
- GALETTI, Lylia S. G. [2000] *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.
- GINZBURG, Carlo. Sinais; Raízes de um paradigma indiciário. In: ____ *Mitos, emblemas, sinais; morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989. 143-179.
- GONÇALVES, Carlos Barros. *O protestantismo missionário em Mato Grosso: caso de Dourados (1929-1946)*. 2006. 33 f. Monografia (Iniciação Científica). Dourados – Universidade Federal da Grande Dourados.
- GOULART, José Alípio. *O mascate no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1967.
- HAJJAR, Claude F. *Imigração Árabe: 100 anos de reflexão*. São Paulo: Cone, 1985.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 9ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- _____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HARBI, Mohammed. O mito nacional árabe em questão. In: CORDELIER, Serge (Coord). *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

HAYEK, Samir. *Compreenda o Islam e os muçulmanos*. São Bernardo do Campo - SP: Centro de Divulgação do Islam para a América Latina: 1992.

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. Trad. : Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JAMAL, Salah. *Aroma árabe, receitas e relatos*. São Paulo: SENAC, 2005.

JANCÓSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira) In: MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000)*. Formação: histórias. 2ª edição. São Paulo: SENAC, 2000. p 127 – 175.

JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate - o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Bóris (Org). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 13-31.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

LESSER, Jeff. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. SP: UNESP, 2001.

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do Cristianismo aos dias de hoje*. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. *Os árabes na História*. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa-Portugal: Editorial Estampa, 1982.

LUCIANO, João Carlos. *Legislativo de Dourados, 71 anos: 1935-2006*. Dourados: Câmara Municipal de Dourados, 2006.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v. II, p. 217-275.

MAFFESOLI, Michael. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MALEK, Moni Rasselen. *A última etapa*. s/c.; s/e; s/d.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *O cativo da terra*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Vol II, 12ª ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1989.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELO e SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. 2. ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. (Seminários e Debates), p. 11-29.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 3ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOREIRA, Regina H. Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande: UFMS, 1990.

MOTA, Carlos G. Idéias de Brasil: formação e problemas (1818 -1850). In: ____ (org.) *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000)*. Formação: histórias. 2ª edição. São Paulo: SENAC, 2000. p. 197 – 238.

NABUT, Jorge Alberto. *Fragmentos árabes: Dores de Santa Juliana e Uberaba, memórias do século XX*. Uberaba: Instituto Triangulino de Cultura, 2001.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Barsa Consultoria Editorial Ltda., 2001. Vários colaboradores.

NUNES, Heliane Prudente. Identidade e História do mundo árabe. In SANDES, Noé Freire. (Org). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

OLIVEIRA, Marco A. M. de. *O Mais Importante era a Raça. Sírios e Libaneses na Política em Campo Grande, MS*. Tese de doutorado. F.F.L.C.H., USP, 2001.

PEREIRA, Armando de Arruda. *No sul de Mato Grosso: vias de comunicação, veículos, tipos, termos, linguagem, costumes da fronteira, um pouco da geografia e história*. São Paulo: E. G. R. T., [1928].

PINO, Domingo Del. *A Tragédia do Líbano: retrato de uma guerra civil*. Trad.: Mustafá Yazbek. São Paulo: Ed. Clube do Livro, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, vol.5, nº 10, p.200-215, 1992.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Trad. de Élcio Fernandes. São Paulo, Ed. UNESP, 1998.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*. 1999. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo.

RANSTOR P., Magnus. Geografia do Líbano. *Wikipédia*, 19 out. 2007. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 10 set. 1998.

RASSELEM, Moni. Dourados. *O Progresso*, Dourados, 22 jul. 1951, p. 1.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

REVORÊDO, Júlio de. *Imigração*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunaes, 1934.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. de D. Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 151 - 172.

SAFADY, Wadih. *Cenas e cenários da minha vida*. Belo Horizonte: Santa Maria, 1966.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALÉM, Jean. *O povo libanês: ensaio de Antropologia*. Trad. Antônio Boueri. São Paulo: Ed. Van Grei, 1969.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas Básico*. São Paulo: Ática, 1997.

SOUZA, Lécio G. de. *História de Corumbá*. s/c., s/e., s/d.

SOUZA, Rozemar Mattos. *Dourados: seus pioneiros, sua História*. Dourados – MS: Gráfica Stillus, 2003.

TODOROV, Tzevetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TREIGNIER, Michel. *Guerra e paz no Oriente Médio*. São Paulo, Ática, 1994. Série História em Movimento.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Bóris (Org). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 315-351.

_____. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

ZORZATO, Oswaldo [1998]. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

Bibliografia geral

BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1988.

BOM MEIHY, José Carlos. *Manual de História Oral*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

p

BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. 2 ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BURKE, Peter. *A escrita da História; novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia, a história entre certeza e inquietude*. Trad. Patrícia Chitoni Ramos. Porto Alegre: EUFRGS. 2002. p. 61-100.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Cosmos, 1999.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIADE, Mircea. *O conhecimento Sagrado de Todas as Eras*. Trad.: Luís Goma. São Paulo: Mercuryo, 1995.

GIORDANI, Mário Curtis. *História do Mundo Árabe medieval*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

GRESSLER, L. A., SWENSSON, L. J. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. [Dourados], 1988.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era Extremos, o breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3 ed. Ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: EUFMG, 2000.

OLIVEIRA, Marco A. M. de. *Guerras e Imigrações*. Campo Grande: Editora UFMS, 2004.
OS LIBANESES. *Arca – Revista do Arquivo Municipal de Campo Grande*, n. 2, p. 11-15, dez. 1992.

SOUZA, Roney. *A presença dos imigrantes sírio-libaneses no povoamento e nas relações comerciais da região de Dourados (1920-1960)*. 2003. 41 f. Monografia (Iniciação Científica) Dourados – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

STOLKE, Verena. *Cafecultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Trad. Denise Botteman e José R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

WILSON, Colin. *Atlas dos Lugares Sagrados*. Trad.: Luis Pelegrini. São Paulo: Ed. Três, 1996.

Entrevistas

ENTREVISTA. Afif Hani Abu Harbi. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2006. 2h (aprox.). son.

ENTREVISTA. Anis Faker. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2007. 40 min (aprox.). son.

ENTREVISTA. Bachir Chakib Abdel Malek. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2006. 2h 30 min (aprox.). son.

ENTREVISTA. Ercília de Oliveira Pompeu. (Manuscrita). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFMS, 2003. 2 p.

ENTREVISTA. Ismail Mohamad El Chammaa. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2006. 2h 20 min (aprox.). son.

ENTREVISTA. José Fugêncio Postauê. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2006. 3h (aprox.). son.

ENTREVISTA. Kátia Rasselen Abdel Malek. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2006. 2h 30 min (aprox.). son.

ENTREVISTA. Luiz Noriler. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2006. 20 min (aprox.). son.

ENTREVISTA. Marouf Fakhri A. Jalil. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2006. 40 min (aprox.). son.

ENTREVISTA. Mohammed Abdel Jabar Ismael Abdallah Taha. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2006. 40 min (aprox.). son.

ENTREVISTA. Mufida Sater Gebara. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2006. 50 min (aprox.). son.

ENTREVISTA. Sara Cardoso de Souza. (Manuscrita). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2003. 1 p.

ENTREVISTA. Sultan Rasslan. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2007. 2 h (aprox.). son.

ENTREVISTA. Zaki Ahmad Gebara. (Digital/CD/DVD). Produção: Roney Salina de Souza. Dourados: UFGD, 2006. 50 min (aprox.). son.

Arquivos

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso Cuiabá-MT

Guia de recolhimento á Coletoria Estadual de Dourados – Imposto de transmissão de propriedade, 20 dez. 1939;
Guia de recolhimento á Coletoria Estadual de Dourados, 1952;
Guia de recolhimento á Coletoria Estadual de Dourados, Imposto Territorial, 30 mar. 1951;

Guia de recolhimento por transmissão de propriedade, 19 jan. 1939;

Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre venda e consignação, 9 dez. 1939;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 28 dez. 1939;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 12 ago. 1950;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 10 nov. 1952,
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 12 nov. 1952;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 25 nov. 1952;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 10 out. 1954;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 13 out. 1954;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 25 set. 1959;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 10 out. 1959;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 11 out. 1959;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 15 out. 1959;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 17 out. 1959;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 24 out. 1959;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 21 out. 1960;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 26 out. 1960;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 10 nov. 1960;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 12 nov. 1960;
Guia para aquisição de Estampilhas – Imposto sobre vendas e consignação, 21 nov. 1960;

Imposto inter-vivus, 21 nov. 1960;
Imposto inter-vivus, 23 nov. 1960;
Imposto inter-vivus, 24 nov. 1960;

Imposto sobre mercadorias recebidas de fora de Mato Grosso, dez. de 1939;

Imposto de consignação, planejamento, eletrificação e expediente, 20 out. 1959;

Lançamento de Imposto de Indústria para o exercício de 1943;

Lista de mercadorias adquiridas pelos Irmãos Milan, 1939;

Mapa mensal das escolas Reunidas de Dourados, mai. 1939.

Nota fiscal – *A Douradense*, 30 nov. 1939;

Relatório de Fiscal de Rendas Dinarte Vicente de Almeida, Dourados – MT, 4 dez. 1962;

Taxa de Estatística sobre mercadorias, 5 dez. 1939;

Taxa de Estatística sobre mercadorias, out. 1939.

Arquivos de Famílias Dourados-MS

Família Abu Harbi

Passaporte de Afif Hani Abu Harbi, *Passeport-Republique Syrienne* (Líbano-1952).

Família El Chamaa

Fotografias nº. 13: Mustafa Ibrahim El Chamaa com esposa Souad Gebara El Chamaa; nº 14: Ismail Mohamad El Chamaa e sua primeira esposa Fátimé Ismail Chamaa

Passaporte de Ismail Mohamad El Chamaa, *Passeport-Republique Libanaise* (Líbano 1952).

Família Faker

Aniz Nacif Rasslan. *s/c.; s/e.; s/d.* (recorte de jornal).

Dourados perde mais um pioneiro. *s/c.; s/e.; s/d.* (recorte de jornal);

Duas famílias rivais no futebol serão homenageadas hoje em Dourados, *s/c.; s/e; s/d.* (recorte de jornal);

Faleceu Hayel Bom Faker. *s/c.; s/e.; 1979.* (recorte de jornal);

Fotografias nº. 1: Hayel Bon Faker em viagem a Síria; nº. 10: Filhos de Hayel Bon Faker; nº. 16: Hayel Bon Faker e Carmelita Faker Soares;

MALEK, Moni Rasselen. *A última etapa. s/c.; s/e; s/d.* (recorte de jornal);

Associação Comercial e Empresarial de Dourados – ACED

Livro de Atas nº 1 (1945-1955);

Livro de Atas nº 2 (1956-1960);

Relação dos presidentes da Associação Comercial e Industrial de Dourados. Dourados, 2002.

Cartório do 2º Ofício Dourados-MS

Livro de Registro de Casamento nº 02, 1915-1925;

Livro de Rg. de Csto. 5-B, 14-09-40 a 03-04-48;

Livro de Rg. de Csto. 7-B 26-04-51 a 05-11-52;

Livro de Rg. de Csto. 11-B 28-04-56 a 22-11-57;

Livro de Rg. de Csto. 12-B 23-11-57 a 14-11-58;

Livro de Rg. de Csto. 13-B 14-11-58 a 15-12-59;

Livro de Rg. de Csto. 15-B 22-07-61 a 1º-12-62;

Livro de Rg. de Csto. 16-B 03-12-62 a 28-11-64;

Livro de Rg. de Csto. 17-B 03-12-64 a 10-12-66;
Livro de Rg. de Csto. 18-B 16-12-66 a 12-04-69;
Livro de Rg. de Csto. 20-B 09-01-71 a 06-05-72;
Livro de Rg. de Csto. 21-B 13-05-72 a 23-06-73;
Livro de Rg. de Csto. 27-B 22-11-75 a 31-12-75;
Livro de Rg. de Csto. 29-B 15-10-74 a 22-02-75;
Livro de Rg. de Csto. 6-B 28-05-77 a 16-02-78;
Livro de Rg. de Csto. 7-B 17-02-78 a 23-11-78;
Livro de Rg. de Csto. 9-B 07-07-79 a 29-12-79.

Centro de Documentação Regional de Dourados – UFGD

Fotografias nº. 2: Aniz Nacif Rasslen e Carreta de boi; nº. 3: Frota de caminhões de Atanagildo e Italívio Penzo; nº. 4: Casa comercial *A Favorita* de Elias e Akel Milan; nº. 5: *Casa Cerrito*, comércio de José Leitão.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Dourados-MS

Evolução demográfica dos municípios de Mato Grosso do Sul –1996-2000;
Evolução demográfica dos municípios de Mato Grosso do Sul, 1996-2007.

Instituto Memória da Assembléia Legislativa de Mato Grosso Cuiabá-MT

Requerimento nº121/1948.

Junta Comercial e Empresarial de Mato Grosso do Sul – JUCEMS Campo Grande-MS

Livro de registro de firmas nº 1, referente à “Coletoria Estadual de Ponta Porã”, 1927-1953;
Livro de registro de firmas nº 1, referente a Dourados, 1938-1959;
Livro de registro de firmas nº 2, referente a Dourados, 1959-1962.

Museu Histórico de Dourados

Fotografias nº. 9: *Time 21 de Abril Futebol Clube*; nº. 15: José Martins e Elisa Bittencourt da Silveira.

Jornais

Jornal de Dourados, 23 fev. 1958;
Jornal de Dourados, 24 dez. 1961;

O Douradense, 11 maio 1948;
O Douradense, 27 maio 1948;
O Douradense, 24 jun. 1948
O Douradense, 10 ago. 1948;

O Douradense, 2 out. de 1948;
O Douradense, 1948.

O Progresso, 24 jun. 1948;
O Progresso, 24 jul. 1948.
O Progresso, 11 set. 1948;
O Progresso, 21 abr. 1951;
O Progresso, 8 jun. de 1951;
O Progresso, 24 jun. 1951;
O Progresso, 1 jul. 1951;
O Progresso, 8 de jul. 1951;
O Progresso, 26 ago. 1951;
O Progresso, 2 set. 1951;
O Progresso, 7 out. 1951;
O Progresso, 4 nov. 1951;
O Progresso, 2 dez. 1951;
O Progresso, 21 ago. 1952;
O Progresso, 14 set. 1952;
O Progresso, 11 jan. 1953;
O Progresso, 25 jan. 1953;
O Progresso, 22 fev. 1953;
O Progresso, 29 mar. 1953;
O Progresso, 5 abr. 1953;
O Progresso, 8 abr. 1953;
O Progresso, 21 abr. 1953;
O Progresso, 26 abr. 1953;
O Progresso, 31 maio 1953;
O Progresso, 19 jul. 1953;
O Progresso, 13 jun. 1954;
O Progresso, 22 dez. 1957;
O Progresso, 19 jan. 1958;
O Progresso, 9 fev. 1958;
O Progresso, 3 jan. 1960;
O Progresso, 6 jan. 1965;
O Progresso, 13 jan. 1965;
O Progresso, 23 jan. 1965;
O Progresso, 6 mar. 1965;
O Progresso, 10 fev. 1971;
O Progresso, 6 mar. 1971.

Documentos

Dossiê de Evaristo Ferreira da Silva, sócio-fundador do Operário;
Livro Caixa – *A Favorita*, 1931-1937;
Nota fiscal nº 83 – *A Favorita*;
Nota fiscal nº 190 – *Casa Branca*;
Registro de Despesas Classificadas – Prefeitura Municipal de Dourados, 1938-1940;

Pessoal

Cartão de Visitas da Loja Carioca.

Fotografias n.º 6: Lápide de Youssef Abdul Rahman El Kadri; n.º 7: Restaurante Monte Líbano; n.º 8: Restaurante Monte Líbano; n.º 11: mesquita de Dourados; n.º 12: mesquita de Dourados.

Rádio Clube de Dourados

Relatório da História da Fundação da Rádio Clube de Dourados, digitado, 5/12/2006;
Curriculum Vitae – Jorge Antônio Salomão, digitado, 14/10/1999.

Sociedade Beneficente Muçulmana da Grande Dourados – SOBEM

Ata n.º 01, registrada no Cartório do 4º Ofício, Dourados;

Carimbo/ CNPJ da SOBEM: 15469406/0001-95;

Escritura Pública de Doação, 22 out. 1981;

Extrato de Estatuto da Sociedade Beneficente Muçulmana da Grande Dourados, 22 jan. 1981.

Autorizo a reprodução desta obra.
19/12/2007

Roney Salina de Souza